

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

RAQUEL DE SOUZA JERONYMO

**ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF
EM REVISTAS SEMANAIS BRASILEIRAS: GÊNERO COMO QUADRO DE
REFERÊNCIA PRIMÁRIO**

**CAMPO GRANDE
2019**

RAQUEL DE SOUZA JERONYMO

**ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF
EM REVISTAS SEMANAIS BRASILEIRAS: GÊNERO COMO QUADRO DE
REFERÊNCIA PRIMÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva.

UFMS
CAMPO GRANDE
2019

RAQUEL DE SOUZA JERONYMO

**ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF
EM REVISTAS SEMANAIS BRASILEIRAS: GÊNERO COMO QUADRO DE
REFERÊNCIA PRIMÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Mídia e Representação Social

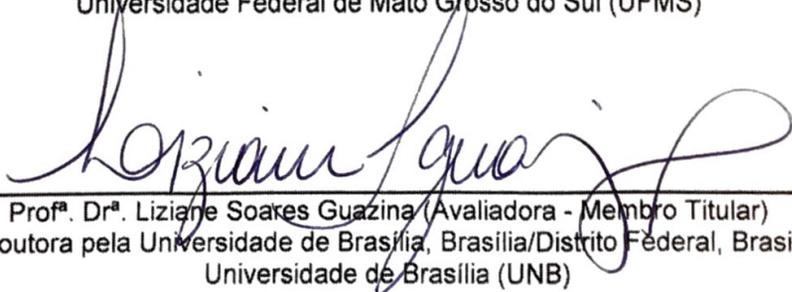
Linha de Pesquisa: Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos

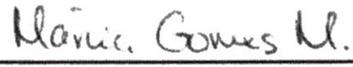
Orientador: Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva

Campo Grande, MS, 16 de agosto de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva (Orientador - Presidente)
Doutor pela Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo/São Paulo, Brasil
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)


Profª. Drª. Liziane Soares Guazina (Avaliadora - Membro Titular)
Doutora pela Universidade de Brasília, Brasília/Distrito Federal, Brasil
Universidade de Brasília (UNB)


Profª. Drª. Márcia Gomes Marques (Avaliadora - Membro Titular)
Doutora pela Pontificia Università Gregoriana, Roma/Vaticano, Itália
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)



Ata de Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala de videoconferência da SEDFOR, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Marcos Paulo da Silva (UFMS), Liziane Soares Guazina (UnB) e Marcia Gomes Marques (UFMS), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho da aluna: **RAQUEL DE SOUZA JERONYMO**, CPF 05095080141, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "Enquadramento jornalístico do impeachment de Dilma Rousseff em revistas semanais brasileiras: gênero como quadro de referência primário" e orientação de Marcos Paulo da Silva. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra à aluna que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, o presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR

Dr. Marcos Paulo da Silva (Interno)
 Dra. Liziane Soares Guazina (Externo)
 Dra. Marcia Gomes Marques (Interno)
 Dr. Victor Garcia Miranda (Interno) (Suplente)

ASSINATURA

[Handwritten signatures of Dr. Marcos Paulo da Silva, Dra. Liziane Soares Guazina, and Dra. Marcia Gomes Marques]

AValiação

[Handwritten evaluation: APROVADA]

RESULTADO FINAL:

Aprovação Aprovação com revisão Reprovação

OBSERVAÇÕES:

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:

[Handwritten signature of the President]

 Presidente da Banca Examinadora

[Handwritten signature of Raquel de Souza Jeronymo]

 Aluna

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, sem Ele nada em minha vida teria sentido.

Aos meus pais, Gláucia Barbosa de Souza Jeronymo e Valter Jeronymo, meus maiores incentivadores e formadores do meu caráter.

Ao meu marido, Lucas Akayama, meu companheiro na paixão pela pesquisa, por estar ao meu lado em todos os momentos, me incentivar e acreditar em mim. Que nossos caminhos na Ciência e na vida estejam sempre entrelaçados.

Ao meu orientador, Marcos Paulo da Silva, pela paciência inesgotável, pelo apoio e por todos os ensinamentos. Agradeço por não ter desistido de mim e por ter me conduzido por todas as etapas necessárias para a conclusão desse projeto.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento que permitiu minha dedicação integral à elaboração dessa pesquisa. Que o investimento na educação e na Ciência seja sempre prioridade de nossos governos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e ao respectivo corpo docente, por ter oferecido toda a estrutura necessária para que eu pudesse desenvolver o presente trabalho.

À banca de qualificação, formada pela Prof.^a Dr^a Marcia Gomes Marques, parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, e pelo Prof. Dr. Victor Garcia Miranda, Professor Adjunto do curso de Ciências Sociais da UFMS, pelas orientações e correções que auxiliaram na conclusão da pesquisa.

Aos meus familiares e amigos, por todo o incentivo e apoio, e pela paciência durante o tempo em que estive ausente na elaboração desse projeto.

“Se quisermos compreender o fato – e fazer alguma coisa a esse respeito – de que as mulheres, mesmo quando não são silenciadas, ainda pagam um preço muito alto para serem ouvidas, precisamos reconhecer que as coisas são um pouco mais complicadas e que há uma longa história por trás de tudo.”

(Mary Beard)

RESUMO

JERONYMO, Raquel de Souza. **Enquadramento Jornalístico do *Impeachment* de Dilma Rousseff em Revistas Semanais Brasileiras: Gênero como Quadro de Referência Primário**. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande - MS, Agosto de 2019.

O objetivo da pesquisa foi desenvolver uma análise de enquadramento jornalístico da cobertura realizada pelas revistas semanais brasileiras *Veja* e *IstoÉ* durante o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, que se estendeu do final de 2015 ao mês de agosto de 2016, e culminou na perda de mandato da primeira mulher eleita presidenta do Brasil. A proposta era de investigar os processos de produção das notícias a partir de uma análise quantitativa e qualitativa das matérias relacionadas à Dilma, visando identificar as escolhas editoriais de cada revista e também os quadros de referência primários. Optou-se pela abordagem metodológica da análise de enquadramento multimodal, que além do estudo das funções clássicas de enquadramento envolve também elementos visuais e narrativos, e adotou-se uma perspectiva tanto jornalística (enquadramento técnico) quanto sociológica (enquadramento primário) para analisar como elas interferem na cobertura de cada veículo. O jornal norte-americano *The New York Times* foi utilizado como parâmetro comparativo aos periódicos brasileiros, para verificar como as variáveis que estão inseridas no plano cultural sobre o papel da mulher na política diferem no Brasil e no cenário internacional. Os resultados foram submetidos a uma reflexão realizada sob a ótica dos estudos de gênero, que versam, dentre diversos outros temas, sobre as relações sociais históricas entre sujeitos dos gêneros feminino e masculino, a fim de problematizar a construção da imagem da mulher – neste caso da ex-presidenta Dilma Rousseff – dentro dos veículos estudados. Assim, foi possível inferir a partir das análises desenvolvidas que o enquadramento noticioso do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff construído pelas revistas *Veja* e *IstoÉ*, sobretudo quando comparadas com um veículo enraizado em outro contexto sociopolítico e cultural, cumpre um papel político desestabilizador no jogo de poder ali situado, e sofre influências do universo sexista que historicamente caracteriza a política deliberativa no país.

Palavras-Chaves: Comunicação; Enquadramento Jornalístico; Dilma Rousseff; Impeachment; Estudos de Gênero.

ABSTRACT

JERONYMO, Raquel de Souza. **Journalistic Frames of Dilma Rousseff's Impeachment in Brazilian Weekly Magazines: Gender as Primary Framework.** 2019. Dissertation (Postgraduate Program in Communication). Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande - MS, August 2019.

The objective of the research was to develop an analysis of the journalistic frames of the coverage conducted by the Brazilian weekly magazines *Veja* and *IstoÉ* during the impeachment process of former president Dilma Rousseff, which extended from the end of 2015 to August 2016, culminating in the loss of mandate of the first woman elected president of Brazil. The proposal was to investigate the processes of news production from a quantitative and qualitative analysis of the materials related to Dilma, aiming to identify the editorial choices of each magazine and the primary frames. It opted for a methodological multimodal approach of framing analysis, which in addition to the study of classical framing functions also involves visual and narrative elements, and adopted both journalistic perspective (technical framework) as well as a sociological perspective (primary framing) to analyze how they interfere in the coverage of each vehicle. The newspaper *The New York Times* was used as a comparative parameter to the Brazilian periodicals, to verify how the variables that are inserted in the cultural plane on the role of women in politics can differ in Brazil and in the international scenario. The results were submitted to a reflection carried out from the perspective of gender studies, which deal, among other subjects, with the historical social relations between subjects of the feminine and masculine genres, in order to problematize the construction of the image of the woman - in this case of former President Dilma Rousseff - within the vehicles studied. Therefore, it was possible to conclude from the analyses developed that the news framing of the impeachment process of Dilma Rousseff built by the magazines *Veja* and *IstoÉ*, especially when compared with a vehicle rooted in another sociopolitical and cultural context, fulfills a destabilizing political role in the power game situated there, and suffers influences from the sexist universe that historically characterizes deliberative policy in the country.

Keywords: Communication; Journalistic Frames; Dilma Rousseff; Impeachment; Gender Studies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. REVISÃO DO CONCEITO DE ENQUADRAMENTO.....	13
1.1 Origens do conceito.....	14
1.2 O enquadramento como resultado de escolhas organizacionais.....	18
1.3 Enquadramento e objetividade.....	24
1.4 Ideologia, hegemonia e enquadramento.....	28
1.5 Quadros Primários de Referência.....	31
1.6 Enquadramento: de um paradigma fraturado a um programa de pesquisa multiparadigmático.....	36
2. O IMPEACHMENT SOB A ÓTICA DOS ESTUDOS DE GÊNERO.....	40
2.1 Estudos de gênero e a dominação masculina.....	41
2.2 A trajetória política de Dilma Rousseff até a presidência.....	50
2.3 A cronologia do processo de <i>impeachment</i>	52
2.4 Gênero, política e mídia: presença e representação feminina.....	54
3. OPÇÕES METODOLÓGICAS DA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO.....	65
3.1 Análises descritivas.....	69
3.1.1 Análise descritiva da revista <i>IstoÉ</i>	69
3.1.2 Análise descritiva da revista <i>Veja</i>	81
3.1.3 Análise descritiva do jornal <i>The New York Times</i>	92
3.2 Análise de fontes e canais de informação.....	106
3.2.1 Análise de fontes da revista <i>IstoÉ</i>	107
3.2.2 Análise de fontes da revista <i>Veja</i>	112
3.2.3 Análise de fontes do jornal <i>The New York Times</i>	114
3.3 Análise de representações visuais.....	116
3.3.1 Análise das imagens da revista <i>IstoÉ</i>	118
3.3.2 Análise das imagens da revista <i>Veja</i>	139
3.3.3 Análise das imagens do jornal <i>The New York Times</i>	161
3.4 Análise das funções de enquadramento.....	170
3.4.1 Funções de enquadramento nas revistas <i>Veja</i> e <i>IstoÉ</i>	170
3.4.2 Funções de enquadramento noticioso no jornal <i>The New York Times</i>	180
3.5 Análise de estratégias retóricas.....	186
3.5.1 Enquadramento noticioso e crítica retórica.....	186
3.5.1.1 Simplificação.....	189
3.5.1.2 Personalização.....	192
3.5.1.3 Dramatização.....	196
3.5.1.4 Amplificação e relevância.....	199
3.5.1.5 Consonância.....	200
3.5.2 Estratégias retóricas e questões de gênero.....	201
3.6 Inferências: gênero como quadro de referência primário na criação e no reforço de estereótipos.....	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	213

INTRODUÇÃO

O início de 2019 foi marcado por diversas situações que trouxeram mais uma vez à pauta a participação feminina na política brasileira. Um exemplo foi a enxurrada de críticas recebidas pela deputada estadual e ex-prefeita de Bombinhas (SC) Ana Paula da Silva, eleita com mais de 51 mil votos e ainda assim atacada, numa tentativa de deslegitimação, por ir à posse da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) com um macacão considerado muito decotado¹. Outro exemplo é a declaração do presidente nacional do PSL (Partido Social Liberal), legenda que elegeu o presidente Jair Bolsonaro, Luciano Bivar, que afirmou que “política não é muito da mulher”, pois elas não teriam tanta “vocaçãõ” quanto os homens².

Pesquisa desenvolvida pelo jornal *O Estado de S.Paulo*³ mostrou que nas eleições de 2018 a maioria das “candidaturas laranjas” eram de mulheres. Descobriu-se que, convencidas a concorrer a cargos políticos sem receber qualquer orientação ou apoio das legendas, essas mulheres eram enganadas apenas para preencher os 30% das vagas que obrigatoriamente devem ser destinadas a representantes do sexo feminino. Parlamentares homens chegaram então a pautar o debate público com a possibilidade de exclusão da cota⁴, o que colocaria o Brasil na contramão de países como a Argentina, que no início de março aumentou para 50% a cota de mulheres no Congresso⁵, e a França, que instituiu a paridade sexual entre candidatos a vereador em 2001⁶.

Inserida neste contexto de tensionamentos entre a política representativa e as questões de gênero, esta pesquisa visa o desenvolvimento de uma análise de enquadramento jornalístico da cobertura realizada por duas das maiores revistas semanais brasileiras – *Veja* e *IstoÉ* – sobre o processo de *impeachment* da então

¹ Ver mais em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-02-05/deputada-paulinha-ataques-decote.html>; <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/02/11/deputada-de-sc-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-sofrer-ataques-nas-redes-sociais-por-cao-de-decote.ghtml>.

² A entrevista completa está disponível no link: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/politica-nao-e-muito-da-mulher-diz-presidente-nacional-do-psl.shtml>

³ Mais informações consultar: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,maioria-dos-candidatos-laranjas-e-mulher,70002552269>.

⁴ Notícia completa em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/candidaturas-de-laranjas-levam-congresso-a-propor-fim-de-cota-para-mulheres.shtml>

⁵ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/argentina-aumenta-cota-de-mulheres-no-congresso-para-50.shtml>

⁶ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2703200103.htm>

presidenta⁷ Dilma Rousseff (PT) durante seu segundo mandato (2014-2016). Após um ano marcado por grande instabilidade política e econômica no Brasil, permeado por denúncias de corrupção na estatal Petrobras, investigações de grande repercussão midiática, como a CPI da Petrobras e a Operação Lava Jato, protestos de manifestantes contrários e favoráveis à presidenta, dentre outros acontecimentos, Dilma foi acusada, no final de 2015, de ter cometido crime de responsabilidade fiscal, quando foi autorizada pela Câmara dos Deputados a abertura do processo de *impeachment*, palavra de origem inglesa que significa "impedimento" ou "impugnação" (AGÊNCIA SENADO, 2016).

Para desenvolver este estudo serão tomados como recorte empírico para a análise os exemplares referentes a momentos-chave do processo de *impeachment*, como a entrega do pedido de abertura ao então presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), as votações realizadas pela Câmara e posteriormente pelo Senado para admissão do processo, o afastamento temporário da presidenta do poder, até a cassação definitiva do mandato. O *corpus* leva em consideração a ampla relevância que a cobertura obteve pela mídia brasileira e também estrangeira, conseqüentemente, pelos veículos escolhidos para análise, dada a importância do processo para a definição dos rumos da política nacional.

Uma pesquisa exploratória no campo da ciência política, por meio de análises publicadas em periódicos científicos de referência indexados nas principais bases de dados da área, terá como objetivo estudar o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, da ascensão da ex-presidenta ao poder até sua queda. A abordagem teórico-metodológica será desenvolvida por meio de autores do campo das pesquisas em Comunicação (GITLIN, 2003; GANS, 2004; SCHUDSON, 2011; GOFFMAN, 2012; TUCHMAN, 1978, ENTMAN, 1993), mais especificamente em assuntos relacionados à produção noticiosa, abordando o estudo de enquadramento sob diversas óticas, desde que o termo começou a ser utilizado no século XX até as interpretações contemporâneas.

Paralelamente, serão abordados trabalhos de referência no campo dos estudos de gênero (BEAUVOIR, 1970; SCOTT, 1986; BOURDIEU, 2012) para averiguar os resultados da análise sob a ótica de autores da teoria feminista contemporânea, a fim

⁷ Como a Academia Brasileira de Letras (ABL, 2010) considera corretas ambas as formas de se dirigir a autoridades mulheres - presidente ou presidenta, opta-se por utilizar o termo "presidenta" em respeito à escolha da própria Dilma Rousseff, que preferiu ser chamada pelo substantivo feminino.

de problematizar a construção da imagem da mulher – neste caso da ex-presidenta Dilma Rousseff – dentro dos veículos estudados. A necessidade de associar os resultados encontrados com os estudos de gênero tem início com o trabalho monográfico desenvolvido sobre a cobertura jornalística do segundo ano de mandato da ex-presidenta (JERONYMO, 2015), quando a análise mostrou que a mesma – como agente político de relevo – não era ouvida pelos veículos estudados, sendo suas falas resumidas a trechos de comunicados oficiais, entrevistas coletivas ou até mesmo sem ter a procedência identificada, e era retratada na maioria das vezes com o uso de imagens negativas. Além disso, identificou-se na ocasião que as mulheres representaram apenas 10% do total de todas as fontes identificadas, o que suscitou a necessidade de pensar uma nova investigação que levasse em conta a organização da sociedade ao olhar para os resultados.

Mesmo problematizados e relativizados no terreno teórico-conceitual, valores como a “objetividade”, a “imparcialidade” e a “isenção jornalística” e seus sinônimos figuram ainda na segunda década do século XXI nos princípios editoriais autodeclarados de grandes veículos de comunicação brasileiros, como as revistas *Veja* e *IstoÉ*, escolhidas como objetos de estudo da presente pesquisa. Segundo Schudson (2010), muitas vezes esses valores são usados para “camuflar” o enquadramento temático e ideológico que os meios exercem sobre seus públicos. Portanto, conforme afirma Leon V. Sigal (1974, p. 2, tradução nossa) em seu estudo clássico *Reporters and Officials*, “para compreender o que são notícias e, ainda mais, o que as notícias significam, é essencial compreender como as notícias são feitas”.

O ano de 2016 foi marcado por um cenário de grande instabilidade política no Brasil, que culminou com o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff (PT), acusada de cometer crime de responsabilidade fiscal. Apesar da destituição de mandato estar prevista na Constituição brasileira e ter ocorrido anteriormente por uma vez na história republicana recente, durante o governo de Fernando Collor (1990-1992), políticos que apoiavam a ex-presidenta e uma parcela da população e da opinião pública internacional – que foi às ruas contra o que passaram a chamar de “golpe” contra a democracia – criticaram as motivações que levaram Dilma Rousseff a ser julgada.

A relevância histórica de tal acontecimento e os meandros da cobertura noticiosa realizada por duas das mais tradicionais revistas brasileiras e um dos principais jornais do mundo sobre o processo de deposição de Dilma Rousseff

despertaram o desejo de estudar a fundo os fatores envolvidos na produção do conteúdo jornalístico. Para auxiliar nesse processo, a verificação do material selecionado na construção das abordagens e a observação do que ficou de fora desse processo mostram-se primordiais para determinar quais enquadramentos foram utilizados pelos veículos de mídia. Adota-se como norte a definição do sociólogo norte-americano Todd Gitlin (2003), que contraria as chamadas “teorias do espelho” (TRAQUINA, 2005; GANS 2004) – surgidas em meados do século XIX com o nascimento do jornalismo informativo – ao afirmar que “meios de comunicação são holofotes móveis, não espelhos passivos da sociedade” (GITLIN, 2003, p. 49-51, tradução nossa).

A escolha pela análise de enquadramento jornalístico por meio de jornais e revistas se deu pela relevância histórica e o poder simbólico que estes veículos detêm, visto que, mesmo com o avanço de novos formatos, continuam com alto poder de influência no campo político. A definição de quais seriam as revistas brasileiras escolhidas para análise teve como parâmetro as duas mais antigas entre as de maior circulação paga, por ano, de todo o país (ANER, 2014)⁸. Já o *The New York Times* é um dos jornais de maior circulação nos Estados Unidos, presente em mais de 140 países, o maior ganhador de prêmios Pulitzer e referência para veículos noticiosos do mundo todo.

Considera-se também pertinente a análise da cobertura midiática de eventos políticos pois, como afirma Timothy Cook, o jornalismo deve ser considerado como instituição política (COOK, 2011, p. 203). Já a opção pela análise à luz dos estudos de gênero decorre da inscrição histórica do conceito de “gênero” dentro do plano das relações sociais, que como conceitua a socióloga brasileira Moema Viezzer (1989, p. 108), “são relações mútuas que se estabelecem entre os seres humanos para a produção e a reprodução das condições materiais de existência”. Como afirmam os pesquisadores Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2008, p. 25), a mídia “difunde visões da realidade social que tendem a confirmar e naturalizar as visões já incorporadas pelos agentes (homens e mulheres) com relação às hierarquias de gênero”.

Por essa perspectiva, não seria suficiente desenvolver uma análise da cobertura midiática relacionada à ex-presidenta Dilma Rousseff – a primeira presidenta mulher da história do país, e mais especificamente ao processo que

⁸ Os números e as motivações que embasam a escolha das revistas semanais analisadas serão explicados mais detalhadamente no terceiro capítulo.

resultou na sua deposição – que não levasse em consideração a dominação histórica sofrida pelas mulheres e a luta travada pelas mesmas por uma igualdade de tratamento e de direitos.

A fundamentação do trabalho é baseada em duas frentes. A primeira delas é a abordagem teórico-metodológica do enquadramento jornalístico. Dois dos autores pioneiros em apresentar definições para esse conceito foram os sociólogos norte-americanos Gaye Tuchman (1978) e Todd Gitlin (2003), nas décadas de 1970 e 1980. O pensamento dos dois se aproxima na medida em que reconhecem que um determinado enquadramento da realidade não apenas a espelha, mas ajuda de certa forma a constitui-la através de rotinas organizacionais. No entanto, o projeto não tem intenção de focar-se apenas no caráter técnico do enquadramento, mas também utilizar as definições traçadas pelo sociólogo Erving Goffman no livro *Frame Analysis* (1986), traduzido no Brasil como *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise* (2012), de cunho sociológico, para entender a “análise de quadros” como ferramenta para exame da organização da experiência (GOFFMAN, 2012, p. 34).

Segundo Carlos Alberto de Carvalho (2009, p. 5), o enquadramento, para Goffman, possibilita análises sobre como cada sujeito se envolve em uma dada situação social e como utiliza os enquadramentos como estruturas cognitivas fundamentais. Cada quadro ou esquema primário “permite a seu usuário localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus termos”, mesmo que de maneira inconsciente (GOFFMAN, 2012, p. 45). Outras importantes publicações relacionadas ao tema são os livros *Reporters and Officials* (1973), de Leon V. Sigal; *Deciding What's News* (2004), de Herbert J. Gans; *Descobrimos a Notícia* (2010) e *The Sociology of News* (2011), de Michael Schudson; e *A Construção da Notícia* (2009), de Miquel Rodrigo Alsina.

No campo da teoria feminista contemporânea, pretende-se abordar o conceito de gênero sob diversas óticas, começando por estudos precursores como *O Segundo Sexo* (1967; 1970), com primeira edição datada de 1949, da filósofa francesa Simone de Beauvoir, um dos nomes mais importantes do feminismo moderno, autora da famosa – e muito discutida – frase: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9); e *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica* (1995), publicado originalmente em 1988, artigo da historiadora estadunidense Joan Scott, no qual relaciona-se gênero e as relações de poder.

Outras autoras relevantes dentro dessa temática são a socióloga brasileira Moema Viezzer (*O problema não está na mulher*, 1989) e a pesquisadora inglesa Mary Beard, que no livro *Mulheres e Poder* (2018) discorre sobre a relação entre mulheres e o discurso político desde as civilizações clássicas. Finalmente, não é possível ignorar a contribuição da obra de Pierre Bourdieu, *A Dominação Masculina* (2002), publicada em 1998, que aborda a naturalização da dominação do gênero masculino por meio de mecanismos de violência simbólica.

O percurso metodológico do trabalho, portanto, está ancorado na análise de enquadramento jornalístico, que será realizada tanto de maneira quantitativa como qualitativa, sendo os resultados analisados sob a ótica dos estudos de gênero. Como complementação da análise dos periódicos brasileiros, pretende-se estudar também publicações do mesmo período da versão digital do jornal norte-americano *The New York Times*, um dos mais influentes do mundo com 2,6 milhões de assinantes da versão digital (EMBER, 2018), para traçar paralelos entre a cobertura realizada no Brasil e no exterior.

O *The New York Times* irá servir como parâmetro comparativo aos periódicos brasileiros no contexto dos enquadramentos primários⁹, para identificar como as variáveis que estão inseridas no plano cultural sobre o papel da mulher na política podem diferir em veículos publicados no Brasil e em um periódico de referência no cenário internacional¹⁰. A dissertação será redigida em três capítulos, de forma a abarcar todas as temáticas apresentadas no projeto.

⁹ Em estudos experimentais, especialmente da área das Ciências Biológicas, utiliza-se como parâmetro comparativo um “grupo controle”, ou seja, parte dos objetos de estudo que não recebem tratamento ou intervenção para validar ou refutar a hipótese quando comparados aos que receberam (AMATUZZI; BARRETO; LITVOC e LEME, 2006). Apropria-se no presente estudo desse conceito para justificar a utilização do periódico norte-americano *The New York Times* como parâmetro comparativo às revistas brasileiras analisadas, na medida em que ele se encontra inserido em um contexto cultural diferente e pôde acompanhar o processo de *impeachment* com maior distanciamento geográfico.

¹⁰ A pesquisadora Angela Zamin (2014) problematiza a utilização do termo “Jornalismo de Referência” e suas derivações. Ela identifica algumas características que justificariam o emprego do conceito: ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público e possuir índices elevados de tiragem e circulação. Assim, não é apenas a circulação que determina um meio como “de referência”, mas sua capacidade de servir interna e externamente de referência – tanto para a elite formadora de opinião, como para os meios de comunicação – sobre uma parcela do mundo público (ZAMIN, 2014).

1. REVISÃO DO CONCEITO DE ENQUADRAMENTO

Desde que o estudo científico do Jornalismo passou a ser desvinculado da mera aceitação das práticas profissionais e passou a constituir-se como um campo de conhecimento especializado, pesquisadores preocupam-se em analisar os elementos constituintes da rede de produção noticiosa sob diferentes óticas. O campo das teorias da Comunicação é amplo e heterogêneo, tendo passado por diversas sistematizações ao longo das décadas (por exemplo, o agrupamento por temáticas; a dicotomia entre pesquisa aplicada e perspectiva crítica; ou a ordenação por desenhos disciplinares, escolas e correntes de pensamento – tais como as correntes funcionalista, marxista e estruturalista e as escolas americana, francesa e latino-americana; dentre outras). Para a pesquisadora Vera França (2011, p. 58), “não há como apresentar de forma orgânica e estruturada um quadro que é fragmentado e descontínuo”, porém “vários esquemas de agrupamento vêm sendo tentados, e cada época se identifica melhor com um tipo de critério”. Algumas das principais sistematizações a área pertencem a Mauro Wolf (1995) – originalmente publicado em 1985 – e a Klaus Bruhn Jensen & Karl Erik Rosengren (1990).

O livro *Teorias da Comunicação*, escrito pelo sociólogo italiano Mauro Wolf (1995), constitui um dos livros mais estudados na abordagem dos modelos teóricos e campos de pesquisa voltados à mídia. A obra apresenta uma avaliação crítica das teorias e dos modelos mais importantes elaborados em diferentes gerações de investigação, abordando na primeira parte a evolução da pesquisa sobre as comunicações de massa e em seguida as novas tendências, como a análise dos efeitos a longo prazo e possíveis convergências com outras áreas da comunicação. Já o estudo *Five Traditions in Search of the Audience*, de Jensen & Rosengren (1990), apresenta uma análise comparativa das principais tradições de pesquisa que tratam da relação entre a mídia e as audiências: Teoria dos Efeitos, Usos e Gratificações, Criticismo Literário, Estudos Culturais e Análise de Recepção.

Os estudos de enquadramento não escapam a este cenário. Desde que a abordagem científica do Jornalismo passou a ser desvinculada do mero registro das práticas profissionais e passou a constituir-se como um campo de conhecimento especializado, pesquisadores preocupam-se em analisar os elementos constituintes da rede de produção noticiosa sob diferentes óticas. A tradição analítica dos estudos de *framing*, nesse ínterim, localiza-se esquematicamente no contexto dos chamados

media effects. Todavia, dentro da ótica em que será abordada no presente estudo, baseando-se principalmente na proposição goffmaniana de “quadros primários”, pode-se inferir também uma aproximação entre a corrente teórica do *framing* e o paradigma dos Estudos Culturais.

Apesar de não ter sua aplicação limitada apenas a essa área, a análise de enquadramento tem sido utilizada, principalmente por pesquisadores da tradição acadêmica norte-americana, em estudos que relacionam jornalismo e política, pois, segundo Porto (2002, p. 1), as aplicações do conceito “têm dinamizado o campo da comunicação política, oferecendo uma nova perspectiva para entender o papel da mídia”.

Este capítulo tem por objetivo apresentar o conceito de “enquadramento jornalístico” sob algumas das diversas óticas que têm sido estudadas desde a década de 1970, bem como, por meio, dessa revisão teórica, apresentar os enfoques que irão fundamentar a análise proposta no presente trabalho da cobertura noticiosa do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff pelas revistas brasileiras *Veja* e *IstoÉ* e pelo jornal norte-americano *The New York Times*. Para isso, serão utilizados autores de referência, como Erving Goffman (2012), Gaye Tuchman (1978), Herbert Gans (2004), Michael Schudson (2011), Todd Gitlin (2003), Leon V. Sigal (1974) e Robert Entman (1993).

Para o desenvolvimento da análise, o estudo ancora-se em uma visão multiparadigmática do programa de pesquisa de enquadramento noticioso, pois os pesquisadores, ao desenvolverem trabalhos pertencentes aos diferentes paradigmas para investigar o que são enquadramentos e como eles funcionam dentro de um processo complexo, acabam por somar forças para construir conhecimento sobre um processo complexo (D'ANGELO, 2002).

1.1 Origens do conceito

O conceito de enquadramento tem seu surgimento atribuído às reflexões do pensador Gregory Bateson no campo da psicologia, com suas primeiras aparições encontradas no artigo intitulado *A Theory of Play and Fantasy*, apresentado em 1954 na Conferência Regional da A.P.A. (*American Psychiatric Association*) e publicado posteriormente em outros periódicos. As proposições de Bateson são aprofundadas pelo sociólogo Erving Goffman no livro *Frame Analysis* (1974), traduzido no Brasil como *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise* (2012).

Não obstante, as noções de Bateson fundamentam a discussão dos “quadros primários” propostos por Goffman, que vão além da aplicação específica no campo jornalístico. A definição goffmaniana de enquadramento parte da pergunta “O que é que está acontecendo aqui?”, geralmente utilizada pelos indivíduos em diferentes situações cotidianas, pois de acordo com o autor são os enquadramentos que permitiriam responde-la. Segundo Goffman (2012, p. 31), “qualquer acontecimento pode ser descrito em termos de um enfoque que inclui um espectro mais amplo ou um espectro estreito e – como questão relacionada, mas não idêntica – em termos de um enfoque em primeiro plano ou distante”. Pessoas diferentes, desempenhando papéis diferentes em determinada atividade, terão visões – perspectivas – distintas do que está acontecendo. Mesmo aqueles que “trazem perspectivas diferentes para os ‘mesmos’ acontecimentos estão propensos a empregar aberturas e níveis de enfoque diferentes” (GOFFMAN, 2012, p. 31), ou seja, enquadramentos distintos.

O autor define a “análise de enquadramento” como um elemento de organização da experiência e os quadros como princípios de organização dos acontecimentos:

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar (GOFFMAN, 2012, p. 34).

O objetivo traçado por Goffman (2012, p. 33) era o de “isolar alguns dos esquemas fundamentais de compreensão disponíveis em nossa sociedade, a fim de compreender os acontecimentos e analisar as vulnerabilidades especiais a que estão sujeitos estes quadros de referência”. Para tanto, o autor se utiliza de material informativo, anedotas extraídas da imprensa, sobre as quais infere que:

Os acontecimentos passageiros típicos ou representativos não constituem notícia só por essa razão; apenas os acontecimentos extraordinários são notícia, e mesmo estes são submetidos à violência editorial praticada rotineiramente por redatores afáveis (GOFFMAN, 2012, p. 38).

É a partir dessa aproximação com o jornalismo que, como explica Carlos Alberto de Carvalho (2009), o conceito de enquadramento traçado por Goffman acaba por ser utilizado a partir de noções instrumentais do termo, nas quais às vezes aparece como simples resultado de escolhas isoladas ou institucionais que jornalistas e veículos de comunicação adotam diante de determinado acontecimento ao transformá-lo em narrativa jornalística.

A proposição de Goffman de “quadros primários”, todavia, vai além de um mero conceito operacional ao tratar da relação dos sistemas de mídia com os atores sociais. Nesse sentido, para uma compreensão ampla do “enquadramento”, propõe-se explorar visões diferentes, complementares e conflitantes do conceito. Alguns anos depois da primeira publicação do estudo de Goffman, a socióloga norte-americana Gaye Tuchman lança o livro *Making News: A Study in the Construction of Reality* (1978), onde traça suas próprias proposições sobre o conceito de “frame”. Para a autora, “notícias são uma janela para o mundo”, por meio da qual os cidadãos “aprendem de si mesmos e dos outros, de suas próprias instituições, líderes e estilos de vida, e de outras nações e seus povos” (TUCHMAN, 1978, p. 1, tradução nossa).

Ao adotar uma visão mais voltada à institucionalização das práticas, Tuchman (1978, p. 1, tradução nossa) analisa a constituição dos enquadramentos com base em sua produção dentro das instituições noticiosas, “organizações complexas sujeitas a certos processos inevitáveis”, pelos jornalistas, “como profissionais com preocupações profissionais”. Seu enfoque, no entanto, não está nos preconceitos e enviesamentos pessoais dos jornalistas, mas nas “maneiras pelas quais o profissionalismo e as decisões decorrentes desse profissionalismo são resultado de necessidades organizacionais” (TUCHMAN, 1978, p. 1-2, tradução nossa).

O tema central da obra, como o próprio título denota, é o papel das notícias na construção da realidade, em contraposição com as chamadas “teorias do espelho” – surgidas em meados do século XIX com o nascimento do jornalismo informativo, segundo as quais as notícias seriam uma mera reprodução do real (TRAQUINA, 2005; GANS, 2004). “Essa abordagem argumenta que as notícias não espelham a sociedade. Elas ajudam a constituí-la como um fenômeno social compartilhado, pois, no processo de descrever um evento, as notícias o definem e o moldam” (TUCHMAN, 1978, p. 184, tradução nossa). Tuchman baseia-se nos conceitos de Goffman ao mesmo tempo em que desenvolve uma abordagem diferente da proposta por ele. A autora, todavia, defende seu embasamento na obra do sociólogo quando afirma:

Goffman observa que a organização da experiência está inelutavelmente ligada à produção de significados. Tentei levar a obra de Goffman à sua conclusão lógica: A produção de sentidos está intrinsecamente incorporada nas atividades de homens e mulheres - nas instituições, organizações e profissões relacionadas com as suas atividades e que eles produzem e reproduzem, criam e recriam (TUCHMAN, p. 216, tradução nossa).

Anos mais tarde, o sociólogo norte-americano Todd Gitlin cunhou algumas das definições até hoje mais referenciadas sobre enquadramento noticioso no livro *The Whole World Is Watching* (2003), originalmente publicado em 1980, no qual aborda o impacto da cobertura midiática dos movimentos estudantis da chamada “Nova Esquerda” (*New Left*) norte-americana e, mais especificamente, de uma das principais organizações do movimento, a SDS (*Students for a Democratic Society*), que protestava contra causas como a Guerra do Vietnã. Segundo Gitlin (2003, p. 7, tradução nossa, itálicos no original):

Enquadramentos de mídia, largamente silenciados e desconhecidos, organizam o mundo para os jornalistas que o relatam e, em algum grau de importância, para nós que dependemos de seus relatos. *Enquadramentos de mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais manipuladores de símbolos rotineiramente organizam discursos, sejam verbais ou visuais.*

Assim como Tuchman (1978), Gitlin (2003) busca também desconstruir a metáfora que defende que o jornalismo estaria apenas “segurando um espelho para a realidade”, quando afirma que:

Meios de comunicação são holofotes móveis, não espelhos passivos da sociedade; seletividade é o instrumento de suas ações. Uma notícia adota um determinado enquadramento e rejeita ou minimiza o material que é discrepante. Uma história é uma escolha, uma maneira de ver um evento que também equivale a uma forma de triagem de pontos de vista. (GITLIN, 2003, p. 49-51, tradução nossa).

Ainda que mencione Goffman quando afirma que “nós enquadrados a realidade a fim de negociá-la, gerenciá-la, compreendê-la e escolher repertórios apropriados de cognição e ação” (GITLIN, 2003, p. 6-7, tradução nossa), os enquadramentos de mídia são definidos por Gitlin (2003) como princípios que fazem com que o mundo pareça natural além da experiência direta, e que também compõe em parte a realidade, visão que vai de acordo com a proposta institucionalizada sugerida por Tuchman (1978). De acordo com Gitlin (2003), os enquadramentos – considerados por seus debatedores como processos intrínsecos à prática jornalística – habilitam os jornalistas a processarem grandes quantidades de informação de forma rápida e rotineira, a reconhecerem informações como notícias e transformá-las para que sejam retransmitidas de forma eficiente para seus públicos. “Assim, por razões organizacionais, enquadramentos são inevitáveis e o jornalismo é organizado para regular sua produção” (GITLIN, 2003, p. 7, tradução nossa).

O autor dedica mais fôlego para descrever sua visão do conceito e defende que qualquer abordagem analítica voltada à produção de conteúdos massivos mediados deve se perguntar:

Qual é o enquadramento aqui? Por que este enquadramento e não outro? Que padrões são compartilhados pelos enquadramentos pinçados sobre este evento e os enquadramentos pinçados sobre aquele outro, por enquadramentos de diferentes mídias, em lugares diferentes e momentos diferentes? E como as instituições de transmissão de notícias regulam essas ordens? E então: que diferença os enquadramentos fazem para um mundo maior? (GITLIN, 2003, p. 7, tradução nossa).

A visão compartilhada por Gitlin (2003) e Tuchman (1978) de que os enquadramentos seriam fruto das rotinas do jornalismo, procedimentos organizacionais influenciados em grande parte pelos interesses econômicos e políticos das organizações de notícias e que “normalmente e regularmente se combinam para selecionar certas versões da realidade sobre outras” (GITLIN, 2003, p. 4, tradução nossa) vai de acordo com duas outras obras clássicas de estudos de mídia norte-americanos: *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*, do sociólogo Herbert Gans (2004), publicada originalmente em 1979, e *Reporters and Officials*¹¹, do pesquisador Leon V. Sigal (1974), que explicitam através de pesquisas temporalmente extensas como procedimentos organizacionais como a escolha de fontes e o dia a dia dos repórteres na redação podem afetar o conteúdo dos produtos noticiosos.

1.2 O enquadramento como resultado de escolhas organizacionais

Independente do formato em que serão publicadas, seja em um jornal impresso, TV, rádio ou portais da internet, as notícias e outros conteúdos jornalísticos tradicionalmente têm em comum o fato de serem produzidas por jornalistas dentro das redações, ambientes nos quais imperam regras específicas oriundas não somente da deontologia da profissão, mas também daqueles que estão acima na hierarquia e dos proprietários das organizações noticiosas. Sigal (1974, p. 2, tradução nossa) defende a importância de olhar para dentro das redações no processo de análise das notícias quando diz que: “para compreender o que são notícias e, ainda mais, o que as notícias significam, é essencial compreender como as notícias são feitas”. Os repórteres são

¹¹ Em *Reporters and Officials*, ao analisar o conteúdo de dois dos principais jornais norte-americanos, o *The New York Times* e o *The Washington Post*, Leon Sigal (1974) desenvolve um extensivo e detalhado estudo ao longo de 20 anos (1949-1969) sobre a seleção de fontes e de canais de comunicação no contexto dos Estados Unidos.

os responsáveis por relatar os fatos que serão transformados em notícias, mas ainda de acordo com Sigal (1974, p. 65, tradução nossa), mais informações chegam ao repórter do que ele poderia possivelmente incluir em seus relatos.

Mesmo quando observam um evento diretamente, os repórteres relutam em “oferecer suas próprias interpretações publicamente, preferindo confiar em suas fontes de notícias” (SIGAL, 1974 p. 69, tradução nossa). Tuchman (1978, p. 82-83, tradução nossa) complementa esse ponto de vista em sua afirmação de que “os fatos devem ser rapidamente identificados”, pois “para os jornalistas (como para os cientistas), ter testemunhado uma ocorrência não é suficiente para definir a observação como factual”. Desse modo, para o repórter, em suma, a maioria das notícias são não o que aconteceu, mas o que alguém diz que aconteceu, tornando a escolha de fontes crucial” (SIGAL, 1974, p. 69, tradução nossa).

Para construir as notícias os jornalistas dependem das fontes de notícias, definidas por Gans (2004, p. 80, tradução nossa) como “os atores que jornalistas observam ou entrevistam, incluindo entrevistados que aparecem no ar ou que são citados em artigos de revista e aqueles que apenas fornecem informações básicas ou sugestões de histórias” e consideradas por Schudson (2011, p. 134, tradução nossa) “o segredo profundo e obscuro do poder da imprensa”, pois “grande parte desse poder é exercido não pelas próprias instituições de notícias, mas por fontes que lhes fornecem informações”. Como explica Sigal (1974, p. 2, tradução nossa), as fontes são indivíduos “com suas próprias estruturas de significado e seus próprios interesses a proteger”, e por isso mesmo têm capacidade para moldar em grande parte o que o jornalista relata.

Segundo o pesquisador norte-americano Timothy Cook (2011, p. 206), “a notícia é o resultado de negociações recorrentes entre fontes e jornalistas, cujos resultados diários beneficiam apenas certas alocações de valores”. Para o autor, a seletividade operada pelos jornalistas não leva automaticamente ao viés; o que torna as notícias enviesadas é o fato de que elas não são uma “uma amostra aleatória de todos os eventos possíveis a cada dia”, mas certos tipos de atores, partidos políticos e questões recebem maior cobertura e são apresentados mais favoravelmente que outros (COOK, 2011, p. 206-207). Dessa forma, os jornalistas “podem criar importância e certificar a autoridade tanto quanto refleti-la, ao decidir quem deve falar sobre o que e em que circunstâncias” (COOK, 2011, p. 206).

Assim como “(os repórteres) podem esconder interpretações em suas histórias selecionando cuidadosamente declarações de fontes das notícias e citando-as verbalmente ou parafraseando-as” (SIGAL, 1974, p. 67, tradução nossa), as fontes também têm motivações próprias ao selecionar as informações que compartilham com os jornalistas. Conforme define Sigal (1974, p. 181; tradução nossa), “as mesmas rotinas e convenções que jornalistas usam para lidar com a incerteza, porém, são exploradas pelas suas fontes para inserir informações em notícias ou para propagandear”.

Para explicar a relação entre repórteres e as fontes, o sociólogo Herbert Gans (2004) utiliza a metáfora da dança:

A relação entre fontes e jornalistas se assemelha a uma dança, pois fontes buscam acesso aos jornalistas, e jornalistas buscam acesso às fontes. Embora seja preciso dois para dançar tango, fontes ou jornalistas podem conduzir a dança, mas mais frequentemente são as fontes que conduzem. Com pessoal e tempo em falta, jornalistas procuram ativamente apenas um pequeno número de fontes regulares, que têm sido disponíveis e apropriadas no passado, e são passivos em relação a outras fontes de notícias possíveis (GANS, 2004, p. 116, tradução nossa).

Outra metáfora não tão elegante utilizada por Gans (2004) para explicar a relação entre jornalistas e fontes é o “cabo de guerra”, onde fontes tentam colocar a melhor luz sobre si mesmas e jornalistas tentam extrair das fontes as informações que querem e precisam. Esses cabos de guerra, para o autor, são resolvidos pelo poder. As notícias são, portanto, “o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”, poder este que é exercido por todos os participantes na transmissão das informações e que está também em evidência dentro das organizações de notícias (GANS, 2004, p. 81, tradução nossa). As fontes, nesse cenário, em geral não são inocentes quanto à influência que exercem e “se veem como pessoas com a oportunidade de fornecer informações para promover seus interesses, para divulgar suas ideias, ou em alguns casos, apenas para colocar seus nomes e rostos nas notícias” (GANS, 2004, p. 117, tradução nossa).

O acesso dos jornalistas às fontes e vice-versa também é fator determinante na escolha das mesmas. Como explica Gans (2004, p. 81, tradução nossa):

Os economicamente e politicamente poderosos podem obter acesso fácil aos jornalistas e são procurados por eles; aqueles que não têm poder são mais difíceis de se alcançar por jornalistas e geralmente não são procurados até que suas atividades produzam notícias de desordem social ou moral.

Para além simplesmente do acesso, titulares de altos cargos tanto nos diferentes níveis do governo como em corporações privadas exercem influência sobre os eventos e, por isso, qualquer coisa que digam pode ser significativo, quer seja verdade ou não (SIGAL, 1974). Para melhor compreensão analítica, Sigal (1974), em seu estudo sobre 20 anos de cobertura política da imprensa norte-americana, classifica as fontes em cinco categorias: as fontes oficiais do governo dos EUA; as fontes oficiais de governos estrangeiros; as fontes oficiais de governos estaduais e locais nos Estados Unidos; estrangeiros que não trabalham para nenhum governo; e cidadãos particulares. No contexto estudado, o autor identifica a predominância de fontes oficiais – especialmente do governo americano – até mesmo nas notícias que tratam de outros países. Assim, “informações de oficiais e a sabedoria convencional prevalecte nos círculos oficiais dominam a cobertura da imprensa” (SIGAL, 1974, p. 70, tradução nossa).

Michael Schudson (2011) fornece pensamento complementar no livro *The Sociology of News*¹², onde também discorre sobre as fontes e seu caráter oficial. O autor afirma que a necessidade dos repórteres de entrevistar fontes autorizadas dá grande poder a altos funcionários do governo, “o acesso a eles é um recurso escasso e eles controlam os jornalistas concedendo ou negando acesso” (SCHUDSON, 2011, p. 138, tradução nossa). Para Timothy Cook (2011, p. 212), “os repórteres não refletem apenas a autoridade; eles também a reforçam”, e a predominância de vozes oficiais não se dá simplesmente porque é mais eficiente para os jornais focar-se nelas, mas porque a suposta autoridade dessas fontes permite que os repórteres construam um relato defensável e possam então se defender de possíveis críticas. Fontes oficiais tendem a “dotar a informação com a credibilidade de sua posição na hierarquia e/ou com seu envolvimento no processo de tomada de decisão” (COOK, 2011, p. 219).

Schudson (2011, p. 137) se apropria de uma classificação traçada primeiramente por Sigal (1974) para afirmar que: “entre as fontes do governo, as fontes governamentais de rotina são mais importantes. Ou seja, a maioria das notícias chega à mídia por meio de eventos ordinários, programados e iniciados pelo governo”, como comunicados à imprensa, discursos públicos, audiências legislativas e coletivas de imprensa, procedimentos que se encaixariam nos canais de rotina identificados por Leon Sigal (1974).

¹² O livro foi publicado originalmente em 2003, mas a versão utilizada é a segunda edição, publicada em 2011.

Para o pesquisador, canais são “os caminhos pelos quais informações atingem o repórter” (SIGAL, 1974. p. 120, tradução nossa) e se dividem em três categorias: de rotina, informais e corporativos. Na primeira categoria estão inclusos procedimentos oficiais, comunicados e conferências de imprensa, palestras, cerimônias, entre outros. Já os “canais informais” incluem, por exemplo, vazamentos de informações, processos não-governamentais, reuniões de associações ou convenções sindicais. Finalmente, os “canais corporativos” são entendidos como entrevistas realizadas por iniciativa dos repórteres, eventos que o jornalista testemunha em primeira mão, como incêndios, tumultos e catástrofes naturais, ou as conclusões e análises dos próprios profissionais de imprensa (SIGAL, 1974).

A escolha das fontes, entretanto, não depende apenas do repórter e nem mesmo dos editores e das instituições jornalísticas, muito embora esses sejam fatores relevantes, como já buscou-se demonstrar. Como afirma Schudson (2011, p. 134, tradução nossa), “organizações jornalísticas são limitadas por restrições de tempo e dinheiro e ambas são controladas pela exigência de prazos para a publicação de um produto jornalístico diariamente - ou várias vezes ao dia”.

De acordo com o teórico norte-americano Walter Lippmann (2010), no livro *Opinião Pública*, escrito em 1922, “todo jornal quando alcança o leitor é o resultado de uma série completa de seleções sobre que itens e em que posições devem ser publicados, quanto espaço cada estória deve ocupar, que ênfase deve ter” (LIPPMANN, 2010, p. 301), e essas seleções são frutos de convenções e valores profissionais. Tais parâmetros convencionados foram incorporados à prática jornalística no decorrer da história e interferem de forma ativa nos processos de produção da notícia e na notícia em si. Assim, “a dependência jornalística de rotinas significa que a maioria dos repórteres está em melhor posição para encontrar apenas algumas fontes e recolher apenas algumas notícias e está, portanto, mais inclinada a criar certos tipos de histórias” (COOK, 2011, p. 207). Como explica Gitlin (2003, p. 4, tradução nossa, *itálicos no original*):

As rotinas do jornalismo, situadas entre os interesses econômicos e políticos das organizações de notícias, normalmente e regularmente se combinam para selecionar certas versões da realidade sobre outras. Dia após dia, procedimentos organizacionais *normais* definem “a história”, identificam os protagonistas e os problemas, e sugerem atitudes adequadas para eles.

Historicamente, muitas dessas práticas adotadas de modo a simplificar o trabalho dos envolvidos na produção noticiosa ajudam a padronizar o conteúdo do

jornal e formam bases sobre as quais as pautas são discutidas na redação e operacionalizadas na prática. Para Gitlin (2003, p. 211, tradução nossa), as rotinas noticiosas de escolha de notícias e os procedimentos de enquadramento estão intrinsicamente ligados, uma vez que são eles “que operam, noite após noite, para governar o conteúdo das notícias”. Complementa Sigal (1974, p. 66, tradução nossa):

Esses hábitos mentais, como as rotinas de ação, parecem reduzir o âmbito da incerteza dos jornalistas, fornecendo um conjunto de normas para a seleção de notícias e um catalisador para cristalizar o consenso. Independentemente de sua validade, eles na verdade rotinizam certezas. Finalmente, convenções são úteis para legitimar a seleção feita e para desviar a crítica externa.

Essas práticas têm origem tanto no dia a dia dos próprios jornalistas, como foram instituídas pelos proprietários das grandes corporações de mídia, “incorporadas durante o aprendizado, reforçadas na experiência diária de trabalho, elas se tornam ‘o jeito como as coisas são feitas’”, e repetidas vez após vez, se tornam procedimentos operacionais padrão (SIGAL, 1974, p. 101, tradução nossa). Muitas vezes, esses procedimentos já tão cristalizados não são identificados de maneira clara nem mesmo pelos próprios jornalistas, pois “essas rotinas são estruturadas nas formas com que os jornalistas são socializados desde a infância, e em seguida treinados, recrutados, ordenados, editados, recompensados e promovidos no trabalho” (GITLIN, 2003, p. 11, tradução nossa).

A padronização, os estereótipos e a rotina de julgamentos praticada nas redações – isto é, a sistematização – fazem parte, segundo Lippmann (2010, p. 300), de um modelo de jornalismo industrial que tem como objetivos principais a economia de tempo e esforço, assim como uma garantia parcial contra o fracasso. Essas convenções jornalísticas se relacionam intrinsicamente com o *modus operandi* que rege o jornalismo ocidental desde o começo do século XX, modelo que adota como estandartes ideais como a “objetividade” e a “imparcialidade”, que imperam nas redações até a entrada do século XXI, mesmo que de forma implícita. Tuchman (1978, p. 210, tradução nossa) explica essa relação quando afirma que “as notícias trazem e reproduzem estruturas institucionais”.

Segundo a autora, ao identificar fontes centralizadas de informação como instituições sociais legitimadas, as organizações de notícias e os jornalistas se ligam a lugares específicos, que são então considerados como os apropriados nos quais as informações devem ser coletadas (TUCHMAN, 1978).

Esses lugares de coleta de notícias são objetivados como fontes legítimas e legitimadoras de informações e governança. Através do empirismo ingênuo, essa informação é transformada em fatos objetivos - fatos como uma descrição normal, natural, dada como certa e constituidora de um estado das coisas. E através das fontes identificadas com fatos, os jornalistas criam e controlam a controvérsia; eles contêm a dissensão (TUCHMAN, 1978, p. 210-211, tradução nossa).

É para a relação entre as práticas organizacionais e a objetividade que a discussão se volta a partir de agora.

1.3 Enquadramento e objetividade

A ligação entre as relações organizacionais e o paradigma da objetividade se manifesta na utilização pelos jornalistas dos procedimentos adotados nas redações para reivindicar a pretensão de relatar objetivamente os fatos que transformam em notícias, como explica Gaye Tuchman (1993) no ensaio *A objetividade como ritual estratégico*¹³. Segundo a autora, a objetividade “pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos da sua profissão” (TUCHMAN, 1993, p. 74), como possíveis processos por difamação e repressões de seus superiores. O termo funcionaria assim como um baluarte entre os jornalistas e os críticos, através do qual seria possível invocar as rotinas de produção para neutralizar potenciais agravos, pois cada notícia pode acarretar perigos tanto para o corpo redatorial como para a organização jornalística, através de refutações e quedas dos lucros (TUCHMAN, 1993).

Tuchman (1993) lista e analisa os fatores que influenciam a noção de objetividade dos jornalistas, sendo eles: a forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo.

Por forma, entendo aqueles atributos das notícias e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos, como o uso das aspas. Por conteúdo, entendo aquelas noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas. O conteúdo é também relacionado com as relações interorganizacionais do jornalista, pois as suas experiências com essas organizações levam-no a tomar por certas algumas coisas acerca delas (TUCHMAN, 1993, p. 75).

Para justificar a produção de relatos supostamente objetivos e imparciais, são utilizados alguns procedimentos estratégicos que vão além da mera verificação dos fatos, como a apresentação de possibilidades conflituais, “os dois lados da questão”,

¹³ A versão do texto utilizada é uma tradução para o português europeu, mas optou-se por não alterar a grafia das palavras visto que a compreensão do conteúdo não se encontra comprometida.

a apresentação de provas suplementares, o uso judicioso de aspas, deixar “os fatos falarem” através da inserção de opiniões das fontes que autorizam pontos de vista do próprio repórter e a estrutura da informação numa sequência apropriada, como o modelo da “pirâmide invertida” (TUCHMAN, 1993).

Herbert Gans (2004, p. 182, tradução nossa) também faz suas considerações sobre a objetividade e a define como a isenção de valores e ideologia. O próprio autor verifica a contradição presente nessa definição, visto que a objetividade é em si um valor, mas explica que: “jornalistas tentam excluir valores no sentido estrito do termo: como declarações de preferência sobre a nação e a sociedade”. Os valores ocultos nas rotinas de trabalho impostas nas redações tornam possível que os jornalistas acreditem na possibilidade de deixar seus valores pessoais conscientes “em casa”, ato que concede a eles certa autonomia individual na escolha das notícias (GANS, 2004).

O pesquisador Timothy Cook (2011, p. 210) adota posicionamento semelhante quando afirma que os repórteres “se engajam na exclusão explícita de valores, aderindo à objetividade, ignorando as implicações de sua cobertura e seus próprios pontos de vista pessoais”, mas acabam assim por incluir implicitamente outros valores, “aqueles inerentes às rotinas de trabalho e às definições do que faz uma história ‘de qualidade’”. Essa exclusão de valores conscientes é feita através não só da busca pela objetividade mas também pela desconsideração de implicações e a rejeição de eventuais valores ideológicos (GANS, 2004). Segundo o sociólogo, os jornalistas se sentem objetivos quando assumem que seu valores são universais ou dominantes. “Quando valores não suscitam nenhuma dissidência ou quando a dissidência pode ser explicada como desordem moral, aqueles que sustentam valores podem facilmente esquecer que eles são valores” (GANS, 2004, p. 185-186, tradução nossa).

Para Gans (2004, p. 186, tradução nossa), a objetividade é também uma consideração comercial, que continua sendo utilizada como um ideal através do tempo reforçada pela necessidade de proteger a credibilidade jornalística, pois “se os jornalistas não fossem vistos como sendo objetivos, cada história poderia ser criticada como resultado de um ou outro viés jornalístico, e as notícias seriam desacreditadas por um número ainda maior de telespectadores e leitores”. O pesquisador Miquel Rodrigo Alsina (2009), autor do livro *A Construção da Notícia*, obra que reflete sobre as etapas do sistema produtivo jornalístico desde o “acontecimento” até a produção, circulação e consumo, complementa a explicação de Gans: “Os jornais fazem

interpretações da realidade. Quanto mais eles se ajustarem à interpretação da realidade que o leitor faria se estivesse no lugar do jornalista, mais o jornalista vai acreditar que se trata de uma descrição objetiva” (ALSINA, 2009, p. 294).

Justamente devido ao conceito de objetividade estar tão intrinsicamente ligado a práticas profissionais particulares, Alsina (2009, p. 241) defende a inexistência de um conceito único para o termo, que “sofre uma variação temporal (nas diversas épocas), mas também espacial (nos distintos países)”, e deve ser visto como “um conceito social e diferente segundo as culturas pesquisadas”. Outro ponto levantado pelo autor é que ao tratar de objetividade presume-se que a realidade existe de forma objetiva, independentemente do sujeito, e que o problema residiria nos relatos repassados ao público pela imprensa (ALSINA, 2009, p. 251), probabilidade que se inviabiliza com a inexistência de uma única visão possível de qualquer realidade.

Assim, considerando a objetividade jornalística como um dos elementos-chave para compreender os valores ideológicos mantidos pela “imprensa liberal capitalista”, Alsina (2009) explica que dentro desse modelo o conceito se definiria como a descrição dos principais fatos desvinculados das relações de classe em que eles acontecem, o que desconsidera que os fatos para se tornarem notícias precisam ser interpretados. “Temos, então, um reflexo falso da realidade. Além do mais, a autêntica objetividade não é neutra e nem imparcial” (ALSINA, 2009, p. 252). A necessidade de interpretação para os fatos, no entanto, não significa que o jornalista poderá fazer qualquer tipo de interpretação:

Cada sociedade aceita, diante de determinado fenômeno, uma série de interpretações aceitáveis. Toda interpretação que vá além desse universo, poderá ser facilmente considerada como sendo um uso malicioso, mal-intencionado ou simplesmente sem qualquer propósito informativo. Mas é preciso levar em conta que, o que seria uma interpretação para uma comunidade, pode ser um uso para outra e vice-versa (ALSINA, 2009, p. 260).

O ideal da objetividade, todavia, nem sempre imperou nas redações e não acompanhou o desenvolvimento da imprensa desde sua fundação. O conceito de “notícias objetivas” (*straight news*) é um produto social envolvido nos processos de democratização da vida política, econômica e social no século XX; isto é, trata-se de uma construção histórica que acaba por se tornar hegemônica, como explica o sociólogo norte-americano Michael Schudson (2010) em outro de seus livros, traduzido como *Descobrimo a Notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*, publicado originalmente em 1978. “Antes de 1830, a objetividade não era um

ponto crucial. Até então, esperava-se que os jornais norte-americanos apresentassem um ponto de vista partidário, em vez de uma posição neutra” (SCHUDSON, 2010, p. 14).

Segundo o sociólogo, depois da Primeira Guerra Mundial, quando “jornalistas, como outros profissionais, perderam a confiança em verdades tidas como certas numa sociedade democrática de mercado” (SCHUDSON, 2010, p. 17), é que o cenário começou a mudar. Leon Sigal (1974, p. 66, tradução nossa) também retoma o início dos jornais como periódicos de opinião, mas cita duas tendências que “convergiram para silenciar o tom partidário da imprensa nos Estados Unidos” e fizeram com que as notícias objetivas entrassem em voga depois da virada do século XX: o desejo dos editores de impulsionar a circulação e o crescimento da publicidade como fonte de receita.

Por fim, ainda de acordo com Schudson (2010, p. 20), “nos anos de 1960, ambos, críticos e defensores da imprensa, tomaram a objetividade como o emblema do jornalismo norte-americano” e até hoje ela tem sido adotada em outros países cujos modelos de jornalismo recebem influências do norte-americano. Dessa forma, a “objetividade (...) passou a significar que as afirmações de uma pessoa sobre o mundo podem ser confiáveis se forem submetidas a regras estabelecidas consideradas legítimas pela comunidade de profissionais” (SCHUDSON, 2010, p. 17).

Não obstante, Schudson argumenta contra o “mito” da objetividade e explica que “a objetividade como um ideal tem sido usada, e ainda é usada, mesmo de forma dissimulada, como uma camuflagem para o poder” (SCHUDSON, 2010, p. 187). Essa visão encontra sintonia com a discussão proposta por Jesús Martín-Barbero (2004) no livro *Ofício de cartógrafo*, onde afirma que estudar o discurso é estudar regras e relações de poder, pois “o discurso é poder, lugar de uma luta específica pelo poder. E essa luta faz parte de suas condições de produção e de circulação” (BARBERO, 2004, p. 70). Assim, ainda que procedimentos organizacionais tenham sua importância na organização da produção noticiosa dentro das redações, como já discutido anteriormente, para Barbero (2004, p. 81) o “processo técnico” serviu de justificativa, de alibi, no processo de monopolização e emudecimento da imprensa.

Sobre a mudança de cenário descrita por Schudson (2010), que resultou no fortalecimento da objetividade no século XX, argumenta Martín-Barbero:

O desenvolvimento, seja tecnológico, seja discursivo, dos *mass media*, que se inicia nos Estados Unidos ao findar a Primeira Guerra Mundial, foi diretamente vinculado à necessidade que tinha o governo de homogeneizar as massas em torno do consenso contido no processo bélico (BARBERO, 2004, p. 49).

Retomando a noção de objetividade traçada por Gans (2004, p. 196, tradução nossa), que a define como uma pretensa isenção de valores e ideologia, compreende-se que os jornalistas não podem escrever ou filmar histórias sem expressar alguns valores e que estes “assumem a forma de opiniões conscientes e inconscientes, juízos de realidade (que por vezes são demonstrações de preferência) e acima de tudo, valores duradouros”. São justamente esses valores duradouros, os que entram nas notícias mais regularmente e com mais frequência, que são incluídos inconscientemente nas narrativas jornalísticas e “como resultado, eles não entram em conflito com a objetividade – na verdade, eles a tornam possível” (GANS, 2004, p. 196-197, tradução nossa).

Para o sociólogo norte-americano, portanto, “se a notícia inclui valores, também contém ideologia”, que ele define como “um agregado de valores apenas parcialmente pensados, que não são inteiramente consistentes nem bem integrados” (GANS, 2004, p. 68). Já a tentativa de excluir os valores conscientes, implica supostamente na exclusão da ideologia.

Mas as maneiras com que os jornalistas rejeitam a ideologia e lidam quando ela aparece fornecem mais conhecimento sobre o funcionamento da objetividade – e uma compreensão de como valores inconscientes, e assim ideologia inconsciente, entram no julgamento das notícias (GANS, 2004, p. 190, tradução nossa).

Barbero (2004, p. 56), por fim, afirma que “qualquer mensagem, discurso ou texto se acha trabalhado pelo ideológico e é suscetível, portanto, de uma leitura ideológica, tanto o discurso político como a revista de modas ou o jornal de TV”. Nesse cenário, “o ideológico deixa de ser um adjetivo atribuível a certo tipo de discursos, para ser definido como um nível de organização do semântico, um ‘nível de significação’ presente em qualquer tipo de discurso”.

1.4 Ideologia, hegemonia e enquadramento

Todd Gitlin (2003) discute a noção de ideologia em seu estudo de enquadramento justamente por, tal como Barbero (2004), relacionar diretamente a produção noticiosa com a disseminação de conteúdo ideológico. Para o autor, “os

meios de comunicação são, no mínimo, uma força social significativa na formação e delimitação das suposições, atitudes e modos do público – da ideologia, em suma” (GITLIN, 2003, p. 9, tradução nossa). Os meios “às vezes geram, por vezes amplificam um campo de discurso legítimo que forma as 'definições de situações' do público, e funcionam através de seleções e omissões, através de ênfases e tons, através de todas as suas formas de tratamento” e tornam-se sistemas centrais de distribuição de ideologia devido à sua abrangência, acessibilidade e capacidade simbólica centralizada (GITLIN, 2003, p. 9, tradução nossa).

Isso quer dizer que, todos os dias, diretamente ou indiretamente, por afirmação e omissão, em fotos e palavras, em entretenimento e notícias e publicidades, os meios de comunicação de massa produzem campos de definição e associação, de símbolos e retórica, através dos quais a ideologia se torna manifesta e concreta (GITLIN, 2003, p. 2, tradução nossa).

Gitlin (2003, p. 9-10, tradução nossa) apropria-se da noção gramsciana de hegemonia¹⁴ – nome dado à dominação de uma classe ou bloco histórico através da ideologia penetrada na vida cotidiana – para afirmar que esses valores ideológicos disseminados pelos meios seria uma ideologia hegemônica. O autor é o responsável por cunhar o termo “enquadramento hegemônico”, definido como “um processo histórico no qual uma imagem do mundo é sistematicamente preterida sobre outras, usualmente através de rotinas práticas” (GITLIN, 2003, p. 257, tradução nossa). Para o sociólogo, os enquadramentos hegemônicos seriam instrumento de poder utilizados pelos detentores dos meios de comunicação – deliberadamente ou não – para assegurar a manutenção do sistema político e econômico dominante do qual eles mesmos são parte.

Para Herbert Gans (2004), as notícias são “descaradamente conservadoras” e, se tivessem que ser rotuladas ideologicamente, “elas seriam liberais de direita ou conservadoras de esquerda (GANS, 2004, p. 68, tradução nossa). Assim, “seria justo dizer que as notícias suportam a ordem social dos setores públicos, empresariais e profissionais da sociedade, de classe média-alta, meia-idade, masculinos e brancos” (GANS, 2004, p. 61, tradução nossa). Negros e mulheres obtêm sucesso

¹⁴ O conceito de hegemonia que baseia o pensamento de Todd Gitlin aqui apresentado é oriundo das reflexões originais do teórico italiano Antonio Gramsci. Por opção metodológica relacionada aos limites intrínsecos da dissertação, todavia, a obra do pensador marxista não será aprofundada. Para detalhes, ver originalmente Gramsci (1999) e os comentários e interpretações de Alves (2010).

mediático na medida em que “se movem para a ordem social existente” e não se apresentam como “separatistas que querem alterá-la”.

Barbero (2004, p. 53, *itálicos no original*), de sua parte, explica que esse posicionamento ideológico da mídia não é coincidência, mas fruto do controle de propriedade. “Mas, se a burguesia chegou a impor sua linguagem *como a linguagem dos meios*, não foi por arte de magia, mas sim por outra ‘arte’: a do controle da propriedade, a do monopólio econômico dos meios”. Isso se deu porque a burguesia teve uma consciência muito clara do papel que teriam os meios desde o momento de seu nascimento, de que “iam possibilitar novas, sofisticadas e mais penetrantes formas de colonização, mediante as quais a dominação deixaria de ser sofrida como uma opressão para ser sentida como uma aliança que converte o dominador em libertador” (BARBERO, 2004, p. 53).

Em sintonia com as concepções traçadas por Gramsci, Gitlin (2003, p. 10) conclui que “aqueles que governam as instituições dominantes asseguram seu poder em grande medida, direta e indiretamente, imprimindo suas definições da situação sobre aqueles que eles governam”, limitando significativamente o que é discutido na sociedade – o que não significa, segundo o autor, que são diretamente excluídas informações discrepantes ou alternativas, pois a hegemonia é um processo que está em constante transformação (GITLIN, 2003, p. 51-52, tradução nossa). Para Tuchman (1978, p. 180), ao mesmo tempo em que as notícias podem ser fonte de conhecimento para definir e construir a realidade social, como ideologia elas seriam responsáveis por impedir “uma compreensão analítica através da qual os atores sociais podem trabalhar para entender seu próprio destino”. Nesse contexto, nas palavras de Martín-Barbero:

Investigar a rede semântica, a estrutura significante no plano ideológico, é investigar o princípio de organização a partir do qual uma classe constrói seu discurso, e através do qual converte em projeto comum seu projeto particular, disfarçando sua dominação ao desvincular esse projeto das relações sociais de produção que o sustentam (BARBERO, 2004, p. 57).

Compreende-se nessa linha de raciocínio que a maneira que os detentores dos meios de produção encontraram para propagar os valores ideológicos que defendem é justamente através dos procedimentos técnicos adotados na redação, como já se discutiu anteriormente. Para Gitlin (2003, p. 52, tradução nossa), “a legitimidade das notícias hegemônicas repousa sobre sua pretensão de objetividade”. Isso perpassa todas as etapas da produção, desde a escolha de fontes aos critérios noticiosos

adotados, até o trabalho e os valores dos próprios jornalistas (GANS, 2004). Segundo esta visão, a preferência pelas fontes e relatos oficiais identificada por Sigal (1974) e por Gans (2004) estaria fundamentada na manutenção de um enquadramento hegemônico que daria preferência à ordem social, econômica e política estabelecida nas sociedades capitalistas, marginalizando manifestações contrárias a ela.

Como o objetivo da presente pesquisa é distanciar-se de uma maneira de enxergar o enquadramento meramente sob a ótica instrumental, o caminho perseguido é o descrito por Barbero (2004, p. 56), que afirma:

Se o modo de produção, enquanto sistema de relações sociais, é o que determina a forma de operar do ideológico, o que a análise persegue então é seu princípio organizativo, sua estrutura. E essa estrutura é precisamente o que não aparece, o que não é manifesto ou acessível nem à consciência dos indivíduos nem às técnicas de análise de conteúdo. A estrutura se coloca em outro nível, *latente, segundo, conotativo*.

É em busca dessas estruturas latentes que mergulha-se agora no conceito de “quadros primários”, originalmente cunhado por Gregory Bateson (1954), aprofundado pelo sociólogo Erving Goffman (1974/2012) e discutido pelo pesquisador brasileiro Carlos Alberto de Carvalho (2009).

1.5 Quadros Primários de Referência

Desde suas primeiras aparições, nas discussões propostas por Gregory Bateson no campo da psicologia e posteriormente na aplicação sociológica de Erving Goffman, o conceito de enquadramento se apresentou suficientemente complexo, auxiliando no entendimento não só das organizações jornalísticas – como posteriormente seria utilizado – mas primeiramente da organização do pensamento humano e das relações sociais, embasando assim abordagens metodológicas distintas para diferentes problemas de pesquisa. Bateson (2000) procura esclarecer como as interações humanas ancoram-se em quadros de sentido que moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos. No livro *Steps to an ecology of mind*, publicado pela primeira vez em 1972, afirma:

O quadro está envolvido na avaliação das mensagens que ele contém, ou simplesmente ajuda a mente a entender as mensagens contidas, lembrando ao pensador que essas mensagens são mutuamente relevantes e que as mensagens fora do quadro podem ser ignoradas (BATESON, 2000, p. 188).

Para o autor, portanto, um quadro seria “metacomunicativo” e “toda mensagem metacomunicativa é ou define um quadro psicológico” (BATESON, 2000, p. 188). Partindo da conceituação proposta por Bateson, Erving Goffman (2012, p. 33) identifica como seu principal objetivo “tentar isolar alguns dos esquemas fundamentais de compreensão disponíveis em nossa sociedade, a fim de compreender os acontecimentos e analisar as vulnerabilidades especiais a que estão sujeitos estes quadros de referência”. Tais esquemas fundamentais de compreensão são denominados originalmente por Goffman como “*primary frameworks*”, traduzidos como “esquemas primários” ou “quadros primários”, cujo funcionamento é sintetizado da seguinte maneira:

Em nossa sociedade ocidental, quando um indivíduo reconhece um determinado acontecimento, ele tende, seja qual for sua atividade, a envolver nesta resposta (e de fato a usar) um ou mais esquemas ou *schemata* de interpretação, de um tipo que podemos designar como *primário* (GOFFMAN, 2012, p. 45, itálicos no original).

O uso do termo “primário” se dá porque “a aplicação desse esquema ou perspectiva é considerada, por aqueles que a aplicam, como não dependendo de – nem retomando a – alguma interpretação anterior ou ‘original’”, sendo o esquema primário responsável por converter “em algo significativo aquilo que de outro modo seria um aspecto da cena desprovido de significação” (GOFFMAN, 2012, p. 45).

Os esquemas primários variam no grau de organização, alguns se apresentam de maneira mais clara como um sistema de entidades, postulados e regras, mas a maioria parece não possuir nenhuma forma articulada aparente, fornecendo apenas uma abordagem, uma perspectiva (GOFFMAN, 2012). Contudo, “seja qual for o grau de organização, cada esquema primário permite a seu usuário localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas” (GOFFMAN, 2012, p. 45). Essa atividade ocorre de maneira inconsciente, sem que os indivíduos sejam capazes de descrever de maneira exata seu funcionamento, o que não impede que continuem aplicando os esquemas primários cotidianamente.

Goffman (2012, p. 46) distingue duas grandes classes de esquemas primários: os naturais e os sociais. Os naturais identificam as ocorrências consideradas não dirigidas, “puramente físicas”, encontradas, naturalmente, nas ciências físicas e biológicas, como por exemplo “a situação do tempo apresentada num boletim meteorológico”. “Os esquemas sociais, por outro lado, fornecem uma compreensão

de fundo para os acontecimentos que incorporam a vontade, o objetivo e o esforço de controle de uma inteligência, de um agente vivo, sendo o principal deles o ser humano” (GOFFMAN, 2012, p. 46). Essas classificações não são totalmente distintas, mas sim interdependentes, e levam a dois tipos de compreensão, um mais ou menos comum a todas as ações, que “diz respeito à manifesta manipulação do mundo natural de acordo com os condicionamentos especiais impostos pelas ocorrências naturais” e o outro mais específico, que “diz respeito aos mundos especiais nos quais o ator pode ver-se envolvido, mundos que, sem dúvida, variam consideravelmente” (GOFFMAN, 2012, p. 48).

A definição goffmaniana de quadros/esquemas primários, portanto, é o que fornece resposta à pergunta “O que é que está acontecendo aqui?”, que ele define como ponto de partida para a compreensão da definição de “enquadramento”. “A resposta: um acontecimento ou fato descrito nos limites de algum esquema primário” (GOFFMAN, 2012, p. 50), ou seja, “tendemos, portanto, a perceber os acontecimentos em termos de esquemas primários e o tipo de esquema que utilizamos proporciona uma maneira de descrever o acontecimento ao qual ele é aplicado” (GOFFMAN, 2012, p. 49). Para a compreensão de cada acontecimento pode estar envolvido apenas um ou uma multiplicidade de esquemas primários, o que torna complexa a sua identificação e contribui para a formação de um sistema social de crenças:

Tomados em conjunto, os esquemas primários de um determinado grupo social constituem um elemento central de sua cultura, especialmente na medida em que surgem compreensões relativas aos principais tipos de *schemata*, às relações destes tipos entre si e à soma total de forças e agentes que esses modelos interpretativos reconhecem estarem soltos no mundo. (GOFFMAN, 2012, p. 51)

Dessa forma, os quadros primários, tanto naturais quanto sociais, afetam um número maior de pessoas do que apenas os participantes de uma atividade, pois “os espectadores que se limitam a observar estão também profundamente envolvidos” (GOFFMAN, 2012, p. 64). O pesquisador brasileiro Carlos Alberto de Carvalho (2009) é um dos estudiosos que volta sua pesquisa sobre enquadramento para a compreensão dos quadros primários goffmanianos. Para o autor, “a cobertura jornalística é reveladora das contradições sociais, dos jogos de poder, da diversidade de visões de mundo (culturais, científicas, comportamentais, éticas, morais, religiosas e tantas outras) e dos múltiplos interesses em disputa” (CARVALHO, 2009, p. 1) e o conceito de enquadramento tem sido um dos pilares para o estudo de diversos autores

“sobre os modos como as notícias nos são apresentadas pelos operadores jornalísticos a partir de referências que deem às narrativas noticiosas inteligibilidade”, o que implica “relacioná-las a alguma dimensão do social reconhecível por quem as receberá” (CARVALHO, 2009, p. 4).

Baseando-se nas proposições de Goffman, Carvalho (2009) alerta que o enquadramento foi proposto pelo sociólogo para analisar como cada sujeito particular se envolve subjetivamente em uma dada situação social, como auxiliam os indivíduos a identificar a situação diante da qual se encontra, e não um conceito sobre a organização da estrutura social, como definido por Tuchman (1978) e outros autores. Para isso, os indivíduos lançam mão “de um repertório dado por sua inserção no mundo, recuperando, ou melhor dizendo, valendo-se de estruturas cognitivas que lhes auxiliem neste processo, que implicará sempre na seleção de um aspecto particular (*strip*) da totalidade da cena” (CARVALHO, 2009, p. 5), que prevalecerá sobre os demais. Essas estruturas são definidas por Goffman como quadros primários.

Quadros de referência sociais, portanto, são construções humanas historicamente localizáveis, a partir de interesses e demandas também identificáveis e ter consciência sobre tal dimensão é indispensável para que a interpretação de uma determinada situação não seja equívoca. (CARVALHO, 2009, p. 5)

A crítica de Carvalho à utilização do conceito de enquadramento apenas sob uma ótica institucionalizada, aplicada para compreensão de práticas profissionais, remete à constatação de que os jornalistas não vivem exclusivamente nas instituições, organizações e profissões. “A vida em sociedade exige outras interações e elas não podem ser desprezadas como componentes dos modos como acionamos quadros de referência para a interpretação de uma dada situação” (CARVALHO, 2009, p. 6). A atividade jornalística envolve “múltiplas dimensões de negociação com uma grande quantidade de sujeitos/atores sociais” e suas práticas não são autônomas ao restante do mundo social (CARVALHO, 2009, p. 6).

No entanto, para o autor, enfatizar os limites dessa abordagem dos enquadramentos não nega a importância das dimensões de institucionalização envolvidas nas atividades jornalísticas, “pois elas efetivamente constituem um dos elementos necessários em toda análise do jornalismo, das suas dinâmicas produtivas e das suas interações com os demais atores sociais” (CARVALHO, 2009, p. 7). O objetivo, portanto, não é negar um ou outro ponto de vista, mas “chamar atenção para o fato de o jornalismo apresentar-se como uma atividade mais complexa em suas

relações com o social” (CARVALHO, 2009, p. 7), como propõe também a pesquisadora portuguesa Maria João Silveirinha (2005).

Para a autora, as “teorias dos enquadramentos” constituem “uma ponte conceptual entre o entendimento das relações individuais cognitivas com a informação, a sua produção organizacional e a recepção desta mesma informação” (SILVEIRINHA, 2005, p. 1). Sua visão dos enquadramentos vai ao encontro do que é discutido por Goffman (2012) e Carvalho (2009) na medida em que os considera como crenças partilhadas na sociedade, que oferecem “uma plataforma de análise discursiva da participação dos actores sociais, neste caso, a imprensa e as suas vozes autorizadas” (SILVEIRINHA, 2005, p. 2), sendo úteis não somente ao estudo do jornalismo, mas à avaliação do papel da imprensa em momentos particulares da vida coletiva. Segundo Carvalho (2009 p. 8), uma importante contribuição da autora é ressaltar as relações entre enquadramento, estrutura e ação, cognição e práticas sociais, pois a partir dessas relações apontadas por Silveirinha “podemos melhor compreender o jornalismo como prática que negocia cotidianamente com os demais actores sociais, inclusive na tentativa de fazer prevalecer pontos de vista”.

Para Silveirinha (2005, p. 3):

Ao longo dos anos, vários autores têm recuperado uma linha de pensamento em torno da comunicação como forma de organizar a experiência desenvolvida por Erving Goffman, mas poucas vezes Goffman tem sido pensado como um autor que pode contribuir para a sociologia dos media e da comunicação mediada.

Portanto, de acordo com a autora, “apesar de Goffman não se preocupar centralmente com a comunicação mediada, mas com a interacção social interpessoal, o seu conceito de enquadramento desenvolvido em *Frame Analysis* é especialmente aplicável a esse domínio” (SILVEIRINHA, 2005, p. 3). O conceito ao qual a autora portuguesa se refere são as “estruturas primárias”, que dão as premissas ou instruções necessárias para decifrarmos situações cotidianas, e impõe “uma ordem aos múltiplos acontecimentos do mundo social de modo a torná-los uma série de acontecimentos com significado” (SILVEIRINHA, 2005, p. 4-5). Dentro do espaço noticioso, os enquadramentos “são entendidos como ‘esquemas’ relativamente padronizados que constituem uma base sobre a qual o público edifica a sua compreensão de novos eventos” (SILVEIRINHA, 2005, p. 5).

No presente estudo, desenvolve-se a hipótese que os estereótipos de gênero estabelecem os “quadros” ou “estruturas primárias” com os quais tanto jornalistas quanto o público irão construir sua compreensão das notícias, nesse caso especialmente da cobertura política do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

1.6 Enquadramento: de um paradigma fraturado a um programa de pesquisa multiparadigmático

Diante da apresentação de visões divergentes sobre enquadramento, compreende-se que não existe um consenso entre os pesquisadores sobre sua definição e utilização. A falta de uma afirmação geral para as teorias de enquadramento foi o que levou o pesquisador Robert Entman a escrever o artigo *Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm* em 1993, onde classifica enquadramento como um conceito “fraturado”, que apesar de ter “certa onipresença” entre as ciências sociais e humanas ainda apresenta uma conceituação dispersa. O objetivo de Entman (1993, p. 52, tradução nossa) era então “identificar e explicitar tendências comuns entre os vários usos dos termos e sugerir uma compreensão mais precisa e universal deles”.

Entman (1993) propõe uma definição para o conceito, que, na sua perspectiva, envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar, para o autor, é “*selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicacional*”, de modo a oferecer quatro funções: “*promover uma definição de problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito*” (1993, p. 52, tradução nossa, itálicos no original).

Prossegue o sociólogo:

Os quadros, então, *definem problemas* - determinam o que um agente causal está fazendo com quais custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns; diagnosticam causas - identificam as forças que criam o problema; fazem julgamentos morais - avaliam agentes causais e seus efeitos; e sugerem soluções - oferecem e justificam tratamentos para os problemas e preveem seus efeitos prováveis (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa, itálicos no original).

Uma única sentença de um determinado texto pode executar mais de uma dessas quatro funções, mas muitas sentenças podem não executar nenhuma, não sendo necessário, portanto, que o enquadramento inclua necessariamente todas elas. Entman (1993) afirma também que os quadros têm pelo menos quatro posições no

processo comunicativo: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. O comunicador, pois os jornalistas “fazem julgamentos conscientes ou inconscientes ao decidir o que dizer, guiados por quadros (geralmente chamados de esquemas) que organizam seus sistemas de crenças” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa). O texto, pois contém quadros, que são manifestados pela presença ou ausência de certas palavras-chave, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que fornecem o reforço de grupos de fatos ou decisões (ENTMAN, 1993, p. 52).

O receptor, uma vez que os quadros guiam seu pensamento e conclusão diante dos fatos, que “podem ou não refletir os quadros no texto e a intenção de enquadramento do comunicador” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa). Por fim, a cultura, que “é o estoque de quadros comumente invocados” e “pode ser definida como o conjunto empiricamente demonstrável de quadros comuns exibidos no discurso e no pensamento da maioria das pessoas em um agrupamento social” (ENTMAN, 1993, p. 52-53, tradução nossa). Entman (1993) conclui afirmando que um entendimento comum poderia ajudar a constituir o enquadramento como um paradigma de pesquisa, uma teoria geral que possa pautar a maioria dos estudos sobre a operação e os resultados de qualquer sistema particular de pensamento e ação, com aplicações em diversas áreas.

O pesquisador Paul D'Angelo (2002), no entanto, oferece um contraponto à visão de Entman do enquadramento como um paradigma fraturado e disperso e apresenta sua própria metateoria. Baseando-se em trabalhos da sociologia do conhecimento, ele argumenta que o conhecimento sobre enquadramento se acumulou de maneira coordenada porque funciona como um programa de pesquisa lakatosiano, conceito derivado do filósofo Imre Lakatos, que define um ambiente “que apóia a competição entre diferentes teorias e fornece critérios para avaliar teorias individuais à luz de novos dados” (D'ANGELO, 2002, p. 871, tradução nossa).

A metateoria apresentada por D'Angelo “propõe que os três paradigmas endêmicos à comunicação, chamados cognitivo, construcionista e crítico, possibilitem que o programa de pesquisa de enquadramento jornalístico funcione” (D'ANGELO, 2002, p. 871, tradução nossa). Assim, ao contrário de Entman (1993), o autor defende que não há e nem deveria haver um único paradigma de enquadramento, pois o conhecimento sobre o conceito se acumulou justamente porque os pesquisadores empregaram ao longo dos anos diferentes teorias, sob a orientação de perspectivas paradigmáticas distintas, para investigar a relação entre os quadros e os efeitos de

enquadramento, e essa diversidade teórica e paradigmática para ele resultou numa visão abrangente do processo de enquadramento e não a conclusões fragmentadas (D'ANGELO, 2002).

Para D'Angelo, o que Entman (1993) não leva em conta é que várias teorias, mesmo concorrentes, podem ser necessárias para entender o enquadramento, visão que embasa também a discussão proposta na presente pesquisa. “Apoiados pelo núcleo duro, os pesquisadores de enquadramento devem pensar livremente a partir das teorias disponíveis, a fim de examinar aspectos particulares do processo de enquadramento” (D'ANGELO, 2002, p. 872, tradução nossa). O “núcleo duro” do programa de pesquisa de enquadramento de notícias se divide em quatro objetivos empíricos, que os estudos individuais buscam em graus variados.

Esses objetivos são: (a) identificar unidades temáticas denominadas quadros, (b) investigar as condições antecedentes que produzem quadros, (c) examinar como os quadros de notícias ativam e interagem com o conhecimento prévio de um indivíduo para afetar interpretações, recordação de informações, tomadas de decisão e avaliações, e (d) examinar como as novas estruturas moldam os processos de nível social, como a opinião pública e os debates sobre questões políticas (D'ANGELO, 2002, p. 873, tradução nossa).

As proposições de D'Angelo envolvem fundamentalmente os três paradigmas presentes no campo da comunicação, chamados construcionista (caracterizado pela cooptação), cognitivo (caracterizado pela negociação) e crítico (caracterizado pela dominação). Os pesquisadores cognitivistas estão focados em estudar os processos mentais de percepção, o efeito dos quadros sobre o receptor, como o encontro de um indivíduo com um quadro de notícias se torna uma interpretação que é armazenada na memória e ativada em encontros futuros com quadros semelhantes e em como “os indivíduos podem decodificar quadros de forma flexível e usá-los para tomar decisões e julgamentos” (D'ANGELO, 2002, p. 877, tradução nossa).

Os estudiosos que trabalham dentro do paradigma crítico “afirmam que os quadros são o resultado de rotinas de coleta de notícias pelas quais os jornalistas transmitem informações sobre questões e eventos a partir da perspectiva dos valores mantidos pelas elites políticas e econômicas” (D'ANGELO, 2002, p. 876, tradução nossa). Esses quadros dominariam a cobertura de notícias e também o público, limitando o debate sobre determinados temas, impossibilitando a existência de uma esfera pública democrática e restringindo a consciência política. Se encaixariam nesse

paradigma autores como Todd Gitlin (2003), Gaye Tuchman (1978) e Jesús Martín-Barbero (2004).

Já o paradigma construcionista fornece ainda uma terceira perspectiva sobre o estudo do enquadramento, apoiada sobre uma imagem paradigmática de cooptação. Os construcionistas sustentam que os jornalistas são processadores de informação que criam “pacotes interpretativos” das posições de “patrocinadores” politicamente investidos, como as fontes por exemplo, mas veem os enquadramentos como um “kit de ferramentas” do qual os cidadãos deveriam se apropriar para formar suas opiniões sobre questões. Diferentemente dos estudiosos críticos, que veem a seleção de fontes como um processo de hegemonia da mídia, “os construcionistas acreditam que as organizações de notícias limitam o leque de informações sobre um tópico porque os jornalistas julgam que há poucos patrocinadores confiáveis (ou seja, fontes) sobre o assunto” (D’ANGELO, 2002, p. 877, tradução nossa). Para D’Angelo (2002), as ideias de Goffman (2012) apoiam mais adequadamente a pesquisa construcionista.

Nesse contexto, o autor defende os benefícios de uma visão multiparadigmática do programa de pesquisa de enquadramento de notícias, pois os pesquisadores, ao desenvolverem trabalhos pertencentes aos diferentes paradigmas para investigar o que são enquadramentos e como eles funcionam dentro de um processo complexo, conscientemente ou através dos processos orgânicos do programa de pesquisa, “trabalharam ‘juntos’ para construir conhecimento sobre um processo complexo” (D’ANGELO, 2002, p. 883, tradução nossa). É nesta perspectiva que o presente estudo ancora-se para o desenvolvimento da análise, conforme será explicitado no terceiro capítulo.

2. O IMPEACHMENT SOB A ÓTICA DOS ESTUDOS DE GÊNERO

A opção metodológica de se estudar o *impeachment* de Dilma Rousseff sob a ótica dos estudos de gênero se justifica a partir do pressuposto de pesquisa de que homens e mulheres não podem ser analisados em posição de igualdade, seja na sociedade em geral ou nas especificidades do campo político – este último compreendido na perspectiva bourdieusiana como um microcosmo com autonomia relativa na medida em que possui particularidades estruturais (BOURDIEU, 2009; MICELI, 2003; SILVA, 2012), mas influencia e é influenciado constantemente pelo que acontece nos demais campos que compõem o conjunto do corpo social¹⁵. Esse cenário será melhor evidenciado por meio do estudo de autores como Simone de Beauvoir (1967; 1970), Pierre Bourdieu (2012)¹⁶, Moema Viezzer (1989), Joan Scott (1995) e Mary Beard (2018). Nesse contexto, compreender os processos burocráticos e políticos que resultaram na deposição da ex-presidenta e analisar a cobertura midiática realizada no período ganha especial importância ao considerar-se que Dilma Rousseff foi a primeira mulher a governar o Brasil em sua história, chegando à presidência da República em 2010 e sendo reeleita em 2014.

Não é restrita somente à presidência da República a baixa participação de mulheres no cenário político brasileiro. O país se encontra na 115ª posição de um ranking de 138 países sobre a presença feminina nos parlamentos, levantamento realizado pelo Projeto Mulheres Inspiradoras em 2017 utilizando dados fornecidos pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ONU (Organização das Nações Unidas) e Banco Mundial¹⁷. Atrás de todos os outros países do continente americano, com

¹⁵ Nome proeminente no âmbito da Sociologia e da teoria social, Pierre Bourdieu é reconhecidamente um dos intelectuais que mais atingiu projeção no ocidente nas últimas décadas. O sociólogo francês desenvolve seus estudos em torno de questões que podem ser reunidas na ideia de uma “sociologia dos campos” ou de uma “teoria das práticas”. Ao apresentar o conceito de campo como “espaços estruturados de posições”, o autor coloca em evidência a relação entre estrutura e sujeito (BOURDIEU, 2009). Um campo, nessa perspectiva, passa a configurar um microcosmo regido por suas posições – constantemente tensionadas – no “mercado das trocas simbólicas” (BOURDIEU, 2009; MICELI, 2003). De acordo com Silva (2012, p.5), “por possuírem jogos próprios de tensões e uma determinada irreducibilidade frente aos demais, os campos são também interpretados como estruturas sociais específicas”. Para detalhes, ver: Bourdieu (2009), Miceli (2003) e Silva (2012).

¹⁶ A utilização do livro “A dominação Masculina”, de Pierre Bourdieu, para discutir questões de gênero é contestada por algumas correntes teóricas feministas por considerarem relevante o estudo de autoras mulheres para abordar o tema com maior propriedade. Ainda assim, optou-se por manter a discussão sobre a obra por sua relevância conceitual e por estar aliada com diversas autoras de renome no campo.

¹⁷ Para maior detalhamento, ver: MULHERES INSPIRADORAS, 2017 e MULHERES INSPIRADORAS, 2018.

apenas 9,5% de parlamentares federais do sexo feminino, o Brasil ainda não conseguiu chegar à média mundial de mulheres no parlamento desde 1990. Em toda a extensão territorial brasileira as mulheres ocupam 7.824 das cadeiras do Poder Legislativo municipal – 14% do total ou 3,8 vereadoras eleitas a cada 100 mil habitantes.

Em outro levantamento realizado pelo Projeto Mulheres Inspiradoras, com dados referentes ao ano de 2018, o Brasil ocupa a 161ª posição no Ranking de Presença Feminina no Poder Executivo dentre os 186 países analisados. No governo do presidente Michel Temer (2016-2018), que sucedeu a deposição de Dilma Rousseff, 96,4% dos cargos de ministérios foram ocupados por homens. Na prática, dos 29 ministros da equipe de Temer, Grace Maria Mendonça, que comandou a Advocacia-Geral da União, foi a única representante do sexo feminino. No governo Bolsonaro, que teve início em 2019, o cenário não é muito diferente. Dos 22 ministros de sua equipe, somente duas são mulheres (Tereza Cristina - Ministério da Agricultura e Damares Alves - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos), representando menos de 10% do total. De acordo com os mesmos levantamentos (MULHERES INSPIRADORAS, 2017 e 2018), 95% das mulheres que se candidataram tanto para os cargos de vereadoras como governadoras não foram eleitas e 68% dos municípios do país sequer tiveram candidatas à prefeita.

É para entender historicamente como se constitui esse cenário de desigualdade que volta-se neste capítulo às reflexões da filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir, uma das maiores referências no campo dos estudos feministas e de gênero. Sua principal obra, *O Segundo Sexo*, data originalmente de 1949 e se divide em dois volumes, *Fatos e Mitos* e *A Experiência Vivida*, sendo o primeiro volume a principal referência para as discussões que se seguem.

2.1 Estudos de gênero e a dominação masculina

Beauvoir é a autora da famosa – e muito discutida – frase: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9), a partir da qual argumenta que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”, mas, sim, o conjunto da civilização, que qualifica a mulher como um *Outro* (BEAUVOIR, 1967, p. 9). A definição dessa categoria do *Outro* se origina nas sociedades primitivas, onde encontra-se uma dualidade do *Mesmo* e do *Outro*, inicialmente não necessariamente vinculada à divisão dos sexos

(BEAUVOIR, 1970). A autora explica que “para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são ‘outros’” (BEAUVOIR, 1970, p. 11), o mesmo se aplica aos habitantes de um país, para os quais habitantes de outros países são considerados “estrangeiros”, para integrantes de grupos radicalizados, que consideram negros, imigrantes e outras minorias como os “outros”, para as classes de proprietários em relação aos proletários, e assim por diante (BEAUVOIR, 1970).

Dessa forma, “nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si” (BEAUVOIR, 1970, p. 11). Mas, de maneira geral, tal conceituação é utilizada pela autora para definir a diferença estrutural que separa homens e mulheres, como quando afirma que “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970, p. 10). É essa condição que “define de maneira singular a situação da mulher”, que mesmo sendo um ser humano dotado de liberdade autônoma, “descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro”. (BEAUVOIR, 1970, p. 23). Buscando compreender porque o mundo sempre pertenceu aos homens e porque coube à mulher essa classificação excludente, Simone de Beauvoir (1970) apresenta três pontos de vista diferentes: o biológico, o psicanalítico e o do materialismo histórico.

A primeira perspectiva ancora-se nas distinções naturais entre homens e mulheres, machos e fêmeas. A autora, ainda que não utilize o conceito de “gênero”, apresenta um princípio que fundamentaria futuramente a distinção entre sexo e gênero, pois por mais que defenda a importância dos dados biológicos, “sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo”, afirma que os mesmos não bastam para definir uma hierarquia dos sexos (BEAUVOIR, 1970, p. 52). Os dados biológicos que distinguem homem e mulher, sexo masculino e feminino, os dota de papéis diferentes mas complementares no processo de reprodução da espécie, levando, portanto, a uma conclusão de igualdade, e “não explicam por que a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre essa condição subordinada” (BEAUVOIR, 1970, p. 52). Beauvoir (1970, p. 57) propõe então esclarecer os dados da biologia “à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico”, pois não é a fisiologia a responsável por criar valores, mas os dados biológicos apenas revestem os valores existentes que lhes são conferidos. A biologia de maneira isolada “não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro?*”,

trata-se então de “saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fêz da fêmea humana¹⁸” (BEAUVOIR, 1970, p. 57).

O segundo ponto de vista apresentado é o psicanalítico, para o qual “a mulher é uma fêmea na medida em que se sente fêmea”, não sendo definida pela natureza, mas ela mesmo se definindo, “retomando a natureza em sua afetividade” (BEAUVOIR, 1970, p. 59). A filósofa apresenta algumas contribuições traçadas por Sigmund Freud, que apesar de ter admitido que “a sexualidade da mulher é tão evoluída quanto a do homem”, não se aprofunda e não a estuda em si mesma (BEAUVOIR, 1970, p. 59). Sem rejeitar em bloco as contribuições da psicanálise, por acreditar que algumas delas sejam fecundas, Beauvoir recusa, contudo, esse método, que também não dá conta de explicar por que a mulher é o *Outro*, “pois o próprio Freud admite que o prestígio do pênis explica-se pela soberania do pai e confessa que ignora a origem da supremacia do macho” (BEAUVOIR, 1970, p. 69-70).

Por fim, a terceira teoria é a do materialismo histórico, para a qual “a humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica”, não sofrendo passivamente com a presença da Natureza, mas retomando a posse sobre ela (BEAUVOIR, 1970, p. 73). Assim, a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade, mas “reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou a humanidade” (BEAUVOIR, 1970, p. 73). Beauvoir afirma que é seguindo essa perspectiva que Friedrich Engels retrata a história da mulher em *A Origem da Família*, no qual atribui a dominação masculina ao surgimento da propriedade privada e à descoberta de ferramentas de bronze e de ferro, que não poderiam ser manipuladas pelas mulheres. A “grande derrota histórica do sexo feminino”, assim, se explicaria “pelo transtorno ocorrido na divisão do trabalho em consequência da invenção de novos instrumentos” (BEAUVOIR, 1970, p. 74) e pelo aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada, contexto no qual a mulher passaria a ser oprimida.

Entretanto, a filósofa francesa discorda de Engels na relação da oposição dos sexos como um conflito de classes, pois acredita que os limites da capacidade de trabalho da mulher não constituíam em si mesmos uma desvantagem concreta capaz de relacionar diretamente a opressão da mulher com o surgimento da propriedade

¹⁸ Optou-se por manter palavras com grafia diferente da norma padrão ou em discordância ao Novo Acordo Ortográfico em citações diretas.

privada e a descoberta de ferramentas de bronze e de ferro. “Se não houvesse nela a categoria original do Outro, e uma pretensão original ao domínio sobre o Outro, a descoberta da ferramenta de bronze não poderia ter acarretado a opressão da mulher” (BEAUVOIR, 1970, p. 78). Simone de Beauvoir (1970, p. 78), assim, se apropria das contribuições da biologia, da psicanálise e do materialismo histórico, mas considera que “o corpo, a vida sexual, as técnicas só existem concretamente para o homem na medida em que os apreende dentro da perspectiva global de sua existência”.

Revedo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia, a autora busca, por fim, compreender o que permitiu ao homem satisfazer o desejo de dominar a mulher, estabelecendo, por conseguinte, a hierarquia dos sexos (BEAUVOIR, 1970). Para Beauvoir, foi a função biológica de gestar, o parto, a menstruação e o cuidado com os filhos, aliados à falta de técnicas de controle de natalidade, que diminuía a capacidade de trabalho das mulheres e condenavam-nas a longos períodos de “impotência”. Com as repetidas maternidades absorvendo a maior parte de suas forças e de seu tempo, “elas necessitavam da proteção dos guerreiros, e do produto da caça, da pesca a que se dedicavam os homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 81). É esse cenário – que alia características biológicas e econômicas – que teria acarretado na supremacia dos “machos”, privilegiados biologicamente desde a origem da humanidade.

Enquanto as civilizações inventavam ferramentas para modificar seu destino natural, a mulher – a fêmea – “continua amarrada a seu corpo, como o animal” (BEAUVOIR, 1970, p. 85-86). A constituição da mulher como o *Outro*, portanto, se deu na medida em que passou a ser considerada “inessencial”, diante da importância elementar do homem na sociedade tanto para a reprodução quanto para o sustento, condenada a possuir apenas uma força precária, sem poder escolher o seu destino, tendo seu lugar na sociedade sempre estabelecido pelos homens (BEAUVOIR, 1970). A autora acredita que a situação poderia ter sido diferente se a mulher tivesse realizado com o homem a “conquista da Natureza”, mas o fato de não ter se tornado uma companheira de trabalho para o homem selou seu destino.

O que lhe foi nefasto foi o fato de que, não se tornando um companheiro de trabalho para o operário, ela se viu excluída do *mitsein* humano. O fato de a mulher ser fraca e com capacidade inferior de produção não explica a exclusão. Nela o homem não reconheceu um semelhante porque ela não partilhava sua maneira de trabalhar e de pensar, porque continuava escravizada aos mistérios da vida. Desde que não a adotava, desde que a

mulher conservava a seus olhos a dimensão do *Outro*, o homem só podia tornar-se seu opressor (BEAUVOIR, 1970, p. 98).

Ainda que as condições sociais tenham se alterado de diversas maneiras diferentes no decorrer da história até os séculos XX e XXI, quando se deu a popularização dos métodos contraceptivos e o avanço das mulheres no mercado de trabalho, a situação da dominação masculina continua posta. Pelo fato de a mulher ser “uma recém-chegada ao mundo dos homens, tem menores possibilidades de êxito”, e precisa assegurar-se em um apoio masculino para realizar-se, pois “são os homens que ocupam melhores lugares, que detêm os postos mais importantes” (BEAUVOIR, 1970, p. 175).

Para Beauvoir (1970), é essencial sublinhar que homens e mulheres constituem economicamente duas castas, onde mesmo em uma suposta igualdade de condições e direitos, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos e maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes “recém-chegadas”.

Por outro lado, a mulher que busca sua independência no trabalho tem muito menos possibilidades do que seus concorrentes masculinos. Em muitos ofícios, seu salário é inferior aos dos homens; suas tarefas são menos especializadas e, portanto, menos bem pagas que as de um operário qualificado e, em igualdade de condições, ela é menos bem remunerada (BEAUVOIR, 1970, p. 174).

A historiadora americana Joan Scott, no referenciado artigo *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*, publicado originalmente em 1988 e traduzido em diversos momentos desde então, localiza as aparições iniciais do termo “gênero” entre as feministas americanas, “que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). Assim como Beauvoir, essas pensadoras se apropriaram do termo como meio de rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”, utilizando-o como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1995).

A autora apresenta três posições teóricas utilizadas pelas historiadoras feministas na análise de gênero, duas delas muito semelhantes às correntes apresentadas anteriormente por Simone de Beauvoir: a primeira “empenha-se em explicar as origens do patriarcado”; a segunda “se situa no interior de uma tradição marxista” e deseja através de uma abordagem histórica encontrar explicação material para o gênero; e a terceira é psicanalítica, baseada nos conceitos de Sigmund Freud e Jacques Lacan (SCOTT, 1995, p. 77). Ainda que a preocupação teórica com o

gênero como uma categoria analítica tenha sido tardia e emergido apenas no final do século XX, sua importância se dá à medida em que o termo “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 89) e “explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens” (SCOTT, 1995, p. 85).

A definição de gênero defendida pela historiadora é formada de diversos subconjuntos, mas seu núcleo repousa numa conexão entre duas proposições, primeiramente do gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e também como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Para Scott (1995, p. 88), portanto, o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder, “é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.

A socióloga brasileira Moema Viezzer é outra pensadora que desenvolve pensamento que vai de acordo ao entendimento de Beauvoir. No livro *O Problema Não Está na Mulher* (1989), Viezzer traça a distinção entre sexo – enquanto característica fisiológica – e gênero, que tem um sentido mais amplo, cultural e sociológico. Assim, “enquanto o sexo de cada um é um dado fisiológico, a conduta sexual pode ser, no entanto, psicológica e socialmente diferente”, pois embora os dois termos “se encontrem vinculados entre si de maneira inseparável na mentalidade geral, não existe uma dependência rígida e irrestrita entre ambas as dimensões” (VIEZZER, 1989, p. 107-108).

Retomando a afirmação da filósofa francesa de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 09), Viezzer (1989, p. 108) afirma que “ser homem ou ser mulher não depende só de nascer macho ou fêmea, mas corresponde a assumir e desempenhar papéis e funções nas relações com outras pessoas que a sociedade aponta como sendo masculinas e femininas”. O vocábulo gênero, portanto, seria empregado para marcar as diferenças psicológicas e culturais que determinam os papéis na sociedade, e estaria inserido historicamente dentro do plano das relações sociais, que, como conceitua a socióloga, “são relações mútuas que se estabelecem entre os seres humanos para a produção e a reprodução das condições materiais de existência” (VIEZZER, 1989, p. 108).

As relações sociais de gênero são, pois, um tipo especial das relações sociais, por causa da subordinação (do gênero feminino pelo masculino),

característica esta que parece ter estado presente ao longo de toda a história da humanidade, nos mais diferentes tipos de regime político e em todas as partes habitadas da Terra, como o denominador comum das várias culturas (VIEZZER, 1989, p. 109).

A subordinação é o conceito geral da dominação masculina em qualquer classe considerada, tanto entre os trabalhadores quanto em meio aos burgueses da classe dominante, e se manifesta através da exploração, da desigualdade, da repressão, do machismo, da discriminação, dentre outras formas (VIEZZER, 1989). Segundo a autora, “a emergência do conceito de relações sociais de gênero se elaborou como parte da busca de uma teoria feminista que contemplasse, de maneira globalizante, todas as questões relacionadas com a subordinação da mulher ao homem”, e ao longo dos anos se tornou “um dos principais instrumentos de análise das condições em que vivem as mulheres em relação aos homens em qualquer tipo de sociedade, e também do significado que vêm tomando as diversas formas de mobilização das mulheres no mundo inteiro” (VIEZZER, 1989, p. 111).

Viezzzer (1989, p. 114) reforça a visão já discutida por Beauvoir de que as relações entre homens e mulheres não são derivadas da biologia, pois apesar de a diferença biológica ser palpável e estar presente, ela “se delimita na determinação física do corpo e das funções de macho e fêmea para a reprodução biológica da espécie”, e não justifica que se construam modelos de relações sociais que impliquem a subordinação de um sexo ao outro. Portanto, essa situação de subordinação da mulher ao homem nos mais diferentes tipos de sociedade, especialmente através da divisão sexual do trabalho, ainda que apresentada como “natural”, “sempre respondeu a interesses econômicos e políticos institucionalizados e transmitidos de geração a geração” (VIEZZER, 1989, p. 115).

Nesse contexto, “se as relações entre homens e mulheres são relações sociais, históricas, então elas não são imutáveis e fixas”, mas assumem formas diferentes em cada período histórico de uma determinada formação socioeconômica, e devem ser analisadas levando esses fatores em consideração e não isoladamente, pois “não constituem o único princípio disciplinador das sociedades em geral” (VIEZZER, 1989, p. 115-116). Para a socióloga brasileira:

Um homem é um homem. Uma mulher é uma mulher. Mas homens e mulheres são seres humanos iguais, em dignidade e em direitos. E o que as mulheres propõem é apenas e simplesmente que a sociedade se estruture e se organize em função dessa igualdade, já universalmente declarada mas ainda não aplicada (VIEZZER, 1989, p. 117).

Ainda dentro da discussão de dominação e subordinação, não é possível ignorar a contribuição da obra de Pierre Bourdieu (2012), *A Dominação Masculina*, publicada originalmente em 1998, que aborda a naturalização da dominação masculina por meio de mecanismos de violência simbólica. Para o sociólogo, esse tipo de violência é “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas”, e “se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2012, p. 7-8). Retomando a proposição de Beauvoir de que os dados biológicos apenas revestem os valores existentes que lhes são conferidos, Bourdieu (2012, p. 9-10) afirma que “um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social” tem como objetivo tornar uma construção social naturalizada (os “gêneros” como *habitus* sexuados), como “o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade”.

Segundo Bourdieu (2012, p. 18), a força da ordem masculina está no fato de que de tão naturalizada ao longo da história dispensa justificção: “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. O termo “androcentrismo”, refere-se à “postura segundo a qual todos os estudos, análises, investigações, narrações e propostas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, e tomadas como válidas para a generalidade dos seres humanos, tanto homens como mulheres” (OLIVEIRA, 2004, p. 43). Assim, para Bourdieu (2012, p. 18):

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.

Dessa forma, a ordem masculina se impõe silenciosamente nas rotinas da divisão do trabalho ou nos rituais coletivos ou privados, que adotam condutas de marginalização às mulheres com sua exclusão dos “lugares masculinos” e de tarefas mais nobres, “assinalando-lhes lugares inferiores, (...) ensinando-lhes a postura correta do corpo (por exemplo, curvadas, com os braços fechados sobre o peito,

diante de homens respeitáveis), atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas”, e justificando essas atitudes nas diferenças biológicas que estão “à base das diferenças sociais” (BOURDIEU, 2012, p. 34). Como consequência, as próprias mulheres aplicam a suas realidades esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder naturalizadas, e dentro desse cenário só podem exercer algum poder aceitando se apagar ou negar sua individualidade (BOURDIEU, 2012). Mas o sociólogo alerta que “lembrar os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles” não significa ratificar a dominação atribuindo às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, sugerindo “que elas *escolhem* adotar práticas submissas (“as mulheres são seus piores inimigos”) ou mesmo que elas gostam dessa dominação” (BOURDIEU, 2012, p. 45), pois esses pretextos utilizados para “culpar a vítima” são resultantes de estruturas objetivas de dominação que devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução.

Para o autor, essas estruturas de dominação são “*produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução*, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (BOURDIEU, 2012, p. 46, grifos no original). Historicamente, esses agentes seguem trabalhando para excluir as mulheres de lugares públicos, e para criar uma divisão de trabalho que atribua a elas vagas “que parecem exigir a submissão e a necessidade de segurança” sob uma falsa ideia de “vocação”, que fazem com que as vítimas da dominação simbólica cumpram com felicidade “as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação” (BOURDIEU, 2012, p. 72-73). Segundo Pierre Bourdieu (2012, p. 78), definições como “nobreza” e “excelência” estão carregadas de implicações masculinas subjetivas, pois “é característico dos dominantes estarem prontos a fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal”.

Todos esses conceitos dos estudos de gênero apresentados sob a ótica de autores de referência serão utilizados na tentativa de compreender o enquadramento jornalístico do *impeachment* de Dilma Rousseff em uma perspectiva mais ampla, não observando a mídia como um campo independente, mas como agente de tensionamentos intrínsecos e extrínsecos com a sociedade através dos “quadros primários” propostos por Erving Goffman (2012), esquemas fundamentais de

compreensão e interpretação que auxiliam os indivíduos na compreensão de acontecimentos. Antes disso, no entanto, julga-se necessário traçar um breve histórico da vida política da ex-presidenta, passando por sua chegada ao poder e resumindo as etapas do processo que a depôs da presidência da República no ano de 2016.

2.2 A trajetória política de Dilma Rousseff até a presidência

Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947 em Belo Horizonte (MG), filha de pai búlgaro e mãe brasileira¹⁹. Com a derrubada do governo João Goulart em 1964, iniciou sua militância política com apenas 16 anos, quando ingressou na luta estudantil como simpatizante na Organização Revolucionária Marxista Política Operária, conhecida como Polop. Aos 19 anos, já cursando a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), aderiu ao Comando de Libertação Nacional (Colina), divisão da Polop que era a favor de ações armadas contra a ditadura militar. Em 1969, a Colina e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) decidiram se unir e formaram a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), da qual Dilma e seu então marido, Carlos Araújo, se tornaram alguns dos dirigentes.

Dilma foi presa em 1970 em São Paulo. Ficou detida primeiramente na Oban (Operação Bandeirantes) e depois no Dops (Departamento de Ordem Política e Social), onde foi torturada, e teve os direitos políticos cassados. Condenada em três estados, conseguiu redução de pena no STM (Superior Tribunal Militar) e foi libertada no final de 1972. Após deixar a prisão, mudou-se para Porto Alegre e formou-se em Ciências Econômicas pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) em 1977. Com o fim do bipartidarismo, em 1979, Dilma ajudou Leonel Brizola a criar o PDT (Partido Democrático Trabalhista). No dia 16 de julho de 1980, ingressou na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde trabalhou até 31 de dezembro de 1985, a maior parte do tempo como assessora da bancada do PDT.

Nesse mesmo ano, participou da campanha vitoriosa de Alceu Collares (PDT) a prefeito de Porto Alegre e, em 1986, foi nomeada secretária da Fazenda da Prefeitura da capital gaúcha. Com o fim da gestão do PDT na Prefeitura de Porto Alegre, deixou o cargo de secretária da Fazenda, mas foi indicada pelo partido e assumiu o cargo de diretora-geral da Câmara porto-alegrense de Vereadores em

¹⁹ Informações sobre a biografia de Dilma Rousseff obtidas em cronologias publicadas em portais de notícias. Fontes: RODRIGUES, 2010; SENADO NOTÍCIAS, 2016; G1, 2016; UOL EDUCAÇÃO, 2013.

1989. Participou novamente da campanha de Alceu Collares, dessa vez ao governo gaúcho, e foi nomeada presidenta da FEE (Fundação de Economia e Estatística) em 1991. Dois anos depois, tornou-se secretária de Minas, Energia e Comunicações do governo Collares. Em 1999, assumiu novamente o mesmo cargo, dessa vez na administração de Olívio Dutra (PT).

Quando o PDT rompeu a aliança política com o PT no Rio Grande do Sul, em 2001, Dilma optou por deixar o partido e filiar-se ao Partido dos Trabalhadores. Em 2002, participou da formulação do plano de governo na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva e integrou a equipe de transição de governo do PT, em Brasília. Em 20 de dezembro, Lula anunciou a indicação de Dilma como ministra de Minas e Energia, cargo que ocupou até ser nomeada ministra da Casa Civil, em 2005, depois da saída de José Dirceu, atingido pelo escândalo do Mensalão²⁰.

Com a reeleição de Lula, continuou no Ministério e coordenou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma compilação de obras de infraestrutura e medidas econômicas anunciada em 2007, e o projeto habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Sem nunca ter disputado uma eleição, foi anunciada em 2010 como pré-candidata do PT à presidência da República, contando com o apoio político do então presidente Lula (PT). Terminou o ano de 2009 em segundo lugar na pesquisa presidencial Datafolha, com 23%, enquanto o senador José Serra (PSDB) liderava com 37%, mas foi eleita a primeira presidenta mulher do Brasil no segundo turno das eleições de 2010, com cerca de 56% dos votos contra 44% de José Serra.

No ano de 2014 Dilma foi reeleita presidenta no pleito mais disputado desde a redemocratização²¹, em meio ao início das agitações provocadas pela operação Lava Jato²², que revelou um grande esquema de corrupção envolvendo empresários e políticos de vários partidos. No primeiro turno, alcançou cerca de 41% dos votos válidos, contra

²⁰ Após julgamento realizado em 2012, o Supremo Tribunal Federal definiu as condenações de 25 réus acusados de envolvimento em um esquema ilegal de compra de apoio de parlamentares para aprovação de projetos de interesse do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 e 2004, logo após sua chegada ao poder. O esquema ficou conhecido como “Mensalão”, palavra derivada de “mensalidade”. Fontes: ÚLTIMO SEGUNDO, 2012; PODER FOLHA, 2012.

²¹ Dados divulgados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2014.

²² A Operação Lava Jato, comandada pela Polícia Federal, teve início em 2014, unificando ações que apuravam redes operadas por doleiros que praticavam crimes financeiros com recursos públicos. O nome do caso decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de veículos para movimentar recursos ilícitos de uma das organizações investigadas. Desde então, a operação foi ampliada para investigar esquemas de corrupção envolvendo políticos de vários partidos e empresas públicas e privadas do país, principalmente empreiteiras. Fontes: MPF, 2015; PODER FOLHA, 2017.

33% de Aécio Neves (PSDB) e 21% de Marina Silva (PSB). Já no segundo turno venceu com uma margem de apenas três pontos percentuais para o segundo candidato, o senador mineiro Aécio Neves, diferença que representa 3,4 milhões de votos.

O primeiro ano de seu segundo mandato foi marcado por grande instabilidade política e econômica no Brasil, permeado por denúncias de corrupção na estatal Petrobras, investigações de grande repercussão como a CPI da Petrobras²³ e a Operação Lava Jato, além de alta da inflação, queda do PIB e crise nas contas do governo. Além disso, pesquisas mostravam taxas históricas de reprovação ao governo e protestos de manifestantes contrários à presidenta começaram a ser realizados por todo o país. Em meio a todos esses acontecimentos, Dilma foi acusada, no final de 2015, de ter cometido crime de responsabilidade fiscal, quando foi autorizada pela Câmara dos Deputados a abertura do processo de *impeachment* da então presidenta.

2.3 A cronologia do processo de *impeachment*

O processo que levou à queda da presidência Dilma Rousseff tem início oficialmente quando parlamentares da oposição entregam a Eduardo Cunha (PMDB), então presidente da Câmara dos Deputados, um pedido de *impeachment* elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e a advogada Janaina Paschoal, em outubro de 2015²⁴ (no total foram mais de quatorze processos diferentes apresentados à Câmara). Em dezembro do mesmo ano, mesmo alvo de diversas acusações de corrupção, Eduardo Cunha (PMDB), autorizou a abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma baseado no requerimento feito pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior. A decisão foi tomada no mesmo dia em que a bancada do PT anunciou que votaria pela continuidade do processo de cassação de Eduardo Cunha no Conselho de Ética, o que levou integrantes do partido a acusarem o ex-deputado de ter autorizado a abertura do processo de *impeachment* como forma de vingança e retaliação.

Para o pesquisador Fernando Limongi (2017, p. 6), Eduardo Cunha foi “o grande artífice da operação que apeou Dilma do poder”, pois as relações do ex-

²³ A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Petrobras foi instaurada em 2015 no Senado para investigar as suspeitas de corrupção em contratos da Petrobras apuradas pela Operação Lava Jato. Fonte: AMORIM, 2015.

²⁴ Informações sobre a cronologia do *impeachment* de Dilma Rousseff obtidas em portais de notícias. Fontes: G1 POLÍTICA, 2016; KOKAY & CAULYT, 2016; BLOG DA BOITEMPO, 2016.

deputado com o PT e com Dilma nunca foram propriamente harmoniosas. Para o autor, baseando-se principalmente em delações premiadas de antigos aliados do PT, como o ex-senador Delcídio do Amaral, preso em 2015 sob a acusação de tentar dificultar as investigações da Operação Lava Jato, o conflito Dilma-Cunha teria eclodido em 2011, logo após a posse da presidenta para seu primeiro mandato. Limongi (2017) argumenta que a origem das desavenças teria se dado, segundo Delcídio, após uma mudança na diretoria da empresa Eletrobras Furnas, pois Cunha ficou contrariado com a retirada de seus aliados de dentro da companhia (LIMONGI, 2017). Os problemas entre Dilma e Cunha tiveram ainda outros desdobramentos. Para Limongi (2017), o principal objetivo do então presidente da Câmara era buscar proteção contra a Operação Lava Jato, “proteção que o governo não quis ou não pôde lhe assegurar” (LIMONGI, 2017, p. 6). As investigações contra Cunha continuaram após ele autorizar a abertura do processo de *impeachment*. Ele teve seu mandato cassado em 2016 e no mesmo ano foi preso e condenado pela Operação Lava Jato pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas (ALBUQUERQUE, 2017).

Em março de 2016, após diversos entraves burocráticos, a Câmara elegeu os membros da comissão especial responsável por analisar o processo de deposição de Dilma, e, em abril, o relator do processo na comissão especial, Jovair Arantes (PTB-GO), apresentou relatório favorável à abertura do processo contra a presidenta. No mesmo mês, por 38 votos a 27, a comissão especial do *impeachment* na Câmara aprovou o parecer do relator e enviou o caso ao plenário. No dia 15 de abril de 2015, teve início a sessão na Câmara para julgar a abertura do processo de *impeachment* de Dilma. Ao fim da sessão mais longa já realizada na história da Casa, o processo contra Dilma passou na Câmara e seguiu para o Senado com 367 votos a favor.

No final de abril foram escolhidos os membros da comissão especial do Senado, que aprovou no começo de maio, por 15 votos a favor e 5 contrários, o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) favorável ao prosseguimento do processo de afastamento da presidenta Dilma. No dia 12 de maio, com 55 votos favoráveis e 22 contrários, o Senado decidiu instaurar o processo de *impeachment* e afastou Dilma Rousseff do mandato por 180 dias. Enquanto era julgada, o então vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência interinamente. No início de agosto, a Comissão Especial do *Impeachment* no Senado aprovou relatório favorável ao

prosseguimento do processo elaborado pelo senador Anastasia, que seguiu então para votação por todos os 81 senadores.

Seguindo o parecer favorável do relator, os senadores decidiram, por 59 votos contra 21, levar Dilma a julgamento. Em 29 de agosto, a presidenta afastada Dilma Rousseff apresentou no Senado sua defesa da acusação do crime de responsabilidade fiscal. Em sua fala, garantiu que sempre seguiu a Constituição, usou repetidas vezes o termo golpe e reiterou sua luta pela democracia. No entanto, na votação final do processo de *impeachment*, no dia 31 de agosto de 2018, o Senado decidiu afastar em definitivo Dilma da Presidência da República. Eram necessários 54 votos para que isso acontecesse, mas o total chegou a 61 favoráveis e 20 contrários. Inicialmente ela ficaria também inelegível por oito anos, mas em segunda votação os parlamentares decidiram por manter o direito de Dilma de exercer cargos públicos.

Apesar da destituição de mandato ser prevista na Constituição brasileira, e ter ocorrido anteriormente por uma vez, durante o governo de Fernando Collor (1992), políticos que apoiavam a ex-presidenta e uma parcela da população – que foi às ruas contra o processo que denominaram golpe contra a democracia – criticaram as motivações que levaram Dilma Rousseff a ser julgada. A editora brasileira Ivana Jinkings (2016, p. 12), fundadora e diretora da editora Boitempo, defende no livro *Por que gritamos golpe?* (2016), que “a presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes”. Na obra, pensadores de diversas áreas apresentam visões semelhantes e corroboram com a utilização do termo “Golpe Parlamentar” para definir a deposição da ex-presidenta, por entenderem que as “pedaladas fiscais”²⁵ já eram práticas recorrentes entre presidentes e não configurariam crime de responsabilidade, sendo, portanto, antidemocrático o processo de *impeachment* que foi instaurado.

2.4 Gênero, política e mídia: presença e representação feminina

De acordo com os pesquisadores Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2008, p. 25), a mídia é entendida como uma esfera de representação e “difunde visões da

²⁵ "Pedalada fiscal" foi o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos e autarquias, com o objetivo de melhorar artificialmente as contas federais apresentando despesas menores do que deveriam ser na prática. Fonte: ESTADÃO, 2016.

realidade social que tendem a confirmar e naturalizar as visões já incorporadas pelos agentes (homens e mulheres) com relação às hierarquias de gênero”.

Dessa forma, considera-se nesta pesquisa o pressuposto de que não seria suficiente desenvolver uma análise da cobertura midiática dada à ex-presidenta Dilma Rousseff, e mais especificamente ao processo que resultou na sua deposição, que não levasse em consideração a dominação histórica sofrida pelas mulheres e a luta travada pelas mesmas por uma igualdade de tratamento e de direitos, em especial no terreno da representatividade política.

Miguel e Biroli (2009, p. 56) fundamentam sua pesquisa conjunta na confluência entre três temas, que são justamente os conceitos caros ao presente estudo: gênero, política e mídia, buscando observar “os mecanismos que, em cada uma dessas esferas, e de modo complementar, funcionam de modo a restringir não só a presença de mulheres no campo político como também as formas que tal presença assume”. Para os autores, “a permanência de estereótipos de gênero constrange tanto a ação política das mulheres quanto a visibilidade desta ação no noticiário jornalístico, num processo que se realimenta e que não é causal, mas fruto de práticas e mecanismos que compõe processos mais amplos” (MIGUEL & BIROLI, 2009, p. 56), como a influência na agenda parlamentar de políticas mulheres, a produção de capital político e o insulamento temático de representantes femininas que não se encaixam nas regras ditadas pelos meios noticiosos (MIGUEL & BIROLI, 2009).

Conforme dados apresentados anteriormente, a política no Brasil é um espaço majoritariamente masculino. Ainda assim, os autores afirmam que “a sub-representação no noticiário jornalístico é *mais acentuada* do que no campo político”, ou seja, há ainda menos deputadas e senadoras nas revistas e telejornais do que na Câmara e no Senado (MIGUEL & BIROLI, 2009, p. 72), e essa configuração das relações entre os sexos é apresentada como “natural”, o que acaba por reforçar ainda mais a exclusão feminina na política. Uma vez eleitas, no entanto, as mulheres “atuam menos em áreas e temas tidos como de maior relevância (tratando-se da configuração atual do campo, com seus centros e margens), enquanto os homens estão mais presentes justamente nas áreas e temas que mais contribuem para a promoção de sua carreira política” (MIGUEL & BIROLI, 2009, p. 72). As representantes femininas geralmente são mais ligadas a temas como amparo social, saúde, família educação ou meio ambiente, que por mais importantes que sejam não atraem grande atenção midiática (MIGUEL & BIROLI, 2009).

Ou seja, “o âmbito considerado ‘próprio’ para a política feminina [...] é também aquele que menos impulsiona as carreiras políticas e que possui menor visibilidade na cobertura jornalística da política” (MIGUEL & BIROLI, 2008 p. 24). Dito isto:

Ao ingressar na vida política, uma mulher deve pesar o quanto vai se conformar às expectativas sobre sua atuação - restringindo-se a áreas de menor prestígio e visibilidade, com menor potencial para agregar capital simbólico - e o quanto vai afrontá-las, sofrendo os ônus vinculados a uma conduta desviante. Trata-se de um cálculo bem mais custoso do que aquele ao qual os homens se encontram submetidos (MIGUEL & BIROLI, 2009, p. 73).

Essas expectativas, vinculadas aos estereótipos de gênero e naturalizadas cotidianamente pela divisão sexual do trabalho político, o que contribui para sua perpetuação, “estão presentes entre o público (isto é, os eleitores), entre as lideranças políticas e entre as próprias mulheres. Também estão presentes nos jornalistas, de ambos os sexos, que produzem o noticiário político” (MIGUEL & BIROLI, 2009, p. 73-74). O acesso à cobertura midiática detém grande relevância na medida em que “as diferenças de gênero, tomadas como diferenças estruturais, têm a mídia como parte de procedimentos que reforçam a estrutura de relações e interações constituída”, e esse acesso “é condicionado pelas percepções dos agentes do campo jornalístico sobre o que é notícia e quem está dotado de autoridade para falar sobre determinadas questões” (MIGUEL & BIROLI, 2008, p. 25). Nesse sentido, na medida em que a mídia reivindica para si o caráter de imparcialidade, discutido anteriormente no primeiro capítulo, os pontos de vista dos que controlam as empresas e têm posições de poder na produção jornalística se impõem como visões objetivas da realidade social através das rotinas produtivas da construção midiática (MIGUEL & BIROLI, 2008).

As conclusões da pesquisa desenvolvida por Luis Felipe Miguel e Flávia Birolí apontam que “as mulheres realmente têm menos acesso à voz do que os homens no noticiário político”, e a crítica dos autores reside então no fato de que “ao reproduzir acriticamente o modelo sexista predominante no campo político, o noticiário contribui para reforçá-lo” (MIGUEL & BIROLI, 2008, p. 38-39). O ingresso feminino na política também é cheio de obstáculos próprios que ultrapassam o próprio campo, pois seu comprometimento com a gestão do espaço doméstico e com o cuidado com a família, heranças de uma sociedade patriarcal onde estereótipos de gênero ainda estão fortemente presentes, “dificulta que assumam carreiras profissionais que, como a política, exigem flexibilidade de horários, uma disponibilidade quase inesgotável de tempo e ausências frequentes” (MIGUEL & BIROLI, 2008, p. 38).

Por conta disso, “as mulheres encontram maior dificuldade para militar em movimentos sociais ou partidos ou para fazer campanha eleitoral”, e se eleitas “têm menos condições de se dedicar ao exercício do mandato” (MIGUEL & BIROLI, 2008, p. 38-39). Esse mesmo dilema do afastamento familiar é considerado pelos autores como “virtualmente inexistente para os homens” (MIGUEL & BIROLI, 2008, p. 39).

Observa-se, assim, que:

O campo político, assim como outros, não é neutro em relação às diferentes perspectivas sociais. Seus critérios de ingresso, bem como o *habitus* que impõe àqueles que dele participam, implicam em pesados custos de adaptação a indivíduos oriundos de determinadas posições sociais, ao passo que outros neles encontram espelhado seu padrão de comportamento “natural” (MIGUEL & BIROLI, 2008, p. 26).

Para os autores, é fácil observar como tais filtros de ingresso afetam grupos sociais como os trabalhadores, as minorias étnicas e também as mulheres, pois “qualidades que tendem a ser associadas à fala feminina, como a emotividade, desvalorizam o discurso no interior do campo político”, assim como “a abertura aos argumentos dos outros, que também faz parte do treinamento social das mulheres, tende a ser interpretada como sinal de deferência (isto é, de subalternidade) ou de hesitação”, e até mesmo “o tom de voz mais agudo é recebido com menos respeito pela audiência” (MIGUEL & BIROLI, 2008, p. 26).

Quando não apresentam algumas dessas características tidas como “femininas”, como é o caso de Dilma Rousseff, apresentada na mídia muitas vezes como “fria” e “dura”, ainda assim as mulheres têm suas qualidades questionadas. É o que pesquisadores estrangeiros denominam de “*double-bind*”, “um impasse psicológico criado quando demandas contraditórias são feitas de um indivíduo, de modo que não importa qual diretiva seja seguida, a resposta será interpretada como incorreta” (CATALYST, 2007, p. 1). Sarmiento (2013, p. 14) explica que enquanto em alguns países como a Alemanha feminilidade e boa atuação política são tidas como incompatíveis, situação que forçou lideranças como a chanceler Angela Merkel a não expor determinadas características vistas como femininas, no Brasil isso se deu de forma oposta, com a necessidade de reafirmação de certa feminilidade por parte de Dilma. “Um jeito mais assertivo, e ‘durão’, comumente não associado às mulheres, sempre foi a marca da presidenta, que, por vezes, precisou apaziguá-lo para tornar-se mais feminina aos olhos públicos” (SARMENTO, 2013, p.14).

Essa situação se refletiu nas propagandas eleitorais da então candidata à presidência Dilma Rousseff em 2010, quando pleiteava ser a sucessora do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ricardo Fabrino Mendonça e Ana Carolina Ogando desenvolveram um estudo sobre os programas televisivos veiculados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) durante esse pleito e verificaram que “frequentemente estereotipada como mulher fria (ou até truculenta), Dilma busca se inserir em um quadro de sentido que opera com a lógica do afeto, da sensibilidade e do carinho” (MENDONÇA & OGANDO, 2013, p. 207). Buscando desvincular-se de um estereótipo masculino, os autores perceberam que no material televisionado ela não buscou romper com imagens ou discursos vinculadas a uma essência feminina, mas sim reforçou “estereótipos que engessam e fixam a identidade feminina e que, de algum modo, mantêm-na associada à esfera da domesticidade” (MENDONÇA & OGANDO, 2013, p. 209-210). A pesquisadora americana Kathleen Hall Jamieson já havia identificado esse fenômeno em 1995, onde abordou o denominado “*double-bind*”: quando as mulheres se conformam com estereótipos femininos como serem “brandas” ou “fracas” são julgadas incompetentes, mas quando são “duras” ou “fortes” são julgadas como se estivessem agindo inadequadamente para uma mulher (JAMIESON, 1995).

Pesquisa realizada pela ONG americana Catalyst vai de acordo com essas afirmações. Segundo a organização, as mulheres ainda são vistas como “líderes atípicas”, por isso “presas entre escolhas impossíveis, aquelas que tentam se adaptar aos comportamentos de liderança tradicionais - isto é, masculinas - são condenadas tanto se o fizerem como se não o fizerem” (CATALYST, 2007, p. 1, tradução nossa). O estudo identifica três situações específicas onde o dilema “*double-bind*” se apresenta para lideranças femininas de maneira mais clara: quando são julgadas por percepções extremas, por serem “brandas demais, duras demais, e nunca apenas corretas”, quando “enfrentam padrões mais elevados e recompensas menores que líderes masculinos”, e quando são classificadas como “competentes mas odiadas”, ou seja, “percebidas como competentes ou simpáticas, mas raramente as duas coisas” (CATALYST, 2007, p. 7, tradução nossa).

É também para a discussão sobre a relação entre mulheres e o discurso político que se volta a acadêmica Mary Beard (2018) no livro *Mulheres e Poder*. O primeiro momento do livro discute a voz pública das mulheres. O objetivo é estabelecer uma visão “de muito longo alcance” da “culturalmente constrangedora relação entre a voz

das mulheres e a esfera pública de discursos, debates e comentários – política em seu sentido mais amplo” (BEARD, 2018, p. 11). Em busca de respostas sobre porque “vozes femininas não são publicamente ouvidas em nossa própria cultura contemporânea e em nossa própria política, das cadeiras do Parlamento ao chão das fábricas” (BEARD, 2018, p. 11), a autora se volta para a Antiguidade greco-romana, onde já nas primeiras provas escritas da cultura ocidental aparecem provas de que as vozes femininas não eram ouvidas em âmbito público. O longo salto temporal proposto pela autora justifica-se pela necessidade de que “para compreender o fato – e fazer alguma coisa a esse respeito – de que as mulheres, mesmo quando não são silenciadas, ainda pagam um preço muito alto para ser ouvidas”, precisamos reconhecer que há uma longa história por trás de tudo (BEARD, 2018, p. 11).

Nesse período do mundo clássico, referente a quase três mil anos atrás, não somente não era esperado das mulheres – que não possuíam direito de voto²⁶ e tinham independência legal e econômica limitada – que levantassem a voz numa esfera política, mas “o discurso público e a oratória não eram apenas coisas que as mulheres antigas *não faziam*: eram práticas e habilidades que definiam a masculinidade como gênero” (BEARD, 2018, p. 14). Assim, “tornar-se homem (ou pelo menos um homem de elite) era reivindicar o direito de falar” e “discursar publicamente era uma – se não a – característica que definia a masculinidade” (BEARD, 2018, p. 14). Para Beard (2018, p. 15), somos ainda herdeiros, direta ou indiretamente, dessa tradição do discurso associada ao gênero, pois mesmo que a cultura ocidental seja fruto “de todo tipo de influências, diferentes e antagônicas”, persiste o fato de “nossas próprias tradições de debate e discurso público, suas convenções e suas regras, continuarem à sombra do mundo clássico”.

Repito, não somos apenas vítimas ou joguetes da herança clássica, mas ela nos forneceu um poderoso gabarito para pensar a respeito do discurso público e decidir o que se define como oratória boa ou ruim, persuasiva ou não, e a qual discurso deve ser dado espaço para ser ouvido. E o gênero é, sem sobra de dúvida, parte importante dessa mistura (BEARD, 2018, p. 16).

²⁶ O direito de voto feminino só começou a ser reconhecido no final do século XIX e início do século XX, quando as chamadas “sufragistas” buscavam a transformação da condição da mulher na sociedade através, principalmente, da luta pela participação na cena eleitoral. A Nova Zelândia, em 1893, e a Finlândia, em 1906, foram os primeiros países a reconhecer o direito das mulheres ao voto. Na Grã-Bretanha esse direito só foi conquistado após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e no Brasil somente com o Código Eleitoral de 1932. Em 2011 a Arábia Saudita foi o último país no mundo a conceder às mulheres o direito de voto e de elegibilidade. Fonte: TOSI, 2016.

Assim, atitudes, pressupostos e preconceitos relativos a uma suposta inadequação das mulheres para falar em público de modo geral são intrínsecos a nós, “não em nosso cérebro (não há razão neurológica para que ouçamos vozes graves como mais autoritárias que as agudas), e sim em nossa cultura, nossa linguagem e milênios de história” (BEARD, 2018, p. 20). Para Beard (2018, p. 33), “até onde podemos recuar na história ocidental, há uma separação radical – real, cultural e imaginária – entre as mulheres e o poder”. A autora observa em sua pesquisa que quando as mulheres defendem publicamente alguma posição, quando se manifestam, recebem acusações de que são “estridentes”, ou que “se queixam e “se lamentam”, um vocabulário que age para abalar a autoridade, a força e até o humor do que uma mulher tem a dizer, pois esses termos acabam por trivializar e reprivatizar suas palavras (BEARD, 2018). Isso não tem a ver com a posição que a mulher toma, a intenção das críticas é puramente tentar silenciá-la, pois “não é *o que* ela diz que as detona, é o simples fato de dizerem” (BEARD, 2018, p. 19, grifos no original).

Na Antiguidade, “uma mulher que falasse em público não era, por definição, uma mulher (BEARD, 2018, p. 14), pois discursar publicamente era uma característica atribuída à masculinidade. Isso se relaciona ainda na entrada do século XXI com a observação de Miguel e Biroli (2008) de que qualidades associadas à fala feminina, como a emotividade e até mesmo o tom de voz agudo, são recebidas com menos respeito pelas audiências. Mary Beard (2018, p. 27-28) afirma que o “modelo mental e cultural de uma pessoa poderosa continua a ser absolutamente masculino”, o que explica por que mulheres que assumem papéis importantes no campo político, de liderança, muitas vezes fazem aulas de treinamento vocal para engrossar a voz e estão sempre vestidas com “terninhos”, táticas “para fazer com que a mulher pareça mais masculina e adequada ao papel do poder”. O resultado dessas práticas é que “as mulheres são ainda vistas como ocupando um lugar fora do poder”, passando a ser consideradas como intrusas quando o conquistam (BEARD, 2018, p. 28).

O sociólogo Pierre Bourdieu (2012, p. 43) também trata dessa exclusão das mulheres dos lugares públicos em seu ensaio sobre a dominação masculina, no qual afirma que elas “só podem exercer algum poder voltando contra o forte sua própria força, ou aceitando se apagar, ou, pelo menos, negar um poder que elas só podem exercer por procuração”. Excluídas de determinadas práticas que dotam os homens de honra, as mulheres são assim levadas a acreditar que são mais adequadas por “vocalização” a cargos com características subalternas, como enfermeiras, assistentes,

secretárias, onde os chefes, quase sempre homens, exercem “uma autoridade paternalista, baseada no envolvimento afetivo ou na sedução” (BOURDIEU, 2012, p. 73). Sobre a ausência de mulheres em posições de autoridade, o autor infere que:

A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje. Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estatura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a "distância em relação ao papel", a autoridade dita natural etc, para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens (BOURDIEU, 2012, p. 78).

Quando participam de debates públicos, as mulheres têm que lutar, permanentemente, não só para ter acesso à palavra e manter a atenção, mas são diminuídas quando os homens, muitas vezes não inspirados por má vontade, mas com a “inocência total da inconsciência”, “cortam-lhes a palavra, orientam, com a maior boa-fé, a um homem a resposta a uma pergunta inteligente que elas acabam de fazer (como se, enquanto tal, ela não pudesse, por definição, vir de uma mulher)” (BOURDIEU, 2012, p. 74). A essa prática se dá o nome de “*mansplaining*”, uma junção dos termos em inglês “*man*” (homem) e “*explain*” (explicar), que popularmente é usada para rotular situações em que os homens adotam como prática explicar temas para mulheres, ainda que elas já sejam qualificadas para entendê-los.

Bourdieu (2012) classifica esses casos onde os homens, por mais bem-intencionados que estejam, realizam atos discriminatórios, como violência simbólica, que não opera na ordem das intenções conscientes. Essa discriminação se manifesta na exclusão das mulheres das posições de autoridade e também “reduzindo suas reivindicações a caprichos, merecedores de uma palavra de apaziguamento ou de um tapinha na face, ou então, com intenção aparentemente oposta, chamando-as e reduzindo-as, de algum modo, à sua feminilidade”, como quando desviam a atenção para características físicas e traços corporais (BOURDIEU, 2012, p. 74-75). Outra manifestação é o uso, para se dirigir a mulheres, “de termos familiares (o nome próprio) ou íntimos (‘minha menina’, ‘querida’ etc.) mesmo em uma situação ‘formal’ (uma médica diante de seus pacientes). Essa última forma de violência simbólica nos remete a uma das maiores simbologias do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, a utilização do jargão “Tchau, querida”, que extraído de uma conversa

grampeada entre o ex-presidente Lula e Dilma, passou a ser usado de maneira jocosa entre seus oponentes, viralizou na internet, virou tema de camisetas e apareceu até mesmo dentro do Congresso e do Senado.



Figura 1 - Parlamentares seguram pôsteres com o jargão que se popularizou em sessão de votação do *impeachment* na Câmara. Fonte: Antonio Cruz/Agência Brasil

A presidenta Dilma é também objeto de análise para a autora Mary Beard por outra ocorrência de violência simbólica, que é muito comum entre mulheres em cargos de alta liderança. Beard (2018, p. 33) explica que a personagem mitológica Medusa, conhecida por transformar em pedra quem olhasse para seu rosto, e mais especificamente as representações artísticas onde aparece decapitada pelo herói Perseu, são “um dos maiores símbolos antigos do domínio masculino sobre os perigos destrutivos representados pela simples possibilidade do poder feminino”.

As representações da Medusa decapitada continuam na contemporaneidade a ser um símbolo cultural da oposição ao poder feminino, sendo utilizadas para montagens que visam satirizar mulheres poderosas como a chanceler alemã Angela Merkel, a primeira-ministra do Reino Unido Theresa May e a política americana Hillary Clinton, cuja representação “decapitada” pelo Perseu Donald Trump chegou a estampar regatas e camisetas nos Estados Unidos (BEARD, 2018). Dilma Rousseff, enquanto ainda presidia o Brasil, também não escapou dessa analogia ao inaugurar no Palácio do Planalto uma exposição do pintor italiano Caravaggio, autor de uma das mais famosas representações da personagem mitológica. “A *Medusa*, é claro, lá

estava, e Rousseff, de pé na frente do quadro, revelou-se uma irresistível oportunidade de foto” (BEARD, 2018, p. 34). Para a autora norte-americana, essas associações são uma das maiores provas de que “a exclusão das mulheres do poder está culturalmente absorvida” (BEARD, 2018, p. 35).



Figura 2 - Foto citada por Beard como exemplo da associação de Dilma Rousseff à personagem mitológica Medusa. Fonte: Eraldo Peres/AP Photo



Figura 3 - Montagem que associa Dilma Rousseff com a personagem Medusa. Fonte: Blog Vindo dos Pampas

Por fim, Beard reflete sobre o que seria preciso para modificar esse cenário, para alterar a maneira como a sociedade olha para mulheres no âmbito do poder e

combater práticas misóginas²⁷ na política e no ambiente de trabalho. Para a teórica, é preciso questionar os padrões culturais estabelecidos e “refletir melhor a respeito do que é o poder, para que serve e como é medido” (BEARD, 2018, p. 37). Se “não se pode, com facilidade, inserir as mulheres numa estrutura que já está codificada como masculina; é preciso mudar a estrutura”, redefinir o poder e pensa-lo de outra maneira, como um atributo ou mesmo um verbo, não como posse (BEARD, 2018, p. 39).

As associações realizadas pelos autores apresentados entre gênero, política e mídia sedimentam o caminho a ser percorrido para analisar o enquadramento jornalístico do *impeachment* de Dilma Rousseff, sob a hipótese de que os estereótipos de gênero estabelecem muitas vezes os “quadros primários” (GOFFMAN, 2012) acionados tanto pelos jornalistas na elaboração da cobertura política quanto pelo público, pelos políticos homens e até mesmo pelas próprias mulheres no cenário que foi posto.

²⁷ Palavra que deriva do termo grego “*misogunía*” e significa horror, aversão às mulheres.

3. OPÇÕES METODOLÓGICAS DA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Para o desenvolvimento da análise de enquadramento proposta, o *corpus* escolhido baseia-se em duas das revistas semanais de maior circulação no Brasil: a *Veja*²⁸, do Grupo Abril, e a *IstoÉ*²⁹, da Editora Três, que juntas possuem tiragem média de 1 milhão e 400 mil exemplares segundo a ANER (Associação Nacional de Editores de Revistas). Os últimos dados divulgados pela ANER referem-se ao ano de 2014. O levantamento oficial do IVC (Instituto Verificador de Circulação) do ano de 2016 aponta uma leve queda, com cerca de 1 milhão e 250 mil exemplares para as duas revistas somadas³⁰ (PODER 360, 2017). Levou-se em consideração para a escolha das revistas em questão, além da tiragem, o fato de serem as mais antigas dentre os três periódicos com maior circulação média (*Veja*, *Época* e *IstoÉ*) e de a segunda colocada nesta lista, a revista *Época*, com diferença de aproximadamente 70 mil exemplares para a *IstoÉ*, não contar com banco de dados digital e não oferecer nenhum meio de acesso a exemplares anteriores, o que restringe as possibilidades de pesquisa exploratória. Não obstante, entende-se que o conjunto de edições de *Veja* e *IstoÉ* constitui um corpus representativo para contemplar adequadamente os objetivos da pesquisa.

Como complementação da análise dos periódicos brasileiros, serão estudados também publicações do mesmo período da versão online do jornal norte-americano *The New York Times*, um dos mais influentes do mundo com 2,6 milhões de assinantes da versão digital (EMBER, 2018), para traçar paralelos entre a cobertura realizada no Brasil e no exterior. Nesse sentido, recorre-se a uma analogia do conceito de “grupo controle” (AMATUZZI; BARRETO; LITVOC e LEME, 2006), oriundo das Ciências Biológicas, para justificar a utilização do periódico norte-americano como parâmetro comparativo às revistas brasileiras analisadas, na medida em que ele se encontra inserido em um contexto cultural diferente e pôde acompanhar o processo de *impeachment* com maior distanciamento geográfico e cultural.

²⁸ Fundada em 1968 pelo jornalista Mino Carta, circulação média: 1.167.928 (ANER, 2014). Perfil do leitor: 55% Homens, 41% Mulheres. 88% pertencem às classes econômicas AB e 65% têm entre 40 e 69 anos (VEJA, 2019).

²⁹ Fundada em 1976 também pelo jornalista Mino Carta, circulação média: 322.518 (ANER, 2014). Perfil do leitor: 47% Homens, 53% Mulheres. 74% pertencem às classes econômicas AB e 67% têm entre 20 e 49 anos (ISTOÉ, 2018).

³⁰ Não há dados comparativos mais recentes pois a revista *IstoÉ* não é mais auditada pelo IVC desde 2016. Em seus materiais de divulgação oficiais, a *IstoÉ* alega ter 253.893 de tiragem semanal (ISTOÉ, 2018) e a *Veja* 774 mil de circulação total semanal (VEJA, 2019).

Por opção metodológica, serão analisados os exemplares referentes a momentos considerados como pontos de inflexão do *impeachment* de Dilma Rousseff, a saber: 1) a abertura do processo; 2) as votações na Câmara e 3) no Senado; 4) o afastamento da ex-presidenta do cargo até 5) a conclusão com a perda do mandato; adotando-se como recorte empírico as revistas referentes a esses períodos (ver Figura 4). Ainda no terreno do recorte empírico, além do mapeamento geral dos periódicos por meio da análise descritiva, opta-se metodologicamente por analisar de modo verticalizado duas matérias de cada edição, adotando-se como critérios de seleção os parâmetros de proeminência (a recorrência de menções a Dilma Rousseff como agente principal no conjunto de matérias sobre o cenário político brasileiro) e de relevância (destaque do assunto no contexto geral de matérias da edição). Segundo Shoemaker & Cohen (2006, p. 27, tradução nossa), as seguintes variáveis medem a proeminência dos itens noticiosos: “espaço (em jornais impressos); duração (em televisão e rádio); e a localização dos itens, a saber, na primeira página ou outras páginas (para jornais) ou no topo, meio, ou último terço dos noticiários (no caso da televisão ou rádio)”.

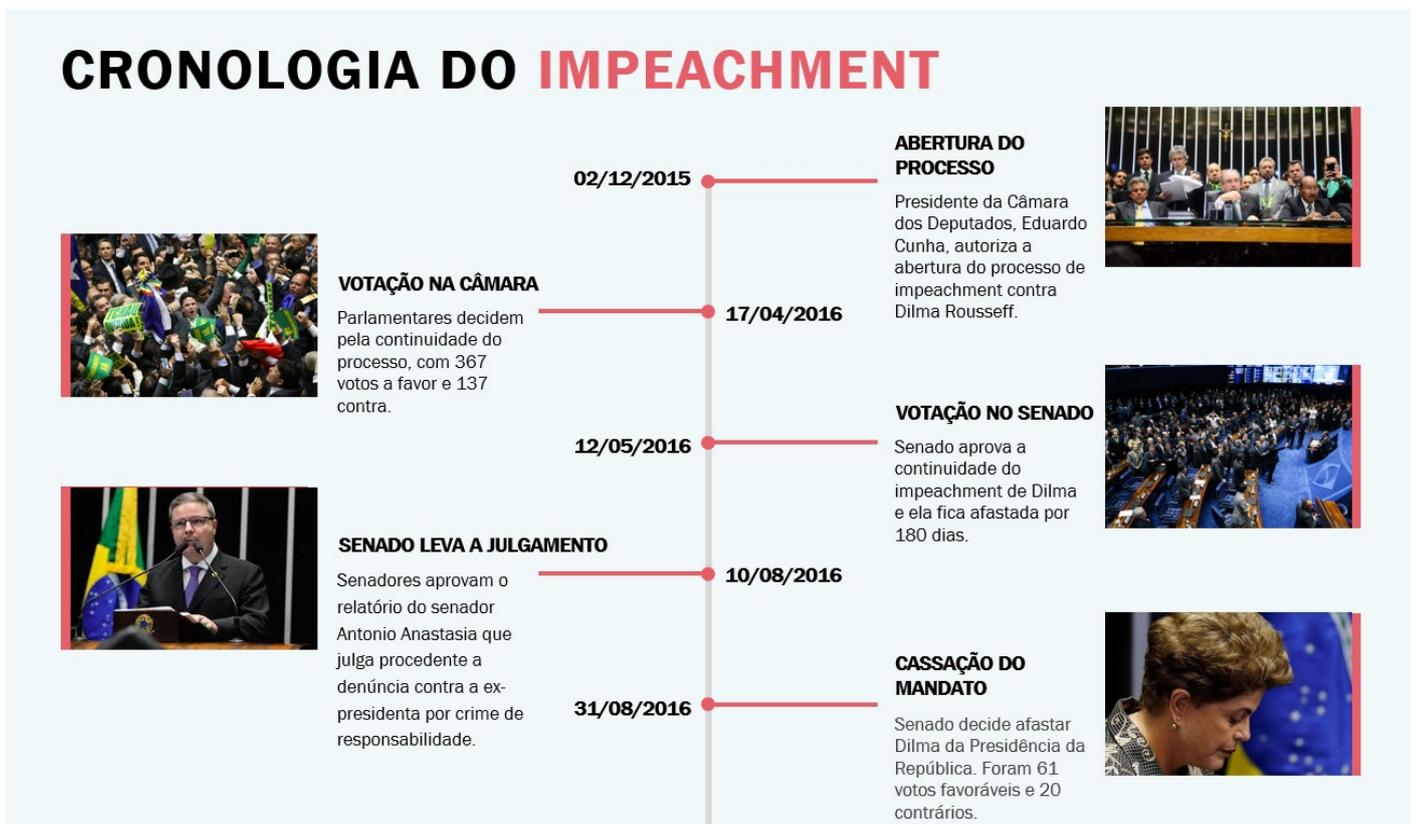


Figura 4 - Linha do tempo com momentos-chave do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.
Fonte: Desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação.

Desse modo, são marcadores de relevância o fato de a matéria figurar ou não na capa da revista, a quantidade de páginas que ela ocupa na edição e a quantidade de vezes que Dilma Rousseff é mencionada ou retratada na matéria. A escolha dos elementos de cada item jornalístico que será analisado baseia-se na visão multiparadigmática proposta por D'Angelo (2002) e também no conceito de enquadramento multimodal proposto por Wosniak, Lück e Wessler (2014) com aplicação ao processo de *impeachment* – mas com um *corpus* distinto, referente a jornais impressos diários – pelos pesquisadores brasileiros Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017). A proposta desta última abordagem é analisar os produtos jornalísticos em três níveis: visual, narrativo e de enquadramento, pois “somente uma análise sistemática dos três diferentes modos comunicativos pode aproximar o pesquisador da imagem geral construída pelo noticiário e, ainda, da experiência de recepção multimodal do público” (RIZZOTTO, PRUDENCIO, SAMPAIO, 2017, p. 115). Nesse sentido, alia-se a análise proposta por Entman (1993), baseada em quatro funções do enquadramento – definição do problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento, às representações visuais e textuais da informação jornalística. Para além das funções de enquadramento sistematizadas por Entman (1993), no presente estudo serão analisadas as fontes ouvidas em cada matéria, as imagens utilizadas para ilustrá-las, especialmente as que retratam Dilma Rousseff, e as estratégias retóricas utilizadas pelos jornalistas na construção do texto jornalístico.

A escolha por analisar as fontes remete à importância substancial que elas detêm no processo produtivo do material jornalístico (SIGAL, 1974; GANS, 2004; SCHUDSON, 2011; COOK, 2011), como já discutiu-se no primeiro capítulo. Além da identificação das fontes, seguindo o modelo proposto por Sigal (1974), considera-se relevante identificar os canais pelos quais as informações chegam até os repórteres, tendo o autor dividido esses canais em três categorias: de rotina, informais e corporativos. Outra classificação aplicável às fontes é a divisão proposta por Lage (2005, p. 65-66) entre fontes “primárias” e “secundárias”, sendo as primeiras aquelas que fornecem ao jornalista “o essencial de uma matéria”, os fatos, versões e números, e as secundárias as que não participam diretamente do fato, mas são consultadas para contextualizá-lo, interpretá-lo e comentá-lo.

Essa classificação é bem semelhante à adotada por Soley (1992, p.2, tradução nossa), apesar de o autor norte-americano adotar outra nomenclatura, definindo fontes primárias e secundárias, respectivamente, como “news makers” – aqueles que “que genuinamente fazem parte dos eventos noticiosos” – e “news shapers”, aqueles “que a mídia procura para obter informações privilegiadas, pano de fundo ou previsões sobre o resultado das histórias que ainda estão em desdobramento”. Para esta análise, as fontes serão divididas também em fontes diretas e indiretas, a saber: aquelas cujas declarações são citadas entre aspas, de maneira direta, e aquelas apenas mencionadas na matéria ou cujas falas são utilizadas de maneira indireta; ou seja, são referenciadas como paráfrases pelo autor da matéria mas seu conteúdo original não figura no texto.

Ainda no âmbito das opções de abordagem do recorte empírico, a análise das funções de enquadramento partirá da conceituação de Robert Entman (1993), para o qual os quadros da mídia são compostos pela definição do problema, diagnóstico de causas, julgamentos morais e sugestão de soluções. A análise das imagens será realizada a partir de quatro níveis – denotativo, semiótico-estilístico, conotativo e ideológico – propostos por Rodriguez & Dimitrova (2011, p. 50), para as quais: “imagens são ferramentas de enquadramento poderosas porque são menos intrusivas que as palavras e, assim, requerem menos carga cognitiva”. Já para a análise do nível narrativo, optou-se por identificar as estratégias retóricas, baseando-se na relação entre a análise de enquadramento e a perspectiva da crítica retórica proposta por Jim Kuypers (2009).

Para Kuypers (2009, p. 185, tradução nossa), a análise de enquadramento constitui “uma maneira particularmente útil para compreender o impacto da retórica”, pois se enquadrar envolve como a imprensa organiza o contexto através do qual o público encara suas notícias, esse é na sua essência um processo retórico. Tal relação ocorre, pois a retórica possui elementos tanto informativos quanto persuasivos. Para efetivamente persuadir, faz-se necessário fornecer informações, exemplos, definições, ou seja, usar mais que meras afirmações como seus argumentos (KUYPERS & KING, 2009, p. 4, tradução nossa). Dessa forma, “a retórica envolve a correta interpretação, construção e utilização de materiais de apoio para fazer afirmações e ganhar a aceitação do público” (KUYPERS & KING, 2009, p. 4, tradução nossa), definição que se aproxima de práticas jornalísticas necessárias na construção da notícia.

Para melhor compreensão das estratégias retóricas alia-se a proposta de Kuypers (2009) com as obras de Adilson Citelli (2003) e José Luiz Fiorin (2013), bem como às reflexões anteriores realizadas por Silva & Jeronymo (2017; 2018); isto é, a utilização pelo jornalismo de estratégias de simplificação, dramatização, silenciamento e personificação.

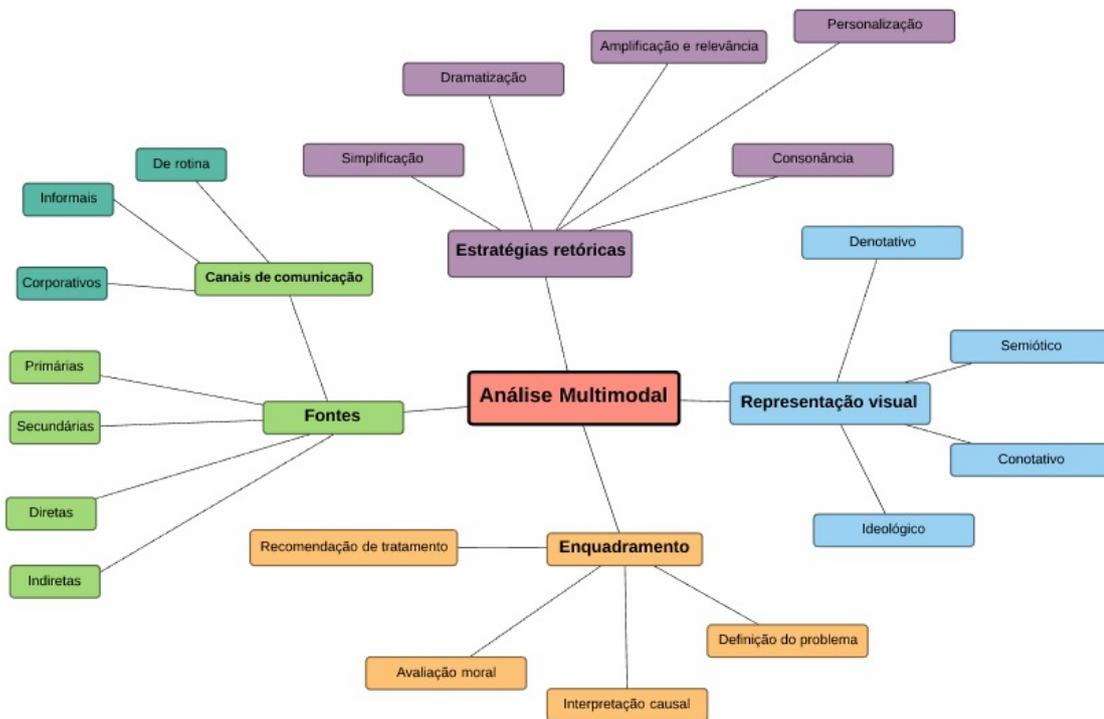


Figura 5 - Fluxograma que ilustra o modelo de análise proposto no presente estudo.

Fonte: Elaboração própria, baseada no modelo de RIZZOTTO, PRUDENCIO E SAMPAIO, 2017.

Entende-se que tal protocolo de análise mostra-se suficientemente abrangente e plausível para identificação, na cobertura jornalística do *impeachment*, dos quadros de referência primários vinculados ao gênero, tal como exposto no segundo capítulo.

3.1 Análises descritivas

3.1.1 Análise descritiva da revista *IstoÉ*

Edição nº 2401 - 9 de dezembro de 2015: Matéria “A pior travessia”

Na edição nº 2401, de 09 de dezembro de 2015, a primeira do corpus selecionado, Dilma Rousseff é tema da matéria de capa da revista, que estampa a manchete “O que falta para ela sair?”, tratando da possibilidade de abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta. No total, são cinco matérias relacionadas à presidenta ou ao processo de sua deposição.

A primeira matéria selecionada tem como título “A pior travessia”, pertence à editoria *Brasil* e está localizada entre as páginas 32 e 39, ocupando um total de oito páginas. É ilustrada com dez imagens e Dilma está presente em duas delas, na fotografia principal da matéria, localizada na página 33, e na fotografia que encerra a mesma, na página 39. São utilizados também dois infográficos.



Figura 6 – Reprodução de matéria revista *IstoÉ*, 9 de dezembro de 2015
(Fonte: Edição nº 2401, 09/12/2015, páginas 32 e 33, revista *IstoÉ*)

A primeira matéria que será analisada tem como tema a possibilidade de abertura de um processo de *impeachment* contra a presidenta e suas possíveis implicações para o país. Dilma Rousseff é citada 41 vezes no decorrer da matéria. As fontes mencionadas na matéria e suas devidas classificações estão sistematizadas no quadro abaixo.

Quadro 1 - Fontes utilizadas na matéria “A pior travessia”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Murillo de Aragão ³¹	3		X	X (2)	X (1)
Aécio Neves	2		X	X (1)	X (1)
Antonio Paim	2		X		X (2)
Lula	2	X		X (1)	X (1)
Michel Temer	2	X		X (1)	X (1)
Paulo Pimenta	2		X	X (1)	X (1)
Auxiliares da presidente	1		X		X
Claudia Sender	1		X	X	
Datafolha	1		X		X
Dilma Rousseff	1	X		X	
James Russel Lowell	1		X	X	
Jaques Wagner	1	X		X	
José Serra	1		X		X
Kim Kataguiri	1		X	X	
Levantamentos internos do partido (PT)	1		X		X
Rui Falcão	1		X		X
Wadih Damous	1		X		X

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “A pior travessia”, da edição nº 2401 de 9 de dezembro de 2015 da revista *IstoÉ*.)

Edição nº 2401 - 9 de dezembro de 2015: Matéria “A história se repete, 23 anos depois”

A segunda matéria que será analisada também pertence à editoria *Brasil*, e traça comparativos entre os processos de *impeachment* de Fernando Collor e Dilma Rousseff. Dilma é citada oito vezes no decorrer da matéria, mas não aparece na única imagem escolhida, que mostra o ex-presidente Collor e sua então esposa Rosane na época em que ele foi deposto do poder.

³¹ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: sociólogo e mestre em ciência política; presidente do PSDB e senador; filósofo e autor do livro “Momentos decisivos da história do País”; ex-presidente da República; vice-presidente da República; deputado (PT-RS); fonte não identificada; presidente da TAM; instituto de pesquisa pertencente ao Grupo Folha; presidente da República; poeta, escritor e abolicionista dos Estados Unidos, primeiro editor da revista literária *The Atlantic Monthly*; ministro da Casa Civil; fonte não identificada; um dos integrantes do MBL (Movimento Brasil Livre); fonte não identificada; presidente do PT; deputado (PT-RJ).



Figura 7 – Reprodução de matéria revista *IstoÉ*, 9 de dezembro de 2015
(Fonte: Edição nº 2401, 09/12/2015, revista *IstoÉ*, acervo digital)³²

Quadro 02 - Fontes utilizadas na matéria “A história se repete, 23 anos depois”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Fernando Collor ³³	1	X		X	
José Dirceu	1		X	X	
Dilma Rousseff	1	X			X

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “A história se repete, 23 anos depois”, da edição nº 2401 de 9 de dezembro de 2015 da revista *IstoÉ*.)

Edição nº 2419 – 20 de abril de 2016: Matéria “O ensaio do adeus”

A edição nº 2419, de 20 de abril de 2016, recebe o selo de “Edição Especial Impeachment”, com uma editoria própria para as 12 matérias do tema intitulada *Não vai ser Golpe*. A matéria principal “O ensaio do adeus” trata dos bastidores do processo de *impeachment* contra a ex-presidenta, é ilustrada com seis imagens e Dilma está presente em duas delas, na fotografia principal, que abre o texto, e na foto que ilustra um dos três infográficos utilizados. A ex-presidenta é citada 38 vezes no decorrer do texto.

³² Serão utilizados *prints* do acervo digital da revista *IstoÉ*, meio pelo qual as matérias foram acessadas, mas os textos são disponibilizados no portal online na íntegra e com todas as imagens originais.

³³ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: então presidente do Brasil (1990-1992); ex-ministro e líder do PT à época; presidente da República.



Figura 8 – Reprodução de matéria revista *IstoÉ*, 20 de abril de 2016
(Fonte: Edição nº 2419, 20/04/2016, revista *IstoÉ*, acervo digital)

Quadro 03 - Fontes utilizadas na matéria “O ensaio do adeus”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Dilma Rousseff ³⁴	5	X		X (4)	X (1)
Rodrigo Janot	2	X		X (2)	
Aguinaldo Ribeiro	1	X		X	
Deputado governista	1		X		X
Lula	1	X		X	
Um parlamentar da base governista	1		X	X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “O ensaio do adeus”, da edição nº 2419 de 20 de abril de 2016 da revista *IstoÉ*.)

Edição nº 2419 – 20 de abril de 2016: Matéria “E as delações, não valem nada?”

A segunda matéria da edição escolhida para compor o *corpus* da análise também pertence à editoria *Não vai ser Golpe*, ocupa quatro páginas e aborda

³⁴ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: presidente do Brasil; procurador-geral da República; líder do partido (PP) na Câmara; deputado e companheiro do presidente desde os tempos do ABC; ex-presidente e “morubixaba petista”; deputado e companheiro do presidente desde os tempos do ABC.

delações premiadas que supostamente dariam base jurídica para a deposição de Dilma da presidência. A ex-presidenta é citada 29 vezes mas não aparece em nenhuma das quatro imagens que ilustram a matéria juntamente com um infográfico.



Figura 9 – Reprodução de matéria revista *IstoÉ*, 20 de abril de 2016
(Fonte: Edição nº 2419, 20/04/2016, revista *IstoÉ*, acervo digital)

Quadro 04 - Fontes utilizadas na matéria “E as delações, não valem nada?”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Delcídio do Amaral ³⁵	4	X		X (1)	X (3)
Alberto Youssef	3	X		X (1)	X (2)
Rodrigo Janot	3	X		X (1)	X (2)
Dilma Rousseff	2	X			X (2)
Executivos da Andrade Gutierrez	1	X			X
Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal	1	X		X	
Otávio Azevedo	1	X			X
Paulo Roberto Costa	1	X			X

³⁵ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: senador por Mato Grosso do Sul; doleiro; procurador-geral da República; presidente do Brasil; fonte não identificada; advogados e autores do pedido de impeachment; ex-presidente da Andrade Gutierrez; ex-diretor da Petrobras; ex-presidente da empreiteira UTC.

Ricardo Pessoa	1	X			X
----------------	---	---	--	--	---

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “E as delações, não valem nada?”, da edição nº 2419 de 20 de abril de 2016 da revista *IstoÉ*.)

Edição nº 2423 – 13 de maio de 2016: Matéria “Só restou melancolia”

A revista de número 2423 é novamente uma edição especial, intitulada “Especial Novo Governo”, e sucede sessão do Senado que aprovou a continuidade do processo de *impeachment* de Dilma e determinou seu afastamento do cargo por 180 dias, enquanto o vice Michel Temer assumia a presidência interinamente. A matéria de capa aborda os bastidores da posse de Temer, suas promessas e desafios para o novo governo, mas optou-se por não analisá-la levando-se em consideração que um dos fatores de seleção é a quantidade de vezes que Dilma Rousseff é mencionada ou retratada no texto, número praticamente nulo. A primeira das 13 matérias que abordam de alguma forma a deposição de Dilma é intitulada “Só restou melancolia” e pertence à editoria *Brasil*. O texto detalha os acontecimentos que permearam o afastamento de Dilma, que aparece em três das quatro fotografias que a ilustram e é mencionada 31 vezes.

The image is a screenshot of a digital archive page for the magazine *IstoÉ*. At the top, there is a navigation bar with various categories like 'DINHEIRO RURAL', 'MOTORSHOW', and 'PLANETA'. The main header features the *ISTOÉ* logo in red and white, along with the issue number 'EDIÇÃO Nº 2572 12/04'. Below the header is a secondary navigation menu with options like 'HOME', 'ÚLTIMAS', 'REVISTA', 'VÍDEOS', 'BRASIL', 'ECONOMIA', 'MUNDO', 'COLUNAS', 'COMPORTAMENTO', 'CULTURA', 'ESPORTES', and 'GENTE'. The main content area shows the article title 'Só restou melancolia' under the 'BRASIL' category, dated '13/05/2016 nº 2423'. A short introductory text follows: 'Nos dias que antecederam o afastamento, Dilma Rousseff experimentou a crueza do isolamento do poder. Enquanto aguarda o adeus definitivo, a petista mantém a ladinha de quem vive no mundo da fantasia que ela mesma criou para si'. Below the text is a photograph of Dilma Rousseff wearing a white suit, looking down with a somber expression. At the bottom of the page, there is a byline for 'Débora Bergamasco' and social media sharing icons for Facebook, Twitter, LinkedIn, and others.

Figura 10 – Reprodução de matéria revista *IstoÉ*, 13 de maio de 2016
(Fonte: Edição nº 2423, 13/05/2016, revista *IstoÉ*, acervo digital)

Quadro 05 - Fontes utilizadas na matéria “Só restou melancolia”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Dilma Rousseff ³⁶	1	X		X	
Interlocutor que esteve com Dilma	1		X	X	
Jaques Wagner	1	X		X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Só restou melancolia”, da edição nº 2423 de 13 de maio de 2016 da revista *IstoÉ*.)

Edição nº 2423 – 13 de maio de 2016: Matéria “O grande circo chamado Brasil”

A segunda matéria selecionada para análise na edição tem como título “O grande circo chamado Brasil”, pertence à editoria Brasil e é ilustrada com sete imagens, sendo cinco fotografias e duas fotomontagens. Dilma é mencionada em dez ocorrências. O tema principal é a manobra executada pelo então presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão, que anulou a votação que se manifestou favorável à admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.



Figura 11 – Reprodução de matéria revista *IstoÉ*, 13 de maio de 2016
(Fonte: Edição nº 2423, 13/05/2016, revista *IstoÉ*, acervo digital)

³⁶ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: presidente; fonte não identificada; chefe de gabinete e ex-ministro.

Quadro 06 - Fontes utilizadas na matéria “O grande circo chamado Brasil”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Billy Blanco ³⁷	1		X	X	
Gilmar Mendes	1		X	X	
Jornal europeu	1		X	X	
José Eduardo Cardozo	1	X		X	
Sidney Miller	1		X	X	
Waldir Maranhão	1	X		X	
William Shakespeare	1		X	X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “O grande circo chamado Brasil”, da edição nº 2423 de 13 de maio de 2016 da revista *IstoÉ*.)

Edição nº 2436 – 12 de agosto de 2016: Matéria “A era Dilma se aproxima do fim”

A edição de número 2436 tem como título “A hora de sair” e foi publicada durante as etapas finais do processo de *impeachment*. No total, são quatro matérias relacionadas à ex-presidenta. A matéria de capa - “A era Dilma se aproxima do fim” - localiza-se na editoria *Brasil*, possui três infográficos e três imagens, com Dilma presente na principal delas e mencionada 46 vezes no decorrer do texto.



Figura 12 – Reprodução de matéria revista *IstoÉ*, 12 de agosto de 2016
(Fonte: Edição nº 2436, 12/08/2016, revista *IstoÉ*, acervo digital)

³⁷ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: fonte não identificada; ministro do STF; fonte não identificada; advogado geral da União; fonte não identificada; presidente interino da Câmara dos Deputados; fonte não identificada.

Quadro 07 - Fontes utilizadas na matéria “A era Dilma se aproxima do fim”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Ricardo Lewandowski ³⁸	4	X		X (4)	
Marcelo Odebrecht	2	X			X (2)
Carlos Pereira	1		X	X	
Delcídio do Amaral	1	X			X
IBGE	1		X		X
Ivan Cláudio Marx	1		X		X
João Santana	1	X			X
Lúcia Vânia	1		X		X
Lula	1	X		X	
Vanessa Grazziotin	1		X	X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “A era Dilma se aproxima do fim”, da edição nº 2436 de 12 de agosto de 2016 da revista *IstoÉ.*)

Edição nº 2436 – 12 de agosto de 2016: Matéria “Documentos atestam o extravio de bens da União na era PT”

A segunda matéria analisada da edição nº 2435, da editoria *Brasil*, investiga supostas irregularidades apontadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União) a respeito de bens vinculados à Presidência que desapareceram ou não foram incorporados ao patrimônio público durante os governos de Lula e Dilma. Dilma Rousseff não está presente nas três fotos e no infográfico que ilustram a matéria, mas é citada nove vezes. São utilizadas apenas duas fontes na elaboração do texto.

³⁸ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: presidente do STF; empresário; cientista político da FGV-Rio; ex-senador; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; procurador da República; marqueteiro; senadora (PSB-GO); ex-presidente; senadora (PCdoB-AM).



Figura 13 – Reprodução de matéria revista *IstoÉ*, 12 de agosto de 2016
(Fonte: Edição nº 2436, 12/08/2016, revista *IstoÉ*, acervo digital)

Quadro 08 - Fontes utilizadas na matéria “Documentos atestam o extravio de bens da União na era PT”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
TCU ³⁹	15	X		X (3)	X (12)
Decreto 4.344/2002	1		X		X

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Documentos atestam o extravio de bens da União na era PT”, da edição nº 2436 de 12 de agosto de 2016 da revista *IstoÉ*.)

Edição nº 2439 – 01 de setembro de 2016: Matéria “O acordão para salvar Dilma”

A autointitulada “edição histórica” de número 2439 traz como destaque na capa a primeira entrevista de Michel Temer como presidente. Ao todo são quatro matérias relacionadas à ex-presidenta, todas pertencentes à editoria *Brasil*. A principal delas é intitulada “O acordão para salvar Dilma”, onde Dilma é citada 24 vezes, mas não aparece retratada em nenhuma das quatro fotos e dois infográficos. O tema da matéria são os bastidores da decisão que preservou os direitos políticos da presidenta deposta Dilma Rousseff, mesmo depois do *impeachment*.

³⁹ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002 - Legislação Federal do Brasil; Tribunal de Contas da União.



Figura 14 – Reprodução de matéria revista *IstoÉ*, 01 de setembro de 2016
(Fonte: Edição nº 2439, 01/09/2016, revista *IstoÉ*, acervo digital)

Quadro 09 - Fontes utilizadas na matéria “O acordão para salvar Dilma”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Aécio Neves ⁴⁰	3		X	X (2)	X (1)
Constituição Federal	2		X	X (1)	X (1)
Gilmar Mendes	2		X	X (1)	X (1)
Celso de Mello	1		X	X	
Dircêo Torrecillas Ramos	1		X	X	
Julio César Martins Casarin	1		X		X
Kátia Abreu	1	X		X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “O acordão para salvar Dilma”, da edição nº 2439 de 01 de setembro de 2016 da revista *IstoÉ*.)

Edição nº 2439 – 01 de setembro de 2016: Matéria “Cidadã comum e ré”

A segunda matéria da edição nº 2439 integra a editoria *Brasil* e tem como tema supostas denúncias que Dilma Rousseff teria que enfrentar com a conclusão definitiva do *impeachment* e a perda do foro privilegiado. A ex-presidenta aparece nas duas fotos e também no infográfico que ilustram a matéria, sendo mencionada 28 vezes no decorrer do texto. São utilizadas apenas três fontes na matéria, que estão listadas no Quadro 10.

⁴⁰ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: presidente nacional do PSDB; Carta Magna; presidente do TSE e ministro do Supremo Tribunal Federal; decano do Supremo Tribunal Federal; professor de Direito Constitucional da USP; advogado; senadora (PMDB-TO).



Figura 15 – Reprodução de matéria revista *IstoÉ*, 01 de setembro de 2016
(Fonte: Edição nº 2439, 01/09/2016, revista *IstoÉ*, acervo digital)

Quadro 10 - Fontes utilizadas na matéria “Cidadã comum e ré”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Delcídio do Amaral ⁴¹	1	X			X
João Santana	1	X			X
Mônica Moura	1	X			X

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Cidadã comum e ré”, da edição nº 2439 de 01 de setembro de 2016 da revista *IstoÉ*.)

3.1.2 Análise descritiva da revista *Veja*

Edição nº 2455 - 9 de dezembro de 2015: Matéria “Impeachment não é guerra”

Na edição nº 2455, de 09 de dezembro de 2015, Dilma Rousseff é tema não só da matéria de capa da revista *Veja*, mas também de uma seção intitulada “Especial Impeachment”, com seis matérias ao longo de 24 páginas, que tem como tema a possibilidade de abertura de um processo de *impeachment* contra a presidenta. No total, são cinco matérias relacionadas diretamente à presidenta nesta edição. A primeira matéria que será analisada tem como título “Impeachment não é guerra”, pertence à editoria *Especial* e está localizada entre as páginas 54 e 61, ocupando um total de oito páginas.

⁴¹ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: ex-senador; ex-marqueteiro petista; mulher de João Santana.



Figura 16 – Reprodução de matéria revista *Veja*, 9 de dezembro de 2015
(Fonte: Edição nº 2455, 09/12/2015, páginas 54 e 55, revista *Veja*)

A matéria é ilustrada com cinco fotografias e Dilma está presente na principal delas, que preenche inteiramente as páginas 54 e 55. São utilizados também um infográfico e um box, que fala sobre os autores do pedido de *impeachment* de Dilma acolhido inicialmente pela Câmara – Janaina Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr. –, contando com uma fotografia onde aparecem dois dos personagens mencionados. O tema da matéria selecionada é a possibilidade de abertura de um processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff e todas as implicações políticas que esse acontecimento poderia desencadear. Dilma Rousseff é citada 51 vezes no decorrer da matéria. As fontes mencionadas e suas devidas classificações estão sistematizadas no quadro abaixo.

Quadro 11 - Fontes utilizadas na matéria “Impeachment não é guerra”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Antigo auxiliar de Dilma ⁴²	1		X	X	
Dilma Rousseff	1	X			X
Eduardo Cunha	1	X			X
Gilmar Mendes	1	X		X	

⁴² Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: fonte não identificada; presidente da República; deputado (PMDB-RJ) e presidente da Câmara; ministro do STF; jurista; advogada; ministro-chefe da Casa Civil; ex-presidente do Brasil; vice-presidente da República (PMDB-SP); ex-ministro da Justiça.

Hélio Bicudo ⁴³	1	X			X
Janaina Paschoal	1	X			X
Jaques Wagner	1	X		X	
Lula	1	X		X	
Michel Temer	1	X			X
Miguel Reale Jr.	1	X			X

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Impeachment não é guerra”, da edição nº 2455 de 9 de dezembro de 2015 da revista *Veja*.)

Edição nº 2455 - 9 de dezembro de 2015: Matéria “O Primeiro Choque”

A segunda matéria dessa edição selecionada para análise tem como título “O Primeiro Choque” e traça comparativos entre o *impeachment* de Dilma Rousseff, que começava a tramitar na Câmara, e o de Fernando Collor, até então único precedente desse processo no período democrático. Foram escolhidas quatro imagens para ilustrar a matéria, lado a lado uma foto de Dilma e uma de Collor, acompanhadas de frases proferidas por cada um, e nas páginas seguintes, novamente alinhadas, manifestações a favor do *impeachment* de cada um. A ex-presidenta é mencionada 15 vezes.



Figura 17 – Reprodução de matéria revista *Veja*, 9 de dezembro de 2015
(Fonte: Edição nº 2455, 09/12/2015, páginas 72 e 73, revista *Veja*)

⁴³ Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal são citados juntos e indiretamente através do pronome “eles”.

Quadro 12 - Fontes utilizadas na matéria “O Primeiro Choque”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Dilma Rouseff ⁴⁴	2	X		X (1)	X (1)
Fernando Collor de Mello	1	X			X (1)
Datafolha	1		X		X

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “O Primeiro Choque”, da edição nº 2455 de 9 de dezembro de 2015 da revista *Veja*.)

Edições nº 2474 – 20 de abril de 2016: Matéria “O Último Capítulo”

No dia 20 de abril de 2016, logo após a votação na Câmara dos Deputados que aprovou o prosseguimento do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rouseff, a revista *Veja* colocou em circulação duas revistas com o mesmo número, sendo uma delas uma “Edição Extra do Impeachment”. A fim de não alterar a quantidade total de dez matérias analisadas de cada periódico (*Veja* e *IstoÉ*), optou-se por selecionar uma matéria de cada edição. A edição “regular” tem como título “Fora do Baralho” e a edição extra apresenta o placar da votação da Câmara dos Deputados, com 367 votos a favor do prosseguimento do *impeachment* e 146 contrários.



Figura 18 – Reprodução das capas das duas edições de nº 2474 da revista *Veja*, 20 de abril de 2016

(Fonte: Edições nº 2474, 20/04/2016, revista *Veja*)

⁴⁴ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: presidente da República; ex-presidente; instituto de pesquisa.

Na edição “regular” há quatro matérias relacionadas a Dilma, três delas pertencentes à editoria especial *Impeachment* e uma à editoria *Mercado*. A matéria principal é intitulada “O Último Capítulo” e ocupa seis páginas, ilustrada com cinco imagens, com Dilma presente em duas delas. O tema da reportagem seria a falta de governabilidade da então presidenta, mesmo antes da decisão final sobre seu afastamento. No texto, ela é citada 30 vezes. As fontes mencionadas na matéria e suas devidas classificações estão sistematizadas no quadro abaixo.

Quadro 13 - Fontes utilizadas na matéria “O Último Capítulo”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Dilma Rousseff ⁴⁵	4	X		X (3)	X (1)
Datafolha	1		X		X
Fernando Monteiro	1		X	X	
Michel Temer	1	X			X
Um senador	1		X	X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “O Último Capítulo”, da edição nº 2474 de 20 de abril de 2016 da revista *Veja*.)

Edições nº 2474 – 20 de abril de 2016: Matéria “Dilma cai no limbo”

A “edição extra” publicada na mesma data é dividida em três partes: *Como é*, *Como será* e *Como foi*, com todas as dez matérias relacionadas de alguma forma ao processo de *impeachment* de Dilma. A matéria analisada pertence à editoria *Como é*. Intitulada “Dilma cai no limbo”, ocupa um total de seis páginas. Ilustram as páginas cinco imagens, em todas a ex-presidenta está presente, resultando numa espécie de “retrospectiva” de momentos importantes de seu governo. O texto resume as etapas que ainda faltam até a conclusão do *impeachment* e faz um resumo dos mandatos de Dilma, de sua chegada ao poder com alta popularidade até as crises que minaram sua governabilidade. Seu nome é citado 35 vezes no decorrer da matéria, na qual são utilizadas apenas duas fontes.

⁴⁵ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: presidente da República; instituto de pesquisa; deputado (PE); vice-presidente da República; fonte não identificada.

Quadro 14 - Fontes utilizadas na matéria “Dilma cai no limbo”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Datafolha ⁴⁶	1		X		X
Dilma Rousseff	1	X		X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Dilma cai no limbo”, da edição nº 2474 de 20 de abril de 2016 da revista *Veja*.)

Edição nº 2478 – 18 de maio de 2016: Matéria “A Despedida”

A edição de nº 2478 tem como manchete “A ruína do PT”. Apesar de o foco não ser especificamente Dilma Rousseff, o periódico tem uma sessão *Especial Impeachment* com nove matérias relativas ao tema, sendo duas delas mais diretamente relacionadas à ex-presidenta. A primeira é intitulada “A Despedida”, ocupa seis páginas e apresenta cinco imagens; em duas Dilma está presente. O tema são os bastidores do Palácio do Planalto após a votação do Senado que determinou o afastamento da então presidenta por 180 dias até o julgamento final do processo de *impeachment*. Dilma é mencionada 46 vezes ao longo da matéria.



Figura 18 – Reprodução de matéria revista *Veja*, 18 de maio de 2016 (Fonte: Edição nº 2478, 18/05/2016, páginas 58 e 59, revista *Veja*)

⁴⁶ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: instituto de pesquisa; presidente da República.

Quadro 15 - Fontes utilizadas na matéria “A Despedida”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Dilma Rousseff ⁴⁷	8	X		X (7)	X (1)
Delatores	1		X		X
Eduardo Cunha	1		X	X	
Fernando Collor de Mello	1		X		X
Um de seus ex-ministros	1		X	X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “A despedida”, da edição nº 2478 de 18 de maio de 2016 da revista *Veja*.)

Edição nº 2478 – 18 de maio de 2016: Matéria “O mito das três Dilmas que nunca existiram”

A segunda matéria que tem como enfoque a ex-presidenta Dilma da edição de nº 2478 ocupa quatro páginas e tem como título “O mito das três Dilmas que nunca existiram”. São utilizadas três fotografias, em todas Dilma está presente, e tem seu nome mencionado 53 vezes no decorrer do texto. O tema da matéria são as “personagens” que teriam sido criadas pelo marketing oficial da presidenta para apresentá-la ao povo – “gerentona”, “faxineira” e “vítima”. O texto é inteiramente construído com base em relatos de bastidores de origem desconhecida e cita indiretamente apenas uma fonte.

⁴⁷ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: presidente afastada; fonte não identificada; deputado (PMDB-RJ) afastado da presidência da Câmara; senador (PTC-AL); fonte não identificada.



Figura 19 – Reprodução de matéria revista *Veja*, 18 de maio de 2016
(Fonte: Edição nº 2478, 18/05/2016, páginas 84 e 85, revista *Veja*)

Quadro 16 - Fontes utilizadas na matéria "O mito das três Dilmas que nunca existiram"

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Executivos das empreiteiras Andrade Gutierrez, UTC e Engevix ⁴⁸	1		X		X

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria "O mito das três Dilmas que nunca existiram", da edição nº 2478 de 18 de maio de 2016 da revista *Veja*.)

Edição nº 2491 – 17 de agosto de 2016: Matéria "O foco é outro"

A edição de nº 2491 traz como destaque na capa a Olimpíada do Rio, que foi realizada em agosto de 2016. Ainda assim, duas matérias da editoria *Governo* são relacionadas à Dilma. A primeira, intitulada "O foco é outro", tem quatro páginas e trata da sessão do Senado realizada no dia 10 de agosto, quando os senadores decidiram, por 59 votos contra 21, transformar Dilma em ré e levá-la a julgamento no processo de *impeachment*. São utilizadas três imagens, nenhuma de Dilma, que é citada dez vezes.

⁴⁸ Funções das fontes citadas, na ordem em que aparecem no quadro: fonte não identificada.



Figura 19 – Reprodução de matéria revista *Veja*, 17 de agosto de 2016
(Fonte: Edição nº 2491, 17/08/2016, páginas 42 e 43, revista *Veja*)

Quadro 17 - Fontes utilizadas na matéria "O foco é outro"

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
José Eduardo Cardozo ⁴⁹	2	X			X (2)
Petra Costa	2		X	X (2)	
Lula	1	X			X

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria "O foco é outro", da edição nº 2491 de 17 de agosto de 2016 da revista *Veja*.)

Edição nº 2491 – 17 de agosto de 2016: Matéria "Mas onde está a faixa presidencial?"

A segunda matéria da edição de nº 2491 em que Dilma é mencionada tem como título a pergunta "Mas onde está a faixa presidencial?", ocupa duas páginas e é ilustrada com uma fotomontagem. O tema, assim como matéria da edição nº 2436 da revista *IstoÉ*, é o extravio de bens vinculados à Presidência que desapareceram ou não foram incorporados ao patrimônio público durante os governos de Lula e Dilma. A ex-presidenta é mencionada cinco vezes. A única fonte consultada é o relatório elaborado pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

⁴⁹ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: ex-ministro da Justiça; cineasta da produtora Busca Vida Filmes; ex-presidente.



MAS ONDE ESTÁ A FAIXA PRESIDENCIAL?

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União ocupou-se com a mais bizarra das tarefas: achar aquele parafuso que atravessou o patto dos presidentes. **ROBSON BONIN**

17/08/2016 09:10

SE O IMPEACHMENT de Dilma Rousseff for confirmado no fim de agosto, Michel Temer será o segundo do 3º presidente do Brasil e colocará no peito a... ou seja, a faixa presidencial? A manobra auditoria de que se tem notícia está sendo realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU): encontrar o misterioso lugar em que está a faixa presidencial do Brasil. O TCU descobriu que 4.500 itens do patrimônio da Presidência da República estão sumidos. Ninguém sabe se foram surrupiados ou simplesmente extravaviados. Entre os objetos estão obras de arte, utensílios domésticos, peças de decoração, material de escritório, computadores e, sim, a faixa presidencial. Que fim ela levou?

A novidade apareceu durante uma auditoria do TCU que tinha outra finalidade. Em março passado, a Operação Lava-Jato localizou um cofre numa agência bancária em São Paulo no qual o ex-presidente Lula guardava presentes recebidos durante os oito anos de Presidência. A lei determina que os presentes trocados entre chefes de Estado sejam incorporados ao patrimônio da União. Lula e Dilma, segundo os técnicos, desrespeitaram a regra. Entre 2003 e 2010, Lula recebeu 568 presentes. Pelos registros, Dilma recebeu 163 presentes. Apenas seis foram incorporados ao patrimônio público. O TCU sugere ampliar o sistema de fiscalização para impedir que futuros presidentes levem bens que deveriam ser públicos.

Entre os objetos extravaviados, há computadores, equipamentos de segurança, peças da coleção de prataria palaciana, tapetes persas, porcelana chinesa, pinturas de artistas brasileiros. Apenas no Palácio da Alvorada, a residência oficial da Presidência, foi constatado o sumiço de 201 objetos. Já

na Granja do Torto, uma espécie de casa de campo que fica à disposição dos presidentes, foram mais 114 bens. O prejuízo estimado chega a 5,8 milhões de reais: "Há clara negligência da Secretaria de Administração da Presidência da República na guarda dos bens patrimoniais", diz o relatório elaborado pelo TCU.

Para compreender as irregularidades apontadas na auditoria, o TCU procurou nos órgãos de controle de patrimônios e nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores os registros de viagens oficiais dos presidentes ao exterior e de visitas de líderes mundiais ao Brasil. Com base em fotos e

Luz de última hora: acharam uma faixa! Mas será a velha, a nova ou uma faixa falsa?

relatórios diplomáticos constataram várias ocasiões em que os presentes recebidos por Lula e Dilma foram incorporados aos seus bens pessoais.

Em busca de uma explicação, técnicos encontraram um bilhete, redigido de próprio punho por um diretor de logística da Secretaria de Administração do Planalto. O relatório do TCU comenta o conteúdo do bilhete:

"Chamou atenção despacho manual do então diretor em que esclarece que havia acordo entre o gabinete pessoal (do presidente) e a Secretaria de Administração para definir uma estratégia para agendar bens extravaviados no âmbito do Palácio do Planalto e da Granja do Torto". Traduzindo: caso a qualquer desse falta de algum objeto,

havia uma estratégia para dificultar eventuais apurações. É quase uma piada, mas a pergunta fica no ar: será mesmo que roubaram esse material e não montaram uma operação abaixo?

Pelo simbolismo, o mistério mais intrigante envolve o sumiço da faixa presidencial. Ela teria sido surrupiada? Ou está apenas extravaviada em algum canto de armário? Informado pelo TCU, o staff de Michel Temer passou a revirar os gabinetes do palácio para achar o parafuso republicano. Uma sindicância foi aberta para tentar encontrar eventuais responsáveis. Até a semana passada, os servidores ainda tentavam alinhar, digamos, "hipóteses de investigação". A faixa extravaviada seria a peça que faltava durante o segundo governo do ex-presidente Lula? Ou seria a nova? Ou ambas? Ninguém sabe responder.

Em 2008, Lula determinou que a faixa antiga, estreita, com o brasão da República mais simples e desgastada pelo tempo, fosse restaurada. O ceremonial do Planalto decidiu que era hora de trocar a peça. A nova faixa custou 50.000 reais. É maior, mais larga e ganhou franjas confeccionadas com fios de ouro. Ficou mais sumida, principalmente quando acompanhada do tradicional broche de ouro, cravejado com 21 brilhantes. A faixa deveria estar em um cofre, de onde só deveria sair uma vez por ano, para ser usada pelo presidente no desfile do Dia da Independência. Mas aconteceu uma luz de última hora! Na tarde de sexta-feira passada, em plena operação para a festa, os servidores acharam uma delas, mas ainda não sabem exatamente qual era — se a velha, usada por Lula, ou se a nova, usada por Dilma. Ou se não era nenhuma delas. Será uma falsa? Com pedras de vidro em lugar dos brilhantes? É difícil que haja outro país com esse dilema. ■

17/08/2016 09:10

Figura 20 – Reprodução de matéria revista *Veja*, 17 de agosto de 2016 (Fonte: Edição nº 2491, 17/08/2016, páginas 46 e 47, revista *Veja*)

Quadro 18 - Fontes utilizadas na matéria “Mas onde está a faixa presidencial?”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
TCU ⁵⁰	5	X		X (2)	X (3)

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Mas onde está a faixa presidencial?”, da edição nº 2491 de 17 de agosto de 2016 da revista *Veja*.)

Edição nº 2494 – 07 de setembro de 2016: Matéria “O pecado original”

A “Edição Histórica” de nº 2494, publicada logo após a conclusão do processo de *impeachment*, traz na capa uma imagem representando a “morte” do PT (Partido dos Trabalhadores), que deixa o poder depois de 14 anos e quatro mandatos consecutivos – o último interrompido pela deposição de Dilma. A revista traz um “Especial *Impeachment*” com quatro matérias, duas delas com referências a Dilma. A primeira e mais relevante - “O pecado original” - ocupa oito páginas, traz sete imagens e um box com informações sobre o futuro político de Dilma Rousseff e as implicações do *impeachment*. A ex-presidenta aparece em duas fotos e é mencionada 21 vezes.

⁵⁰ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: Tribunal de Contas da União.



Figura 21 – Reprodução de matéria revista *Veja*, 07 de setembro de 2016
(Fonte: Edição nº 2494, 07/09/2016, páginas 48 e 49, revista *Veja*)

Quadro 19 - Fontes utilizadas na matéria “O pecado original”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Dilma Rousseff ⁵¹	5	X		X (2)	X (3)
Delcídio do Amaral	1		X		X
Franklin Martins	1		X		X
Jaques Wagner	1		X	X	
José Dirceu	1		X	X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “O pecado original”, da edição nº 2494 de 07 de setembro de 2016 da revista *Veja*.)

Edição nº 2494 – 07 de setembro de 2016: Matéria “Visão da História”

A segunda matéria selecionada para análise da “Edição Histórica” de nº 2494, é intitulada “Visão da História” e tenta antecipar como a saída de Dilma da presidência será vista no futuro. A matéria ocupa duas páginas e é ilustrada com duas imagens, ambas de momentos da história brasileira. Dilma é mencionada quatro vezes no decorrer do texto.

⁵¹ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: presidente deposta; ex-senador; então ministro de Comunicação Social; ex-ministro; então chefe da Casa Civil.



Figura 22 – Reprodução de matéria revista *Veja*, 07 de setembro de 2016
(Fonte: Edição nº 2494, 07/09/2016, páginas 62 e 63, revista *Veja*)

Quadro 20 - Fontes utilizadas na matéria “Visão da História”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Daniel Aarão Reis ⁵²	2		X	X (1)	X (1)
Christiane Romeo	1		X	X	
Dilma Rousseff	1	X		X	
Joaquim Barbosa	1		X		X
Michel Temer	1	X		X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Visão da História”, da edição nº 2494 de 07 de setembro de 2016 da revista *Veja*.)

3.1.3 Análise descritiva do jornal *The New York Times*

Para análise do jornal norte-americano *The New York Times* foi realizada uma busca nos arquivos da versão digital por matérias que tivessem como tema o *impeachment* de Dilma Rousseff publicadas dentro da mesma amostra temporal utilizada para os periódicos brasileiros, no caso os cinco momentos-chave do processo (ver Figura 4). Por opção metodológica, foram desconsideradas reportagens em formato de vídeo e galerias de fotos. Ao final, foram selecionadas dez matérias que se encaixavam nesses critérios.

⁵² Funções das fontes citadas tal como mencionadas na revista, na ordem em que aparecem no quadro: professor da Universidade Federal Fluminense; cientista política e professora do Ibmec; presidente deposta; ex-presidente do STF; presidente da República.

02 de dezembro de 2015: Matéria “Brazil’s President, Dilma Rousseff, Faces Prospect of Impeachment”

A matéria foi publicada no dia 02 de dezembro, logo após a abertura do processo de *impeachment* na Câmara pelo ex-presidente Eduardo Cunha, e trata justamente desse acontecimento. Pertence à subeditoria *Americas*, integrante da editoria *World*. O texto possui 4880 caracteres, 774 palavras, é acompanhado de um vídeo, que não será considerado para os fins da análise, e de uma imagem em que Dilma não está presente. A ex-presidenta é mencionada 21 vezes.

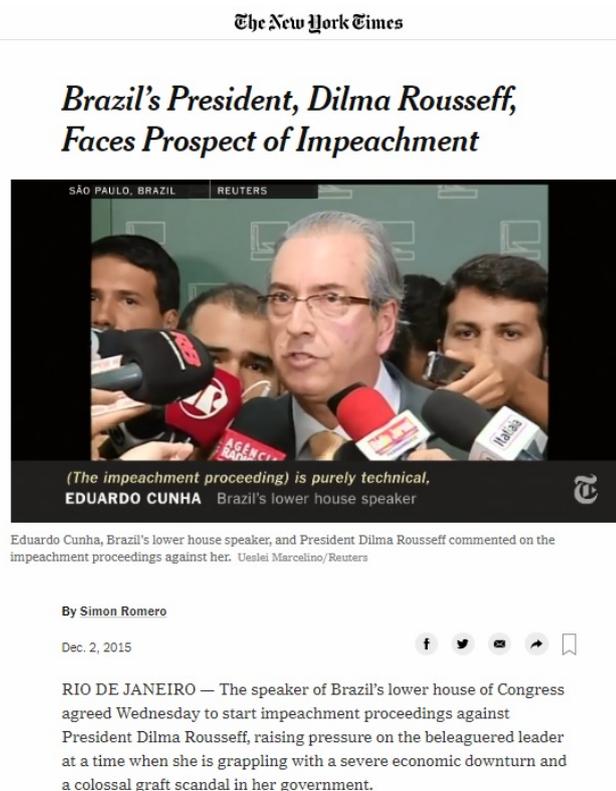


Figura 23 – Reprodução de matéria *The New York Times*, 02 de dezembro de 2015
(Fonte: Reprodução internet)

Quadro 21 - Fontes utilizadas na matéria “Brazil’s President, Dilma Rousseff, Faces Prospect of Impeachment”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Brasílio Sallum ⁵³	3		X	X (2)	X (1)
Eduardo Cunha	3	X		X (2)	X

⁵³ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na matéria, na ordem em que aparecem no quadro: um sociólogo da Universidade de São Paulo que é uma autoridade em processos de impeachment no Brasil; o orador da Câmara do Brasil; presidente; um deputado do Partido dos Trabalhadores (tradução nossa).

Mr. Cunha's opponents	1	X			X
Dilma Rousseff	2	X	X	X (1)	X (1)
Wadih Damous	2		X	X	

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria "Brazil's President, Dilma Rousseff, Faces Prospect of Impeachment", publicada dia 02 de dezembro de 2015 no portal *The New York Times*)

16 de abril de 2016: Matéria "Dilma Rousseff's Former Supporters in Brazil Express Disillusionment"

A matéria foi publicada no dia 16 de abril de 2016, às vésperas da votação na Câmara dos Deputados que decidiria pela continuidade do processo de *impeachment*. Pertence à subeditoria *Americas*, integrante da editoria *World*. O assunto abordado é a decepção de trabalhadores que eram parte do eleitorado de Dilma, mas que agora apoiam sua deposição na esperança de mudanças. O texto possui 4122 caracteres, 683 palavras, é acompanhado de um vídeo, que não será considerado para os fins da análise, e uma fotografia de Dilma, que, por sua vez, é mencionada doze vezes.

The New York Times

Dilma Rousseff's Former Supporters in Brazil Express Disillusionment

By Andrew Jacobs

April 16, 2016



BRASÍLIA — They are at once ubiquitous and invisible here, the street cleaners, landscapers, hotel maids and traffic police who make sure Brazil's meticulously designed capital stays true to the national flag's slogan of "order and progress."

But as President [Dilma Rousseff](#) stands on the precipice of impeachment, it is hard to find much support here among the working-class voters who were once bedrock supporters of the Workers' Party, the left-wing group that stood up to the nation's military rulers a generation ago and later swept to power by promising a more just society.

Figura 24 – Reprodução de matéria *The New York Times*, 16 de abril de 2016 (Fonte: Reprodução internet)

Quadro 22 - Fontes utilizadas na matéria “Dilma Rousseff’s Former Supporters in Brazil Express Disillusionment”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Valdenor Soares da Silva ⁵⁴	2		X	X	
Datafolha	2		X		X
Helen Brandão	7		X	X (4)	X (3)
Erisvaldo Rodrigues Marques	3		X	X (3)	
Francisco Raimundo Rodrigues	7		X	4 (2)	X (3)

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Dilma Rousseff’s Former Supporters in Brazil Express Disillusionment”, publicada dia 16 de abril de 2016 no portal *The New York Times*)

17 de abril de 2016: Matéria “Brazil’s Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff”

A matéria foi publicada no dia 17 de abril de 2016, logo após a aprovação da continuidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados, e traz uma extensa análise do cenário político brasileiro depois da votação. Pertence à subeditoria *Americas*, integrante da editoria *World*, possui 9601 caracteres, 1551 palavras, e é acompanhado de dois vídeos, que não serão considerados na análise. A ex-presidenta é mencionada 36 vezes.

⁵⁴ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na matéria, na ordem em que aparecem no quadro: um vendedor de sorvetes fora do Congresso Nacional; um instituto de pesquisa; estava vendendo sanduíches, doces e água engarrafada de um caminhão no sábado fora da Câmara dos Deputados; passou as últimas duas décadas polindo os sapatos de políticos que entram e saem do prédio; porteiro do Congresso (tradução nossa).

The New York Times

Brazil's Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff



Following a vote by Brazil's lower house of Congress to impeach President Dilma Rousseff, her defense expresses confidence that the vote in the Senate will go in her favor.
Christophe Simon/Agence France-Presse — Getty Images

By Andrew Jacobs

April 17, 2016



BRASÍLIA — Brazilian legislators voted on Sunday night to approve [impeachment](#) of Dilma Rousseff, the nation's first female president, whose tenure has been buffeted by a dizzying [corruption scandal](#), a [shrinking economy](#) and [spreading disillusionment](#).

Figura 25 – Reprodução de matéria *The New York Times*, 17 de abril de 2016
(Fonte: Reprodução internet)

Quadro 23 - Fontes utilizadas na matéria “Brazil’s Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Paulo Sotero ⁵⁵	1		X	X	
Gabriela Correia	3		X	X (2)	X
Some political analysts	1		X		X
Pedro Arruda	2		X	X	
Lincoln Secco	2		X	X	
Mathieu Turgeon	2		X	X	
Monica de Bolle	2		X	X	
Christopher Garman	1		X	X	
Datafolha	1		X		X
Raul Juste Loes	1		X	X	

⁵⁵ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na matéria, na ordem em que aparecem no quadro: o diretor do Brazil Institute at the Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington; um representante de atendimento ao cliente; analista político da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; professor de história na Universidade de São Paulo; um cientista político da Universidade de Brasília; um membro sênior do Peterson Institute for International Economics, um grupo de pesquisa em Washington; um analista do Brasil no Eurasia Group, uma empresa de consultoria de risco político; uma empresa de pesquisa; editor da Folha de S.Paulo; professora de português (tradução nossa).

Stephany Machado	1		X	X (2)	X
------------------	---	--	---	-------	---

(Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Brazil’s Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff”, publicada dia 17 de abril de 2016 no portal *The New York Times*)

12 de maio de 2016: Matéria “Questions and Answers on Brazil’s Presidential Crisis”

A matéria, organizada em forma de perguntas e respostas, foi publicada no dia 12 de maio de 2016, data da votação no Senado que determinou o afastamento de Dilma Rousseff do poder por 180 dias. Pertence à subeditoria *Americas*, integrante da editoria *World*, possui 2645 caracteres, 435 palavras e é ilustrada com uma foto da ex-presidenta, que é mencionada 15 vezes.

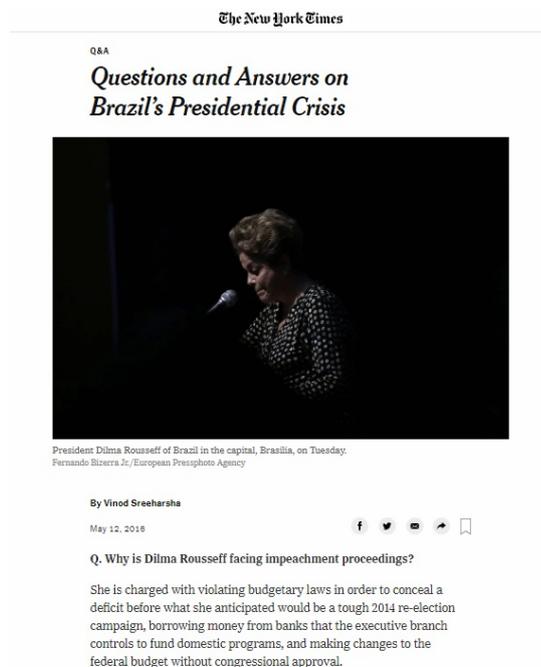


Figura 26 – Reprodução de matéria *The New York Times*, 12 de maio de 2016
(Fonte: Reprodução internet)

Quadro 24 - Fontes utilizadas na matéria “Questions and Answers on Brazil’s Presidential Crisis”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Oscar Vilhena Vieira ⁵⁶	2		X	X	

⁵⁶ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na matéria, na ordem em que aparecem no quadro: professor de direito constitucional na Fundação Getúlio Vargas, uma universidade de São Paulo; professor de sociologia na Universidade de São Paulo e especialista em processos políticos no Brasil (tradução nossa).

Brasílio Sallum Jr	2		X	X	
--------------------	---	--	---	---	--

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Questions and Answers on Brazil’s Presidential Crisis”, publicada dia 12 de maio de 2016 no portal *The New York Times*)

12 de maio de 2016: Matéria “Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff”

A matéria foi publicada no dia 12 de maio de 2016, logo após a votação do Senado que autorizou a continuidade do *impeachment* e afastou a então presidenta do poder, e traz uma longa contextualização não só do processo de deposição de Dilma mas de sua chegada ao poder, as crises que atingiram o governo e os desafios do presidente interino Michel Temer. É ilustrada com dois vídeos e duas imagens, sendo uma de Dilma, que é mencionada 40 vezes no decorrer do texto, composto de 9207 caracteres, 1489 palavras. Pertence à subeditoria *Americas*, integrante da editoria *World*.

The New York Times

Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff



President Dilma Rousseff of Brazil remained resolute on Thursday, saying that despite the impeachment process opened by the senate, she had been elected by 54 million voters. Adriano Machado/Reuters

By Andrew Jacobs and Simon Romero

May 12, 2016



BRASÍLIA — After an all-night debate, Brazil’s Senate voted Thursday morning to suspend President Dilma Rousseff and begin an impeachment trial against her, ousting [a deeply unpopular leader](#) whose sagging political fortunes have come to embody widespread public anger over [systemic corruption](#) and a battered economy.

Figura 27 – Reprodução de matéria *The New York Times*, 12 de maio de 2016 (Fonte: Reprodução internet)

Quadro 25 - Fontes utilizadas na matéria “Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Álvaro Dias ⁵⁷	2		X	X	
Dilma Rousseff	2	X		X	
Mauro F. Guillén	2		X	X	
Economists	1		X		X
Juliana Santos	2		X	X	
Boris Fausto	1		X	X	
José Eduardo Cardozo	2	X		X	X
Luiz Inácio Lula da Silva	2	X		X	
Michel Temer	1	X			X
Many business leaders and economists	1		X		X
Marcos Troyjo	1		X	X	
Humberto Costa	3		X	X (2)	X (1)

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff”, publicada dia 12 de maio de 2016 no portal *The New York Times*)

12 de maio de 2016: Matéria “Dilma Rousseff Was Not Impeached, Legal Scholars Say”

Essa matéria, também publicada no dia 12 de maio de 2016 e pertencente à subeditoria *Americas*, integrante da editoria *World*, trata do *impeachment* de forma mais ampla, apresentando outros países além do Brasil onde o processo já foi realizado e as particularidades que teve em cada um. Possui 4127 caracteres, 667 palavras e apenas uma imagem, na qual Dilma aparece ao lado do ex-presidente norte-americano Bill Clinton. A ex-presidenta é mencionada 10 vezes.

⁵⁷ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na matéria, na ordem em que aparecem no quadro: um senador do Partido Verde; a primeira mulher a ser presidente do Brasil; professor de gestão internacional na Universidade da Pensilvânia; um cobrador que trabalha para uma empresa de ônibus públicos em Brasília; um historiador brasileiro; o procurador geral brasileiro; ex-presidente; vice-presidente; co-diretor do BRICLab na Universidade de Columbia; senador e líder da bancada do Partido dos Trabalhadores (tradução nossa).

The New York Times

Dilma Rousseff Was Not Impeached, Legal Scholars Say



Former President Bill Clinton with President Dilma Rousseff of Brazil during the Clinton Global Initiative Latin America meeting in Rio de Janeiro in 2013.
Yasuyoshi Chiba/Agence France-Presse — Getty Images

By Rick Gladstone and Vinod Sreeharsha

May 12, 2016



Brazilians and many others are transfixed over the impeachment proceedings against Dilma Rousseff, Brazil's first female president. But while impeachment is not uncommon, not all nations agree on what it means.

Figura 28 – Reprodução de matéria *The New York Times*, 12 de maio de 2016
(Fonte: Reprodução internet)

Quadro 26 - Fontes utilizadas na matéria “Dilma Rousseff Was Not Impeached, Legal Scholars Say”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Daniel Vargas ⁵⁸	2		X	X	X
Ronaldo Porto Macedo Jr.	2		X	X	
Legal experts	1		X		X
Pierre de Vos	3		X	X	

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Dilma Rousseff Was Not Impeached, Legal Scholars Say”, publicada dia 12 de maio de 2016 no portal *The New York Times*)

12 de maio de 2016: Matéria “Brazil Workers’ Party, Leaders ‘Intoxicated by Power,’ Falls From Grace”

A matéria analisada, mais uma da série de reportagens publicadas no dia 12 de maio de 2016, possui 9836 caracteres, 1613 palavras, e assim como as demais pertence à subeditoria *Americas*, integrante da editoria *World*. O tema principal não é diretamente o processo de *impeachment*, mas sim a história do Partido dos

⁵⁸ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na matéria, na ordem em que aparecem no quadro: professor de direito na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro; professor de direito na Universidade de São Paulo e outras instituições; um estudioso de direito constitucional na África do Sul (tradução nossa).

Trabalhadores (PT), desde seu surgimento até a chegada à presidência do Brasil na figura de Luis Inácio Lula da Silva e, posteriormente, a transferência de poder de Lula para Dilma. A ex-presidenta é mencionada sete vezes e aparece em uma das três imagens que acompanham a matéria.

The New York Times

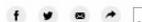
*Brazil Workers' Party, Leaders
'Intoxicated by Power,' Falls From Grace*



Supporters of the Workers' Party demonstrating last month in Brasília. The fall of the party, which was once devoted to transparency and clean government, has deepened public mistrust of Brazilian politics. Fernando Bizerra Jr./European Pressphoto Agency

By Andrew Jacobs

May 12, 2016



BRASÍLIA — From its earliest days as a scrappy band of Marxists defying Brazil's military rulers, the Workers' Party grew to become one of world's most enduring leftist movements — an electoral powerhouse that dominated the nation's politics for more than a decade.

Figura 29 – Reprodução de matéria *The New York Times*, 12 de maio de 2016
(Fonte: Reprodução internet)

**Quadro 27 - Fontes utilizadas na matéria “Brazil Workers’ Party, Leaders
‘Intoxicated by Power,’ Falls From Grace”**

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Hélio Bicudo ⁵⁹	1		X	X	
José Murilo de Carvalho	1		X	X	
Jan Rocha	3		X	X (2)	X
Idelber Avelar	3		X	X (2)	X
Luiz Inácio Lula da Silva	3	X		X (2)	X
Alfred P. Montero	3		X	X	
Experts	2		X		X

⁵⁹ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na matéria, na ordem em que aparecem no quadro: um dos primeiros membros do partido e um ex-legislador; um historiador; autor do livro “Brazil Under the Workers’ Party”; ex-partidário fiel e um acadêmico que agora vive nos Estados Unidos; ex-presidente; autor do livro “Brazil: Reversal of Fortune” e professor do Carleton College; professor de história contemporânea na Universidade de São Paulo e um dos primeiros membros do partido; um porteiro em São Paulo (tradução nossa).

Lincoln Secco	3		X	X (2)	X
Milton Nunes Sobrinho	5		X	X (4)	X

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Brazil Workers’ Party, Leaders ‘Intoxicated by Power,’ Falls From Grace”, publicada dia 12 de maio de 2016 no portal *The New York Times*)

12 de maio de 2016: Matéria “New President of Brazil, Michel Temer, Signals More Conservative Shift”

A última das matérias publicadas em 12 de maio de 2016 trata das mudanças implementadas pelo presidente interino do Brasil, Michel Temer, que assumiu o governo com o afastamento temporário de Dilma até a conclusão do processo de *impeachment*. Faz parte da subeditoria *Americas*, integrante da editoria *World*, possui 7422 caracteres, 1205 palavras, um vídeo e duas imagens, sendo uma delas de Dilma, que é mencionada no texto 16 vezes.

The New York Times

New President of Brazil, Michel Temer, Signals More Conservative Shift



Michel Temer, Brazil's interim president, at the inauguration of his newly appointed ministers. Marcos Correa/Agence France-Presse — Getty Images

By Simon Romero

May 12, 2016



BRASÍLIA — The new Brazilian president's first pick for science minister was a creationist. He chose a soybean tycoon who has [deforested](#) large tracts of the Amazon rain forest to be his agriculture minister. And he is the first leader in decades to have no women in his cabinet at all.

Figura 30 – Reprodução de matéria *The New York Times*, 12 de maio de 2016 (Fonte: Reprodução internet)

Quadro 28 - Fontes utilizadas na matéria “New President of Brazil, Michel Temer, Signals More Conservative Shift”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Silas Malafaia ⁶⁰	2		X	X	
Mr. Temer's critics	2		X		X
Veja	2		X		X (2)
2010 census	1		X		X
Sérgio Praça	2		X	X	X
Michel Temer	3	X		X (2)	X
The new president's supporter	1		X		X
Michael Shifter	2		X	X	
Maria Hermínia Tavares de Almeida	2		X	X	X

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “New President of Brazil, Michel Temer, Signals More Conservative Shift”, publicada dia 12 de maio de 2016 no portal *The New York Times*)

10 de agosto de 2016: Matéria “Brazil’s Senate Votes to Move Ahead With Dilma Rousseff’s Trial”

A matéria analisada foi publicada dia 10 de agosto de 2016, logo após uma nova votação do Senado que julgou procedentes as denúncias contra Dilma Rousseff por crime de responsabilidade e a transformaram em ré. O tema da reportagem são justamente os bastidores da votação, assim como as expectativas para a última etapa do processo de *impeachment*. Ela é ilustrada apenas com um vídeo, que não será considerado para os fins da análise, e a ex-presidenta é mencionada 33 vezes ao longo do texto, que possui 5890 caracteres, 949 palavras e integra a subeditoria *Americas*, por sua vez pertencente à editoria *World*.

⁶⁰ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na matéria, na ordem em que aparecem no quadro: um pastor evangélico de televisão e autor de livros best-sellers como "Como derrotar as estratégias de Satanás"; uma revista de notícias; um cientista político da Fundação Getúlio Vargas; o advogado de 75 anos que assumiu o comando do Brasil na quinta-feira, depois que Dilma Rousseff foi suspensa pelo Senado para enfrentar um julgamento por *impeachment*; o presidente do Inter-American Dialogue, um grupo de política em Washington; cientista político da Universidade de São Paulo (tradução nossa).

The New York Times

Brazil's Senate Votes to Move Ahead With Dilma Rousseff's Trial



After hours of debate in the capital, Brasília, senators voted 59 to 21 to indict suspended President Dilma Rousseff on charges of budgetary manipulation, formally making her a defendant.
Sebastiao Moreira/European Pressphoto Agency

By Vinod Sreeharsha

Aug. 10, 2016



RIO DE JANEIRO — Brazil's Senate voted in the early hours of Wednesday to begin the last phase in the [impeachment trial of Dilma Rousseff](#), the president who was suspended in May, setting the stage for her final removal from office.

Figura 31 – Reprodução de matéria *The New York Times*, 10 de agosto de 2016
(Fonte: Reprodução internet)

Quadro 29 - Fontes utilizadas na matéria “Brazil’s Senate Votes to Move Ahead With Dilma Rousseff’s Trial”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Ivar Hartmann ⁶¹	1		X	X	
Daniel Vargas	2		X	X	
Ronaldo Porto Macedo Jr.	2		X	X	X
Deltan Dallagnol	1	X		X	
Paulo Sérgio Pinheiro	3		X	X	

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Brazil’s Senate Votes to Move Ahead With Dilma Rousseff’s Trial”, publicada dia 10 de agosto de 2016 no portal *The New York Times*)

31 de agosto de 2016: Matéria “Dilma Rousseff Is Ousted as Brazil’s President in Impeachment Vote”

A última matéria analisada foi publicada dia 31 de agosto de 2016 e trata da etapa final do processo de *impeachment*, a votação no Senado que afastou Dilma Rousseff definitivamente do poder, e suas consequências para o país.

⁶¹ Funções das fontes citadas tal como mencionadas na matéria, na ordem em que aparecem no quadro: professor de direito na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro; professor de direito na Fundação Getúlio Vargas; professor de direito na Universidade de São Paulo e outras instituições; o principal promotor do inquérito; diplomata brasileiro e ex-membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (tradução nossa).

Faz parte da subeditoria *Americas*, pertencente à editoria *World*, é ilustrada com dois vídeos, composta de 10232 caracteres, 1650 palavras. A ex-presidenta é mencionada 60 vezes no decorrer do texto.

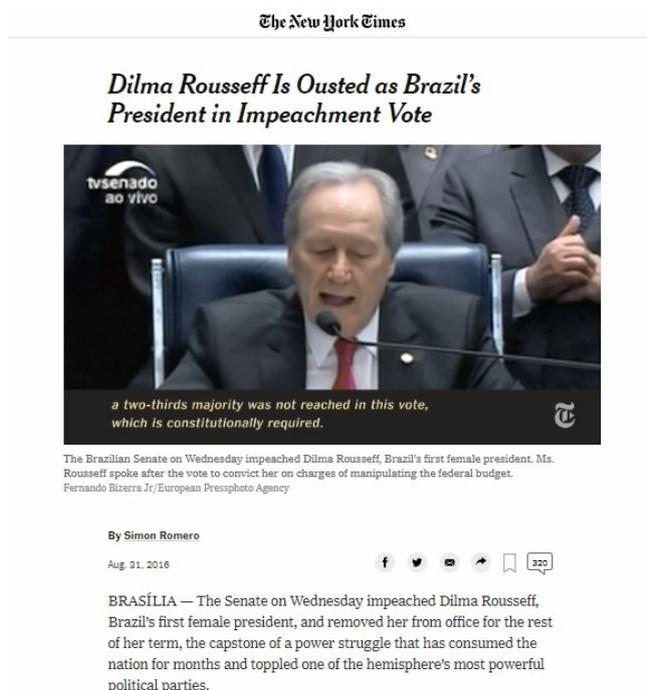


Figura 32 – Reprodução de matéria *The New York Times*, 31 de agosto de 2016
(Fonte: Reprodução internet)

Quadro 30 - Fontes utilizadas na matéria “Dilma Rousseff Is Ousted as Brazil’s President in Impeachment Vote”

Fontes	Ocorrências	Primária	Secundária	Direta	Indireta
Mentor Muniz Neto ⁶²	3		X	X (2)	X (1)
2010 census	1		X		X
Creuza Maria Oliveira	3		X	X	
Philipp Schiemer	2		X	X	
Dilma Rousseff	5	X		X (2)	X (3)
Antonio Risério	2		X	X	
Regina Sousa	2		X	X	

⁶² Funções das fontes citadas tal como mencionadas na matéria, na ordem em que aparecem no quadro: um escritor de São Paulo; a presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos; o chefe das operações da Mercedes-Benz no Brasil; a primeira presidente do sexo feminino do Brasil; um historiador e comentarista cultural; uma senadora do Partido dos Trabalhadores do Piauí, no Nordeste do Brasil; o professor de direito que foi autor do pedido de *impeachment*; advogado de Dilma Rousseff (tradução nossa).

Janaína Paschoal	1	X			X
José Eduardo Cardozo	2	X		X	X

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da matéria “Dilma Rousseff Is Ousted as Brazil’s President in Impeachment Vote”, publicada dia 31 de agosto de 2016 no portal *The New York Times*)

3.2 Análise de fontes e canais de informação

A exemplo do protocolo de análise utilizado anteriormente por Jeronymo (2015), a primeira parte do estudo das fontes mencionadas nas matérias examinadas baseia-se na pesquisa desenvolvida por Leon Sigal (1974) – que culminou no livro *Reporters and Officials* – e no conceito de canais de informação – “caminhos pelos quais informações atingem o repórter” (SIGAL, 1974, p. 120, tradução nossa) – traçado pelo autor, que classifica tais canais em três categorias: de rotina, informais e corporativos. Como mencionado no primeiro capítulo, na primeira categoria estão inclusos procedimentos oficiais, comunicados e coletivas de imprensa, palestras, cerimônias e outros tipos e eventos não-espontâneos. Os “canais informais” incluem, por exemplo, vazamentos, processos não-governamentais, reuniões de associações ou convenções sindicais e também matérias publicadas em outros veículos de imprensa. Finalmente, os “canais corporativos” são as entrevistas e pesquisas realizadas por iniciativa dos próprios repórteres, eventos nos quais os jornalistas testemunham em primeira mão e as conclusões ou análises tomadas nesse processo (SIGAL, 1974).

Serão utilizadas essas mesmas classificações, bem como o modelo de tabela desenvolvido por Sigal (1974), de modo a categorizar os canais de informação utilizados pelas revistas *Veja* e *IstoÉ* e pelo jornal *The New York Times* na construção das matérias. Por opção metodológica, embora não constem na formulação original de Sigal (1974), as declarações obtidas pelas revistas via redes sociais na Internet foram classificadas como pertencentes ao “canal informal”. A última categoria, aqui denominada canal “não identificado”, é uma tradução livre da expressão “*not as certainable*” utilizada por Sigal (1974) e se refere a situações em que não é possível determinar com base no conteúdo do texto noticioso qual foi o canal utilizado para a obtenção da informação analisada.

Para esta análise não serão eliminadas fontes mencionadas mais de uma vez, pois a mesma fonte pode ter sido alcançada por meio de canais de informação

diferentes. Todavia, em termos analíticos, considera-se uma ocorrência de cada fonte em cada matéria.

Outra categoria de análise das fontes noticiosas utilizadas baseia-se nos conceitos traçados pelo autor Lawrence Soley (1992), que divide as fontes jornalísticas em duas classificações: os “news makers”, que participam ativamente dos eventos noticiosos; e os “news shapers”, que são procurados pela mídia na busca por “informações privilegiadas, panos de fundo ou previsões sobre o resultado das histórias que ainda estão em desdobramento” (SOLEY, 1992, p. 2, tradução nossa). Serão classificadas como “news makers” as chamadas “fontes primárias e como “news shapers” as “fontes secundárias”, uma vez que se entende que o conceito elaborado por Lage (2005) para as fontes primárias e secundárias se alinha ao utilizado por Soley (1992). Para esta análise cada fonte somente será contabilizada uma vez, mesmo que apareça novamente em outras matérias.

3.2.1 Análise de fontes da revista *IstoÉ*

No caso da revista *IstoÉ*, o canal de rotina foi de longe o mais utilizado com cerca de 59% do total de 109 ocorrências. O canal corporativo e os casos nos quais não é possível identificar o canal empregado estão praticamente empatados, ambos com aproximadamente 15%, seguidos pelo canal informal com 11%. O canal de rotina foi utilizado majoritariamente para fontes oficiais, como políticos, empresários e instituições de pesquisa, levando-se em consideração que as declarações utilizadas nas matérias foram retiradas de coletivas de imprensa, eventos oficiais, notas e relatórios elaborados para os veículos jornalísticos e delações premiadas divulgadas pela justiça, o que denota um caráter oficialesco na cobertura. A distribuição entre fontes primárias e secundárias foi muito equilibrada, com aproximadamente 51% de fontes secundárias e 49% de fontes primárias.

Tabela 1 – Canais de informação das matérias analisadas da revista *IstoÉ*

Rotina	64	58,7%
Corporativo	17	15,6%
Informal	12	11,0%
Não identificado	16	14,7%
Total	109	100%

Fonte: Tabela desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da análise das dez matérias selecionadas da revista *IstoÉ*, baseada no modelo elaborado por Sigal (1974).

O canal corporativo apresenta declarações de fontes que derivaram de trabalho jornalístico de apuração, entrevista e pesquisa. Foi utilizado em 92% das ocasiões (12 de 13 fontes) para apresentar fontes secundárias, sendo 36% destas ocorrências advindas de livros, músicas e outras plataformas consultadas. Os outros 67% representam os chamados “news shapers”, “especialistas” consultados para analisar, embasar e comentar informações da matéria. O canal informal foi utilizado para apresentar citações diretas e indiretas extraídas vazamentos de informações, processos não-governamentais ou dados oriundos de outros veículos midiáticos.

Em 78% das nove ocorrências, a revista *IstoÉ* usou fontes entrevistadas ou mencionadas anteriormente por outras publicações jornalísticas, sem nenhuma vez referenciar a fonte das declarações, encontradas nessa pesquisa por meio de mecanismos de busca. Na matéria “A pior travessia”, da edição nº 2401, de 09 de dezembro de 2015, isso se repete três vezes. A primeira ocorrência se dá com citações do sociólogo e mestre em ciência política Murillo de Aragão, extraídas integralmente de um artigo publicado pelo mesmo no dia 29 de novembro de 2015 no portal *O Estado de S.Paulo*. O mesmo se dá com as falas dos deputados Wadih Damous e Paulo Pimenta, publicadas anteriormente na matéria “Planalto tentou negociar com Cunha até o último minuto” no portal online da revista *Veja*, no dia 02 de dezembro de 2015. Na outra matéria analisada da mesma edição (nº 2401), “A história se repete, 23 anos depois”, o mesmo ocorre com duas das três fontes utilizadas.

Em 16 ocorrências não foi possível identificar qual o canal utilizado pelos jornalistas para obtenção das declarações. Quatro delas referem-se ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aliado político de Dilma, número total de vezes em que ele aparece como fonte nas matérias analisadas. Três ocorrências concernem à própria Dilma, o que denota que a presidenta, embora foco da publicação, não foi ouvida diretamente pela revista, e duas ao ministro-chefe da Casa Civil durante seu segundo mandato, Jaques Wagner. De um ponto de vista argumentativo, essa prática, principalmente quando se tratam de nomes relevantes dentro do contexto da matéria, descredibiliza as informações obtidas por meio de declarações desses personagens. Outra prática que coloca em xeque a credibilidade dos argumentos da matéria é a utilização de fontes não identificadas, que representam seis das onze pertencentes a esse canal, como “auxiliares da presidente” (edição nº 2401), “deputado governista” (edição nº 2419), “um parlamentar da base governista” (edição nº 2419) e “interlocutor

que esteve com Dilma” (edição nº 2423), citadas direta e indiretamente.

Quanto às fontes primárias e secundárias, numericamente a divisão entre elas apresenta equilíbrio, com a identificação de 33 fontes primárias e 34 fontes secundárias. Uma análise das 109 ocorrências confirma a estabilidade entre as duas categorias. Verifica-se 66 ocorrências de fontes primárias nas revistas analisadas, em 45% dos casos as citações são diretas e em 55% são indiretas. No caso das fontes secundárias são 43 ocorrências, com 53% dos casos em citações diretas e 47% em citações indiretas. Das fontes secundárias utilizadas, excluindo-se as que não foram identificadas, bem como as de natureza documental, que foram fruto do aprofundamento da pesquisa jornalística, a exemplo de citações de livros, e as que não estão identificadas como pessoas físicas, faz-se pertinente uma análise do perfil dos indivíduos ouvidos pela revista.

Das 18 fontes restantes, oito exerciam algum tipo de cargo político, como deputados ou senadores, quando foram mencionadas. Destas, cinco pertenciam ao PT ou a partidos aliados de Dilma e três à oposição. Apesar de a divisão quantitativa parecer pender para o lado do governo petista, os políticos governistas foram mencionados todas as vezes por declarações e entrevistas concedidas em plenário ou notas oficiais, enquanto os representantes da cúpula do PSDB, Aécio Neves e José Serra, foram consultados pela própria *IstoÉ* para tecer comentários. O até então senador e presidente do partido Aécio Neves, que foi candidato nas eleições de 2014 à presidência da república e acabou derrotado por Dilma no segundo turno, foi entrevistado pela revista em duas matérias, “A pior travessia” (edição nº 2401) e “O acordo para salvar Dilma” (edição nº 2439).

Dentre as fontes secundárias sem cargos políticos, vale destacar alguns nomes. Murillo de Aragão, mencionado na matéria “A pior travessia”, da edição nº 2401, além de sociólogo e mestre em ciência política, é presidente da empresa de análise política Arko Advice Pesquisas e crítico ferrenho de Dilma em outras publicações encontradas, nas quais definiu o *impeachment* como “acordar de um pesadelo” e definiu o governo Dilma como “um amontoado de pessoas voltadas a atender à presidente Dilma com seus caprichos”. O filósofo Antonio Paim, que tem uma de suas obras citadas na mesma matéria da edição nº 2401, é considerado um mestre do pensamento liberal-conservador. Outro especialista consultado foi Carlos Pereira, na matéria “A era Dilma se aproxima do fim”, da edição nº 2436. O cientista

político da FGV-Rio declarou abertamente ser a favor do *impeachment* em matéria publicada no portal *Estadão* no dia 22 de dezembro de 2015.

O professor de Direito Dircêo Torrecillas Ramos, mencionado na matéria “O acordão para salvar Dilma”, edição nº 2439, foi um dos autores, juntamente com os movimentos “Nas Ruas Contra a Corrupção”, “Brasil Melhor”, “Acorda Brasil” e “Avança Brasil”, de uma emenda que atualizou o pedido de *impeachment* de Dilma anteriormente protocolado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Esses dados vão de encontro à conclusão de Lawrence Soley (1992) de que, apesar de os “news shapers” serem muitas vezes apresentados como analistas isentos, “não há nenhuma razão para acreditar que eles são imparciais e objetivos” (SOLEY, 1992, p. 19, tradução nossa).

Quanto ao recorte de gênero, além da própria Dilma Rousseff, das 43 fontes consultadas pela *IstoÉ*, número que leva em consideração somente fontes identificadas e pessoas físicas, apenas seis eram mulheres, 14% do total. Desse número, três eram fontes primárias e três secundárias, e das fontes secundárias apenas uma poderia ser enquadrada na condição de “especialista”, consultada para fornecer pano de fundo para a matéria. Dos dez especialistas consultados pela revista, portanto, nove eram homens, 90% do total. Esses resultados também seguem ao encontro das conclusões oriundas dos estudos de Lawrence Soley (1992, p. 17) sobre a constituição de um padrão hegemônico das fontes no jornalismo norte-americano, onde ele verificou que apesar de representarem mais da metade da população dos EUA, mulheres raramente estão entre as fontes escolhidas pelos jornalistas.

Da mesma forma, pesquisa realizada em 2013 por estudantes da Universidade de Nevada analisou 352 matérias de primeira página do jornal *The New York Times* e constatou que, dentre os entrevistados, 65% eram homens e apenas 19% eram mulheres (as demais fontes eram instituições, anônimas e demais fontes de origem desconhecida), ou seja, os repórteres do *Times* citaram 3,4 vezes mais fontes masculinas que fontes femininas (LAYTON & SHEPARD, 2013). No Brasil, a Superinteressante conduziu levantamento semelhante em 2010 e revelou que apenas 23% das fontes entrevistadas pela própria publicação eram mulheres, menos de um quarto do total. Nas reportagens de capa os números se repetiam, com 22% de entrevistadas mulheres, a maior parte psicólogas ou antropólogas, e 78% homens, entre neurologistas, arqueólogos, engenheiros, dentre outros.

Para explicar essa ausência, a revista apresentou dados que comprovam que apesar de a maior parte dos estudantes universitários ser composta por mulheres, é muito mais difícil encontrá-las em cargos qualificados dentro das universidades, ou seja, a maioria dos grandes especialistas da ciência é formada por homens. Dos 314 ganhadores do Nobel - um dos prêmios científicos de maior notoriedade a nível mundial - até aquele ano, apenas 16 eram mulheres. Na Academia Brasileira de Ciências, eram 52 mulheres titulares contra 390 homens (SUPERINTERESSANTE, 2010).

Isso se explica por questões que vão além das escolhas organizacionais dos jornalistas, mas esbarram na maneira como as mulheres são socializadas desde crianças, o que influencia mais tarde em suas escolhas profissionais e na maneira como vão enfrentar o mercado de trabalho, como argumenta Simone de Beauvoir quando afirma que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”, mas, sim, o conjunto da civilização, que qualifica a mulher como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Na tentativa de explicar a ausência de mulheres entre os “grandes especialistas da ciência”, a pesquisa conduzida pela Superinteressante apresenta dados de estudos desenvolvidos por Linda Babcock, professora de economia na Universidade Carnegie Mellon, nos Estados Unidos, que concluíam que, no âmbito profissional ou acadêmico, mulheres têm mais dificuldades em pedir novas oportunidades, lançar projetos e negociar salários.

Pesquisas mostram que, quando um homem fala de suas próprias conquistas e experiências, ele passa a ser visto pelos outros com mais respeito e admiração. Já mulheres que fazem o mesmo também são mais respeitadas – mas perdem a admiração alheia, deixando de ser gostadas. (SUPERINTERESSANTE, 2010)

Além dessa característica, o desafio de conciliar a maternidade e as obrigações do lar com o trabalho é outro motivo apontado pela revista. Quatro décadas antes da pesquisa desenvolvida pela publicação brasileira, Beauvoir já argumentava que a função biológica de gestar, o parto, a menstruação e o cuidado com os filhos, aliados à falta de técnicas de controle de natalidade, diminuía a capacidade de trabalho das mulheres e condenavam-nas a longos períodos de “impotência” (BEAUVOIR, 1970, p. 81). Mas a própria Beauvoir não concorda que as relações entre homens e mulheres são meramente derivadas da biologia, mas como reforça Viezzer (1989, p. 114), apesar de a diferença biológica ser palpável e estar presente, ela “se delimita na

determinação física do corpo e das funções de macho e fêmea para a reprodução biológica da espécie”, e não justifica que se construam modelos de relações sociais que impliquem a subordinação de um sexo ao outro. Portanto, essa situação de subordinação da mulher ao homem nos mais diferentes tipos de sociedade, especialmente através da divisão sexual do trabalho, “sempre respondeu a interesses econômicos e políticos institucionalizados e transmitidos de geração a geração” (VIEZZER, 1989, p. 115). Isso ajudaria a explicar porque, mesmo com o avanço das técnicas de controle de natalidade e a diminuição cada vez maior do número de filhos por família (no Brasil, dados divulgados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apontaram que a taxa de fecundidade caiu de 6,3 filhos por mulher em 1960 para 1,9 em 2010; no mundo varia de 1,6 a 2,4⁶³), essa situação se perpetua até os dias atuais.

3.2.2 Análise de fontes da revista *Veja*

Baseando-se nas análises das dez edições selecionadas da revista *Veja*, o canal mais utilizado foi com larga margem o de rotina, com 66% das 62 ocorrências. Em seguida, vieram as ocorrências nas quais o canal de informação não pôde ser identificado, com 16%, seguidas pelos canais corporativo e informal, que contam com um número bem próximo de fontes. As fontes oficiais (políticos, autoridades e órgãos ligados ao governo, dentre outros) novamente foram as mais acessadas por meio do canal de rotina, via coletivas de imprensa, eventos oficiais e notas e relatórios enviadas para a imprensa ou divulgadas de maneira pública. Denota-se também, por conseguinte, um caráter oficialesco e pouco inventivo na cobertura. A distribuição entre fontes primárias e secundárias ficou equilibrada, com 52% de fontes primárias e 48% secundárias.

Tabela 2 – Canais de informação das matérias analisadas da revista *Veja*

Rotina	41	66,1%
Corporativo	5	8,1%
Informal	6	9,7%
Não identificado	10	16,1%
Total	62	100%

Fonte: Tabela desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da análise das dez matérias selecionadas da revista *Veja*, baseada no modelo elaborado por Sigal (1974).

⁶³ Fontes: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/ibge-taxa-de-fecundidade-diminuiu-201-na-ultima-decada.html>; https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/sumario_executivo_brasil.pdf.

Quanto às 14 fontes acessadas por meio do canal de rotina, dez tinham algum envolvimento atual ou prévio com a política, 71% do número total. O canal corporativo, que reúne apuração, entrevista e pesquisa jornalística por iniciativa da própria redação, foi utilizado para acessar apenas três fontes em todas as matérias, duas delas se enquadram na categoria dos “news shapers” discutidos por Soley (1992), ambas citadas na matéria “Visão da História” (edição nº 2494).

Os canais informais foram utilizados em seis ocorrências, para declarações dadas a outras organizações de notícias, vazamentos ou postagens em redes sociais. Já as situações onde não foi possível identificar qual o canal utilizado foram dez ao todo, em 60% dos casos envolvendo políticos e em 40% casos onde, além do canal, as fontes também não são identificadas, a exemplo de “antigo auxiliar de Dilma” (edição nº 2455), “um senador” (edição nº 2474) e “um de seus ex-ministros” (edição nº 2478).

Com relação à classificação das fontes como primárias e secundárias, a divisão entre citações diretas e indiretas também se mostra muito equilibrada. Das 41 ocorrências de fontes primárias, 51% foram mencionadas de maneira direta e 49% de maneira indireta. Entre as fontes secundárias os números mudam pouco, 52% das ocorrências em citações diretas e 48% indiretas. Para análise das fontes secundárias utilizadas, novamente optou-se por excluir as que não foram identificadas e as que não estão identificadas como pessoas físicas. Das 10 fontes restantes, 60% eram relacionadas diretamente à política. Apenas duas se enquadram na categoria de “especialistas”.

Em seu estudo sobre os “news shapers” no contexto do jornalismo norte-americano, Lawrence Soley (1992) conclui que o grupo de especialistas consultados pelos jornalistas é muito restrito, sendo constituído de aproximadamente 90 indivíduos em todo o território norte-americano. Esse pressuposto respalda em certa medida os resultados obtidos pela presente análise. Por meio de buscas em mecanismos de pesquisa na Internet, identificou-se que dos oito “especialistas” consultados nas edições escolhidas, cinco puderam ser encontrados com facilidade no mesmo período como fontes em matérias de pelo menos cinco outros veículos de mídia. Ao analisar a divisão entre homens e mulheres, excluindo as menções à própria Dilma Rousseff, das 18 fontes ouvidas pela *Veja*, apenas três eram mulheres, 17% do total. Desse número, uma caracterizava-se como fonte primária e duas como secundárias, e entre as fontes secundárias uma poderia ser enquadrada na categoria dos “news shapers”.

Outros dados apresentados por Soley (1992, p. 35), embora datados, denotam uma estabilização: de 86 aparições de “especialistas” entre os anos de 1979 e 1980 nos principais jornais norte-americanos, apenas cinco (ou seja, 5,8 por cento) eram de mulheres. Além disso, três dessas cinco aparições eram para comentar assuntos atribuídos como femininos de maneira estereotipada, como natalidade e crianças, em detrimento de política eleitoral ou assuntos internacionais. Para o autor, “isso sugere que comentar as notícias políticas é uma ‘arte masculina’” (SOLEY, 1992, p. 35, tradução nossa).

Os dados apresentados por Soley (1992, p. 36) confirmam ainda que no período de sua pesquisa, as mulheres apareciam com menos frequência como “news shapers” do que “news makers”. Ele conclui que as mulheres – que na época representavam mais da metade da população norte-americana – estavam fortemente sub-representadas nos noticiários em relação ao seu número na população em geral. No Brasil, é possível aplicar a mesma lógica, pois a população feminina representa, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cerca de 51% do total (IBGE, 2017).

3.2.3 Análise de fontes do jornal *The New York Times*

Selecionado para efeito de comparação com as revistas analisadas, os resultados do *The New York Times* mostraram-se destoantes dos encontrados nos periódicos brasileiros. O canal mais recorrente para o jornal norte-americano foi com ampla margem o corporativo, com quase 64%, utilizado em sua totalidade para, como define Sigal (1974, p. 120), “entrevistas realizadas por iniciativa do repórter”. Das 36 fontes alcançadas por esse canal, 69% enquadram-se na categoria dos “news shapers”, “que a mídia procura para obter informações privilegiadas, pano de fundo ou previsões sobre o resultado das histórias que ainda estão em desdobramento” (SOLEY, 1992, p. 2). Outro diferencial é que 25% dos entrevistados podem ser classificados como “cidadãos comuns”, trabalhadores que não se enquadram como especialistas mas que foram consultados para fornecer opiniões sobre o *impeachment*, como vendedores de rua, porteiros, dentre outros.

Tabela 3 – Canais de informação das matérias analisadas do jornal *The New York Times*

Rotina	40	26,0%
Corporativo	98	63,7%
Informal	5	3,2%
Não identificado	11	7,1%
Total	154	100%

Fonte: Tabela desenvolvida pela autora para as finalidades desta dissertação a partir da análise das dez matérias selecionadas do jornal *The New York Times*, baseada no modelo elaborado por Sigal (1974).

O segundo canal com mais ocorrências foi o de rotina, com 26% do total de fontes consultadas. O canal foi utilizado para reproduzir declarações dadas em discursos, coletivas de imprensa, cerimônias, comunicados oficiais e dados de institutos de pesquisa. Em 75% das ocorrências acessadas por esse canal, as fontes em questão eram políticos. O canal informal foi utilizado em apenas cinco ocasiões, três declarações advindas de matérias de outros veículos jornalísticos e outras duas extraídas de postagens em redes sociais.

Já entre as ocorrências onde não foi possível determinar o canal utilizado, em 82% dos casos as fontes também não podem ser identificadas, tratando-se de generalizações como “Mr. Cunha’s opponents” (matéria “Brazil’s President, Dilma Rousseff, Faces Prospect of Impeachment”), “some political analysts” (matéria “Brazil’s Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff”) e “many business leaders and economists” (matéria “Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff”). A diferença entre a utilização dessas fontes não-identificadas pelo *The New York Times*, em comparação às revistas *Veja* e *IstoÉ*, é que todas as ocorrências foram citações indiretas, acompanhadas logo em seguida por declarações diretas de fontes identificadas.

Na divisão das ocorrências entre fontes primárias e secundárias, as secundárias predominaram com 82% contra apenas 18% de primárias. Isso se dá pela larga utilização pelo jornal de especialistas e até mesmo cidadãos comuns para tecer comentários sobre os acontecimentos relatados. Dos 28 registros de fontes primárias, 57% foram mencionadas de maneira direta e 43% de maneira indireta. Entre as fontes secundárias predominam as citações diretas, com 72% do total. Dos 30 especialistas consultados pelo jornal, quatro pertencem à USP (Universidade de São Paulo) e outros quatro à FGV (Fundação Getúlio Vargas), classificada pelo próprio veículo como uma universidade de elite. Desses, quatro figuram em mais de uma matéria entre as que foram selecionadas para análise. Das 19 fontes restantes, oito tem

alguma ligação com o cenário político e oito podem ser classificados como “cidadãos comuns”.

Quanto à classificação entre fontes do sexo masculino e feminino, o jornal norte-americano se sai ligeiramente melhor que as revistas brasileiras, mas a divisão ainda está longe de ser equilibrada. Entre as 49 fontes ouvidas, excluindo as que não foram identificadas e as que não estão identificadas como pessoas físicas, 77% são homens e 23% são mulheres, 11 contra 38. Das 10 fontes femininas – excluindo a própria Dilma Rousseff – nove são secundárias e apenas uma primária. Na maioria das ocorrências, 70% do total, elas são citadas de maneira direta. No caso dos chamados “news shapers”, o percentual de fontes masculinas é de 87%, sendo as mulheres apenas quatro entre 30 especialistas consultados. Já entre os trabalhadores que não se enquadram como especialistas a divisão é igualitária – metade das oito fontes é de homens e metade de mulheres.

3.3 Análise de representações visuais

A análise de enquadramento visual proposta está baseada na pesquisa elaborada por Rodriguez & Dimitrova (2011). Para as autoras, apesar de ainda pouco pesquisada, a questão de como temas são enquadrados através de imagens isoladas ou acompanhadas de texto mostra-se relevante considerando que as imagens têm propriedades que potencializam seu potencial comunicativo e até sobrepõem-se às mensagens presentes no texto escrito (RODRIGUEZ & DIMITROVA, 2011, p. 49). Tal circunstância torna as imagens ferramentas de enquadramento poderosas, pois “são menos intrusivas que as palavras e, como tal, requerem menos carga cognitiva”, o que aumenta a probabilidade de a audiência aceitar as informações sem questionamento (RODRIGUEZ & DIMITROVA, 2011, p. 50).

Recursos visuais, como o texto, podem funcionar como dispositivos de enquadramento na medida em que fazem uso de várias ferramentas retóricas - metáforas, representações, símbolos - que pretendem captar graficamente a essência de uma questão ou evento. Através da aplicação desses dispositivos, uma ideia saliente se torna mais fácil de entender e mais fácil de lembrar do que outras (Entman, 1991) (RODRIGUEZ & DIMITROVA, 2011, p. 51)

As autoras complementam que os recursos visuais são capazes de renderizar uma grande quantidade de detalhes ao estruturar práticas relevantes para a compreensão do mundo cotidiano. “Nesse sentido, os recursos visuais canalizam possibilidades discursivas para dar sentido aos fenômenos sociais; legitimam (e assim

facilitam) as bases sobre as quais algumas interpretações podem ser favorecidas e outras impedidas” (RODRIGUEZ & DIMITROVA, 2011, p. 51). Práticas fotográficas simples e cotidianas, como atos básicos de seleção e recorte, são utilizados pelos fotógrafos na captação das imagens e pelos editores quando selecionam uma em meio a várias opções. Essa narrativa visual elaborada nas redações fornece pistas contextuais conscientes ou não para que os espectadores possam dar sentido às imagens (RODRIGUEZ & DIMITROVA, 2011, p. 52).

Rodriguez & Dimitrova (2011, p. 53) propõem quatro níveis para a análise de enquadramento de elementos visuais. Para as pesquisadoras, esse modelo pode ser usado para analisar qualquer imagem noticiosa em qualquer tipo de mídia. O primeiro nível é o denotativo, no qual os enquadramentos são identificados pela descrição e enumeração dos objetos, personagens e demais elementos mostrados na imagem. Para chegar a esta leitura, responde-se à pergunta “quem ou o que está sendo representado aqui?”.

Segundo os pesquisadores brasileiros Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017, p. 117), que também adotam o modelo proposto por Rodriguez & Dimitrova (2011), “o segundo nível refere-se à identificação dos elementos estilísticos e técnicos, em que são descritos o plano e o ângulo da câmera”. Esse nível leva em consideração o contexto, as convenções estilísticas e as transformações técnicas envolvidas na representação. O terceiro nível é o conotativo, onde “pessoas e objetos mostrados no visual não apenas denotam um indivíduo, coisa ou lugar em particular, mas também as ideias ou conceitos a eles associados” (RODRIGUEZ & DIMITROVA, 2011, p. 56).

O quarto e último nível trata os elementos visuais como representações ideológicas, instrumentos de poder na formação da consciência pública e da imaginação histórica. As perguntas que o analista deve fazer são: “Que interesses estão sendo servidos por essas representações? As vozes de quem estão sendo ouvidas? Quais ideias dominam?” (RODRIGUEZ & DIMITROVA, 2011, p. 57). O procedimento para identificação do nível ideológico envolve conteúdo manifesto e latente. Por opção metodológica, de forma a contemplar os objetivos desta pesquisa, de todas as representações visuais utilizadas pelos veículos *Veja*, *IstoÉ* e *The New York Times*, serão consideradas apenas fotografias e fotomontagens, sendo portanto eliminados infográficos, ilustrações, vídeos e fac-símiles (documentos digitalizados).

3.3.1 Análise das imagens da revista *IstoÉ*

Nas dez matérias selecionadas da revista *IstoÉ*, foram encontradas 34 imagens nos parâmetros adotados para a constituição do recorte empírico. Elas serão analisadas individualmente na identificação dos dois primeiros níveis – denotativo e semiótico – e em conjunto nos níveis conotativo e ideológico. Quanto ao terceiro nível – conotativo – o conjunto será constituído por todas as imagens de uma mesma matéria. Já no quarto nível serão consideradas todas as imagens de um mesmo veículo, visto que as matérias são todas relacionadas a um único tema – o *impeachment* de Dilma Rousseff, integrando um mesmo projeto discursivo, como pode ser observado na abordagem a seguir:

Edição nº 2401 - 9 de dezembro de 2015: Matéria “A pior travessia”



Nível 1: A foto mostra Dilma Rousseff atravessando uma rua com uma expressão que aparenta ser de preocupação ou descontentamento. Crédito: Loic Venance/AFP.

Nível 2: Dilma está enquadrada em plano médio, aparecendo de corpo inteiro. O fundo aparenta ser uma rua, com asfalto e faixas de sinalização aparentes, a iluminação natural permite uma boa visualização de todo o cenário.



Nível 1: A segunda imagem utilizada na matéria é uma montagem com vários momentos distintos da ocasião em que o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff foi acolhido pelo então presidente da Câmara. Na primeira foto, em destaque na parte superior do mosaico, Eduardo Cunha está cercado por jornalistas, supostamente comentando sua decisão de acolher o pedido de *impeachment*. Na primeira foto da parte de baixo, do lado esquerdo, deputados da oposição comemoram a decisão. A segunda foto mostra um plano geral da Câmara dos Deputados, vista de cima. Na terceira, a “tropa de choque do governo”, como define a revista, reage com indignação. Créditos: Não mencionados.

Nível 2: Na primeira foto, onde praticamente só se enxerga a cabeça do então presidente da Câmara Eduardo Cunha, observa-se a importância de decisão tomada naquela ocasião, com jornalistas de diversos veículos se aglomerando em busca de declarações. Na parte de baixo, há um claro contraste entre a primeira e a terceira fotos, onde oposicionistas comemoram e a base do governo – identificada pela utilização por vários membros de gravatas da cor vermelha, cor símbolo do Partido dos Trabalhadores – protesta.



Nível 1: Novamente a revista se utiliza de uma fotomontagem para ilustrar a matéria. Na primeira foto, do lado esquerdo, manifestantes favoráveis ao *impeachment* protestam portando bandeiras do Brasil. Logo abaixo, o registro de um encontro entre duas lideranças do PSDB, Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves, no que aparenta ser um restaurante. Do lado direito, outro registro de um encontro em um restaurante, dessa vez entre o então vice-presidente Michel Temer e empresários. Créditos: Não mencionados.

Nível 2: O conjunto das três imagens faz alusão a uma posição favorável ao *impeachment*. Junto à imagem de protesto favorável à saída de Dilma, registros de encontros políticos onde já se articulavam apoios importantes ao governo de Michel Temer. A saída de Dilma já era considerada “inevitável” pela publicação.



Nível 1: Na foto estão presentes o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sentado com uma expressão vaga, e o então presidente do PT Rui Falcão, que veste uma camiseta do partido e parece discursar, segurando um microfone com uma das mãos. Crédito: Dida Sampaio/Estadão.

Nível 2: Rui Falcão está enquadrado em meio primeiro plano e Lula em primeiro plano. O ambiente ao fundo não pode ser identificado. Atrás deles, em segundo plano, estão várias pessoas sentadas que não podem ser identificadas.



Nível 1: Dilma recebe um arquivo das mãos de um homem. Em segundo plano, mais cinco homens estão em pé observando a cena. Ao fundo, um painel com as cores do Brasil e o logo do Governo Federal. Crédito: Ed Ferreira/ Ag. O Globo.

Nível 2: A foto foi tirada utilizando plano americano. Dilma aparece em destaque, no centro da imagem, e se destaca dos demais pela camisa branca que está vestindo, em contraste com os ternos escuros dos demais integrantes – parte deles identificada como políticos do PT e de partidos parceiros.

Nível 3: Na foto que abre a matéria, a presidenta Dilma Rousseff aparece em uma fotografia com uma expressão de descontentamento enquanto atravessa uma rua na direção contrária ao vento. O título e o subtítulo, alinhados à fotografia, denotam as dificuldades que a presidenta enfrentaria em “atravessar” um possível processo de *impeachment*. As duas imagens seguintes compilam momentos que permearam a votação na Câmara que deu início ao rito, com destaque para a segunda, que mostra protestos favoráveis à saída de Dilma, uma reunião de Temer com empresários já mirando o cargo de presidente e de lideranças do PSDB para fechar apoio à deposição de Dilma. Ainda que na foto seguinte apareçam o ex-presidente Lula e o então presidente do PT Rui Falcão, a legenda dá a entender que até Lula apoiaria a saída de Dilma, com intenções de voltar nas próximas eleições. Por fim, na última imagem, Dilma aparece com expressão séria rodeada de homens, um retrato do isolamento vivido por ela enquanto mulher no alto escalão da política.

Edição nº 2401 - 9 de dezembro de 2015: Matéria “A história se repete, 23 anos depois”



Nível 1: O ex-presidente da República Fernando Collor aparece na foto ao lado de sua então esposa Rosane Collor. Eles estão acompanhados por mais três homens, um deles com traje militar. Crédito: Wilson Pedrosa/Estadão Conteúdo

Nível 2: A foto utiliza meio primeiro plano, luz natural. Todos os presentes estão com expressões sérias e pela legenda sabe-se que é porque a imagem ilustra o momento em que Collor deixa o Palácio do Planalto após renunciar.

Nível 3: Mais uma vez, a estratégia de retomar o *impeachment* de Collor, único presidente deposto no período democrático até aquele momento, aparenta ser uma tentativa de traçar um paralelo entre ele e Dilma, desconsiderando as especificidades de cada processo, realizados sob circunstâncias e acusações diferentes.

Edição nº 2419 – 20 de abril de 2016: Matéria “O ensaio do adeus”



Nível 1: Na imagem é possível enxergar apenas um dos olhos de Dilma Rousseff, em meio ao que aparenta ser a bandeira nacional. Crédito: Eraldo Peres/AP.

Nível 2: A foto utiliza plano detalhe. Metaforicamente, pode-se dizer que é utilizada para insinuar que Dilma estaria se escondendo.



Nível 1: A imagem mostra o ex-presidente Lula com um microfone em uma das mãos, no que parece ser um pronunciamento. A expressão é de tristeza; ele chora levando uma das mãos ao rosto. Crédito: Diego Padgurschi/Folhapress.

Nível 2: A foto foi tirada em primeiro plano ou close-up, ângulo normal. O cenário de fundo é escuro e não pode ser identificado, já Lula está bem iluminado, a ponto de suas lágrimas estarem visíveis.



Nível 1: Dilma Rousseff aparece em segundo plano, olhando para o lado com expressão neutra. Em primeiro plano, duas mãos se cumprimentam à sua frente. Crédito: Dida Sampaio/Estadão.

Nível 2: Dilma está enquadrada em primeiro plano, ângulo normal. O cenário de fundo não pode ser identificado. As duas mãos que se cumprimentam aparentam ser masculinas, com parte dos ternos podendo ser visualizada.



Nível 1: O então ministro da Advocacia Geral da União, José Eduardo Cardozo, olha para o lado enquanto caminha e faz sinal de positivo com uma das mãos. Ao fundo, uma figura masculina de óculos não pode ser identificada. Na frente de Cardoso, perpassando a imagem, uma faixa traz a inscrição “Supremo Tribunal” incompleta. Crédito: Christophe Simon/AFP

Nível 2: A imagem utiliza plano americano. A faixa incompleta, juntamente com a legenda, localizam Cardoso no Supremo Tribunal Federal, em uma das tentativas – ou “manobras”, segundo a publicação – do governo para barrar o rito do *impeachment*.



Nível 1: Uma pessoa aparece caracterizada em referência satirizada à então presidenta Dilma Rousseff enquanto uma mulher de costas fotografa com o celular. A primeira segura um cartaz com inscrições que pedem a saída de Dilma. Crédito: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil.

Nível 2: A foto foi enquadrada em meio primeiro plano. Pela legenda, sabe-se que foi tirada em meio a protestos favoráveis ao *impeachment*. Caracterizações satirizadas de Dilma eram frequentes nesses momentos, muitas delas com caráter sexista.



Nível 1: Em frente ao Palácio do Planalto, dezenas de parlamentares a favor do *impeachment* pedem a saída de Dilma, portando cartazes de protesto. Crédito: Jorge William/Ag. o Globo.

Nível 2: A imagem está em plano de conjunto. Nela, homens e mulheres seguram diversas faixas onde é possível ler expressões como “acabou a boquinha” e “tchau querida”, uma das expressões mais utilizadas durante o processo de deposição da então presidenta por seus opositores.

Nível 3: Na foto que abre a matéria, a intenção aparenta ser expor Dilma se escondendo, assistindo aos fatos de forma inerte. Logo em seguida, o ex-presidente de Lula é retratado chorando, em posição vulnerável. Metaforicamente, o próximo registro de Dilma parece mostra-la “alheia” enquanto algum acordo é selado logo à sua frente. Ainda que a foto do ministro Eduardo Cardoso demonstre viés positivo, na legenda é dito que ele “levou uma goleada” do STF. As duas imagens seguintes trazem manifestações favoráveis ao impeachment, com referências à então presidenta que podem ser consideradas sexistas.

Edição nº 2419 – 20 de abril de 2016: Matéria “E as delações, não valem nada?”



Nível 1: O ex-senador Delcídio do Amaral aparece olhando para o lado, com expressão aparentemente preocupada ou confusa, com os dois braços levantados no nível dos ombros. Crédito: Não identificado.

Nível 2: O então parlamentar aparece enquadrado em primeiro plano, ângulo normal. O fundo da imagem é neutro e a figura de Delcídio aparece em destaque.



Nível 1: A imagem é na verdade uma montagem de duas fotografias de “empreiteiros-delatores”, segundo a legenda: uma de Ricardo Pessoa (à esquerda), da UTC Engenharia, e a outra de Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez. Crédito: Não identificado.

Nível 2: As duas fotos estão em primeiro plano. Os executivos, ambos retratados de perfil, aparentam expressões preocupadas.

Nível 3: Nas três imagens aparecem investigados pela Operação Lava-Jato que fecharam acordos de delação premiada e denunciaram diversas irregularidades, algumas delas supostamente envolvendo Dilma Rousseff.

Edição nº 2423 – 13 de maio de 2016: Matéria “Só restou melancolia”



Nível 1: Dilma Rousseff aparece no canto direito da imagem, com os braços para trás, olhando para baixo com expressão que aparenta ser de tristeza. Crédito: Divulgação.

Nível 2: O fundo escuro da foto, tirada em meio primeiro plano, contrasta com a roupa clara usada pela então presidenta. No pescoço, ela utiliza uma joia com a bandeira do Brasil.



Nível 1: Dilma e o então ministro-chefe da Casa Civil Jaques Wagner aparecem atrás de uma janela no Palácio da Alvorada, observando alguma coisa entre as cortinas. Crédito: Adriano Machado/Reuters.

Nível 2: A foto utiliza plano médio, ângulo normal e parece ter sido tirada como um “flagrante”. Jaques Wagner afasta as cortinas, no que parece ser uma tentativa de observar acontecimentos que se passam do lado de fora.



Nível 1: Na foto, Dilma Rousseff caminha cercada por um grupo grande de pessoas, algumas com trajes militares, e acena com uma das mãos. Crédito: Vanderlei Almeida/AFP Photo.

Nível 2: A imagem está enquadrada em plano médio, ângulo normal. Enquanto Dilma acena, algumas pessoas do grupo que a acompanha tiram fotos.



Nível 1: O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva olha para o lado com expressão preocupada, com uma das mãos próxima ao rosto, no que parece ser uma tentativa de se proteger do sol. Vários pessoas o rodeiam e uma mulher na parte de trás faz fotos com o celular. Crédito: Igo Estrela/Getty Images.

Nível 2: A foto está em primeiro plano, ângulo normal. Na legenda é dito que Lula está na parte de fora do Palácio do Planalto, observando a saída de Dilma Rousseff.

Nível 3: As imagens utilizadas nessa matéria são quase todas registros de diversos momentos de um mesmo acontecimento, a saída de Dilma Rousseff do Palácio do Planalto após ser afastada da presidência pelo Senado. Na primeira imagem, Dilma aparece sozinha com expressão abatida. Em seguida, caminha pelos corredores do Palácio do Planalto acenando para apoiadores até o lado de fora, onde é aguardada pelo ex-presidente Lula. Somente a segunda imagem não segue essa linha temporal e mostra Dilma acompanhada do então ministro Jaques Wagner observando algo através de uma janela com olhar de preocupação.

Edição nº 2423 – 13 de maio de 2016: Matéria “O grande circo chamado Brasil”



Nível 1: Na fotomontagem que abre a matéria, membros do governo Dilma são retratados em um picadeiro de circo. Crédito: Não identificado.

Nível 2: Na parte da frente da imagem, vestidos de palhaços, estão o advogado geral da União, José Eduardo Cardozo, e o presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão. Ao lado deles, fazendo malabarismos, estão os parlamentares Lindbergh Faria e Gleisi Hoffmann, e nas laterais, pendurados em trapézios, aparecem Dilma e o ex-presidente Lula.



Nível 1: Na foto, tirada na parte externa do Palácio do Planalto, é possível ver através da janela bandeiras e cartazes de movimentos contrários ao *impeachment*. Crédito: Eduardo Anizelli/Folhapress.

Nível 2: A imagem utiliza plano geral, ângulo normal. No lado esquerdo, dois oficiais fazem a guarda do Palácio. Através da janela, é possível visualizar bandeiras de movimentos favoráveis ao governo como a CUT e a UNE, além de frases de protesto favoráveis à permanência de Dilma no cargo.



Nível 1: A foto mostra a entrada de uma propriedade denominada “Fazenda Esmeralda”. No canto esquerdo há um policial, acima dele e no portão estão bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Na placa com o nome do local, há uma inscrição pichada.

Nível 2: A imagem está enquadrada em plano geral, com ângulo normal e iluminação natural. Em primeiro plano aparece a placa da fazenda, com pichações favoráveis ao MST e contra Michel Temer.



Nível 1: A fotografia mostra um homem escalando uma cerca, aparentemente para hastear a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no topo dela. No fundo aparecem várias árvores, mas não é possível identificar o local. Crédito: Não identificado.

Nível 2: O enquadramento utilizado foi o plano de conjunto, ângulo normal. Os elementos em destaque – o homem e a bandeira do MST – estão quase no centro da foto, colocando-os em evidência.



Nível 1: Manifestantes bloqueiam rua com pneus incendiados, evitando a passagem de alguns ônibus que fazem fila logo atrás. Algumas pessoas aparecem no canto esquerdo, mas não é possível identificá-las. Crédito: Rovena Rosa/Ag. Brasil.

Nível 2: A foto foi tirada em plano aberto, ângulo normal. O fogo originário dos pneus e a cortina de fumaça que eles liberam estão em destaque em primeiro plano, com os demais elementos logo atrás.



Nível 1: A foto mostra novamente um protesto com barricadas incendiadas, mas nessa é possível identificar bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra empunhadas por alguns manifestantes do lado direito. Crédito: Marcelo Pinto/APlateia.

Nível 2: O enquadramento utilizado foi o plano americano, ângulo normal. Novamente o fogo está em evidência no primeiro plano, com os manifestantes do lado esquerdo mais afastados. A bandeira do MST, empunhada por uma mulher, aparece bem ao centro.



Nível 1: Uma vez mais é utilizado o recurso da fotomontagem, mas desta vez o presidente interino da Câmara dos Deputados Waldir Maranhão é o único elemento apresentado. Crédito: Não identificado.

Nível 2: Retratado novamente dentro da temática circense, Waldir Maranhão empunha documentos em ambas as mãos. Pelo conteúdo, presume-se ser as atas assinadas por ele anulando a votação do plenário da Câmara que deu início ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Nível 3: Das sete imagens que ilustram as matérias, duas são fotomontagens com parlamentares apoiadores do governo Dilma, que aparecem caracterizados como personagens circenses. As outras cinco são de protestos de movimentos contrários ao *impeachment*, com grande destaque ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, cujas bandeiras aparecem em três delas. Os protestos são classificados como “bagunça” e os manifestantes como “baderneiros” nas legendas. Elementos considerados negativos como barricadas, depredações e pichações aparecem em destaque, no que parece ser uma tentativa de desacreditar esses movimentos junto ao público leitor.

Edição nº 2436 – 12 de agosto de 2016: Matéria “A era Dilma se aproxima do fim”



Nível 1: A imagem que abre a matéria apresenta o rosto de Dilma Rousseff do lado esquerdo. Ela olha para o lado com semblante vago e leva um dos dedos à boca. Crédito: Reuters/Ueslei Marcelino.

Nível 2: A foto utiliza primeiríssimo plano, ângulo normal. Em contraposição às demais imagens, todas representadas coloridas, esta é apresentada em preto e branco.



Nível 1: A fotografia foi tirada dentro do Senado Federal, com destaque para a bancada onde ficam os integrantes da Mesa Diretora ao centro, cercados por bandeiras do Brasil. Dos lados estão painéis eletrônicos onde aparecem os resultados das votações. Crédito: Andressa Anholete/AFP Photo.

Nível 2: O enquadramento utilizado é o plano aberto com ângulo contra-plongée, que dá destaque à iluminação presente no teto.



Nível 1: O então presidente interino Michel Temer olha para o lado com um discreto sorriso. Crédito: Ueslei Marcelino/Reuters.

Nível 2: Temer está enquadrado na foto em primeiro plano, ângulo normal, iluminação bem clara.

Nível 3: As fotos de Dilma Rousseff e Michel Temer, que abrem e fecham a matéria, contrastam não só na parte técnica – a de Temer é clara, bem iluminada, e a de Dilma em preto e branco – mas também na expressão de cada uma: ela com olhar vago e triste após ser afastada temporariamente do cargo e ele com um discreto sorriso prestes a assumir o cargo de presidente interinamente. A outra imagem é um registro da sessão do Senado que decretou o afastamento de Dilma.

Edição nº 2436 – 12 de agosto de 2016: Matéria “Documentos atestam o extravio de bens da União na era PT”



Nível 1: Na foto aparecem os salões da residência oficial do presidente da República, onde costumam ser expostos os presentes recebidos no exterior e que pertencem à União. Crédito: Não identificado.

Nível 2: A imagem utiliza plano geral, ângulo normal. É bem iluminada, com destaque para os objetos decorativos que compõem o ambiente.



Nível 1: A foto mostra Luiz Inácio Lula da Silva, quando ainda era presidente da República, em reunião com o sultão Bin Zayed, dos Emirados Árabes. Crédito: Não identificado.

Nível 2: O enquadramento utilizado foi o plano americano, ângulo normal. Chamam a atenção as cores fortes da decoração, com vários elementos tipicamente árabes em evidência.

Nível 3: Juntamente com um infográfico, as fotos integram uma matéria que denuncia o extravio de bens da União durante os governos de Lula e Dilma.

Edição nº 2439 – 01 de setembro de 2016: Matéria “O acordão para salvar Dilma”



Nível 1: Três parlamentares (que não podem ser identificados com precisão) conversam “ao pé do ouvido” com o ministro do STF Ricardo Lewandowski, utilizando as mãos para cobrir a boca na tentativa de encobrir o conteúdo da conversa. Crédito: André Dusek/Estadão Conteúdo.

Nível 2: A foto está em primeiro plano, ângulo normal. O foco é nos quatro integrantes homens que conversam ao centro da imagem.



Nível 1: Uma montagem de três fotos traz o ex-presidente Lula em destaque no canto esquerdo, fazendo sinal afirmativo para outro homem que não pode ser identificado. No canto direito e na foto que está na parte de baixo, parlamentares conversam e fazem articulações nos bastidores do Senado Federal. Crédito: Igo Estrela/Getty Images.

Nível 2: A foto do canto esquerdo, onde aparece o ex-presidente Lula, está enquadrada em plano americano, ângulo normal. As outras duas fotos estão em plano médio, ângulo plongée.

Nível 3: As imagens de conversas entre parlamentares são dos bastidores da sessão do Senado que decidiu que a ex-presidenta Dilma Rousseff poderia ser nomeada para qualquer cargo público no País, mesmo depois de deposta. Segundo a publicação, houve um “conchavo” para poupar Dilma, com o envolvimento do ex-presidente Lula.

Edição nº 2439 – 01 de setembro de 2016: Matéria “Cidadã comum e ré”



Nível 1: Na fotografia que abre a matéria, Dilma Rousseff aparece de costas, caminhando em direção à porta de saída. Crédito: Tomas Munita/*The New York Times*.

Nível 2: Foi utilizado o enquadramento plano americano, ângulo normal, e mais uma vez optou-se por retirar a cor e deixar a foto em preto e branco.



Nível 1: Dilma Rousseff aparece no centro da imagem em meio a um pronunciamento. Ela usa vermelho e está ladeada por quatro mulheres que vestem roupas da mesma cor. Atrás, um grupo maior de pessoas, quase todas aplaudindo e olhando para Dilma. Crédito: André Coelho/Agência O Globo.

Nível 2: A imagem utiliza o enquadramento meio primeiro plano, ângulo normal. Há um contraste entre os integrantes do primeiro plano, caracterizados pela utilização da cor vermelha, e os demais ao fundo, tom mais sóbrio.

Nível 3: Dilma está presente nas duas imagens da matéria. Na primeira, caminha de costas em direção à saída, uma metáfora de sua saída da presidência que já havia se concretizado. Para marcar ainda mais o tom melancólico, é feita a escolha pela foto em preto e branco. Já na segunda imagem, o que mais se destaca é a presença marcante da cor vermelha, símbolo do Partido dos Trabalhadores. Dilma, ladeada por apoiadores – oito mulheres entre eles – conclui com ar de tristeza seu último discurso como presidenta da República.

Nível 4 – Revista *IstoÉ*

Foram analisadas 34 imagens pertencentes às dez matérias da revista *IstoÉ*. Dilma aparece em 11 ocorrências, cerca de 32% do total. O ex-presidente Lula, considerado seu “padrinho” e principal aliado no meio político, aparece em outras seis imagens. Das fotos de Dilma, mais da metade – cerca de 55% – podem ser avaliadas como negativas, onde ela é retratada com expressão de descontentamento, tristeza ou preocupação. Os outros 45% oscilam de neutras a positivas. A *IstoÉ* utiliza o mesmo recurso identificado em algumas imagens da revista *Veja*, o uso de legendas que extrapolam o caráter técnico (de fornecer dados complementares ou explicações) e trazem julgamentos de valor. É o caso da foto de abertura da matéria “Cidadã comum e ré” (edição nº 2439), onde é enunciado que após “13 anos de desmandos do PT”, “Dilma e Lula se aproximam da prisão”. Na segunda imagem da mesma matéria, o governo de Dilma é classificado como “perverso.”



ÚLTIMAS CENAS

A carta assinada por Ricardo Lewandowski e Renan Calheiros notificando Dilma do impeachment e a ex-presidente em seu último discurso: fim de um governo perverso

Figura 33 – Foto matéria “Cidadã comum e ré”, edição nº 2439, revista *IstoÉ*

Chama a atenção também as ocorrências onde as imagens selecionadas para as matérias integram uma narrativa facilmente classificada como favorável ao *impeachment*. É o caso da reportagem “A pior travessia” (edição nº 2401), onde a foto de abertura traz Dilma com expressão de descontentamento, com o título e o subtítulo da matéria ressaltando as dificuldades que a presidenta enfrentaria para “atravessar” um possível processo de *impeachment* – classificado como a “via-crúcis de Dilma Rousseff”.

Em seguida, fotomontagens compilam momentos que permearam a votação na Câmara que deu início ao rito, com destaque para a segunda, que mostra protestos favoráveis à saída de Dilma, uma reunião de Temer com empresários já mirando o cargo de presidente e outra de lideranças do PSDB para fechar apoio à deposição de Dilma. Até mesmo na imagem onde aparecem o ex-presidente Lula e o então presidente do PT Rui Falcão, a legenda dá a entender que até Lula apoiaria a saída de Dilma com intenções de se favorecer e voltar nas próximas eleições. Por fim, na última imagem, Dilma aparece com expressão séria rodeada de homens, o que pode ser denotado como um retrato do isolamento vivido por ela enquanto mulher no alto escalão da política. Comportamento semelhante é encontrado na matéria “O ensaio do adeus” (edição nº 2419). Na foto que abre a matéria, também utilizada pela revista *Veja* na edição nº 2474 (matéria “Dilma cai no limbo”), a intenção aparenta ser de mostrar Dilma se escondendo. Na foto seguinte, o ex-presidente de Lula é retratado

chorando, em posição vulnerável. Outras duas imagens trazem manifestações favoráveis ao *impeachment*, com cartazes contendo referências à então presidenta que podem ser consideradas sexistas.

A terceira imagem da mesma matéria levanta uma análise semiótica mais aprofundada. Dilma, em segundo plano, parece “alheia”, enquanto duas mãos masculinas parecem selar um acordo logo à sua frente.



Figura 34 – Foto matéria “O ensaio do adeus”, edição nº 2419, revista *IstoÉ*

Na matéria “A Era Dilma se aproxima do fim” (edição nº 2436), destaca-se o contraste entre a imagem de Dilma Rousseff e de Michel Temer, não só na parte técnica – a de Temer é clara, bem iluminada, e a de Dilma está em preto e branco – mas também na expressão de cada uma: ela com olhar vago e triste após ser afastada temporariamente do cargo e ele com um discreto sorriso prestes a assumir o cargo de presidente interinamente.

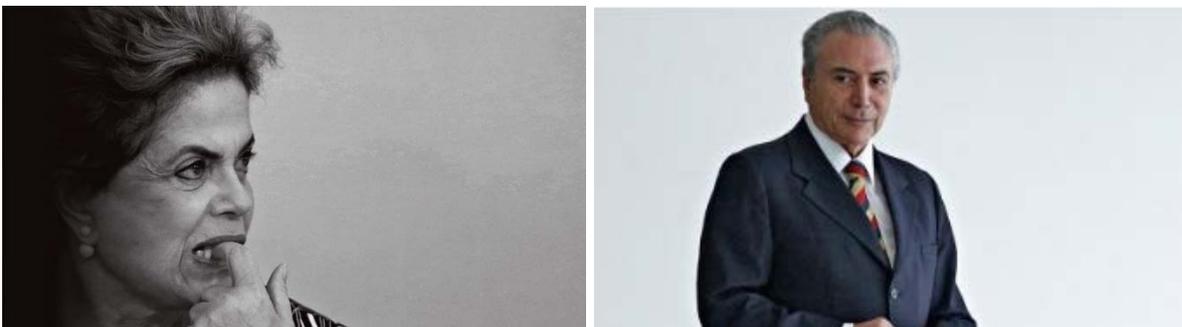


Figura 35 – Fotos matéria “A Era Dilma se aproxima do fim”, edição nº 2436, revista *IstoÉ*

Por fim, na matéria “O grande circo chamado Brasil” (edição nº 2423), a revista utiliza o recurso da fotomontagem para colocar integrantes da base governista caracterizados como personagens circenses. De todos os personagens, Dilma é a única que aparece retratada de maneira sexualizada. A hiperssexualização da mulher – mesmo daquelas que escolhem não reforçar as características tidas como tipicamente femininas – em detrimento da valorização de atributos que realmente a qualificam para o cargo que ocupam insere-se em um contexto machista que atua para desautorizar mulheres que ocupam posições de poder. Segundo Pierre Bourdieu (2012, p. 78), definições como “nobreza” e “excelência” estão carregadas de implicações masculinas subjetivas, pois “é característico dos dominantes estarem prontos a fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal”.



Figura 36 – Fotomontagem matéria “O grande circo chamado Brasil”, edição nº 2423, revista *IstoÉ*

A outras cinco imagens da mesma matéria são de protestos de movimentos contrários ao *impeachment*, com grande destaque ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, cujas bandeiras aparecem em três delas. Enquanto os movimentos favoráveis à deposição de Dilma Rousseff aparecem em contexto positivo já mencionado anteriormente, os protestos contrários são classificados como “bagunça” e os manifestantes como “baderneiros” nas legendas das imagens. Elementos considerados negativos como barricadas, depredações e pichações aparecem em destaque, no que parece ser uma tentativa de desacreditar esses movimentos junto ao público leitor. Como discutido no primeiro capítulo (GITLIN, 2003; ENTMAN, 1993), a escolha dos elementos que compõe uma matéria – e estão inclusas nesse contexto as imagens – não pode ser vista como uma atitude despretensiosa ou inocente por

parte dos veículos midiáticos, que longe de serem um espelho da realidade, escolhem para onde “apontar seus holofotes” e o que evidenciar ou não. Na perspectiva de Gitlin (2003, p. 49-51, tradução nossa), “uma história é uma escolha, uma maneira de ver um evento que também equivale a uma forma de triagem de pontos de vista”.

3.3.2 Análise das imagens da revista *Veja*

Nas dez matérias selecionadas da revista *Veja*, foram encontradas 34 imagens que integram os parâmetros adotados. Assim como no caso da *IstoÉ*, Elas serão analisadas individualmente na identificação dos dois primeiros níveis e em conjunto para os níveis conotativo e ideológico. Quanto ao terceiro nível, o conjunto analisado representa todas as imagens de uma mesma matéria; já em relação ao quarto nível, todas as imagens de um mesmo veículo, visto que as matérias são consideradas integrantes de um mesmo projeto discursivo.

Edição nº 2455 - 9 de dezembro de 2015: Matéria “Impeachment não é guerra”



Nível 1: A foto traz Dilma Rousseff sentada, olhando fixamente para um ponto à sua frente, com uma expressão que aparenta ser de preocupação. Atrás dela, a bandeira do Brasil. Crédito: Jorge William/Ag. O Globo.

Nível 2: Dilma está em primeiro plano, no qual a figura humana é enquadrada do peito para cima, ângulo normal. A bandeira do Brasil está levemente desfocada ao fundo, em ambiente que presume-se ser seu gabinete presidencial.



Nível 1: A foto traz ao centro o então deputado Eduardo Cunha realizando a leitura de um documento, cercado por mais dez pessoas no segundo plano, que aparece em foco. Em primeiro plano, mais baixo, outras pessoas aparecem de costas. Crédito: Cristiano Mariz.

Nível 2: Pela legenda sabe-se que Eduardo Cunha está realizando a leitura do parecer favorável à abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Pelo contexto da foto identifica-se que foi tirada no Congresso Nacional. A fotografia está em plano geral, com um primeiro plano desfocado e outro, mais acima, em foco.



AÇÃO Parlamentares de oposição assinaram um painel instalado na Câmara para monitorar os deputados favoráveis à cassação

Nível 1: Um homem e uma mulher assinam em um painel e posam para fotos. Ao redor deles dois homens tiram fotos e, ao lado, há uma grande aglomeração de pessoas. Crédito: Pedro Ladeira/Folhapress.

Nível 2: Pela legenda sabe-se que são parlamentares da oposição que assinam o quadro, instalado para monitorar os deputados favoráveis à cassação de Dilma Rousseff. Foi utilizado plano de conjunto e plongée.



EXCEÇÕES Lula defendeu o impeachment de todos os presidentes da República depois da redemocratização — menos o dele e o de Dilma

Nível 1: O ex-presidente Lula posa ao lado de um homem vestido de palhaço e de uma mulher, que segura uma camiseta com a frase “Fora Collor”. O homem faz um “L” com as mãos, que ficou como marca registrada de Lula. Ao fundo há pelo menos mais dez pessoas. Crédito: Eugênio Novaes/Folhapress.

Nível 2: Pelo contexto e pela idade aparentada por Lula é possível presumir que a foto é antiga, mas não se sabe em que ano foi tirada. É utilizado plano americano.



Nível 1: A foto apresenta o vice-presidente Michel Temer em um fundo neutro. Crédito: Paulo Whitaker/Reuters.

Nível 2: Temer aparece enquadrado em primeiro plano, ângulo normal. A foto parece ter sido tirada enquanto ele falava, com a boca levemente aberta, gesticulando com uma das mãos, que aparece levantada, e com um dos olhos mais fechado.



Nível 1: Na foto aparecem Janaína Paschoal e Hélio Bicudo sentados. Ambos estão em posições semelhantes, mas Janaína está sorrindo, enquanto Hélio apresenta expressão neutra. Crédito: Jair Magri.

Nível 2: Ambos estão enquadrados em plano médio, o cenário é neutro e bem iluminado. Pelo contexto é possível inferir que eles participam de uma entrevista.

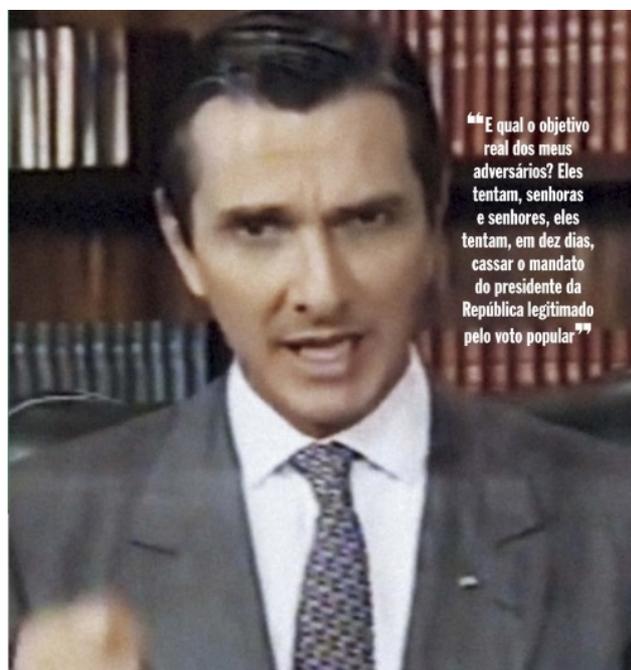
Nível 3: Das seis fotos utilizadas nessa matéria, a então presidenta Dilma Rousseff aparece em apenas uma (com expressão que aparenta preocupação), utilizada nas páginas de abertura. Das demais, duas são referentes a momentos decorridos na data da abertura do processo de *impeachment*. Uma é um registro antigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o processo de deposição do ex-presidente Fernando Collor, na aparente tentativa de estabelecer um paralelo entre os dois eventos. Outra é do então vice-presidente Michel Temer, na legenda é dito que ele já tem plano de governo e articula apoio no Congresso para a eventualidade de ter de assumir o governo. Por fim a última, utilizada dentro de um box, traz Janaina Paschoal e Hélio Bicudo, dois dos autores do pedido de *impeachment* de Dilma. Pelo contexto no qual as fotos são empregadas na matéria, pode-se concluir que todas de alguma forma concedem sustentação, no plano imagético, a uma argumentação favorável ao *impeachment*.

Edição nº 2455 - 9 de dezembro de 2015: Matéria “O Primeiro Choque”



Nível 1: Dilma Rousseff aparece retratada em fundo neutro. Crédito: Dida Sampaio/Estadão Conteúdo.

Nível 2: Foi utilizado primeiro plano, ângulo normal. Como a foto aparece acompanhada de parte de um discurso e pela expressão de Dilma, com a boca levemente aberta, presume-se que foi tirada enquanto ela discursava.



Nível 1: Fernando Collor aparece retratado à frente de uma parede repleta de livros. Crédito: Não mencionado.

Nível 2: Foi utilizado primeiro plano, ângulo normal. Novamente a foto aparece acompanhada de parte de um discurso e pode-se presumir pelo contexto que foi tirada enquanto ele discursava.



Nível 1: Uma multidão de pessoas aparece empunhando cartazes e bandeiras do Brasil, a maioria veste roupas de cor amarela e está com os braços levantados. Crédito: Evaristo Sa/AFP Photo.

Nível 2: Pela legenda, sabe-se que a foto foi tirada durante uma manifestação contra a presidenta Dilma Rousseff em Brasília. É utilizado plano de conjunto.



Nível 1: Novamente uma multidão de pessoas aparece empunhando cartazes ou com os braços levantados, mas a maioria veste roupas de cor preta. Pode ser vista uma bandeira nacional e algumas outras vermelhas. Crédito: Nelio Rodrigues.

Nível 2: Por meio da legenda é possível saber que a foto retrata estudantes na rampa do Congresso Nacional em manifestação favorável ao *impeachment* de Fernando Collor, em 1992. É utilizado plano de conjunto.

Nível 3: A matéria coloca lado a lado as fotos da então presidenta Dilma Rousseff e de Fernando Collor, único presidente deposto no período democrático. As imagens são muito semelhantes – ambas em primeiro plano, tiradas enquanto eles discursavam em defesa de seus mandatos após abertura do processo de *impeachment*. Nas páginas seguintes novamente esse recurso é utilizado, com registros de manifestações favoráveis à saída de ambos colocadas em proximidade. A intenção da revista aparenta ser traçar um paralelo entre os dois eventos, desconsiderando as especificidades de cada processo, realizados sob circunstâncias e acusações diferentes.

Edições nº 2474 – 20 de abril de 2016: Matéria “O Último Capítulo”



Nível 1: Dilma Rousseff é retratada somente com o rosto em evidência, em fundo preto. Crédito: Adriano Machado/Reuters.

Nível 2: Na foto, enquadrada em primeiríssimo plano, predominam tons escuros. Dilma olha para baixo e sua expressão aparenta ser de tristeza.



Nível 1: Michel Temer aparece sentado, em um ambiente amplo e vastamente decorado. Crédito: Cristiano Mariz.

Nível 2: A foto utiliza plano americano, predominam tons claros. Temer apoia a cabeça em uma das mãos, olha para cima e apresenta expressão reflexiva.



Nível 1: Dilma está em pé, sorrindo, atrás de uma tribuna em uma sala lotada de pessoas, algumas sentadas na frente, formando um meio-círculo, e as demais em pé atrás. Crédito: Roberto Stuckert Filho/PR.

Nível 2: Na foto, tirada em plano geral, Dilma discursa para um grupo de apoiadores, que se manifestam contra o *impeachment*. No chão, bandeiras de diversas entidades.



Nível 1: Na imagem aparecem três pessoas dentro de um carro preto. Só é possível identificar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está no banco de trás. Os dois homens que estão sentados na parte da frente do carro olham para a câmera, enquanto Lula aparece com expressão pensativa. Crédito: Pedro Ladeira/Folhapress.

Nível 2: Os passageiros do carro aparecem enquadrados em primeiríssimo plano. A foto é escura, e parece ter sido tirada sem autorização, no estilo de um “flagrante”.

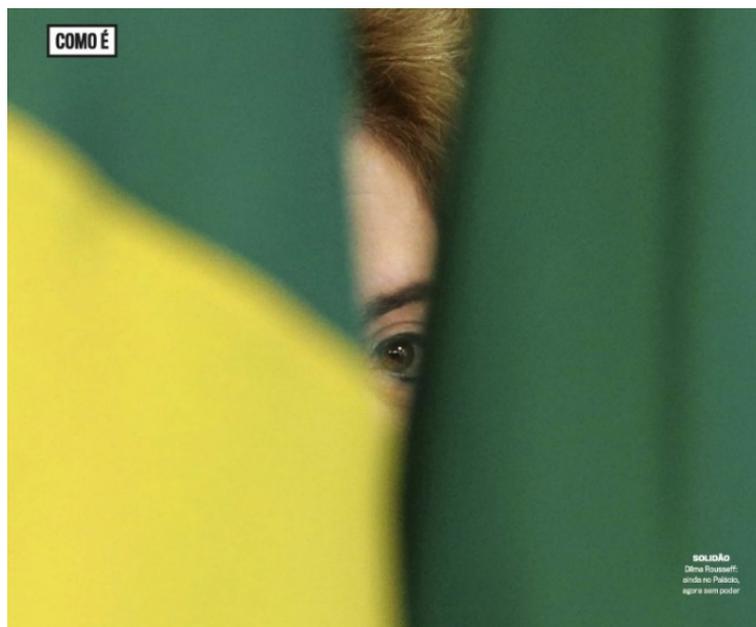


Nível 1: Mais de 20 pessoas aparecem sentadas ao redor de uma mesa. Apenas uma está em pé, portando uma câmera fotográfica. Parte das pessoas aparece de frente, em primeiro plano, e outra parte de costas. Crédito: Givaldo Barbosa/Ag. O Globo.

Nível 2: A foto se passa em uma reunião, mas as expressões aparentam estar relaxadas. A iluminação está bem clara. Não é possível identificar o local, há vários papéis e celulares sobre a mesa. Apenas uma mulher pode ser identificada entre os integrantes da imagem.

Nível 3: Logo no início da matéria nota-se um contraste evidente entre a foto de Dilma Rousseff – escura, onde aparece com expressão abatida, olhar baixo – e a de Michel Temer – clara, onde ele é apresentado com expressão tranquila, aspecto reflexivo e olhar para o alto. Em outro registro, tirado como um “flagrante”, o ex-presidente Lula aparece dentro de um carro, também em imagem escura e que o apresenta com expressão preocupada. Dilma reaparece em outra imagem, dessa vez sorrindo discursando para seus apoiadores. A última foto, bem clara, é apresentada na legenda como sendo de uma reunião entre partidos que eram aliados do governo mas decidiram apoiar o *impeachment*. Entre os presentes, alguns sorriem, outros apresentam expressão neutra. A maneira como as pessoas estão organizadas em volta da mesa curiosamente lembra o icônico quadro “A Última Ceia”, de Leonardo da Vinci.

Edições nº 2474 – 20 de abril de 2016: Matéria “Dilma cai no limbo”



Nível 1: Na imagem, a mesma utilizada pela revista *IstoÉ* na edição nº 2419, é possível enxergar apenas um dos olhos de Dilma Rousseff em meio ao que aparenta ser a bandeira nacional. Crédito: Eraldo Peres/AP.

Nível 2: A foto utiliza plano detalhe. Metaforicamente, pode-se dizer que é utilizada para insinuar que Dilma estaria se escondendo.



Nível 1: No que aparenta ser um evento no Palácio do Planalto, o Ministro do Trabalho Carlos Lupi, curvando-se, beija uma das mãos da presidenta Dilma Rousseff. Na parte da frente da foto há uma pessoa em pé de costas, e na parte de trás um homem e uma mulher em pé – a mulher é a senadora Gleisi Hoffmann, do PT. Crédito: André Dusek/AE.

Nível 2: É utilizado plano de conjunto. Dilma aparenta certo desconforto com o gesto de Lupi, Gleisi Hoffmann observa a cena enquanto aplaude, com olhar sério. Na legenda, a informação que Carlos Lupi foi demitido posteriormente parece confirmar a insatisfação de Dilma com o gesto.



A ERA DA INTERVENÇÃO

Com a popularidade ainda em alta, Dilma forçou a queda dos juros, batizou na marra as tarifas de energia e ordenou o ruinoso congelamento do preço da gasolina

Nível 1: Dilma Rousseff aparece segurando um copo de água e assinando o uniforme do ex-presidente da Petrobrás Sergio Gabrielli, que está à sua frente. Atrás dela, um homem identificado como Paulo Roberto parece assinar o dela também. Ao lado aparece Graça Foster, que viria a substituir Gabrielli na presidência da estatal e, no fundo, alguém tira fotos com uma câmera portátil. Há mais pessoas na sala, mas não é possível identificá-las. Roberto Stuckert Filho/PR.

Nível 2: Todos da foto – enquadrada em meio primeiro plano – estão vestidos com uniformes laranjas, no que aparenta ser uma visita a alguma das refinarias da Petrobras. Graça Foster olha para a câmera com expressão fechada.



A ERA DA MENTIRA

Na campanha de 2014, sob o comando do hoje notório João Santana, o céu do Brasil era azul. Os que viam nuvens escuras na economia eram "passímlidos"

Nível 1: Um homem de terno e óculos, identificado na legenda como sendo João Santana, fala algo ao ouvido da presidenta, que está vestida com um terninho vermelho e parece escutar atentamente. Crédito: Paulo Whitaker/Reuters.

Nível 2: A foto foi tirada durante um dos debates presidenciais da campanha de 2014, enquanto o marqueteiro João Santana passava orientações para Dilma. Está em primeiro plano, ângulo normal, iluminação clara.



A ERA DO GRITO
Confrontada com o "Fora Dilma", a presidente, ameaçada pelo impeachment, rebateu com o "Não vai ter golpe": o Planalto vira palco de comédios

Nível 1: Dilma Rousseff é retratada na foto durante um discurso, com a boca aberta e o dedo levantado em riste. Não é possível identificar o local. Crédito: Adriano Machado/Reuters.

Nível 2: A imagem utiliza o enquadramento em primeiro plano, ângulo normal. Dilma tem no momento da foto uma expressão que parece ser de raiva, situação reforçada pelo título da legenda, "A era do grito".

Nível 3: A matéria utiliza fotos de Dilma para traçar uma linha do tempo de sua atuação no governo. As chamadas de destaque das legendas reforçam a carga negativa de algumas das imagens, como a quarta, onde se lê "A era da mentira", e a última, cujo título é "A era do grito" e retrata a então presidenta com expressão de raiva. Contrastando os demais registros, onde aparece em evidência, na primeira foto, que abre a matéria, pode-se presumir que a intenção é aparentar que Dilma estaria se escondendo.

Edição nº 2478 – 18 de maio de 2016: Matéria "A Despedida"



Nível 1: Dilma aparece na imagem discursando no Palácio do Planalto, circundada de apoiadores, tanto homens quanto mulheres, todos com expressão séria. Crédito: Cristiano Mariz.

Nível 2: A foto utiliza plano americano, ângulo normal. Dilma, no momento da captura do registro, aparece com expressão abatida, assim como todos que a rodeiam.



Nível 1: Dilma e o então ministro-chefe da Casa Civil Jaques Wagner aparecem atrás de uma janela, observando alguma coisa entre as cortinas, com expressão preocupada. Crédito: Vallter Campanato/Agência Brasil

Nível 2: A foto utiliza plano americano, ângulo normal e parece ter sido tirada como um “flagrante”. Jaques Wagner segura as cortinas com uma das mãos, e com a outra parece apontar para alguma coisa do lado de fora.



Nível 1: Há pelo menos onze pessoas na imagem, dez homens e uma mulher. A maioria bate palmas e sorri, em sinal de comemoração. A mulher tem expressão séria, um dos homens tira fotos do momento, enquanto outro, que aparenta ser o então senador Aécio Neves, aparece com semblante mais sério. Crédito: Cristiano Mariz.

Nível 2: A foto foi tirada em plano americano plongée e retrata o momento de comemoração de alguns senadores após a votação que determinou o afastamento da então presidenta Dilma Rousseff.



Nível 1: Dilma aparece sorrindo e posando para uma foto no meio de uma multidão de apoiadores, que empunham cartazes, flores e balões vermelhos. Na parte da frente, em primeiro plano, destacam-se um paredão de seguranças e uma câmera de vídeo em um tripé alto, registrando o momento. Crédito: Sergio Dutti.

Nível 2: O enquadramento da imagem está em plano americano, ângulo normal. No primeiro plano destaca-se um paredão de seguranças de costas e, entre dois deles, é possível ver Dilma sorrindo e tirando uma foto com uma apoiadora, rodeada por um grupo grande de pessoas.



Nível 1: Quatro pessoas caminham de costas, três estão com mochilas e uma leva uma bandeira do PT. Em um dos lados uma mulher caminha na direção contrária e no outro um segurança está parado, com as mãos cruzadas nas costas. Crédito: Jefferson Coppola.

Nível 2: A foto está bem iluminada, enquadrada em plano de conjunto, ângulo normal. A bandeira do Partido dos Trabalhadores, marcadamente vermelha, é o único ponto destoante do cenário azulado que predomina no restante da imagem.

Nível 3: A imagem que abre a matéria apresenta Dilma Rousseff discursando com expressão abatida, ladeada por apoiadores, todos com semblante sério. Em seguida, ela aparece acompanhada do então ministro Jaques Wagner observando algo através de uma janela, ambos com olhar de preocupação. No Senado, a imagem mostra comemoração após o afastamento da então presidenta ser aprovado. A única foto de Dilma que poderia ser considerada positiva, onde ela aparece sorrindo e cercada por apoiadores, é criticada na legenda, com insinuações de ser um evento criado pelo Partido dos Trabalhadores para fins midiáticos, o que é enfatizado pela presença de uma câmera filmadora em destaque. Por fim, a última fotografia encerra a matéria com tom melancólico, com a bandeira do PT sendo carregada por alguém de costas, o que denota uma ideia de partida ou “retirada de cena”.

Edição nº 2478 – 18 de maio de 2016: Matéria “O mito das três Dilmas que nunca existiram”



Nível 1: A mesma fotografia que já foi utilizada na matéria “Dilma cai no limbo”, pertencente à edição nº 2474, aparece novamente na edição nº 2478. Ela apresenta o Ministro do Trabalho Carlos Lupi no que aparenta ser um evento no Palácio do Planalto, curvando-se para beijar uma das mãos da presidenta Dilma Rousseff. Na parte da frente da foto há uma pessoa em pé de costas, e na parte de trás um homem e uma mulher em pé – a mulher é a senadora Gleisi Hoffmann, do PT. Crédito: André Dusek/AE.

Nível 2: É utilizado plano de conjunto. Dilma aparenta certo desconforto com o gesto de Lupi. Gleisi Hoffmann observa a cena enquanto aplaude, com olhar sério.



Nível 1: Dilma Rousseff aparece sorrindo, olhando para a câmera, enquanto o ex-presidente Lula carimba as costas do uniforme dela com a mão suja de petróleo. Ao redor deles aparecem várias outras pessoas, todas com o mesmo uniforme laranja e capacete da Petrobras. Crédito: Ricardo Stucker/PR.

Nível 2: A foto foi enquadrada em primeiro plano e aparenta ser o registro de uma visita a alguma das refinarias da Petrobras. Na legenda, é apresentada uma metáfora – “A administradora durona nunca percebeu que um gigantesco esquema de corrupção se apoiava nas suas costas” – no que parece ser uma referência ao ex-presidente Lula, que no momento da foto se apoia nas costas de Dilma.



Nível 1: Dilma aparece com a boca aberta e uma das mãos levantada, como se na tentativa de explicar alguma coisa. Crédito: AFP Photo/Evaristo Sa.

Nível 2: Enquadrada em primeiro plano, com o fundo desfocado, Dilma novamente parece ter sido fotografada em meio a uma fala, enquanto gesticulava. Sua expressão, no momento registrado, aparenta ser de irritação.

Nível 3: As imagens de Dilma são utilizadas nessa matéria para ilustrar três “personagens” que teriam sido encarnadas pela então presidenta durante seus mandatos: “faxineira”, “gerentona” e “vítima”. Assim, mesmo quando a foto apresenta Dilma em um contexto aparentemente positivo, como na segunda imagem na qual ela aparece sorrindo acompanhada do ex-presidente Lula, a legenda que acompanha dá um tom negativo ao insinuar que ela encenava versões irreais de si mesma. A terceira foto parece ter sido cuidadosamente escolhida para representar a imagem que o texto quer construir da então presidenta: “mandona, centralizadora e irritadiça”.

Edição nº 2491 – 17 de agosto de 2016: Matéria “O foco é outro”



Nível 1: Figura em destaque uma câmera que está filmando o ex-ministro da Justiça e advogado de Dilma Rousseff no processo de *impeachment*, José Eduardo Cardozo, que discursa durante a votação que determinou o afastamento da presidenta. Crédito: Cristiano Mariz.

Nível 2: A câmera é o único elemento que está nítido, enquanto o plenário do Senado aparece ao fundo desfocado. José Eduardo Cardozo está enquadrado na filmagem em primeiro plano.



Nível 1: O ex-presidente Lula aparece em meio a uma plantação, segurando e mostrando para a câmera um punhado de mandiocas. Ele está sorrindo, veste uma roupa vermelha e um chapéu com o símbolo do Movimento Sem Terra. Ao seu lado há outra pessoa com uma camiseta do MST. Crédito: Reprodução de vídeo do Instituto Lula.

Nível 2: É utilizado o ângulo plongée, ou câmera alta. A imagem não está muito nítida, mas a iluminação natural permite a visualização de todos os elementos.



Nível 1: O político José Serra olha para o lado enquanto mexe em um dos bolsos de seu terno. Ao fundo, um mapa-múndi. Crédito: Evaristo Sa/AFP Photo.

Nível 2: O enquadramento utilizado é o meio primeiro plano, ângulo normal.

Nível 3: As duas primeiras imagens são utilizadas pela matéria para tratar de um documentário que estaria sendo produzido para apresentar os bastidores do processo de *impeachment*. A produção seria vista pelo PT como uma oportunidade de construir sua versão da história. Na primeira foto, o advogado-geral da União José Eduardo Cardozo aparece na tela da câmera enquanto discursa, e na segunda o ex-presidente Lula, chamado na legenda de “ator principal”, é retratado com vestimentas caracterizadas com símbolos do MST – movimento cotidianamente retratado na grande mídia de forma negativa devido ao que é classificado como “invasões de terras”. A última foto está dentro de um box que aborda acusações de recebimento de propina pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Edição nº 2494 – 07 de setembro de 2016: Matéria “O pecado original”



Nível 1: Dilma Rousseff aparece caminhando à frente de um grupo de pessoas. Ela olha pra frente com expressão séria e veste vermelho. Os três primeiros na “linha de frente”, logo atrás dela, também estão usando algum item dessa cor. Dois deles parecem aplaudir. Atrás, várias outras pessoas acompanham. Crédito: Ricardo Stuckert/Instituto Lula.

Nível 2: A foto está enquadrada em plano de conjunto, ângulo normal. Do lado esquerdo da imagem, um espelho provoca a sensação de duplicidade. A iluminação é clara, valendo-se da luz natural.



Nível 1: O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é retratado de perfil, com expressão preocupada. Atrás dele há outro homem não identificado aparentemente olhando para a câmera. Crédito: Cristiano Mariz.

Nível 2: A foto é enquadrada em primeiríssimo plano, ângulo contra-plongée ou câmera baixa. O cenário de fundo é bem iluminado, provocando um sombreamento no rosto de Lula. A expressão dele, séria, contrasta com a do outro homem de fundo.



Nível 1: A advogada Janaína Paschoal, uma das autoras do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, aparece enxugando as lágrimas, com as duas mãos próximas dos olhos. Crédito: Ueslei Marcelino/Reuters.

Nível 2: A foto utiliza o enquadramento em primeiríssimo plano, ângulo normal. O rosto de Janaína aparece mais iluminado que o fundo.



Nível 1: José Eduardo Cardozo, responsável pela defesa de Dilma, está em meio a uma entrevista, rodeado por celulares e microfones. Atrás dele há uma aglomeração de pessoas. Ele apresenta expressão abatida, com o rosto marcado por lágrimas e a boca comprimida. Crédito: Marlene Bergamo/Folhapress.

Nível 2: A foto utiliza o enquadramento em primeiríssimo plano, ângulo normal. Tanto o rosto de Cardozo quanto o fundo estão bem iluminados.

Nível 3: Na primeira imagem, que abre a matéria, chama atenção a forte presença da cor vermelha, tanto na ambientação quanto nas roupas escolhidas pelas pessoas que estão na frente. Dilma caminha com expressão determinada, sendo aplaudida por seus apoiadores. Do lado esquerdo da imagem, um espelho provoca a sensação de duplicidade. Normalmente associado à pureza e à verdade, sua utilização contrasta com o título “o pecado original”, que menciona a corrupção nos governos do PT. Originalmente, a imagem de Lula está bem ao lado da reprodução de um boletim criminal em seu nome, no qual é indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, contextualizando a utilização de sua imagem com uma expressão de preocupação. Já as fotos de Janaína Paschoal e José Eduardo Cardozo, posicionadas uma ao lado da outra, ilustram uma polarização: ambos aparecem chorando após o julgamento do *impeachment* – ela, responsável pela acusação, de alegria e ele, responsável pela defesa, de tristeza.

Nível 4 – Revista *Veja*

Foram analisadas 34 imagens extraídas de oito matérias da revista *Veja*. Dilma Rousseff está presente em 16 delas, 47% do total. O ex-presidente Lula, seu principal aliado político, aparece em outras cinco ocorrências. Das fotos da Dilma, metade pode ser classificada como negativas, onde a ex-presidenta aparece com expressão de descontentamento ou preocupação. Na outra metade as fotografias oscilam de neutras a positivas. Ainda assim, algumas das imagens que poderiam ser consideradas neutras ou positivas são acompanhadas de legendas negativas, como no caso da fotografia de Dilma e João Santana na matéria “Dilma cai no limbo” (edição nº 2474), cuja legenda traz como título “A Era da Mentira”. Na matéria “A Despedida” (edição nº 2478), a foto onde Dilma aparece sorrindo e posando para uma foto no meio de uma multidão de apoiadores é classificada como “efeito especial”: “O capítulo derradeiro registrado pelas câmeras do PT mostra a presidenta nos braços do ‘povo’”. A utilização da palavra povo entre parênteses parece uma tentativa de isolar os apoiadores de Dilma do restante da população, ao classificá-los como exceção.

Na matéria “O mito das três Dilmas que nunca existiram” (edição nº 2478), as fotos de Dilma são utilizadas para ilustrar três “personagens” que teriam sido encarnadas pela então presidenta durante seus mandatos: “faxineira”, “gerentona” e “vítima”. Na segunda imagem, na qual ela aparece sorrindo acompanhada do ex-presidente Lula, a legenda que acompanha dá um tom negativo ao insinuar que ela encenava versões irreais de si mesma. O mesmo texto apresenta uma metáfora: “A administradora durona nunca percebeu que um gigantesco esquema de corrupção se apoiava nas suas costas”, no que parece ser uma referência ao ex-presidente Lula, que no momento da foto se apoia nas costas de Dilma.



Figura 37 – Foto matéria “O mito das três Dilmãs que nunca existiram”, edição nº 2478 revista *Veja*

Ainda nessa matéria, a terceira foto parece ter sido cuidadosamente escolhida para representar a imagem que o texto quer construir da então presidenta: “Mandona, centralizadora e irritadiça, Dilma tornou-se imperial”. Essa situação se relaciona com o fenômeno denominado de “*double-bind*”, apresentado no segundo capítulo. Quando não apresentam características tidas como “femininas”, como é o caso de Dilma, ainda assim as mulheres têm suas qualidades questionadas. Como explica *Jamieson* (1995), quando as mulheres se conformam com estereótipos femininos a exemplo de “brandas” ou “fracas” são julgadas incompetentes, mas quando são “duras” ou “fortes” são julgadas como se estivessem agindo inadequadamente para uma mulher.

Esse mesmo fenômeno aparece na reportagem “Dilma cai no limbo” (edição nº 2474), cujo título da última foto é “A era do grito”, e retrata a então presidenta com expressão de raiva. Na mesma edição figura a polêmica matéria “Bela, recatada e ‘do lar’”, que traça um perfil da “quase primeira-dama” Marcela Temer, destacando suas qualidades estritamente “femininas”: mesmo formada não exerce a profissão, mas se dedica a cuidar da casa e do filho do casal enquanto o marido trabalha, é bonita, vaidosa e recatada, gosta de vestidos até os joelhos e cores claras. Para Bourdieu (2012), estruturas objetivas de dominação articulam-se para excluir as mulheres de lugares públicos e para criar uma divisão de trabalho que atribua a elas vagas “que parecem exigir a submissão e a necessidade de segurança” sob uma falsa ideia de “vocaçãõ”, que fazem com que as vítimas da dominação simbólica cumpram com felicidade “as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação” (BOURDIEU, 2012, p. 72-73).

Ainda segundo o autor, definições como “nobreza” e “excelência” estão carregadas de implicações masculinas subjetivas, pois “é característico dos dominantes estarem prontos a fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal” (BOURDIEU, 2012, p. 78). Isso ajuda a explicar porque Dilma é constantemente criticada por características que são valorizadas nos homens; aliás, não só valorizadas como exigidas. Trecho da matéria “A hora e a vez do vice”, também da edição nº 2474, afirma: “O vice-presidente Michel Temer sabe que, a partir de agora, a postura afável, discreta e conciliadora pode ajudá-lo a serenar os ânimos do país, mas não vai ser de nenhuma valia para enfrentar as crises (...) que desafiam o Brasil”.



Figura 38 – Fotos matérias “O mito das três Dilmas que nunca existiram” (edição nº 2478) e “Dilma cai no limbo” (edição nº 2474), revista *Veja*

Na edição nº 2455, a matéria “O Primeiro Choque” coloca lado a lado as fotos da então presidenta Dilma Rousseff e de Fernando Collor, único presidente deposto no período democrático. As imagens são muito semelhantes – ambas em primeiro plano, tiradas enquanto eles discursavam em defesa de seus mandatos após abertura do processo de *impeachment*. Nas páginas seguintes novamente esse recurso é utilizado, com registros de manifestações favoráveis à saída de ambos colocados lado a lado. A intenção da revista aparenta ser traçar um paralelo entre os dois eventos, desconsiderando as especificidades de cada processo, realizados sob circunstâncias e acusações bastante distintas. É importante destacar também a narrativa estabelecida pela matéria “O Último Capítulo” (edição nº 2474), que estabelece um contraste evidente entre a foto de Dilma Rousseff – escura, onde ela aparece com expressão abatida, olhar baixo – e a de Michel Temer – clara, onde ele é apresentado com expressão tranquila, aspecto reflexivo e olhar para o horizonte.

3.3.3 Análise das imagens do jornal *The New York Times*

Nas dez matérias analisadas do jornal norte-americano *The New York Times*, foram encontradas 11 imagens que estão dentro dos parâmetros adotados como recorte empírico. Utilizando os mesmos critérios adotados para os periódicos brasileiros, elas serão analisadas individualmente na identificação dos dois primeiros níveis e em conjunto para os níveis conotativo e ideológico.

02 de dezembro de 2015: Matéria “Brazil’s President, Dilma Rousseff, Faces Prospect of Impeachment”



Nível 1: Na foto é possível identificar apenas o ex-deputado e então presidente da Câmara Eduardo Cunha. Ele olha para o lado com expressão aparentemente tranquila. Crédito: Ueslei Marcelino/Reuters

Nível 2: O fundo da foto é escuro, com a iluminação dando destaque ao rosto de Cunha. Foi utilizado primeiríssimo plano, onde a figura humana é enquadrada dos ombros para cima.

Nível 3: A matéria utiliza apenas uma imagem, do então presidente da Câmara Eduardo Cunha. A escolha se dá devido ao papel central exercido por Cunha com relação ao *impeachment*, tendo sido ele o responsável por autorizar a abertura do processo no final de 2015, após desavenças políticas com o PT, partido da então presidenta.

16 de abril de 2016: Matéria “Dilma Rousseff’s Former Supporters in Brazil Express Disillusionment”



Nível 1: Dilma Rousseff aparece na imagem olhando para o lado, com expressão aparentemente preocupada, sobre um fundo branco. Crédito: Ueslei Marcelino/Reuters.

Nível 2: A fotografia está enquadrada em primeiro plano. A iluminação, a roupa e o fundo da imagem se completam para criar uma ambientação bem clara.

Nível 3: Novamente a matéria é ilustrada com apenas uma imagem, mas dessa vez da então presidenta Dilma Rousseff. O que se pode inferir é o contraste entre a expressão de Dilma, que transparece uma certa tensão, e o predomínio de cores claras na imagem, que estabelecem uma ambientação que se relaciona à paz, pureza e limpeza.

12 de maio de 2016: Matéria “Questions and Answers on Brazil’s Presidential Crisis”



Nível 1: Nessa imagem Dilma Rousseff aparece próxima de um microfone, aparentemente em meio a um pronunciamento, olhando para baixo com os lábios pressionados. Crédito: Fernando Bizerra Jr./European Pressphoto Agency.

Nível 2: Dilma está enquadrada em primeiro plano em um fundo totalmente preto, com uma iluminação focal que deixa somente parte de seu corpo em evidência.

Nível 3: Diferentemente da imagem de Dilma escolhida para ilustrar a matéria anterior, na qual predominavam tons claros, nessa predominam tons escuros, sendo possível visualizar somente parte do corpo dela, sobre o qual incide um foco de luz. A então presidenta aparenta estar em meio a um pronunciamento, pois está olhando para baixo diante de um microfone, mas os lábios pressionados parecem indicar preocupação.

12 de maio de 2016: Matéria “Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff”



Nível 1: Dilma Rousseff aparece sentada, com a cabeça apoiada em um dos braços, com olhar vago e expressão pensativa. Ao seu lado, uma cadeira vazia. Crédito: Ueslei Marcelino/Reuters.

Nível 2: A foto utiliza plano americano, ângulo normal. A cor laranja predomina tanto no *background* que está ao fundo quanto no terninho de Dilma. A pose pensativa remete à clássica escultura “O Pensador”, de Rodin.



Nível 1: Há cerca de dezoito pessoas na foto, sendo pelo menos duas mulheres. Alguns batem palmas e sorriem comemorando, outros tiram fotos com o celular. Crédito: Ueslei Marcelino/Reuters.

Nível 2: A foto foi tirada em plano americano plongée e retrata o momento de comemoração de alguns senadores após a votação que determinou o afastamento da então presidenta Dilma Rousseff.

Nível 3: A matéria cria um contraste visível entre as duas fotos escolhidas. Uma apresenta Dilma com expressão reflexiva, abatida, sentada sozinha com um metafórico espaço vazio ao seu lado, enquanto na outra vários senadores comemoram juntos após a aprovação do afastamento da então presidenta.

12 de maio de 2016: Matéria “Dilma Rousseff Was Not Impeached, Legal Scholars Say”



Nível 1: Dilma Rousseff e Bill Clinton trocam cumprimentos durante evento realizado em 2013. Eles estão posicionados um de frente para o outro, sorrindo e com as mãos estendidas. Crédito: Yasuyoshi Chiba/Agence France-Presse.

Nível 2: A foto utiliza meio primeiro plano, ângulo normal. Pela legenda e pelos detalhes da imagem é possível saber que o encontro aconteceu na Clinton Global Initiative Latin America, realizada no Rio de Janeiro em 2013.

Nível 3: A imagem escolhida para a matéria não tem relação direta com o processo de *impeachment*, visto que foi tirada durante um compromisso oficial de Dilma durante seu primeiro mandato como presidenta, mas evoca uma certa sensação de proximidade com o leitor ao apresentá-la ao lado do ex-presidente norte-americano Bill Clinton.

12 de maio de 2016: Matéria “Brazil Workers’ Party, Leaders ‘Intoxicated by Power,’ Falls From Grace”



Nível 1: A fotografia apresenta várias pessoas caminhando em uma rua e segurando uma bandeira do Brasil, a maioria delas vestida com roupas ou bonés vermelhos. Em cima da bandeira nacional, a bandeira do MST (Movimento Sem Terra). Crédito: Fernando Bizerra Jr./European Pressphoto Agency.

Nível 2: Na legenda, as pessoas da imagem são identificadas como apoiadores do Partido dos Trabalhadores. A foto foi tirada do alto e a iluminação se concentra predominantemente no meio da imagem onde estão as bandeiras.



Nível 1: Na foto está presente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sentado e apoiado com um dos braços na mesa que está à sua frente, no que parece ser uma coletiva de imprensa ou pronunciamento. Ele usa uma gravata com as cores da bandeira nacional, está com o olhar vago e uma expressão séria e reflexiva. Crédito: Lalo de Almeida/*The New York Times*.

Nível 2: O enquadramento utilizado é meio primeiro plano, a foto é bem iluminada e Lula assume um lugar central na imagem. Com a mão que está apoiada na mesa ele toca a cabeça com um dos dedos, gesto que comumente representa um momento de reflexão.



Nível 1: Dilma Rousseff está sentada, apoiada em uma mesa em seu gabinete presidencial. Ela está rodeada de livros e objetos decorativos, atrás dela um quadro e ao lado uma grande janela. Crédito: Tomas Munita/*The New York Times*.

Nível 2: O enquadramento utilizado é meio primeiro plano. Dilma está praticamente em segundo plano, com as pilhas de livro que estão na ponta da mesa ganhando destaque. Ela olha diretamente para a câmera com uma expressão confiante. A luz natural entra pela janela, deixando o ambiente bem claro.

Nível 3: Na primeira foto, chama a atenção as duas bandeiras aparecerem juntas, atribuindo de certa forma um lugar de destaque para o símbolo do MST. Na segunda, o ex-presidente Lula aparece em uma posição que remete à reflexão, com expressão séria. Na terceira, Dilma Rousseff é mostrada em seu gabinete presidencial, posando para a foto com expressão confiante, o que contrasta com a maioria das imagens dela utilizadas até esse momento.

12 de maio de 2016: Matéria “New President of Brazil, Michel Temer, Signals More Conservative Shift”



Nível 1: Na foto, o então presidente interino Michel Temer discursa rodeado por vários outros homens. Ele está com uma das mãos levantadas, com o dedo enrijecido e uma expressão séria, até mesmo agressiva. Crédito: Marcos Correa/Agence France-Presse.

Nível 2: Pela legenda, é possível saber que o discurso se passa na reunião de anúncio dos ministros escolhidos por Temer, marcando a transição entre os dois governos. Temer está enquadrado em primeiro plano, levemente mais iluminado que os demais presentes na imagem.



Nível 1: Na imagem, Dilma Rousseff aparece levando uma das mãos à boca, antecedendo o gesto de “atirar um beijo” a alguém. Crédito: Eraldo Peres/Associated Press.

Nível 2: Por meio da legenda sabe-se que ela está fazendo o gesto de carinho para seus apoiadores, que foram ao Planalto demonstrar apoio após seu afastamento ser aprovado. Dilma está enquadrada em primeiro plano, a foto é bem iluminada pois foi tirada ao ar livre, com incidência de luz solar.

Nível 3: O contraste entre as duas fotos aparece nas cores, com a foto de Temer – que usa preto – um pouco mais escura, enquanto Dilma – que está vestindo branco – aparece mais iluminada. Temer é também retratado com expressão firme, apontando o dedo, o que metaforiza um sentido “mais conservador”, tal qual a referência no título da matéria. Já Dilma aparece em meio a um gesto de carinho com seus apoiadores, o que denota “ternura”. Temer está rodeado de pessoas em sua volta, enquanto na foto de Dilma ela é a única em evidência.

Nível 4 – *The New York Times*

Quanto às imagens selecionadas pelo jornal norte-americano *The New York Times*, nota-se a preferência por fotografias de caráter mais técnico, que mais conotam do que denotam. Em mais de 70% delas há apenas uma figura principal em evidência, quase todas em primeiro plano. Dilma Rousseff aparece em seis das onze fotografias analisadas, metade das ocorrências podem ser classificadas como positivas. A outra metade oscila de neutra à negativa. As legendas em sua maioria se limitam a apresentar descrições ou dados complementares das fotos. Nas matérias analisadas não foi identificado o uso de infográficos, nem de fotomontagens e caricaturas.

Nas fotografias com classificação positiva, em uma delas Dilma aparece em meio a um gesto de carinho com seus apoiadores, contrastando com a imagem sisuda que os veículos normalmente preferem reforçar. Em outra, a ex-presidenta está posando em seu gabinete presidencial, em posição de poder. A utilização dessa foto em meio aos acontecimentos do processo de *impeachment* reforça a resiliência de Dilma, que se recusou a renunciar e se declarou inocente até o final. A terceira foto mostra Dilma sorrindo e trocando cumprimentos com o ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, imagem que de certa forma a aproxima dos leitores norte-americanos, ao associá-la a uma figura conhecida por eles, um político de caráter não-conservador. Nas outras três imagens, a ex-presidenta aparece com expressões que aparentam ser de preocupação, ilustrando de certa forma o momento de tensão vivido por ela durante as etapas que antecederam sua deposição.

As imagens das matérias “Dilma Rousseff’s Former Supporters in Brazil Express Disillusionment” e “Questions and Answers on Brazil’s Presidential Crisis” chamam a atenção por estarem em polos opostos: em uma predominam os tons claros e Dilma aparece usando roupa branca; na outra a presidenta está sobre um fundo escuro destacada apenas por um leve feixe de luz, com a roupa também preta. Pode-se inferir que se havia ainda alguma esperança quando a primeira matéria foi publicada, pouco antes da votação na Câmara dos Deputados, a situação já estava bem mais obscura na data da segunda publicação, logo após a votação no Senado que determinou o afastamento de Dilma. Na matéria “Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff”, observa-se um contraste entre as duas fotos escolhidas. Uma apresenta Dilma com expressão reflexiva, abatida, sentada sozinha,

reflexo de seu isolamento nas etapas finais do *impeachment*; enquanto na outra vários senadores comemoram juntos após a aprovação do afastamento da então presidenta.

Na matéria “New President of Brazil, Michel Temer, Signals More Conservative Shift”, outra contraposição pode ser identificada. Enquanto Temer, que havia acabado de assumir interinamente o governo, é retratado com expressão firme, com a mão levantada e o dedo indicador enrijecido, em posição que metaforiza um aspecto conservador, tal qual a referência no título do texto, Dilma aparece em meio a um gesto de carinho com seus apoiadores, o que denota ternura. Temer está rodeado de pessoas, enquanto na foto de Dilma ela é a única em evidência. Até mesmo nas cores há contraste, com a foto de Temer – que usa preto – um pouco mais escura, enquanto Dilma – que está vestindo branco – aparece mais iluminada.

Outra divergência identificada é na escolha das imagens utilizadas pelos periódicos brasileiros – *Veja* e *IstoÉ* – e pelo *The New York Times* para retratar os apoiadores de Dilma e do Partido dos Trabalhadores. Na revista *Veja*, a matéria “A Despedida” (edição nº 2478) apresenta uma fotografia onde apoiadores de Dilma caminham de costas e um deles carrega uma bandeira do PT. O fato de estarem caminhando de costas, com uma iluminação escura e melancólica, passa a impressão de estarem se retirando de cena.



Figura 39 – Foto matéria “A Despedida”, edição nº 2478 revista *Veja*

Já a revista *IstoÉ* assume um tom mais agressivo na matéria “O grande circo chamado Brasil” (edição nº 2423). Ilustram a reportagem cinco imagens de manifestantes que segundo a publicação seriam “baderneiros” e “bancados pelo PT”. Na primeira, cuja legenda é “virou bagunça”, manifestantes ocupam o Palácio do Planalto com cartazes e bandeiras de diversos movimentos. Na imagem seguinte,

bandeiras do Movimento Sem Terra estão hasteadas na entrada de uma fazenda, cuja placa de identificação foi pichada com os dizeres “Temer golpista MST”. Na terceira foto, um homem parece hastear uma bandeira do MST no topo de uma grade e nas duas seguintes são retratadas manifestações onde os integrantes atearam fogo em pneus para forçar bloqueios. Na última novamente aparecem duas bandeiras do MST.



Figura 40 – Foto matéria “O grande circo chamado Brasil”, edição nº 2423 revista *IstoÉ*

Enquanto a *IstoÉ* assume esse tom mais agressivo, o *The New York Times* ilustra a matéria “Brazil Workers’ Party, Leaders ‘Intoxicated by Power,’ Falls From Grace” com uma fotografia onde os apoiadores do PT carregam a bandeira nacional juntamente com a bandeira do MST. O fato de as duas bandeiras – que têm um papel central na imagem – aparecerem juntas atribui um lugar de destaque para o símbolo do Movimento Sem Terra.



Figura 41 – Foto matéria “Brazil Workers’ Party, Leaders ‘Intoxicated by Power,’ Falls From Grace, jornal *The New York Times*

3.4 Análise das funções de enquadramento

Esta etapa do enquadramento multimodal constitui uma análise das funções de enquadramento baseada no que propõe o pesquisador Robert Entman (1993). O autor apresenta uma definição para o conceito que envolve, essencialmente, seleção e saliência. Enquadrar, para Entman (1993, p. 52, tradução nossa, itálicos no original), é “*selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicacional*”, de modo a oferecer quatro funções: “*promover uma definição de problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito*”. O autor delimita cada uma dessas funções de enquadramento:

Os quadros, então, *definem problemas* - determinam o que um agente causal faz com quais custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns; *diagnosticam causas* - identificam as forças que criam o problema; *fazem julgamentos morais* - avaliam agentes causais e seus efeitos; e *sugerem soluções* - oferecem e justificam tratamentos para os problemas e preveem seus efeitos prováveis (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa, itálicos no original).

Uma única sentença de um determinado texto pode executar mais de uma dessas quatro funções, mas muitas sentenças podem não executar função alguma, não sendo necessário, portanto, que o enquadramento inclua necessariamente todas elas. Entman (1993) afirma também que os quadros têm pelo menos quatro posições no processo comunicativo: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. Nesta parte da análise, o foco recairá sobre a cultura (uma vez que adota-se a hipótese de que o jogo de forças relacionado às questões de gênero manifesta-se como quadros de referência primários) e sobre o texto, que contém quadros técnicos que são manifestados pela presença ou ausência de certas palavras-chave, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que fornecem o reforço de grupos de fatos ou decisões (ENTMAN, 1993, p. 52).

3.4.1 Funções de enquadramento nas revistas *Veja* e *IstoÉ*

Os periódicos *Veja* e *IstoÉ* apresentaram resultados semelhantes na análise das funções de enquadramento, por isso opta-se por apresentá-los juntos, mas enfatizando suas particularidades. Nas 20 matérias analisadas, dez de cada revista, a *IstoÉ* apresentou definição de problemas em 40% delas, e a *Veja* em 60%. A *Veja* fez o diagnóstico de causas em 40% das matérias, enquanto na *IstoÉ* essa função de

enquadramento não foi utilizada. Ambas sugeriram soluções em apenas 20% do total de reportagens, mas fizeram julgamentos morais em 100% delas.

Com relação às definições de problema, as mais recorrentes estiveram relacionadas ao cenário econômico do país ou a casos de corrupção. Na matéria “Impeachment não é guerra” (edição nº 2455), da *Veja*, é apresentado um “ambiente de depressão econômica e corrupção generalizada”, onde “a inflação e o desemprego sobem rapidamente”, “as indústrias se recolhem ao mínimo de atividade produtiva” e “o comércio prevê o pior Natal em décadas”. Da mesma forma, na matéria “O Último Capítulo” (edição nº 2474), os problemas apresentados são “os casos de corrupção envolvendo o PT e seus aliados” e “os dados catastróficos na economia, como a inflação de dois dígitos, o aumento do desemprego e o crescimento do número de famílias endividadas”. Na matéria “Dilma cai no limbo”, a ex-presidenta Dilma Rousseff é responsabilizada diretamente pelos problemas apresentados.

Isso tudo, somado aos sucessivos erros de avaliação na economia, contribuiu para montar o cenário que cavou a sepultura da presidente: um país afundado na maior recessão em trinta anos (e que caminha para ser a pior do século), com 10 milhões de desempregados e uma inflação que, não fosse a recessão, estaria em dois dígitos pelo quinto mês. (VEJA, 2016, edição nº 2474, p. 19)

O mesmo acontece na edição nº 2494, na reportagem “O pecado original”: “Em pouco mais de cinco anos de mandato, Dilma jogou o país no atoleiro (...), a renda caiu, o desemprego subiu e parte da nova classe média, que consolidou o PT no poder e lá o manteria, voltou para a base da pirâmide social”.

A matéria “A pior travessia” (edição nº 2401), da *IstoÉ*, define o cenário econômico como a “maior crise da história recente”, e continua:

O Brasil amarga hoje os mais calamitosos índices em duas décadas. A paralisia do País já afeta todos os setores da economia. Na última semana, soube-se que a recessão está se transformando em uma depressão econômica – fato inédito desde os anos de 1930 e 1931 – em razão da profunda contração da demanda interna. (ISTOÉ, 2015, edição nº 2401).

A reportagem “A história se repete, 23 anos depois” (edição nº 2401) menciona, além da “crise econômica brutal”, uma “base política em frangalhos” e baixos índices de popularidade atribuídos a Dilma. Na edição nº 2436, em “A era Dilma se aproxima do fim”, a revista é ainda mais incisiva quanto aos problemas apresentados:

Com a volta da inflação, a comida sumiu do prato de muitos brasileiros. O poder de compra foi corroído. O projeto de inclusão, ancorado no consumo e traduzido pela ascensão social de milhões de pessoas, ruiu como um castelo

de cartas. O aumento do desemprego e a queda nos rendimentos fizeram com que quase 4 milhões voltassem às classes D e, de acordo com recente levantamento realizado com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor elétrico, tido como especialidade da gerentona, entrou em colapso. O *investment grade* virou pó e a corrupção, já institucionalizada, se retroalimentou da tragédia político-econômica e administrativa (ISTOÉ, 2016, edição nº 2436).

Enquanto a *IstoÉ* se isenta de fazer um diagnóstico de causas para tentar identificar as forças que criam os problemas, a *Veja* o faz de forma bem superficial. Na edição nº 2455, os motivos apontados para a extensa lista de problemas apresentados na matéria “Impeachment não é guerra” são lideranças políticas corruptas, que estão “ocupadas demais tentando salvar a si mesmas das investigações” e os níveis recordes de reprovação popular do governo Dilma. Na reportagem “O Último Capítulo” (edição nº 2474), a ex-presidenta é apontada como “incapaz de restabelecer o diálogo com os setores produtivos e o Congresso”, bem como na matéria “Visão da História” (edição nº 2494) a culpada é a “polarização”.

Quanto às soluções sugeridas, em três das quatro matérias onde esse recurso é identificado, o *impeachment* é apresentado de maneira direta como a melhor alternativa, ou mesmo como uma “luz a se insinuar no fim do túnel em meio ao breu” (ISTOÉ, 2015, edição nº 2401). Na edição nº 2455 da *Veja*, a matéria “Impeachment não é guerra” menciona que “o simples início da tramitação do caso fez a cotação do dólar cair e a Bolsa subir, puxada pela valorização das ações de empresas controladas pelo governo” e que “a discussão do processo de impeachment acabará justamente com essa esculhambação”. Já na *IstoÉ*, na matéria “A pior travessia” (edição nº 2401), o *impeachment* aparece como “a oportunidade real de o Brasil escapar do atoleiro em que se encontra rumo ao resgate da credibilidade, à retomada da confiança e à construção de uma unidade nacional”. Na edição nº 2436, em “A era Dilma se aproxima do fim”, a saída definitiva “da petista”, como Dilma é chamada, supostamente “fará com que o presidente em exercício Michel Temer atue com mais desprendimento para colocar em marcha as reformas necessárias ao País”. A matéria cita ainda que seria imperativo que o Congresso aprovasse mesmo as iniciativas mais impopulares, como alterações nas leis trabalhistas e previdenciárias, pois “só assim, o País poderá sair da ruína econômica legada pela desastrosa gestão petista”.

No entanto, nas demais matérias a falta de outras soluções parece deixar implícita essa conclusão: a de que a saída de Dilma Rousseff seria a melhor alternativa para mudar os rumos do país. Os julgamentos morais, presentes em todas

as matérias de ambas as revistas, reforçam essa hipótese. Algumas das ocorrências que valem ser ressaltadas fazem referência à natureza do processo de *impeachment*. Para a *Veja*, “na prática, o impeachment é um processo essencialmente político” (edição nº 2455). A publicação admite que apesar de formalmente Dilma ser “acusada de recorrer a bancos públicos para despesas de responsabilidade do Tesouro Nacional”, “na prática, está sendo julgada pelo conjunto da obra, da recessão econômica aos casos de corrupção” (edição nº 2478). Em outro trecho, é mencionado que “o afastamento do cargo decorre do fato de ela ter perdido apoio popular e parlamentar, a confiança dos agentes econômicos e as condições de governar”.

A matéria “A pior travessia” (edição nº 2401), da *IstoÉ*, menciona que: “a oposição aposta que a popularidade de Dilma tende a se deteriorar até lá, com o aprofundamento da crise, o que pavimentará o caminho para apeá-la do poder”, e completa: “Michel Temer, cujo discurso oportunamente entoado no final a última semana soa como música aos ouvidos de todos os atores políticos interessados numa inflexão”. Na edição nº 2494 da *Veja*, é dito que “Dilma perdeu o mandato pelo conjunto da obra”, e que há “discrepância entre a razão técnica (orçamentária) e a motivação real (corrupção e recessão)”. As acusações de corrupção aparecem novamente na matéria “Cidadã comum e ré”:

Fora definitivamente da Presidência da República, Dilma Rousseff é uma cidadã como qualquer outra cidadã do País – um pouco menos, talvez, já que contra ela pesam suspeitas de crimes enquanto a esmagadora maioria das brasileiras é respeitadora das leis (ISTOÉ, 2016, edição nº 2439).

Na mesma matéria, outro trecho diz: “Organizar bagagens, enfim, é afazer cansativo e melancólico, sobretudo quando nos expulsam de algum lugar sob a suspeição de atos ilícitos e criminosos”. Contudo, nenhum desses motivos – recessão econômica, perda de apoio popular e parlamentar, falta de confiança de agentes econômicos – está previsto na Lei do Impeachment (Lei 1079/50) para embasar legalmente a deposição de um (a) presidente (a). Quanto às acusações de corrupção, desde que Dilma saiu do poder até meados de 2019 (momento de conclusão desta pesquisa), ela não havia sido condenada formalmente em nenhum processo, mesmo tendo perdido o foro privilegiado quando deixou a presidência. A própria *Veja* admite isso na matéria “O mito das três Dilmãs que nunca existiram” (edição nº 2478), quando diz: “Dilma, até onde se sabe, não embolsou propina nem recebeu favores pessoais

de corruptores, mas se beneficiou do esquema em termos eleitorais, tal como Michel Temer”.

Entende-se que o fato de o próprio Michel Temer não ter sido acusado pelas publicações de ter cometido atos criminosos, ainda que o processo eleitoral dissesse respeito à chapa que ambos integravam, se relaciona diretamente à questão de gênero, tema que é caro à presente análise. Há ainda outros julgamentos morais que se associam à temática do gênero. Retratada como “centralizadora e de temperamento forte” (edição nº 2474), Dilma é acusada de ser arrogante, “mandona e irritadiça” (edição nº 2478). É o que se observa nos seguintes trechos: “Autocrítica nunca foi o forte da presidente, e isso certamente ajudou a fomentar a antipatia da população” (edição nº 2474); “Sua autossuficiência, suas certezas absolutas, a pouca disposição para ceder a contestações e a postura imperial em relação ao Congresso tampouco ajudaram Dilma a conquistar aliados fiéis” (edição nº 2474); “Dilma, cuja dificuldade para reconhecer os próprios erros tem contornos patológicos” (edição nº 2478); “Mais uma vez, não teve a humildade de fazer mea-culpa” (edição nº 2478).

Esse tratamento relaciona-se com o fenômeno conhecido como “*double-bind*”. Em algumas culturas, as mulheres são cobradas para assumir características tidas como masculinas ao ingressarem na política – segundo Mary Beard (2018, p. 27-28), mulheres que assumem papéis importantes no campo político, de liderança, muitas vezes fazem aulas de treinamento vocal para engrossar a voz e estão sempre vestidas com “terninhos” – táticas “para fazer com que a mulher pareça mais masculina e adequada ao papel do poder” (BEARD, 2018, p. 28). Ao mesmo tempo, quando não apresentam características “femininas”, como é o caso de Dilma Rousseff, apresentada na mídia como “fria” e “durona”, as mulheres da mesma forma têm suas qualidades questionadas. A pesquisadora Rayza Sarmiento (2013, p. 14) explica que enquanto em alguns países como a Alemanha a feminilidade e boa atuação política são tidas como incompatíveis, situação que forçou lideranças como a chanceler Angela Merkel a não expor determinadas características vistas como “femininas”, no Brasil isso se deu de forma oposta, com a necessidade de reafirmação de certa feminilidade por parte de Dilma.

Ao mesmo passo em que características de Dilma – como seu “temperamento forte”, a postura centralizadora e o fato de ser “mandona” – são criticadas, o oposto acontece com Michel Temer, vice-presidente que chegou ao poder com a deposição da presidenta. Em diversas ocorrências, como na matéria “A hora e a vez do vice”,

que apesar de não integrar o corpus da análise pertence à edição especial nº 2474, é exigido de Temer, conhecido por sua postura “afável e conciliadora”, que seja mais arrojado e tome as rédeas do país.

O vice-presidente Michel Temer sabe que, a partir de agora, a postura afável, discreta e conciliadora pode ajudá-lo a serenar os ânimos do país, mas não vai ser de nenhuma valia para enfrentar as crises – econômica, política e ética – que desafiam o Brasil (...) Se, de fato, assumir o comando do país, Temer precisará emitir sinais claros de que está disposto a encarar as grandes questões com o mesmo infatigável empenho com que convenceu os deputados a votar pelo impeachment (Veja, 2016, edição nº 2474).

O mesmo discurso aparece na matéria “As missões de Temer”, pertencente à edição nº 2439 da revista *IstoÉ*. Retratado como “hábil negociador”, de “natureza equilibrista”, a publicação diz que Temer “terá, no entanto, de aprender a dizer não”, pois “muitos o criticam por ceder demasiadamente”. E prossegue:

Na primeira reunião ministerial, atendendo a demanda, mudou o tom. Falou grosso. Disse que não ia continuar levando desaforos para casa. “Golpista é você”, retrucou à fala da presidente deposta, Dilma Rousseff, feita momentos antes. Passou pito nos senadores e aliados que votaram no plenário em desacordo com o combinado sobre o impeachment. (...) O Temer moderador, decerto, não saiu de cena. Apenas vai dividir o tempo com uma faceta, digamos assim, mais arrojada. (*IstoÉ*, 2016, edição nº 2439).

Outros momentos em que os estereótipos de gênero são reforçados relacionam-se com as ideias apresentadas no segundo capítulo (MIGUEL & BIROLI, 2009; BEARD, 2018) sobre os mecanismos que atuam na tentativa de uma exclusão das mulheres do campo político. Na edição nº 2478, na matéria “A Despedida”, a revista *Veja* afirma: “Dilma nunca teve pretensões eleitorais. Se for cassada, voltará a morar em Porto Alegre, dedicando-se à filha e aos dois netos, à leitura e, eventualmente, assistir a peças de teatro”. Nesse trecho, destaca-se uma suposta inaptidão de Dilma para a política, e são reforçados comportamentos historicamente atribuídos às mulheres – ficar em casa cuidando dos filhos e netos, dedicando-se à leitura e a assistir peças de teatro, longe do debate público. Nesse sentido, também se enquadram as matérias que tratam da primeira-dama Marcela Temer – considerada “bela, recatada e ‘do lar’” (VEJA, 2016, edição nº 2474), apresentada de certa forma como um contraponto de tudo que é criticado em Dilma. A matéria da edição especial nº 2474 destaca suas qualidades estritamente “femininas”: mesmo formada não exerce a profissão, é uma “vice-primeira-dama do lar”, que se dedica a cuidar da casa e do filho do casal enquanto o marido trabalha, “e um pouco dela

mesma também”, frequentando salões de beleza e consultórios dermatológicos rotineiramente.

Definida como recatada, com gosto por vestidos até os joelhos e cores claras, destaca-se que “em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes”. O mesmo ocorre na matéria “Marcela Temer entra em cena”, da edição nº 2439 da *IstoÉ*, que destaca que durante os anos em que Michel Temer foi vice-presidente, “ela fez o maior esforço para se manter incógnita, por mais tumulto que suas raras aparições públicas e poucas palavras causassem”. Em outro trecho, a responsabilidade por essa postura “discreta” é atribuída ao marido: “Até hoje, Temer procurou restringir as aparições da mulher a ocasiões consideradas fundamentais, como, por exemplo, às cerimônias da posse presidencial de 2011 e de 2015, quando ela se tornou um dos assuntos mais comentados no Twitter mundial” (ISTOÉ, 2016, edição nº 2439). A publicação também comenta que, mesmo advogada por formação, Marcela não chegou a exercer a profissão e durante todo o tempo de vice-presidência de Temer optou por morar em São Paulo com filho, onde ela “permanecia longe da política, dos holofotes”, “cuidava do filho, da casa e ia à academia” (ISTOÉ, 2016, edição nº 2439).

A afirmação presente na matéria “O mito das três Dilmás que nunca existiram”, da edição nº 2478, também se mostra problemática: “O foco de Dilma, uma vez eleita, seria melhorar a infraestrutura do país, sem inventar moda na política ou na economia”. No contexto da matéria completa, a publicação ressalta que o esperado da então presidenta era apenas uma manutenção de medidas implementadas por Luiz Inácio Lula da Silva em seus dois mandatos, deixando implícita a crença em uma inaptidão de Dilma para propor medidas – ou “inventar moda” – nas áreas política e econômica, mesmo depois de citar previamente no mesmo texto o sucesso de sua gestão como ministra-chefe da Casa Civil. Como explica Mary Beard (2018, p. 28), “as mulheres são ainda vistas como ocupando um lugar fora do poder”, sendo consideradas como intrusas quando o conquistam. Outro trecho que remete a uma suposta falta de habilidade política da ex-presidenta, presente na matéria “Só restou melancolia”, faz também acusações sem as devidas provas:

Apesar de abatida e ciente de que será praticamente impossível reverter sua situação, ela continuará insistindo na tese de que foi afastada injustamente e que foi vítima de um golpe, o que mostra que ela ainda permanece mergulhada no mundo da fantasia que ela criou para si mesma” (...) No País das maravilhas de Dilma também não existiram tentativas de obstrução de

Justiça, por ela mesma, nem tramas para dificultar os trabalhos da Lava Jato” (ISTOÉ, 2016, edição nº 2423)

A totalidade dos julgamentos morais encontrados em ambas as publicações brasileiras está listada nas tabelas abaixo:

Julgamentos morais revista <i>Veja</i>
Edição nº 2455 - Matéria “Impeachment não é guerra”
“O que já está ruim tende a piorar com a discussão sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff”; “Se há golpe em curso, como estrilam alguns petistas, é contra a inteligência alheia”; “Na prática, o impeachment é um processo essencialmente político”; “A discussão sobre o impedimento não só permitirá ao país saber se a presidente tem legitimidade para governar como dificultará as tentativas de acordões e sabotagens oriundas do submundo da República – além de desmascarar de uma vez por todas os moralistas de ocasião”; “Ele (impeachment) foi encarado com naturalidade, como o desfecho previsível da gradativa perda de poder da mandatária”; “Dela já não emana o poder esperado de um governante”.
Edição nº 2455 - Matéria “O Primeiro Choque”
“Já a presidente Dilma preferiu ignorar a oposição e os 65% de brasileiros que apoiam a abertura do processo contra ela para circunscrever ao presidente da Câmara a responsabilidade pela ofensiva ao seu mandato”; “A queda de um governante eleito (...) é antes um grave acidente de percurso – de consequências extensas e imprevisíveis”.
Edição nº 2474 – Matéria “O Último Capítulo”
“A presidente já não exerce a Presidência de fato”; “Um desalento para a maioria dos brasileiros (a permanência de Dilma no poder)”; “A presidente centralizadora e de temperamento forte ficou cada vez mais decorativa”.
Edição nº 2474 – Matéria “Dilma cai no limbo”
“Na cadeira, mas sem poder, Dilma será mais que um ‘pato manco’, como os americanos chamam os presidentes em fim de mandato. Será uma presidente zumbi, a vagar no limbo de um palácio vazio, alijada das decisões sobre o país que há tempos já não governa”; “Então, como Collor, descera a rampa do Planalto. E, provavelmente, como ele, não mais voltará”; “Dilma nem sequer conseguia mais ser ouvida”; “Autocrítica nunca foi o forte da presidente, e isso certamente ajudou a fomentar a antipatia da população”; “Sua autossuficiência, suas certezas absolutas, a pouca disposição para ceder a contestações e a postura imperial em relação ao Congresso tampouco ajudaram Dilma a conquistar aliados fiéis”.
Edição nº 2478 - Matéria “A Despedida”
“Ao contrário do que esperavam os petistas, o povo, antes considerado um ativo exclusivo do partido, não apareceu em peso para protestar contra o golpe”; “Mais uma vez, não teve a humildade de fazer mea-culpa”; “Mais um vez, apresentou-se no papel de vítima”; “A presidente, ‘honrada’, alega que não poderia ser julgada por picaretas com anel de doutor”; “Martelada à exaustão, a tese do golpe até encontrou certa guarida na mídia internacional, mas não emplacou no Brasil”; “Reunida com os ministros mais próximos, dedicou-se a construir uma narrativa destinada a torna-la vítima de uma conspiração urdida pela elite com o objetivo de derrubar o primeiro projeto de governo genuinamente popular e, como consequência, prejudicar a maioria da população”; “O PT costuma reescrever a história a fim de atenuar ou apagar seus pecados”; “Formalmente, Dilma é acusada de recorrer a bancos públicos para bancar despesas de responsabilidade do Tesouro Nacional (...) Na prática, está sendo julgada pelo conjunto da obra, da recessão econômica aos casos de corrupção”; “O afastamento do cargo decorre do fato de ela ter perdido apoio popular e parlamentar, a confiança dos agentes econômicos e as condições de governar”; “Há tempos, Dilma era presidente de direito, mas não de fato”; “Dilma nunca teve pretensões eleitorais. Se for cassada, voltará a morar em Porto Alegre, dedicando-se à filha e aos dois netos, à leitura e, eventualmente, assistir a peças de teatro”.

Edição nº 2478 – Matéria “O mito das três Dilmas que nunca existiram”
<p>“O foco de Dilma, uma vez eleita, seria melhorar a infraestrutura do país, sem inventar moda na política ou na economia”; “Mandona, centralizadora e irritadiça, Dilma tornou-se imperial”; “Dilma, cuja dificuldade para reconhecer os próprios erros tem contornos patológicos, ignorava olímpicamente as advertências”; “A presidente também gastou muito mais do que podia e arruinou as finanças do país a fim de impulsionar programas carreadores de voto, como o Bolsa Família. Antes e depois da reeleição, usou bancos públicos para custear despesas do Tesouro Nacional”; “Dilma foi lembrada de que a Odebrecht pagara pelos serviços do marqueteiro João Santana. Ou ela reagia ou seria tragada pelas denúncias. Na surdina, a “vítima” passou a criar embaraços às investigações”; “A isenção de Dilma se tornou uma muleta retórica”; “Dilma, até onde se sabe, não embolsou propina nem recebeu favores pessoais de corruptores, mas se beneficiou do esquema em termos eleitorais, tal como Michel Temer”.</p>
Edição nº 2491 – Matéria “O foco é outro”
<p>“A presidente afastada, que aguarda o desfecho do processo praticamente reclusa no Palácio da Alvorada, também tem clareza de que seu destino está traçado”; “Até o ex-presidente Lula, mentor, criador e oficialmente o maior defensor de Dilma, já jogou a toalha faz tempo”.</p>
Edição nº 2491 – Matéria “Mas onde está a faixa presidencial?”
<p>“Uma auditoria do Tribunal de Contas da União ocupa-se com a mais bizarra das heranças dos governos petistas: achar aquele paninho que atravessa o peito dos presidentes”; “É quase uma piada, mas a pergunta fica no ar: será mesmo que roubaram esse material e até montaram uma operação abafa?”.</p>
Edição nº 2494 – Matéria “O pecado original”
<p>“Eram 15h05 quando ela atestou o óbito do ambicioso plano de hegemonia política do PT. Um plano que, desde a chegada do partido ao Planalto, estava assentado num pecado original, que não foi inventado pelo PT, não foi implantado pelo PT, mas foi executado com rigor e método nunca antes vistos neste país: a corrupção da classe política com recursos públicos”; “Dilma perdeu o mandato pelo conjunto da obra. Formalmente, o impeachment foi aprovado porque ela cometeu crime de responsabilidade ao usar recursos de bancos públicos para pagar despesas do Tesouro, prática conhecida como pedalada fiscal, e ao liberar créditos suplementares sem a autorização prévia do Congresso. É por causa da discrepância entre a razão técnica (orçamentária) e a motivação real (corrupção e recessão) que Dilma se diz vítima de um golpe parlamentar tramado por ‘desleais’, ‘traidores’ e ‘covardes’”; “Ela não impediu o impeachment, mas, graças a uma esdrúxula articulação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, conseguiu evitar a aprovação de sua inabilitação para o exercício de funções públicas”.</p>
Edição nº 2494 – Matéria “Visão da História”
<p>“Desde 1998, o PT protocolou cinquenta pedidos de impeachment”.</p>

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação.

Julgamentos morais revista <i>IstoÉ</i>
Edição nº 2401 - Matéria “A pior travessia”
<p>“O processo de impeachment da presidente será a via-crúcis de Dilma Rousseff. Para o País, representa uma luz no fim do túnel da crise, a oportunidade para que seja construída uma união nacional para a reversão de expectativas e a retomada da credibilidade”; “Para os brasileiros, o desenlace desse processo pode representar uma espécie de recomeço”; “Todos acreditam que Dilma perdeu a condição de protagonizar uma transição sem traumas em direção à superação da crise. Só o afastamento da presidente, atestam as mais recentes pesquisas de opinião, teria o condão de arrefecer a tensão e reverter as expectativas – hoje as mais tenebrosas”; “Viveremos, portanto, nos próximos meses um momento histórico para o País”; A oposição aposta que a popularidade de Dilma tende a se deteriorar até lá, com o aprofundamento da crise, o que pavimentará o caminho para apeá-la do poder”; “Michel Temer, cujo discurso oportunamente entoado no final a última semana soa como música aos ouvidos de todos os atores políticos interessados numa inflexão”.</p>

Edição nº 2401 - Matéria “A história se repete, 23 anos depois”
“Hoje, Dilma alardeia que “não é ladra”, mas há suspeitas de que sua campanha foi irrigada com dinheiro desviado do Petrolão. Mas o que pode derrubá-la é o crime de responsabilidade, fruto das manobras fiscais destinadas a maquiar o orçamento”.
Edição nº 2419 – Matéria “O ensaio do adeus”
“O fim nunca esteve tão próximo”; “Enquanto achava que tinha fôlego para reverter o impeachment na Câmara, o governo desceu ao mais rastaquera modo de fazer política. Sem qualquer freio moral e de maneira escancarada, lançou mão de uma prática já condenada pelo Supremo: a de usar dinheiro público para comprar apoio político no Congresso”; “No fim da semana, o clima no governo já era de fim de feira. Numa última e inútil cartada, a presidente gravou um pronunciamento no Palácio da Alvorada. Foi o retrato mais bem acabado do seu desespero”; “Em sua fala, Dilma chegou ao cúmulo de pedir à sociedade que conversasse com deputados federais de seus Estados para que ficassem “ao lado da democracia” e contra o impeachment. Ao fazer esse último apelo, a presidente deu nova demonstração de total desconexão com a realidade. Ignorou um fato incontestável mais do que registrado em recentes pesquisas: a maioria da população não está do lado dela”; “Ainda haveria tempo hábil caso Dilma Rousseff não quisesse deixar a Presidência pela porta dos fundos. Mas, por ora, a presidente parece esquecer de seu discurso de posse da primeira eleição em 2010”; “Agora, mais do que nunca, a vida exigiria coragem da presidente Dilma. Coragem para admitir que não possui mais condições de conduzir o País. Coragem para reconhecer sua incapacidade de levar o Brasil para uma trilha que o afaste do caos econômico completo e irremediável capaz de comprometer o futuro de gerações de brasileiros. Coragem para abrir mão do mandato, livrando o País e ela própria de atravessar a agonia do afastamento do cargo por no mínimo seis meses. Gestos de grandeza, no entanto, próprio de estadistas, parecem lhe faltar. Assim sendo, ao impeachment!”.
Edição nº 2419 – Matéria “E as delações, não valem nada?”
“Nos últimos dias, em eventos convertidos em comícios no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff repetiu o mantra da vitimização ecoado desde a abertura do processo de impeachment”.
Edição nº 2423 – Matéria “Só restou melancolia”
“Enquanto aguarda o adeus definitivo, a petista mantém a ladainha de quem vive no mundo da fantasia que ela mesma criou para si”; “Apesar de abatida e ciente de que será praticamente impossível reverter sua situação, ela continuará insistindo na tese de que foi afastada injustamente e que foi vítima de um golpe, o que mostra que ela ainda permanece mergulhada no mundo da fantasia que ela criou para si mesma”; “No País das maravilhas de Dilma também não existiram tentativas de obstrução de Justiça, por ela mesma, nem tramas para dificultar os trabalhos da Lava Jato”.
Edição nº 2423 – Matéria “O grande circo chamado Brasil”
“Brasília, segunda-feira, 9 de maio de 2016: se cercassem a cidade e a trancassem, seria hospício. Se cobrassem ingresso para quem nela quisesse entrar, seria circo. Como a comicidade e o burlesco ganharam da loucura, fica-se com a segunda hipótese”; “Só um ator, bom no malabarismo cambaio que às vezes parece que vai cair para frente, às vezes para trás, às vezes para a direita ou esquerda, podia emudecer a banda que imediatamente se formou por aqueles que ganham trocado e sanduíche para vestir camiseta vermelha e sair esgoelando que ‘não vai ter golpe’”; “Àquela altura, Dilma falava para meia dúzia de gatos pingados de movimentos sociais, quando lhe chegou a notícia da manobra de Maranhão. Como se ela não soubesse de nada, o que não é verdade, já que ela esteve com Maranhão na noite anterior, a presidente fingindo demonstrar surpresa transmitiu-lhes a informação”; “A lona já estava no chão. Uma característica pode ser atribuída a Maranhão: é um pândego dos mais amadores”; “Como o que está ruim sempre pode piorar, naquele mesmo dia baderneiros travestidos de manifestantes voltaram a paralisar ruas e avenidas de sete capitais do País”.

Edição nº 2436 – Matéria “A era Dilma se aproxima do fim”
“Embora publicamente se esmere para transparecer valentia, Dilma, no íntimo, não acredita mais numa reviravolta capaz de mantê-la no poder”; “Num último e idílico esforço não para salvar o mandato, mas para tentar preservar sua já maculada biografia, a presidente afastada pretende sacar da cartola, nesta semana, uma Carta aos Brasileiros. Trata-se de um factóide”; “Falta-lhe sobretudo credibilidade para gesto de tamanha relevância política”; “Dilma irá para o chuveiro mais cedo, mas quem será asseado é o País”; “Apesar da tentativa de terceirizar a própria culpa e de criar uma narrativa épica, mas fictícia, a petista é um pote até aqui de malfeitos”; “No “golpe” sem armas e tanques, alardeado pelo PT e congêneres, a vítima foi o povo”; “Ao tirar Dilma da frente, o Brasil começa uma nova etapa”; “Dilma não deixará saudades. A partir de setembro, será apenas mais um quadro pendurado na galeria de ex-presidentes”.
Edição nº 2436 – Matéria “Documentos atestam o extravio de bens da União na era PT”
“Uma das características mais perniciosas da política brasileira é a deliberada confusão dos governantes entre o público e o privado. E se tem um partido político pródigo nesta cambulhada é o PT”.
Edição nº 2439 – Matéria “O acordão para salvar Dilma”
“No petismo, um provérbio popular se impõe de maneira eloqüente: nada é tão ruim que não possa piorar”; “O processo teve em seu último capítulo uma trama sorrateira engendrada nos subterrâneos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Como a deposição de Dilma já eram favas contadas, alguns dos principais protagonistas desse enredo se juntaram com o intuito de evitar que a petista ficasse também inabilitada para exercer cargos públicos”; “Difícil encontrar o coração de um parlamentar que não se enterneça diante da possibilidade de levar vantagem numa situação”; “Ou seja, ao fim e ao cabo, o verdadeiro golpe foi desferido por aqueles que, durante meses a fio, cinicamente o alardearam”.
Edição nº 2439 – Matéria “Cidadã comum e ré”
“Fora definitivamente da Presidência da República, Dilma Rousseff é uma cidadã como qualquer outra cidadã do País – um pouco menos, talvez, já que contra ela pesam suspeitas de crimes enquanto a esmagadora maioria das brasileiras é respeitadora das leis”.

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades desta dissertação.

3.4.2 Funções de enquadramento noticioso no jornal *The New York Times*

Quanto ao jornal norte-americano *The New York Times*, os resultados mostraram-se bem destoantes dos periódicos brasileiros. Das dez matérias que compõe o corpus, foram apresentadas definições de problemas em 100% delas e realizado o diagnóstico de causas em 90%. O veículo sugeriu soluções em 30% dos casos e apresentou julgamentos morais em apenas 60%. Com relação às definições de problema, as mais recorrentes foram também referências à crise econômica e aos escândalos de corrupção que atingiram “aliados poderosos” da então presidenta. Na matéria “Brazil’s President, Dilma Rousseff, Faces Prospect of Impeachment” (02/12/2015), é apresentado um cenário de: “crise econômica severa e um escândalo de corrupção colossal”⁶⁴, onde seus adversários estariam “empurrando-a para o canto em um momento em que a economia está perdendo empregos e aliados poderosos

⁶⁴ Todos os trechos citados do jornal norte-americano *The New York Time*, extraídos de matérias pertencentes ao corpus de análise, foram traduzidos para melhor compreensão.

estão presos sob acusações de corrupção”. A mesma matéria cita ainda “grandes protestos de rua pedindo sua saída” e baixos índices de aprovação.

Na matéria “Brazil’s Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff” (17/04/2016), os principais problemas apontados são “um escândalo de corrupção estonteante, uma economia em queda e uma desilusão crescente”. Completa-se com uma análise mais aprofundada:

As recentes fortunas do Brasil, antes uma potência econômica do mundo em desenvolvimento, foram de mal a pior, com uma previsão de contração da economia em pelo menos 3,5% pelo segundo ano consecutivo. Milhões de brasileiros perderam seus empregos desde os dias de crescimento de dois dígitos, alimentados em parte pela fome da China por commodities (THE NEW YORK TIMES, 17/04/2016, tradução nossa).

Na reportagem “Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff” (12/05/2016), é mencionada a tentativa de “expulsar um líder profundamente impopular, cuja escassa perspectiva política passou a corporificar a ira pública generalizada sobre a corrupção sistêmica e uma economia maltratada”. A matéria “Brazil’s Senate Votes to Move Ahead With Dilma Rousseff’s Trial” (10/08/2016) também relaciona a viabilidade do processo de *impeachment* com a queda dos índices de popularidade de Dilma Rousseff, como se a queda de suas perspectivas políticas tivesse aparecido como uma solução para direcionar a “ira pública generalizada sobre a corrupção sistêmica e uma economia maltratada”.

Já a matéria “Questions and Answers on Brazil’s Presidential Crisis” (12/05/2016) menciona as acusações que levaram ao processo de *impeachment*:

Ela é acusada de violar leis orçamentárias a fim de esconder um déficit antes do que previa ser uma dura campanha de reeleição em 2014, tomando dinheiro emprestado de bancos que o poder executivo controla para financiar programas domésticos e fazendo mudanças no orçamento federal sem a aprovação do Congresso (THE NEW YORK TIMES, 12/05/2016, tradução nossa).

Na reportagem “Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff” (12/05/2016), porém, é apresentada uma perspectiva até então inédita dentro do corpus sobre o cenário política do país. O jornal menciona que o processo de impeachment também atraiu fortes críticas, com acusações de que membros do Congresso “negligenciaram os sérios problemas econômicos do país por mais de nove meses, a fim de impulsionar o impeachment”. E continua: “eles ignoraram várias medidas de austeridade fiscal que Dilma enviou a eles durante seu segundo mandato, que começou em janeiro de 2015 após uma apertada vitória de reeleição”.

Quanto às causas apontadas para o cenário apresentado, a matéria “Brazil’s President, Dilma Rousseff, Faces Prospect of Impeachment” (02/12/2015) menciona “um nível de disputas políticas no Brasil que está tornando cada vez mais difícil para Dilma governar de forma eficaz”. A matéria “Brazil’s Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff” (17/04/2016) segue uma direção semelhante quando aponta que a “falta de habilidades políticas” de Dilma “restringiram sua capacidade de trabalhar com membros da oposição no Congresso, bem como figuras-chave em sua coalizão de governo”. Isso resultou numa debandada de aliados de Dilma, o que “impulsionou uma iniciativa de impeachment concebida por seus rivais”. Em “Questions and Answers on Brazil’s Presidential Crisis” (12/05/2016), a perda da maioria no Congresso que Dilma possuía no início de seu mandato também é apontado como seu principal problema.

A matéria “Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff” (12/05/2016) apresenta uma explicação mais aprofundada para o cenário. Segundo a publicação, “meses de criticismo severo, manobras secretas e apelos legais dividiram uma nação que já sofria com a inflação, a paralisia do governo e um escândalo colossal de corrupção que revelou as profundezas do sistema político brasileiro”. Quanto ao cenário econômico, para o jornal:

Os problemas econômicos da nação não são simplesmente resultado da queda dos preços globais das commodities brasileiras, como petróleo e soja. Eles também são auto-infligidos, dizem os economistas, uma consequência de políticas erradas e enormes escândalos de corrupção (THE NEW YORK TIMES, 12/05/2016, tradução nossa).

Quanto ao processo de *impeachment*, na matéria “Dilma Rousseff Was Not Impeached, Legal Scholars Say” (12/05/2016), especialistas consultados pelo jornal afirmam que “apesar das variações de país para país, um denominador comum no impeachment é que trata-se em grande parte um ato político, no qual os acusadores e juízes de um réu são rivais de poder”. A mesma conclusão é apresentada na reportagem “Brazil’s Senate Votes to Move Ahead With Dilma Rousseff’s Trial” (10/08/2016), na qual é dito que “o que está claro é que o impeachment tem sido um processo altamente político e, efetivamente, uma luta pelo poder, com dúvidas válidas sobre sua legitimidade e motivos”.

Com relação às soluções apresentadas, o jornal norte-americano se isenta de apresentar o *impeachment* como uma solução. Na matéria “Dilma Rousseff Is Ousted as Brazil’s President in Impeachment Vote” (31/08/2016), afirma-se que o

impeachment de Dilma “pode não restaurar a confiança do público nos líderes do Brasil ou diminuir a corrupção que permeia a política do país. Pelo contrário, muitos brasileiros notam que transfere o poder de um partido infestado de escândalos para outro”. Ainda assim, menciona na matéria “Brazil’s Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff” (17/04/2016) que “muitos líderes empresariais e economistas expressaram esperança de que Temer vá ganhar apoio do Congresso para mudanças como a redução de aposentadorias federais, a privatização de empresas estatais e a emenda de leis trabalhistas”, medidas que viabilizariam o crescimento econômico. Na matéria “Questions and Answers on Brazil’s Presidential Crisis” (12/05/2016), o apoio do Congresso é considerado crucial, pois uma maioria sólida teria até mesmo evitado que o processo de deposição fosse aprovado.

O *The New York Times* não se caracteriza pelo excesso de julgamentos morais, que na maioria das vezes antecedem a opinião de alguma fonte consultada. Todavia, nos momentos em que foram encontrados, um dos julgamentos que mais aparecem fazem referência à diferença de tratamento dada a Dilma no decorrer do processo de *impeachment*. Isso fica exemplificado na matéria “Brazil’s President, Dilma Rousseff, Faces Prospect of Impeachment” (02/12/2015): “mas, ao contrário de uma série de outras figuras políticas no Brasil, nenhum depoimento veio à tona indicando que Dilma se beneficiou pessoalmente de um esquema de suborno que floresceu em conexão com os acordos da Petrobras”.

Afirmção semelhante figura na matéria “Brazil’s Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff” (17/04/2016):

Embora especialistas jurídicos e analistas políticos estejam divididos, muitos expressaram preocupação sobre a base de condução do impeachment. Eles observam que o truque orçamentário que Dilma Rousseff é acusada de empregar para enfrentar o déficit tem sido usado por muitos funcionários eleitos, embora não em escala tão grande (THE NEW YORK TIMES, 17/04/2016, tradução nossa).

Mais um exemplo aparece na matéria “Brazil’s Senate Votes to Begin Impeachment Trial of Dilma Rousseff” (12/05/2016), que afirma que “apesar das acusações contra ela, Dilma Rousseff é exceção entre os principais políticos no Brasil no fato de que não enfrenta acusações de enriquecer ilegalmente a si mesma”. Da mesma forma, no texto “Dilma Rousseff Is Ousted as Brazil’s President in Impeachment Vote” (31/08/2016), destaca-se que “ao contrário de muitos dos políticos que lideraram a acusação para destitui-la, Rousseff, 68 anos, continua sendo uma

raça rara no Brasil: uma líder proeminente que não foi acusada de enriquecer ilegalmente”.

Quanto ao recorte de gênero, ele pode ser denotado nas comparações apresentadas pela publicação entre o tratamento dado à Dilma e a políticos homens que enfrentaram acusações semelhantes. Na reportagem “Brazil’s President, Dilma Rousseff, Faces Prospect of Impeachment” (02/12/2015), é dito que Dilma, na ausência de denúncias de enriquecimento pessoal, “está em um gritante contraste com Cunha, a quem os promotores acusaram de receber até \$40 milhões em propinas para si e para seus aliados”. Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, foi o responsável por acolher o pedido de *impeachment* e dar início a todo o processo, mesmo sob denúncias de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Posteriormente, o político foi afastado do cargo e preso pela Polícia Federal. A matéria “Brazil’s Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff” (17/04/2016) afirma que, em comparação com o impeachment de Fernando Collor de Mello, até então único antecedente de deposição de presidente no período democrático, “a situação de Rousseff é um pouco diferente”, pois “ao contrário de Collor de Mello, ela não foi acusada de auto-enriquecimento” e, apesar de sua popularidade em baixa, “apenas 61% dos brasileiros apoiam o impeachment, contra 68% no mês passado, segundo pesquisa da empresa de pesquisa Datafolha”.

Questões relacionadas ao gênero aparecem também em mais duas ocasiões. A primeira é na matéria “Dilma Rousseff Is Ousted as Brazil’s President in Impeachment Vote” (31/08/2016):

Uma burocrata que se especializou em supervisionar empresas públicas gigantes na indústria de energia do Brasil, Rousseff não ocupou cargo eleito até que seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, a ungiu como sua herdeira depois que outros líderes do Partido dos Trabalhadores foram manchados por um escândalo de compra de voto. Como uma avó divorciada conhecida como ávida leitora de literatura, ela era uma exceção na cena política dominada pelos homens.

Além de servir como uma espécie de chefe de gabinete de Lula, ela era conhecida por seu envolvimento com a Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares, um grupo guerrilheiro urbano, em sua juventude. Agentes da ditadura militar capturaram Dilma e a torturaram repetidamente no início dos anos 70. (THE NEW YORK TIMES, 31/08/2016, tradução nossa).

No parágrafo seguinte, o jornal afirma que, no cenário político brasileiro, “as qualidades que a tornaram uma chefe de equipe convincente não se sustentaram quando ela se tornou presidente”. E continua: “Sua persona autoritária e

temperamento instável tornaram-se lendários em Brasília, uma capital onde os acordos de bastidores são costumeiros ao forjar e cultivar alianças com uma série de disputas partidárias”.

O cenário apresentado pelo jornal norte-americano é explicado por Sarmento (2013, p. 14) quando afirma que, no Brasil, há uma “necessidade de reafirmação de certa feminilidade por parte de Dilma”. Isto é, de uma “avó divorciada conhecida como ávida leitora de literatura” não era esperado um temperamento autoritário e instável, bem como não era esperada sua presença na principal posição de poder de um regime democrático, nunca antes ocupada por uma mulher. A fala de uma das fontes ouvidas pela publicação nessa mesma matéria, a senadora Regina Sousa (PT), reforça essa conclusão ao afirmar que Dilma “desviou da narrativa” prevista para ela “quando foi eleita presidente da república como uma mulher, de esquerda, ex-militante contra a ditadura, sem um marido para posar ao seu lado nas fotografias”.

A outra ocorrência encontra-se na matéria “New President of Brazil, Michel Temer, Signals More Conservative Shift” (12/05/2016), na qual é dito que: “para muitos dos críticos de Temer, a mudança talvez seja mais evidente no papel das mulheres na administração dele e na de Dilma Rousseff”. E prossegue:

Os contrastes não poderiam ser mais evidentes. Dilma Rousseff, de 68 anos, era uma ex-agente de um grupo guerrilheiro urbano. Ela foi torturada durante a ditadura militar e acabou ascendendo até liderar a diretoria da companhia nacional de petróleo antes de se tornar a primeira presidente mulher do Brasil. Até recentemente, relativamente poucos brasileiros tinham ouvido falar de Temer. Quando isso acontecia, muitas vezes envolvia referências a sua esposa, Marcela Temer, 32, ex-participante de concursos de beleza que é 43 anos mais nova do que ele. Eles se conheceram quando ela tinha apenas 18 anos (THE NEW YORK TIMES, 31/08/2016, tradução nossa).

A publicação do *The New York Times* menciona também a matéria “Bela, recatada e ‘do lar’” (edição nº 2474), da revista *Veja*, que afirma ter causado um alvoroço ao se referir à primeira-dama Marcela Temer dessa forma. “A matéria disse que Temer era ‘um homem de sorte’ por ter uma dona de casa tão dedicada e despretensiosa como cônjuge, especialmente alguém que usa saias na altura do joelho”. E finaliza:

A revista não mencionou a tatuagem na nuca de Marcela Temer com o nome do marido, mas a mensagem era clara: Temer, professor de direito e político de carreira, incorpora uma abordagem mais conservadora do que Rousseff nos corredores da poder e em sua própria casa (THE NEW YORK TIMES, 31/08/2016, tradução nossa).

Assim, pode-se inferir que o jornal norte-americano identifica os estereótipos e contradições de gênero que permearam o processo de *impeachment* e a alternância de poder entre Dilma Rousseff e Michel Temer, mas não os reforça.

3.5 Análise de estratégias retóricas

Em trabalho anterior (JERONYMO, 2015) sobre enquadramento de mídia e política considerou-se pertinente como componente complementar de análise o estudo dos chamados valores-notícia no jornalismo. Para tanto, adotou-se como base principal a classificação sistematizada por Nelson Traquina (2008) entre os “valores-notícia de seleção” (substantivos e contextuais) e os “valores-notícia de construção”. Em reflexões posteriores (SILVA & JERONYMO, 2017; 2018), no entanto, identificou-se que no desafio de contemplar a complexidade das dinâmicas de enquadramento, o arcabouço teórico-metodológico apresentado pela tradição da análise retórica proporciona uma matriz teórico-metodológica mais elaborada quando comparada com a mera classificação das notícias em um elenco de “valores” noticiosos supostamente compartilhado pelo campo jornalístico.

Nesse sentido, a partir de uma desconstrução crítica dos chamados “valores-notícia de construção” na acepção de Traquina (2008), compreende-se aqui que categorias como a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância, mais do que “valores noticiosos” constituem estratégias argumentativas típicas da retórica – a exemplo do emprego de figuras de linguagem e de técnicas de argumentação, que “cumprem a função de redefinir um determinado campo de informação, criando efeitos novos e que sejam capazes de atrair a atenção do receptor” (CITELLI, 2003, p.19-20).

3.5.1 Enquadramento noticioso e crítica retórica

Na obra *Rhetorical Criticism: Perspectives in Action*, Kuypers (2009) desenvolve uma recuperação histórica do conceito de retórica para propor a interface com a *framing analysis*, situando-o como “uma invenção dos primórdios da Civilização Ocidental que tem suas raízes nas democracias emergentes da Grécia antiga” (KUYPERS e KING, 2009, p. 2, tradução nossa). Desenvolvido originalmente pelos gregos como “um corpo sistemático de conhecimentos sobre a teoria e a prática de falar em público” e definido por Aristóteles “como o ‘poder de descobrir meios de persuasão em qualquer situação’” (KUYPERS e KING, 2009, p.

2, tradução nossa), o estudo da retórica evoluiu através do tempo, fazendo-se fundamental no estatuto moderno da comunicação.

Retórica atualmente inclui muito mais do que falar em público; concentrando-se na compreensão de ações simbólicas, abraça o discurso na mídia impressa, no rádio, na televisão e na Internet em muitas formas e configurações diferentes. Sem surpresa, a retórica agora está sendo estudada através de um amplo espectro de assuntos acadêmicos e tornou-se uma das disciplinas centrais do nosso tempo (KUYPERS e KING, 2009, p. 4, tradução nossa).

Ao apresentar o ato de “enquadrar” como uma parte fundamental do processo de comunicação, Kuypers (2009, p. 182, tradução nossa) reforça que a sociedade “necessita de maneiras para lidar com as enormes quantidades de informação que chegam a ela todos os dias” e que “clamam por enquadramento, uma vez que possuem muitos elementos que carecem de atenção”. Tal concepção ratifica o pensamento de Gitlin (2003), segundo o qual os enquadramentos são processos intrínsecos à prática jornalística e habilitam os jornalistas a processar grandes quantidades de informação de forma rápida e rotineira, processando-as e retransmitindo-as de forma eficiente para seus públicos: “por razões organizacionais, enquadramentos são inevitáveis e o jornalismo é organizado para regular sua produção” (GITLIN, 2003, p. 7, tradução nossa).

Kuypers afirma que a análise de enquadramento constitui “uma maneira particularmente útil para compreender o impacto da retórica”, podendo ser usada para entender melhor qualquer artefato retórico, sobretudo na compreensão dos efeitos da comunicação mediada (KUYPERS, 2009, p. 182, tradução nossa):

Enquadrar envolve como a imprensa organiza o contexto através do qual o público encara suas notícias. Na sua essência, este é um processo retórico, e é por isso que acredito que a teoria de enquadramento pode ser especialmente frutífera quando adaptado para uma perspectiva retórica (KUYPERS, 2009, p. 185, tradução nossa).

Tal relação ocorre, pois a retórica possui elementos tanto informativos quanto persuasivos. Para efetivamente persuadir, faz-se necessário fornecer informações, exemplos, definições, ou seja, usar mais que meras afirmações como seus argumentos (KUYPERS e KING, 2009, p. 4, tradução nossa). Dessa forma, “a retórica envolve a correta interpretação, construção e utilização de materiais de apoio para fazer afirmações e ganhar a aceitação do público” (KUYPERS e KING, 2009, p.

4, tradução nossa), definição que se aproxima de práticas jornalísticas necessárias na construção da notícia.

Outro autor que traça paralelos entre a retórica e a linguagem jornalística é José Castilhos Karam (2009). Para o autor, a origem da linguagem e das técnicas jornalísticas tais como são conhecidas no mundo ocidental não constitui responsabilidade histórica exclusiva do jornalismo norte-americano ou inglês, mas “valeu-se – e aí entra a tradição inglesa e norte-americana do discurso jornalístico – da tradição greco-romana em relação ao uso das palavras e ao discurso claro e convincente” (KARAM, 2009, p.109). O pesquisador menciona uma espécie de popularização da arte retórica a partir do século II a.C. em Roma, quando “apesar de resistências iniciais de setores conservadores romanos, o ensino de retórica, por muito tempo reservado a pequenos círculos, começou a se disseminar” (2009, p. 109). Nesse período, antes da era cristã, houve entre filósofos retóricos e sofísticos o descobrimento de exames e de especulações sobre a articulação dos discursos.

De acordo com Karam (2009), num vértice historiográfico, o orador e filósofo Marco Túlio Cícero foi um dos mais eminentes desses pensadores, responsável pela definição da narração como “a exposição de eventos como eles ocorreram ou como se supõe que ocorreram” (CÍCERO, 1997, p. 119, tradução nossa). Na perspectiva de Cícero, a narração necessitava de três requisitos básicos: clareza, brevidade e verossimilhança – tríade que, para Karam (2009, p. 110), apresenta uma “aproximação com o discurso jornalístico e com os valores como credibilidade e fidelidade”. Completa o autor:

Estes valores da narração, que no Ocidente surgiram na Grécia e Roma antigas, prosseguiram valorizados dentro do campo do discurso oral e, posteriormente, escrito, sendo apropriados pela moderna retórica e por algumas atividades profissionais que a utilizam rotineiramente, como o direito e o jornalismo (KARAM, 2009, p. 110).

Para Karam (2009, p. 113-114), a retórica trouxe “fundamentais bases narrativas ao próprio jornalismo, constituindo as bases argumentativas que levam do fato à interpretação, do acontecimento às possibilidades distintas de narração”. Retoma-se, assim, o conceito de retórica delineado por Kuypers & King (2009, p.4, tradução nossa) como “o uso estratégico de comunicação, oral ou escrita, para atingir objetivos específicos”, bem como a definição de Adilson Citelli (2003, p.8) que atribui à retórica o papel de “mostrar o modo de constituir as palavras visando convencer o receptor acerca de dada verdade”. Isso se justifica na medida em que o mesmo caráter

persuasivo atribuído à retórica, que “visa influenciar nossos comportamentos pessoais e coletivos fazendo-nos concordar voluntariamente com o orador que uma determinada ação ou política é melhor que outra” (KUYPERS e KING, 2009, p. 6, tradução nossa), é também constantemente atribuído à mídia, principalmente quando se analisam os pormenores da construção noticiosa através de análises de enquadramento. Tais estratégias podem ser identificadas por meio de análises comparativas pelas quais os pesquisadores:

Operando dentro de uma perspectiva de enquadramento, procuram sugestões de como escolhas de linguagem feitas por comunicadores (neste caso, a imprensa) direcionam nosso pensamento em direções particulares. (KUYPERS, 2009, p. 186, tradução nossa).

Finalmente, compreende-se que tais análises voltam-se, via de regra, a identificar “dispositivos de enquadramento” como “palavras-chave, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais”, pois, de acordo com Kuypers (2009, p. 191, tradução nossa), “enquadramentos são formados por palavras e frases particulares que consistentemente aparecem dentro de uma narrativa e ‘transmitem significados tematicamente consoantes ao longo do tempo’”. Assim, entende-se que a ação de proporcionar enquadramentos da realidade a partir da prática jornalística não instituiu-se dissociada de estratégias retóricas. De um vértice metodológico, por conseguinte, reconhece-se que as estratégias retóricas da simplificação, da relevância, da amplificação, da dramatização e da consonância – também denominadas por Traquina (2008) como “valores-notícia de construção” – constituem categorias factíveis para a análise dos recursos de enquadramento adotados por *Veja*, *IstoÉ* e *The New York Times*.

3.5.1.1 Simplificação

A “simplificação” ou o fato de o acontecimento ser desprovido de ambiguidade e complexidade, é exemplificada por Traquina (2008, p. 91) como o “uso de clichês, estereótipos e ideias feitas”, que serviriam para “tornar a notícia menos ambígua” e “reduzir a natureza polissêmica do acontecimento”. Se para o autor português essa seria uma estratégia necessária para os jornalistas na produção de notícias de fácil compreensão, identifica-se no contexto da presente pesquisa a utilização dessa estratégia pelas revistas *Veja* e *IstoÉ* para apresentar as notícias relacionadas ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff de forma a abreviar a complexidade dos

fatos. Isso se manifesta na maneira que – tal como apresentado no estudo das funções de enquadramento (ver tópico 3.4.1) – a maioria absoluta dos problemas enfrentados pelo país no período que antecede a deposição da ex-presidenta são diretamente relacionados a ela, desconsiderando que um (a) presidente (a) da República governa juntamente com os representantes eleitos para o poder legislativo e que os rumos de um país dependem também de fatores externos, como o cenário político e econômico internacional. Da mesma forma, tal recurso manifesta-se na maneira como o *impeachment* é apresentado de maneira direta como a melhor alternativa para mudar os rumos do país – ou como uma “luz a se insinuar no fim do túnel em meio ao breu” (ISTOÉ, 2015, edição nº 2401).

Na capa da edição nº 2401 da revista *IstoÉ*, a manchete “O que falta para ela sair?” e a afirmação contida no texto de destaque de que a “abertura do processo de afastamento da presidente deve tirar o Brasil da paralisia” exemplificam a utilização da simplificação e um esvaziamento da complexidade no tratamento do tema.



Figura 42 – Capa da edição nº 2401, 09/12/2015, revista *IstoÉ*

Outro exemplo encontra-se na mesma edição, na matéria “A pior travessia”, localizada entre as páginas 32 e 39. Logo na chamada da primeira página, o *impeachment* é apresentado como uma “luz no fim do túnel da crise”, argumento que é retomado no decorrer da matéria.



Figura 43 – Páginas 32 e 33, edição nº 2401, 09/12/2015, revista *IstoÉ*

A capa da edição nº 2474 da revista *Veja* insere-se no mesmo contexto: a manchete “Fora do Baralho”, a foto da presidenta “rasgada” e a chamada que garante que Dilma Rousseff “já perdeu a batalha do poder” contribuem para abreviar a complexidade e a própria compreensão do processo de *impeachment*. Desconsidera-se, por exemplo, a garantia aos acusados o direito de defesa, uma vez que no período (dezembro de 2015) ainda faltavam diversas etapas para que se instituísse a deposição da então presidenta – o que só aconteceu no final de agosto de 2016, mais de quatro meses após a publicação da edição.



Figura 44 – Capa da edição edição nº 2474, 20/04/2016, revista *Veja*

A simplificação pode ser relacionada também ao estudo das fontes (ver item 3.2), que identificou que ambas as revistas valem-se recorrentemente de agentes que se opõem explicitamente ao governo e não dão as mesmas oportunidades para que aliados e defensores da presidenta apresentem seus pontos de vista. Nota-se que ambas as revistas não lançam mão da prática de apontar o contraditório (mesmo que seja a partir do chamado “outro lado”), o que resulta justamente na simplificação – ou no esvaziamento da complexidade – das perspectivas apresentadas pelo material noticioso. Essa estratégia relaciona-se também com outra figura retórica, a da “personalização”, ou a supervalorização das *personas* envolvidas no acontecimento em detrimento das problemáticas.

3.5.1.2 Personalização

A estratégia da personalização se manifesta principalmente na relação que ambas as revistas – *Veja* e *IstoÉ* – fazem dos entraves políticos e econômicos do país no período em que as matérias foram produzidas com a figura de Dilma Rousseff. A ex-presidenta aparece representada visualmente ou mencionada diretamente em um terço de todas as capas de dezembro de 2015 a setembro de 2016 (período de tramitação do processo de *impeachment*) da revista *Veja* e em praticamente metade quando se trata da *IstoÉ*.

Infere-se, desse modo, que a personalização se manifesta em diversas ocasiões dentro do corpus que compõe a análise, a exemplo da matéria “Dilma cai no limbo” (edição nº 2474, revista *Veja*), na qual a estratégia retórica é explicitada logo na escolha do título. No decorrer da reportagem, o governo de Dilma é dividido por “eras”, ilustradas com fotos da governante:



Figura 45 – Matéria “Dilma cai no limbo”, edição nº 2474, 20/04/2016, revista Veja, páginas 14 e 15



Figura 46 – Matéria “Dilma cai no limbo”, edição nº 2474, 20/04/2016, revista Veja, páginas 16 e 17



Figura 47 – Matéria “Dilma cai no limbo”, edição nº 2474, 20/04/2016, revista *Veja*, páginas 18 e 19

No decorrer do texto, a ex-presidenta Dilma Rousseff é também responsabilizada diretamente pelos problemas apresentados durante seu governo. A revista chega a afirmar que “sua queda é uma obra pela qual ninguém mais do que ela pode responder”:

Dilma nem sequer conseguia mais ser ouvida. A cada vez que ameaçava um pronunciamento, uma sucessão de paneleços eclodia no país. Em maio de 2015, pela primeira vez desde que assumiu a Presidência, ela foi obrigada a cancelar o discurso em cadeia nacional de rádio e TV pelo Dia do Trabalhador. Para escapar das painelas, gravou um pronunciamento veiculado nas redes sociais. A essa altura, o “Fora Dilma” já era um grito ensurdecedor — mas a presidente demorou para ouvi-lo.

Autocrítica nunca foi o forte da presidente, e isso certamente ajudou a fomentar a antipatia da população. Sua autossuficiência, suas certezas absolutas, a pouca disposição para ceder a contestações e a postura imperial em relação ao Congresso

tampouco ajudaram Dilma a conquistar aliados fiéis. Isso tudo, somado aos sucessivos erros de avaliação na economia, contribuiu para montar o cenário que cavou a sepultura da presidente: um país afundado na maior recessão em trinta anos (e que caminha para ser a pior em um século), com 10 milhões de desempregados e uma inflação que, não fosse a recessão, estaria em dois dígitos pelo quinto mês. Dilma Rousseff ascendeu ao poder em 2010 pela graça de uma só pessoa, o ex-presidente Lula, que atuou na comissão de frente de sua campanha, abrindo espaço para que a candidata recebesse o voto de milhões de brasileiros. Mas sua queda é uma obra pela qual ninguém mais do que ela pode responder. ■

Figura 48 – Trecho matéria “Dilma cai no limbo”, edição nº 2474, 20/04/2016, revista *Veja*

Na edição nº 2419 de *IstoÉ*, apresentada como “Edição Especial Impeachment”, o recurso também aparece logo na capa, com uma silhueta do rosto de Dilma Rousseff preenchida com diversas acusações referentes a seu governo:

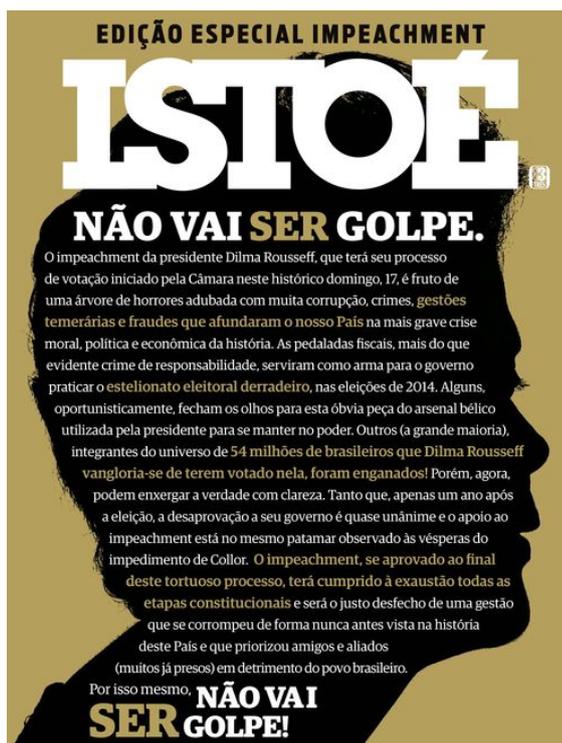


Figura 49 – Capa da edição edição nº 2401, 09/12/2015, revista *IstoÉ*

A personalização manifesta-se novamente na edição nº 2494 da revista *Veja*, reportagem “O pecado original”, na qual afirma-se que Dilma “perdeu o mandato pelo conjunto da obra”:

Os maiores empreiteiros do país foram presos e dividiram o espaço das celas com mais um ex-tesoureiro do PT. Lula está indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Ele e Dilma são investigados por tentativa de obstrução da Justiça e acusados por delatores de financiar suas campanhas com propinas derivadas de contratos da Petrobras. Na semana passada, o ex-senador Delcídio do Amaral prestou depoimento à Lava-Jato. Confirmou o que VEJA antecipara em março: Lula era o chefe do esquema de corrupção.

Em pouco mais de cinco anos de mandato, Dilma jogou o país no atoleiro. Sua tolerância à inflação, em nome do crescimento, deu fôlego ao dragão, que voltou a superar a casa dos dois dígitos. A renda caiu, o desemprego subiu e parte da nova classe média, que consolidou o PT no poder

e lá o manteria, voltou para a base da pirâmide social. Dilma perdeu o mandato pelo conjunto da obra. Formalmente, o impeachment foi aprovado porque ela cometeu crime de responsabilidade ao usar recursos de bancos públicos para pagar despesas do Tesouro, prática conhecida como pedalada fiscal, e ao liberar créditos suplementares sem a autorização prévia do Congresso. É por causa da discrepância entre a razão técnica (orçamentária) e a motivação real (corrupção e recessão) que Dilma se diz vítima de um golpe parlamentar tramado por “desleais”, “traidores” e “covardes”. Ao defender-se no Senado na segunda-feira, numa sessão que durou catorze horas, ela jurou inocência, disse que não cometeu crime de responsabilidade e afirmou que só o povo, por meio de eleições livres e diretas, poderia destituir um mandatário devido ao “conjunto da obra”.

Figura 50 – Trecho matéria “O pecado original”, edição nº 2494, 07/09/2016, revista *Veja*

Tal prática vincula-se também à estratégia retórica da “dramatização”, ou seja, do reforço do lado emocional e da natureza conflituosa para destacar determinados aspectos das notícias.

3.5.1.3 Dramatização

A dramatização é identificada por Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017, p. 118) “nos casos em que, em vez de apresentar a informação no formato de pirâmide invertida, a notícia apresentava uma história contada em ordem sequencial, com início, meio e fim”. No corpus aqui analisado, identifica-se que o recurso é recorrentemente utilizado para retratar acontecimentos que envolvem personalidades importantes, muitas vezes a própria Dilma Rousseff, sem que fique claro como o (a) jornalista teve acesso às informações. No estudo do *impeachment* em jornais brasileiros, Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017, p. 119) identificam a utilização “do *storytelling* pelos jornalistas, inclusive com a inserção de elementos ficcionais que aproximam o discurso jornalístico do literário”, situação também identificada na presente análise.

A descrição de como a presidenta teria recebido a notícia da abertura do processo do impeachment, que abre a matéria “A pior travessia”, publicada na edição nº 2401 da revista *IstoÉ*, constitui um exemplo significativo dessa prática:

ISTOÉ

O relógio acomodado na parede do gabinete presidencial marcava 18h33 quando o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, um dos poucos integrantes do primeiro escalão autorizados a girar a maçaneta da sala da presidente Dilma Rousseff sem precisar bater à porta, tomou fôlego para enunciar o mais funesto comunicado recebido por ela desde a posse. “Presidente, começou o impeachment”, afirmou Wagner, em tom solene. Dilma já havia sido alertada sobre o risco do infortúnio horas antes pelo telefone. Mesmo assim, ao receber a confirmação oficial da decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a presidente respirou fundo, como se prenunciasse dias de trevas no horizonte. De fato, uma jornada tranqüila não lhe aguarda. A presidente sabe que enfrentará, nos próximos meses, a sua pior travessia. Talvez a derradeira. Para os brasileiros, o desenlace desse processo pode representar uma espécie de recomeço.

Figura 51 – Trecho matéria “A pior travessia”, edição nº 2401, 09/12/2015, revista *IstoÉ*

A revista *IstoÉ* adota a dramatização como prática recorrente, podendo ser identificado o uso desse recurso retórico em diversas outras matérias analisadas, como novamente na edição nº 2419, na reportagem “O ensaio do adeus”:

ISTOÉ

A solidão dos políticos, nos últimos dias de poder, é tamanha que até o cafezinho passa a ser servido frio, reza a tradição. A presidente Dilma Rousseff não sofreu com isso na semana antecedente à votação do seu impeachment na Câmara. Seu café já estava gelado fazia algum tempo. O isolamento se expressou de outra maneira. Seu criador, o ex-presidente Lula, responsável por legá-la ao País, – contrariando seu próprio partido, o PT –, e idealizador da narrativa da gerentona, “mãe do PAC”, pouco lhe telefonou na semana crucial de seu governo. Na quinta-feira 14, um parlamentar da base governista perguntou a Lula sobre a relação com Dilma nesta tensa reta final. Sem titubear, respondeu-lhe o morubixaba petista: “Não dá mais para conversar com ela. Não dá mais. Desisto”. Companheiro do presidente desde os tempos do ABC, o deputado concluiu em conversa com um colega de bancada: “Lula parece ter jogado a toalha”, lamentou. Nos dias derradeiros, deputados recusavam os convites para audiência com Fernando Collor. Getúlio Vargas convivía com conspirações dentro do Palácio do Catete. Compadres não retornavam os telefonemas de João Goulart. Com ela, não poderia ser diferente. Mas a resignação de Lula, ao menos intramuros, já que publicamente ele se comporta de maneira diferente, foi emblemática. Pela circunstância, pelo momento, por se tratar de quem é e pelo que representa para Dilma e para o PT cada passo e gesto seu.

Figura 52 – Trecho matéria “O ensaio do adeus”, edição nº 2419, 20/04/2016, revista *IstoÉ*

Na edição nº 2423, na matéria “Só restou melancolia”, como forma de dramatizar a narrativa, o primeiro parágrafo abre mão de apresentar informações essenciais para o tema – informações tradicionalmente vinculadas à estrutura do *lead* – e se assemelha a uma narrativa literária, detalhando a rotina de Dilma em meio à votação do Senado que acabaria por decretar seu afastamento temporário do cargo:

ISTOÉ

Se o poder é solitário, como diz a célebre frase, o fim dele pode ser ainda mais eremítico. Assim transcorreram os dias que antecederam a oficialização do afastamento de Dilma Rousseff, na quinta-feira 12. Em um cenário oposto ao da noite de votação do impeachment na Câmara, quando ainda nutria alguma esperança de se manter no poder, na quarta-feira 11 Dilma dirigiu-se para o Palácio da Alvorada completamente sozinha, a fim de acompanhar a sessão do Senado que selaria o seu destino. No dia seguinte ao do resultado funesto, a presidente foi tomada por um mau humor indistigável. Puderam. A quinta-feira 12 pode ter sido o último dia de Dilma no comando do País. Caso o Senado sacrasse em até 180 dias seu impedimento, o fim será irremediável. Pela manhã, pouco depois das 10h, ao saber que o senador Vicentinho Alves (PR-TO) estava perto de chegar com a intimação comunicando a instauração do processo de impeachment por crime de responsabilidade, Dilma convocou todos os ministros que estavam no corredor do 3º andar do Palácio do Planalto para o seu gabinete. Tão logo o documento foi assinado, o ministro Miguel Rossetto ensaiou uma salva de palmas. Pela trapalhada, recebeu uma reprimenda da chefe na frente dos colegas. A segunda bronca foi dedicada ao chefe de gabinete e ex-ministro Jaques Wagner, porque este insistiu que ela não deveria exonerar seus ministros. “Presidenta, deixe esse constrangimento para Temer, a fim de reforçar a tese do golpe”, sugeriu. Dilma não só não concordou, como o censurou imediatamente.



TCHAU, QUERIDA EM TRÊS ATOS
Ao lado de Jaques Wagner, no Alvorada
(Crédito: Adriano Machado/REUTERS)

Figura 53 – Trecho matéria “Só restou melancolia”, edição nº 2423, 13/05/2016, revista *IstoÉ*

A revista *Veja*, por seu turno, também se utiliza dessa estratégia retórica com frequência, como na matéria “O último capítulo” (edição nº 2474), que acusa o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de atuar nos bastidores para barrar o *impeachment* com base na suposta promessa de que ele “assumiria as rédeas do

governo”. A publicação descreve com detalhes um suposto escritório secreto que estaria sendo utilizado pelo ex-presidente, mas não é possível verificar a veracidade do cenário apresentado.

peramento forte ficou cada vez mais decorativa. Lula, cuja nomeação para a Casa Civil está suspensa até hoje por uma decisão judicial, tem se esgueirado em um gabinete improvisado em um hotel às margens do Lago Paranoá e vizinho do Palácio da Alvorada. Lá, promete mundos e fundos aos interlocutores.

O caminho até o bunker do ex-presidente é repleto de barreiras e precauções. Seguranças do hotel acompanham os convidados a uma entrada de serviço nos fundos do prédio. Eles atravessam um depósito, de lixo e de encomendas, até pegar um elevador e chegar ao andar onde Lula trabalha. No corredor, uma secretária recolhe o celular dos visitantes. Lula já teve conversas pouco republicanas gravadas pela Lava-Jato. Pagou um preço político e jurídico muito alto por isso. Ciente do valor da mercadoria que oferece em troca de votos contra o impeachment, o ex-presidente se protege do que poderia ser mal compreendido pela polícia caso fosse tornado público. A estrutura do gabinete improvisado é simples. Há uma mesa e algumas cadeiras, além de uma pequena base para o cafezinho. “Chega a ser constrangedor. Ele parece um exilado, e o quar-

to, um ambiente de conspiração, de coisa proibida, daqueles que a gente vê nos filmes”, diz um senador. Nas conversas, Lula deixa claro que suas propostas serão cumpridas porque, se Dilma resistir ao impeachment, ele assumirá as rédeas do governo. Nem semipresidencialismo nem parlamentarismo. O Brasil tem hoje uma presidente de direito, Dilma, um presidente de fato, Lula, e um presidente de véspera, Temer.

Até a quinta-feira passada, quando VEJA fechou esta edição, a votação do impeachment estava marcada para o domingo 17, mas a batalha judicial aberta pelo governo, na tentativa de cancelar ou adiar a sessão, tende a continuar até os minutos finais. Isso porque, pela aritmética do poder, os votos estavam correndo para o impeachment. Na quinta-feira, a oposição dizia contar com 380 votos, boa folga sobre os 342 necessários. Já o ministro Jaques Wagner contrapunha dizendo que o governo contabilizava 200 aliados, acima dos 172 votos exigidos para barrar o impeachment. Como a Casa só tem 513 deputados, um dos lados estava mentindo, ou os dois. Governistas e oposicionistas queriam passar a ideia de que ganharam a batalha, o que ajudaria a conquis-

Figura 54 – Trecho matéria “O último capítulo”, edição nº 2474, 20/04/2016, revista *Veja*

Em outra circunstância, na edição nº 2494, a matéria “O pecado original” traz a descrição do momento em que supostamente Dilma Rousseff teria assinado o documento que selou sua saída do cargo de presidenta. A dramatização é mais uma vez o recurso retórico utilizado para explorar a eventual natureza conflituosa do fato:

lhões de brasileiros que foram às ruas em manifestações históricas. A sentença apareceu no painel eletrônico do plenário às 13h35. Uma hora depois, o senador Vicentinho Alves (PR-TO), primeiro-secretário do Senado, chegou ao Palácio da Alvorada para notificar Dilma de que ela se tornara o segundo presidente a ter o mandato cassado desde a redemocratização. Na recepção, um segurança orientou Al-

ves, que votou a favor do impedimento, a estacionar na garagem, “um lugar mais discreto”. O ex-ministro Jaques Wagner, encarregado de recepcioná-lo, pediu para ver o ofício. “É melhor eu ir sozinho para evitar atrito com o nosso pessoal que está lá com ela”, disse. Alves explicou que não seria possível. Dez minutos depois, ele foi autorizado a entrar. Dilma assinou o documento com um ar de indiferença.

Figura 55 – Trecho matéria “O pecado original”, edição nº 2494, 07/09/2016, revista *Veja*

3.5.1.4 Amplificação e relevância

Outras estratégias retóricas classificadas por Traquina (2008) como “valores notícia de construção” e verificadas nas dinâmicas de enquadramento das revistas *Veja* e *IstoÉ* são a “amplificação” (ou seja, “quanto mais amplificado é o acontecimento”, mais possibilidades tem a notícia de ser notada, quer seja pela amplitude do ato ou por suas consequências) e a “relevância” (que refere-se à habilidade do jornalista de construir sua narrativa de modo a conceder um valor simbólico ao acontecimento como se este apresentasse uma relevância única para todas as pessoas). Tais estratégias estabelecem-se como estratégias retóricas identificadas em matérias como “Impeachment não é guerra” (edição nº 2455, revista *Veja*), “A era Dilma se aproxima do fim” (edição nº 2436, revista *IstoÉ*), dentre muitas outras. O uso de generalizações, onde “o Brasil” ou “os brasileiros” aparecem representados como um todo único, deslocados de suas particularidades, caracteriza ambas as categorias e apresenta-se como uma estratégia tanto para amplificar a cobertura do processo de *impeachment* quanto para gerar identificação com o público atingido pelas publicações.

Na matéria da *Veja* (“Impeachment não é guerra”, edição nº 2455) é apresentado um “ambiente de depressão econômica e corrupção generalizada”, onde “a inflação e o desemprego sobem rapidamente”, “as indústrias se recolhem ao mínimo de atividade produtiva” e “o comércio prevê o pior Natal em décadas”:

O Brasil passará a conviver com a sobreposição de cenários ainda mais complexos. Na economia, estão dadas as condições para o que pode ser a crise mais profunda de todos os tempos. A inflação e o desemprego sobem rapidamente. Na defensiva, as indústrias se recolhem ao mínimo de atividade produtiva. O comércio prevê o pior Natal em décadas. As lideranças políticas, que deveriam se empenhar em apontar a porta de saída dessa espiral destrutiva, parecem ocupadas demais tentando salvar a si mesmas das investigações de corrupção que envolvem mais de meia centena de autoridades — entre elas o presidente da Câmara, o presidente do Senado, assessores e ex-assessores da presidente da República. Como se não bastasse isso, o que já está ruim tende a piorar com a discussão sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff. A partir desta semana, quando será instalada a comissão do impeachment, o país enfrentará momentos de extrema tensão, conflitos de interesses, debates acalorados e tentativas de manipulação. É desse substrato típico das democracias que, espera-se, surgirá

Na edição nº 2436 da *IstoÉ*, em “A era Dilma se aproxima do fim” a revista é ainda mais incisiva na utilização desse recurso:

ISTOÉ

mega-sena e saiu por aí gastando o que não tem”, diz Carlos Pereira, cientista político da FGV-Rio. Com a volta da inflação, a comida sumiu do prato de muitos brasileiros. O poder de compra foi corroído. O projeto de inclusão, ancorado no consumo e traduzido pela ascensão social de milhões de pessoas, ruíu como um castelo de cartas. O aumento do desemprego e a queda nos rendimentos fizeram com que quase 4 milhões voltassem às classes D e E, de acordo com recente levantamento realizado com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor elétrico, tido como especialidade da gerentona, entrou em colapso. O investment grade virou pó e a corrupção, já institucionalizada, se retroalimentou da tragédia político-econômica e administrativa.

Figura 57 – Trecho matéria “A era Dilma se aproxima do fim”, edição nº 2436 12/08/2016 revista *IstoÉ*

Por sua vez, na reportagem “A pior travessia” (edição nº 2401) é o *impeachment* que aparece como a solução para todos os problemas apresentados – nos termos da revista, “a oportunidade real de o Brasil escapar do atoleiro em que se encontra rumo ao resgate da credibilidade, à retomada da confiança e à construção de uma unidade nacional”:

ISTOÉ

mega-sena e saiu por aí gastando o que não tem”, diz Carlos Pereira, cientista político da FGV-Rio. Com a volta da inflação, a comida sumiu do prato de muitos brasileiros. O poder de compra foi corroído. O projeto de inclusão, ancorado no consumo e traduzido pela ascensão social de milhões de pessoas, ruíu como um castelo de cartas. O aumento do desemprego e a queda nos rendimentos fizeram com que quase 4 milhões voltassem às classes D e E, de acordo com recente levantamento realizado com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor elétrico, tido como especialidade da gerentona, entrou em colapso. O investment grade virou pó e a corrupção, já institucionalizada, se retroalimentou da tragédia político-econômica e administrativa.

Figura 58 – Trecho matéria “A pior travessia”, edição nº 2401, 09/12/2015, revista *IstoÉ*

3.5.1.5 Consonância

A “consonância”, por fim, refere-se mais uma vez à prática de inserir acontecimentos em uma “narrativa” mais ampla e já disseminada, relacionada aqui com o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, pano de fundo que permeia as matérias analisadas. Para Traquina (2008, p. 93), “quanto mais a notícia insere o acontecimento numa ‘narrativa’ já estabelecida, mais possibilidades a notícia tem de ser notada”, isso explicaria por exemplo a prática das revistas *Veja* e *IstoÉ* de fazer “edições especiais” ou “históricas” (*Veja* nº 2474, nº 2455 e nº 2494; *IstoÉ* nº

2419, 2423 e 2439), recurso que reforça ainda mais essa estratégia. O jornal *The New York Times* novamente destoa dos periódicos brasileiros nesse ponto da análise, pois ainda que valores notícia de construção como a amplificação, a relevância e a consonância possam ser identificados no conjunto das matérias analisadas, não identificou-se o uso desses valores como estratégias retóricas.

3.5.2 Estratégias retóricas e questões de gênero

Analisar os resultados das estratégias retóricas sob a ótica dos estudos de gênero revela-se primordial levando em consideração que Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita presidente do Brasil – e a única, até o presente momento. A escolha por coberturas agressivas por parte das revistas *Veja* e *IstoÉ*, com estratégias retóricas como a “personificação” e a “simplificação” sendo utilizadas como práticas retóricas para estabelecer uma narrativa onde Dilma era retratada como culpada desde o primeiro momento (inclusive com a acusação de crimes que posteriormente não foram provados), insere-se no contexto dos mecanismos de violência simbólica definidos por Pierre Bourdieu (2012).

A política no Brasil ainda é um espaço majoritariamente masculino. Como explicitam Miguel e Biroli (2009, p. 56), existem mecanismos que funcionam de modo a restringir não só a presença de mulheres no campo político como também as formas que tal presença assume. Para os autores, a permanência de estereótipos de gênero “constrange tanto a ação política das mulheres quanto a visibilidade desta ação no noticiário jornalístico, num processo que se realimenta e que não é causal, mas fruto de práticas e mecanismos que compõe processos mais amplos” (MIGUEL & BIROLI, 2009, p. 56). Mary Beard (2018, p. 11) também questiona porque as “vozes femininas não são publicamente ouvidas em nossa própria cultura contemporânea e em nossa própria política, das cadeiras do Parlamento ao chão das fábricas”. Ainda assim, mesmo quando uma mulher chega ao posto mais importante da política brasileira, sendo impossível simplesmente ignorar sua presença e influência, os veículos atuam para promover seu silenciamento – que se constitui outra estratégia retórica. Isso se comprova na medida em que, conforme demonstra a análise dos canais de informação, a própria presidenta Dilma Rousseff, principal personagem da análise desenvolvida, não foi ouvida diretamente pelos jornalistas em nenhuma ocorrência, sendo suas falas resumidas a trechos de comunicados oficiais ou até mesmo sem ter a procedência identificada. Enquanto Michel Temer, então vice-presidente, foi ouvido

diversas vezes pelas publicações no período analisado, em extensas entrevistas, identifica-se que a Dilma não foi concedido o direito de assumir plenamente seu direito de defesa na arena jornalística.

A “simplificação” e a “personificação”, nas matérias analisadas, atuaram para atribuir a Dilma toda a sorte de problemas enfrentados pelo país no período que antecedeu a deposição da ex-presidenta, desconsiderando que os demais atores políticos envolvidos em seu governo – o que inclui o então vice-presidente Michel Temer, que mesmo acusado juntamente com Dilma no processo de cassação eleitoral da chapa, foi apresentado em diversos momentos como a melhor alternativa para assumir o governo e mudar os rumos do país. Até mesmo o ex-presidente Lula, que também é constantemente retratado nas matérias de maneira negativa, assume uma posição superior à de Dilma sob essa ótica, na medida que em diversos momentos especula-se que ele estaria atuando para barrar o *impeachment* com a garantia de posteriormente “assumir as rédeas” do país. Conclui-se, assim, que as publicações brasileiras expuseram seus pontos de vista sem conceder margens a opiniões contrárias, o que, na ótica da retórica, constitui uma “modalidade discursiva autoritária”, aquela que se fecha à polifonia, à polissemia e se manifesta como circunlóquio, “sem qualquer possibilidade de interferir e modificar aquilo que está sendo dito” (CITELLI, 2003, p. 39).

3.6 Inferências: gênero como quadro de referência primário na criação e no reforço de estereótipos

Ainda que as mulheres tenham conquistado, nas últimas décadas, direitos importantes na luta pela igualdade de gênero, o cenário atual ainda é o de uma sociedade estruturalmente machista (pesquisa do IBOPE de 2017 atestou que o machismo está presente no cotidiano de 99% dos brasileiros⁶⁵). Nesse cenário, como já mencionado, a opção metodológica de se estudar o *impeachment* de Dilma Rousseff sob a ótica dos estudos de gênero se justifica a partir do pressuposto de pesquisa de que homens e mulheres não podem ser analisados em posição de igualdade, seja na sociedade em geral ou nas especificidades do cenário político brasileiro, onde elas ainda são minoria. Ao levar-se em consideração que o país se encontra na 115ª posição de um ranking de 138 países sobre a presença feminina nos

⁶⁵ Mais informações em: <https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2017/10/pesquisa-revela-que-preconceito-mais-praticado-no-brasil-e-o-machismo.html>

parlamentos (MULHERES INSPIRADORAS, 2017), atrás de todos os outros países do continente americano, é possível dimensionar com mais clareza o valor simbólico da ascensão de Dilma Rousseff ao poder – a primeira mulher a governar o Brasil em sua história, ocupando a presidência da República em 2010 e sendo reeleita em 2014.

Ao chegar ao mais alto cargo da política brasileira, Dilma teve que enfrentar durante seus anos de mandato desafios diferentes dos já conhecidos pelos políticos homens. Em processo consonante, o mesmo ocorreu durante seu processo de deposição, notadamente não apenas com relação à cobertura midiática, mas no próprio tratamento que recebeu de parcela dos brasileiros descontente com seu governo. Um bom exemplo de práticas misóginas direcionadas à ex-presidenta foi a comercialização de adesivos, no período que precedeu o início do processo de *impeachment*, que representavam Dilma de maneira sexualizada – uma forma de “protesto” contra o aumento dos preços da gasolina, segundo seus idealizadores.



Figura 59 – Adesivo para carros com montagem machista de Dilma Rousseff. Fonte: Infomoney

Outro exemplo foi uma das maiores simbologias do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, a utilização do jargão “Tchau, querida”, que extraído de uma conversa grampeada com o ex-presidente Lula, passou a ser usado de maneira jocosa entre seus oponentes, viralizou na internet, virou tema de camisetas e apareceu nos protestos a favor da saída de Dilma e até mesmo dentro do Congresso e do Senado.



Figura 60 – Manifestantes protestam a favor do *impeachment*.
Fonte: Revista *IstoÉ*, edição nº 2419

No decorrer da análise, em cada elemento considerado dentro do modelo de enquadramento multimodal, foram identificadas questões diretamente relacionadas à disparidade de gênero. Isso mostra como a mídia pode atuar de diversas maneiras no reforço de estereótipos e práticas sexistas. A começar pela análise de fontes e de canais de informação, identificou-se que, ainda que Dilma Rousseff fosse de certa forma o tema central de grande parte das matérias, nenhum dos três veículos realizou entrevistas diretas com ela, sendo suas falas resumidas a procedimentos pertencentes ao canal de rotina – discursos oficiais, comunicados, coletivas de imprensa, dentre outros. Desse modo, mesmo que a ex-presidenta apareça como fonte primária em diversas ocorrências, esse silenciamento promovido pelas publicações denota um distanciamento com o público leitor e produz efeito de descrédito a suas declarações.

Das 43 fontes consultadas pela *IstoÉ*, número que leva em consideração somente agentes identificados e pessoas físicas, apenas seis eram mulheres, 14% do total. Dos dez especialistas consultados pela revista, portanto, nove eram homens, 90% do total. Quanto à *Veja*, excluindo as menções à própria Dilma Rousseff, das 18 fontes ouvidas apenas três eram mulheres, 17% do total. O jornal norte-americano *The New York Times* se saiu ligeiramente melhor que as revistas brasileiras neste quesito, mas a divisão ainda está longe de ser equilibrada. Entre as 49 fontes ouvidas, 77% são homens e 23% são mulheres, 11 contra 38. Das 10 fontes femininas – excluindo a própria Dilma Rousseff – nove são secundárias e apenas uma primária. No caso dos chamados “news shapers” (SOLEY, 1992), o percentual de fontes

masculinas é de 87%, sendo as mulheres apenas quatro entre 30 especialistas consultados.

Esses resultados seguem ao encontro das conclusões oriundas do estudo de Lawrence Soley (1992, p. 17) sobre a constituição de um padrão hegemônico das fontes no jornalismo norte-americano, onde verificou-se que apesar de representarem mais da metade da população dos EUA, mulheres raramente estão entre as fontes escolhidas pelos jornalistas. No Brasil, é possível aplicar a mesma lógica, pois a população feminina representa, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cerca de 51% do total (IBGE, 2017).

Quanto às representações visuais, foram analisadas 34 imagens da revista *Veja*, extraídas de oito matérias. Dilma está presente em 16 delas, 47% do total. Metade destas ocorrências pode ser classificada como negativa, nas quais a ex-presidenta aparece com expressão de descontentamento ou preocupação. A outra metade oscila de expressões neutras à positivas. Ainda assim, algumas das imagens que poderiam ser consideradas neutras ou positivas são acompanhadas de legendas negativas. Quanto às imagens selecionadas pelo jornal norte-americano *The New York Times*, Dilma Rousseff aparece em seis das onze fotografias analisadas. Metade das ocorrências podem ser classificadas como positivas, a outra metade oscila de expressões neutras à negativas. Nas imagens com classificação positiva, em uma delas Dilma aparece em meio a um gesto de carinho com seus apoiadores, contrastando com a imagem sisuda que os veículos brasileiros normalmente preferem reforçar. Em outra, a ex-presidenta posa em seu gabinete presidencial em posição de poder.

Com relação às funções de enquadramento noticioso (ENTMAN, 1993), os periódicos *Veja* e *IstoÉ* apresentaram resultados semelhantes. No que tange a definição de problemas, em diversos momentos a ex-presidenta Dilma Rousseff é responsabilizada diretamente pelos problemas apresentados. Enquanto a *IstoÉ* se isenta de fazer um diagnóstico de causas para tentar identificar as forças que criam os problemas, a *Veja* o faz de forma substancialmente superficial. Quanto às soluções sugeridas, em três das quatro matérias onde esse recurso é identificado, o *impeachment* é apresentado de maneira direta como a melhor alternativa. Nas demais matérias, no entanto, a falta de outras soluções também denota implicitamente o mesmo caminho: o de que a saída de Dilma Rousseff seria a melhor alternativa para

mudar os rumos do país. Os julgamentos morais, presentes em todas as matérias de ambas as revistas, reforçam essa hipótese.

Do fato de o próprio Michel Temer não ter sido acusado pelas publicações de ter cometido atos criminosos, ainda que o processo eleitoral dissesse respeito à chapa que ambos integravam, infere-se uma relação direta com a questão de gênero. Os demais julgamentos morais que se associam à temática do gênero são referentes a características de Dilma, retratada como “centralizadora e de temperamento forte” (edição nº 2474, revista *Veja*), e acusada de ser arrogante, “mandona e irritadiça” (edição nº 2478, revista *Veja*). É o que se observa nos seguintes trechos: “Autocrítica nunca foi o forte da presidente, e isso certamente ajudou a fomentar a antipatia da população” (edição nº 2474); “Sua autossuficiência, suas certezas absolutas, a pouca disposição para ceder a contestações e a postura imperial em relação ao Congresso tampouco ajudaram Dilma a conquistar aliados fiéis” (edição nº 2474); “Dilma, cuja dificuldade para reconhecer os próprios erros tem contornos patológicos” (edição nº 2478).

Tal tratamento vincula-se ao fenômeno conhecido como “*double-bind*”, debatido no segundo capítulo. Quando não apresentam estereótipos tidos como “femininos”, como é o caso de Dilma, ainda assim as mulheres têm suas qualidades questionadas. Como explica Jamieson (1995), “quando as mulheres se conformam com estereótipos femininos como serem ‘brandas’ ou ‘fracas’ são julgadas incompetentes, mas quando são ‘duras’ ou ‘fortes’ são julgadas como se estivessem agindo inadequadamente para uma mulher”. Para Pierre Bourdieu (2012), definições como “nobreza” e “excelência” estão carregadas de implicações masculinas subjetivas, pois “é característico dos dominantes estarem prontos a fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal” (BOURDIEU, 2012, p. 78). Isso ajuda a explicar porque Dilma é constantemente criticada por características que são não apenas valorizadas nos homens, mas também exigidas. Enquanto supostas características de Dilma – como seu “temperamento forte”, sua postura centralizadora e o fato de ser “mandona” – são criticadas, o oposto acontece com Michel Temer, vice-presidente que chegou ao poder com a deposição da ex-presidenta. Em diversas ocorrências, como na matéria “A hora e a vez do vice”, que apesar de não integrar o corpus da análise pertence à edição especial nº 2474, é exigido de Temer – conhecido por sua postura “afável e conciliadora” – que seja mais arrojado e tome as rédeas do país. O mesmo discurso se destaca na matéria “As missões de Temer”, pertencente

à edição nº 2439 da revista *IstoÉ*. Retratado como “hábil negociador”, de “natureza equilibrista”, o então vice-presidente, nas palavras da publicação, “terá, no entanto, de aprender a dizer não”, pois “muitos o criticam por ceder demasiadamente”.

Outros momentos nos quais os estereótipos de gênero são reforçados relacionam-se com as ideias apresentadas no segundo capítulo (MIGUEL & BIROLI, 2009; BEARD, 2018) sobre os mecanismos que se materializam na exclusão das mulheres do campo político. Na edição nº 2478, matéria “A Despedida”, a revista *Veja* afirma: “Dilma nunca teve pretensões eleitorais. Se for cassada, voltará a morar em Porto Alegre, dedicando-se à filha e aos dois netos, à leitura e, eventualmente, assistir a peças de teatro”. No trecho, ressalta-se uma suposta inaptidão de Dilma para a política e reforçam-se comportamentos historicamente atribuídos às mulheres: ficar em casa cuidando dos filhos e netos, dedicando-se à leitura e a assistir peças de teatro, longe do debate público. Nesse sentido, também se enquadram as matérias que tratam da primeira-dama Marcela Temer – considerada “bela, recatada e ‘do lar’” (VEJA, 2016, edição nº 2474), apresentada como uma espécie de contraponto de tudo que é criticado em Dilma. Como explica Mary Beard, “as mulheres são ainda vistas como ocupando um lugar fora do poder”, consideradas intrusas quando o conquistam (BEARD, 2018, p. 28).

Quanto ao jornal norte-americano *The New York Times*, pode-se problematizar o recorte de gênero de sua cobertura a partir das comparações apresentadas entre o tratamento dado à Dilma e a políticos homens que enfrentaram acusações semelhantes. Na reportagem “Brazil’s President, Dilma Rousseff, Faces Prospect of Impeachment” (02/12/2015), sublinha-se que Dilma, na ausência de denúncias de enriquecimento pessoal, “está em um gritante contraste com Cunha, a quem os promotores acusaram de receber até \$40 milhões em propinas para si e para seus aliados”. A matéria “Brazil’s Lower House of Congress Votes for Impeachment of Dilma Rousseff” (17/04/2016) afirma que, em comparação com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, até então único antecedente de deposição de presidente no período democrático brasileiro, “a situação de Rousseff é um pouco diferente”, pois “ao contrário de Collor de Mello, ela não foi acusada de auto-enriquecimento”. Questões relacionadas ao gênero aparecem também na matéria “Dilma Rousseff Is Ousted as Brazil’s President in Impeachment Vote” (31/08/2016), na qual o jornal ressalta que, no cenário político brasileiro, “as qualidades que a tornaram uma chefe de equipe convincente não se sustentaram quando ela se tornou presidente”. E continua: “Sua

persona autoritária e temperamento instável tornaram-se lendários em Brasília, uma capital onde os acordos de bastidores são costumeiros ao forjar e cultivar alianças com uma série de disputas partidárias”. O cenário apresentado pelo veículo norte-americano encontra ressonância na compreensão de Sarmiento (2013, p. 14) de que, no Brasil, há uma “necessidade de reafirmação de certa feminilidade por parte de Dilma”. Isto é, de uma “avó divorciada conhecida como ávida leitora de literatura” não era esperado um temperamento autoritário e instável, bem como não se vislumbrava sua presença na principal posição de poder de um regime democrático, nunca antes ocupada por uma mulher.

Na parte final da análise, verificou-se que estratégias retóricas como a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância constituem-se relevantes recursos argumentativos implicados no enquadramento, sendo utilizados pelas revistas *Veja* e *IstoÉ* para apresentar as notícias relacionadas ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff de maneira enviesada, reforçando mais uma vez estereótipos e dicotomias sexistas. A “simplificação” e a “personificação” foram identificadas principalmente na maneira como todos os problemas enfrentados pelo país no período que antecedeu a deposição da ex-presidenta eram diretamente relacionados à sua persona. A “simplificação” manifestou-se também na maneira como o *impeachment* é apresentado de maneira direta como a melhor alternativa para mudar os rumos do país – ou mesmo como uma “luz a se insinuar no fim do túnel em meio ao breu” (ISTOÉ, 2015, edição nº 2401).

Todas essas problemáticas devem ser inseridas em uma visão do enquadramento jornalístico do *impeachment* de Dilma Rousseff em uma perspectiva mais ampla e multifacetada – ou seja, observando-se a mídia como um campo autônomo (BOURDIEU, 1997). Trata-se o campo midiático de um agente de tensionamentos intrínsecos e extrínsecos com a sociedade por meio de “quadros primários de referência”, tal como proposto por Erving Goffman (2012), isto é, esquemas fundamentais de compreensão e interpretação que auxiliam os indivíduos na compreensão dos acontecimentos. Nesse contexto, a mídia pode ser vista como uma das estruturas de dominação definidas por Bourdieu (2012, p.46, grifos no original) como “*produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução*, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias,

Igreja, Escola, Estado”. Historicamente, esses agentes atuam de forma a excluir as mulheres de lugares públicos e criar uma divisão de trabalho que atribui a elas vagas “que parecem exigir a submissão e a necessidade de segurança” sob uma falsa ideia de “vocação”. Esse processo faz com que as mulheres – vítimas da dominação simbólica – cumpram com felicidade “as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação” (BOURDIEU, 2012, p. 72-73).

Conforme dados apresentados nos capítulos anteriores, a política no Brasil é um espaço majoritariamente masculino. Ainda assim, Miguel & Biroli (2009, p. 72) identificam que “a sub-representação no noticiário jornalístico é *mais acentuada* do que no campo político”, ou seja, há ainda menos deputadas e senadoras nas revistas e telejornais do que na Câmara e no Senado. Essa configuração das relações entre os sexos é apresentada como “natural”, o que acaba por reforçar ainda mais a exclusão feminina na política. Tais expectativas sociais vinculadas aos estereótipos de gênero e naturalizadas cotidianamente pela divisão sexual do trabalho político contribuem para a perpetuação da segmentação e do distanciamento dos corpos femininos do universo do debate público. “Estão presentes (as expectativas) entre o público (isto é, os eleitores), entre as lideranças políticas e entre as próprias mulheres. Também estão presentes nos jornalistas, de ambos os sexos, que produzem o noticiário político” (MIGUEL & BIROLI, 2009, p. 73-74).

O acesso à cobertura midiática detém grande relevância na medida em que “as diferenças de gênero, tomadas como diferenças estruturais, têm a mídia como parte de procedimentos que reforçam a estrutura de relações e interações constituída”. Esse acesso “é condicionado pelas percepções dos agentes do campo jornalístico sobre o que é notícia e quem está dotado de autoridade para falar sobre determinadas questões” (MIGUEL & BIROLI, 2008, p. 25). Nesse sentido, na medida em que a mídia reivindica para si o caráter de imparcialidade – tema discutido no primeiro capítulo – os pontos de vista daqueles que controlam as empresas e têm posições de poder na produção jornalística se impõem como visões objetivas da realidade social através das rotinas produtivas da construção midiática (MIGUEL & BIROLI, 2008). Uma vez mais, portanto, a produção de bens simbólicos pelas instâncias midiáticas encontra sintonia com o triste cenário histórico – traduzido em quadros primários de referência (GOFFMAN, 2012 – que contribui e ratifica o afastamento e a discriminação das mulheres dos espaços coletivos de deliberação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema desta pesquisa ocorreu em meio à produção de um trabalho acadêmico anterior, que abordou a cobertura midiática do segundo mandato de Dilma Rousseff no ano de 2015. Naquele período, em um momento de grande agitação política, o *impeachment* da então presidenta começou a ser cogitado, mesmo que ainda como uma possibilidade distante. Os resultados encontrados nesse trabalho prévio (JERONYMO, 2015) e a concretização da deposição de Dilma revelaram a necessidade de um aprofundamento no tema com mais fôlego e com uma nova ótica calcada principalmente nos estudos de gênero. Afinal, entende-se que o estudo dos meandros do afastamento da primeira e até o momento única presidente mulher eleita no Brasil não seria completo descolado dessas questões – tratadas no escopo do estudo como quadros de referência primários inscritos na cultura (GOFFMAN, 2012).

Já a opção pela análise de enquadramento jornalístico como principal fundamentação teórico-metodológica foi motivada pelo reconhecimento de sua efetividade para uma melhor compreensão dos processos de produção das notícias e pelo entendimento de que os enquadramentos são também considerados instrumentos de poder responsáveis pela construção e pela manutenção da hegemonia de modelos econômicos, políticos e socioculturais dominantes (GITLIN, 2003; PORTO, 2002).

Optou-se pela abordagem metodológica da análise de enquadramento multimodal, que além do estudo das funções clássicas de enquadramento em si (ENTMAN, 1993) envolve também elementos visuais e narrativos com o objetivo de obter conclusões mais complexas. Para Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017, p. 114), “a cobertura do impeachment, com essa abordagem (perspectiva clássica), correria o risco de, ao evidenciar apenas um dos vários processos de construção da notícia, oferecer mais uma interpretação que poderia pender para este ou aquele lado”. Os autores afirmam ainda que “a não cobertura e/ou cobertura não política pode, de fato, privilegiar certos atores, quando não dá suficiente espaço para certas pautas, fatos, análises e, conseqüentemente, enquadramentos concorrentes” (RIZZOTTO, PRUDENCIO & SAMPAIO 2017, p. 114), hipótese respaldada pelos resultados encontrados na presente análise.

Desse modo, é possível inferir que as publicações brasileiras que compõe o recorte empírico desta pesquisa expõem seus pontos de vista sem conceder margem a opiniões contrárias, bem como se utilizam dos argumentos da “objetividade” e da

“isenção” para, como afirma Schudson (2010), “camuflar” no interior de um discurso de autolegitimação o enquadramento temático e ideológico que os meios exercem sobre seus públicos. Ou seja, em termos mais enfáticos, pode-se concluir a partir das análises desenvolvidas com base em diferentes modalidades de variáveis – fontes, canais de informação, imagens, funções de enquadramento e estratégias retóricas – que o enquadramento noticioso do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff construído por duas das maiores e mais influentes revistas semanais brasileiras – *Veja* e *IstoÉ* –, sobretudo quando comparadas com o olhar externo de um veículo enraizado em outro contexto sociopolítico e cultural, no caso em questão o *The New York Times*, cumpre, sim, um papel político desestabilizador no jogo de poder ali situado e sofre, sim, influências do universo sexista que historicamente caracteriza a política deliberativa no país.

Compreende-se, no entanto, que devido a limitações inerentes à definição de um recorte empírico de uma pesquisa em nível de Mestrado, o tema permanece latente, com novas problemáticas que merecem ser objeto de futuras reflexões sob a própria ótica da análise de enquadramento jornalístico. Verifica-se, nesse sentido, o desenrolar de diversas questões temáticas que são mencionadas ainda de modo incipiente na presente pesquisa (por uma questão de localização espaço-temporal), mas que tiveram outros desdobramentos nos últimos anos: a prisão do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, condenado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas no âmbito da Operação Lava Jato⁶⁶; a conclusão do impopular governo de Michel Temer e posteriormente sua prisão temporária sob acusação de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e desvio de dinheiro público em um caso que apura irregularidades na construção da usina nuclear de Angra 3⁶⁷; a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sob acusações de corrupção e lavagem de dinheiro em inquéritos vinculados à Operação Lava Jato⁶⁸, e mais recentemente, em junho de 2019, questionamentos sobre a integridade da própria Operação Lava Jato, levantados por materiais divulgados pelo site jornalístico *The Intercept*⁶⁹ que denotam

⁶⁶ Notícia completa: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/eduardo-cunha-e-condenador-a-15-anos-de-reclusao-por-tres-crimes-na-lava-jato.ghtml>

⁶⁷ Ver mais: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/05/09/Por-que-Michel-Temer-foi-presopela-segunda-vez>

⁶⁸ Mais informações em: <https://oglobo.globo.com/brasil/veja-as-principais-decisoes-da-justica-sobre-prisao-de-lula-23755973>

⁶⁹ Material na íntegra em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>

da suspeição do ex-juíz Sérgio Moro, posteriormente escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) para ocupar o Ministério da Justiça.

Dilma Rousseff, alvo de diversas acusações nas matérias das revistas *Veja* e *IstoÉ* que compunham o corpus da análise, segue sendo investigada – em meados de 2019 – em diversos processos judiciais. Até o momento da conclusão do presente trabalho, todavia, ainda não existe condenação formal em nenhum deles, mesmo tendo ela perdido o foro privilegiado ao deixar a presidência da República. Entende-se ainda que outras possibilidades analíticas se abrem a partir do embasamento teórico-conceitual construído em interface com a própria complexidade do objeto de estudo. A escolha por outros veículos, em outras plataformas (a exemplo da televisão ou da internet), poderia conduzir a reflexões diferenciadas e complementares.

Relatório divulgado pela ONU Mulheres, entidade da ONU (Organização das Nações Unidas) destinada a promover empoderamento das mulheres e igualdade de gênero, afirma que “a construção da igualdade entre mulheres e homens é um desafio que não pode mais ser contornado ou secundarizado” (ONU MULHERES, 2016, p. 12). Segundo a entidade, é necessário que o poder público e a sociedade civil de todos os países se unam, pois “desvendar as amarras de uma situação de opressão, que teima em parecer natural para muitos, é um dever de quem acredita na justiça, na democracia e ousa querer superar relações de dominação”. Dessa forma, o estudo de questões referentes às problemáticas de gênero e sua relação com a mídia e a política revela-se não só importante, como também atual e urgente.

Por fim, como defendera Paulo Freire (1991), faz-se necessário sublinhar que a educação é um ato político. Considera-se, assim, que a conclusão de uma pós-graduação que contou com financiamento público, em meio aos cortes praticados pelo Ministério da Educação em todo o país⁷⁰, desenvolvida com base teórico-conceitual calcada nos estudos de gênero – área que tem sido sistematicamente atacada pelo atual Governo Federal⁷¹ – constitui-se também – e sobretudo – como uma forma de resistência em defesa dos direitos fundamentais e da democracia, tal como está preconizado na Constituição de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

⁷⁰ Mais informações sobre o assunto, consultar:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>

⁷¹ Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e- apenas-sexo-biologico.shtml>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Presidenta ou presidente**. Rio de Janeiro, 19 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>>. Acesso em: 01 set. 2018.

AGÊNCIA SENADO. **Saiba mais sobre o impeachment**. Brasília, 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/18/saiba-mais-sobre-o-impeachment>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

AGENCIA EFE. **IBGE: Taxa de fecundidade diminuiu 20,1% na última década**. Rio de Janeiro, 27 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/ibge-taxa-de-fecundidade-diminuiu-201-na-ultima-decada.html>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

ALBUQUERQUE, Ana Luiza. **Eduardo Cunha tem pena reduzida na segunda instância**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 21 nov. 2017. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1936980-eduardo-cunha-tem-pena-reduzida-na-segunda-instancia.shtml>. Acesso em: 01 set. 2018.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 351 p.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 mar. 2019.

AMATUZZI, Maria Luiza L.; BARRETO, Maria do Carmo C.; LITVOC, Julio; LEME, Luiz Eugênio Garcez. **Linguagem metodológica - Parte 1**. Acta Ortopédica Brasileira, São Paulo, vol.14, nº 1, p. 53-56, 2006.

AMORIM, Felipe. **Para que serviu a CPI da Petrobras? Deputados da comissão respondem**. Brasília: UOL Notícias, 23 out. 2015. Disponível em: <noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/23/deputados-respondem-para-que-serviu-a-cpi-da-petrobras.htm>. Acesso em: 01 set. 2018.

ANER. **Circulação Revistas Semanais - 2013 x 2014 (Jan a Set)**. Disponível em: <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em 01 ago. 2018.

BATESON, Gregory. **Steps to an Ecology of Mind**. London: The University of Chicago Press, 2000. 533 p.

BEARD, Mary. **Mulheres e Poder: Um Manifesto**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. 128 p.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. 309 p.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: A Experiência Vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 500 p.

BLOG DA BOITEMPO. **Cronologia do golpe**. São Paulo: 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

BOURDIEU, Pierre. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão: Seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 143 p.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico**. Revista Contemporânea, Salvador, vol. 7, nº 2, p. 1-15, dez. 2009.

CATALYST. **The Double-Bind Dilemma for Women in Leadership: Damned if You Do, Doomed if You Don't**. 2007. Disponível em: <<https://www.catalyst.org/knowledge/double-bind>>. Acesso em 10 dez. 2018.

CÍCERO. **La invención retórica**. Madrid: Gredos, 1997. 322 p.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2003. 103 p.

COOK, Timothy E. **O jornalismo Político**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº 6, p. 203-247, jul. - dez. 2011.

D'ANGELO, Paul. **News Framing as a Multiparadigmatic Research Program: A Response to Entman**. Journal of Communication, Research Library Core, vol. 52, ed. 4, p. 870-888, dez. 2002.

EMBER, Sydney. **New York Times Co. Subscription Revenue Surpassed \$1 Billion in 2017**. New York: New York Times, 8 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/02/08/business/new-york-times-company-earnings.html>>. Acesso em: 04 set. 2018.

ENTMAN, Robert M. **Framing: Toward Clarification of A Fractured Paradigm**. Journal of Communication, Research Library Core, vol. 43, ed. 4, p. 51-58, dez. 1993.

ESTADÃO. **As 'Pedaladas Fiscais' do Governo Dilma**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 2016. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/economia/pedaladas-fiscais/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

ESTADÃO. **Maioria dos ‘candidatos laranjas’ é mulher.** São Paulo: O Estado de S. Paulo, 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,maioria-dos-candidatos-laranjas-e-mulher,70002552269>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de Retórica.** São Paulo: Contexto, 2013. 208 p.

FOLHA DE S. PAULO. **Após lei de cotas, mais mulheres são eleitas na França.** São Paulo: Grupo Folha, 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2703200103.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Argentina aumenta cota de mulheres no Congresso para 50%.** São Paulo: Grupo Folha, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/argentina-aumenta-cota-de-mulheres-no-congresso-para-50.shtml>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Candidaturas de laranjas levam Congresso a propor fim de cota para mulheres.** São Paulo: Grupo Folha, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/candidaturas-de-laranjas-levam-congresso-a-propor-fim-de-cota-para-mulheres.shtml>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **'Política não é muito da mulher', diz presidente nacional do PSL.** São Paulo: Grupo Folha, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/politica-nao-e-muito-da-mulher-diz-presidente-nacional-do-psl.shtml>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FRANÇA, Vera Veiga. **O objeto da comunicação/A comunicação como objeto.** In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs). Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 39-60.

GANS, Herbert J. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time.** Illinois: Northwestern University Press, 2004. 393 p.

GITLIN, Todd. **The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left.** California: University of California Press, 2003. 327 p.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012. 716 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

G1. **Relembre a trajetória política de Dilma Rousseff.** São Paulo: 12 mai. 2016. Disponível em: <g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/relembre-trajetoria-politica-de-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 01 set. 2018.

G1 SC. **Deputada de SC registra boletim de ocorrência após sofrer ataques nas redes sociais por causa de decote.** Santa Catarina: NSC TV, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/02/11/deputada-de-sc-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-sofrer-ataques-nas-redes-sociais-por-causa-de-decote.ghtml>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

G1 POLÍTICA. **Da Eleição à Votação do Impeachment.** 17 abr. 2016. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/da-eleicao-a-votacao-do-impeachment/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

IBGE. **PNAD-C: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** 2017. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

ISTOÉ. **Mídia Kit Revista IstoÉ.** São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.editora3.com.br/downloads/2018/midiakit_istoe.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

JAMIESON, Kathleen Hall. **Beyond the double bind: Women and leadership.** New York: Oxford University Press, 1995.

JENSEN, Klaus Bruhn; ROSENGREN, Karl Erik. **Five Traditions in Search of the Audience.** European Journal of Communication, Sage Publications: London, Newbury Park and New Delhi, vol. 5, p. 207-238, 1990.

JERONYMO, Raquel de Souza. **Enquadramento Noticioso: Uma Análise da Cobertura Midiática do Primeiro Ano do Segundo Mandato da Presidente Dilma Rousseff nas Revistas *Veja* e *IstoÉ*.** 2015. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande - MS, Dezembro de 2015.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. 174 p.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Retórica, Grécia e Roma Antigas: Vestígios da futura linguagem jornalística.** Revista ALCEU, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, p. 109-117, jul. - dez. 2009.

KOKAY, Érika; CAULYT, Fernando. **A cronologia do processo de impeachment.** Alemanha: Deutsche Welle, 18 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-cronologia-do-processo-de-impeachment/g-18994855>>. Acesso em: 01 set. 2018.

KUYPERS, Jim A. Framing analysis. In: KUYPERS, Jim A. (Org.). **Rhetorical Criticism: perspectives in action.** New York: Lexington Books, 2009.

KUYPERS, Jim A.; KING, Andrew. **What is Rhetoric?** In: KUYPERS, Jim A. (Org.). **Rhetorical Criticism: perspectives in action.** New York: Lexington Books, 2009.

LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 189 p.

LAYTON, Alexi; SHEPARD, Alicia. **Lack of female sources in NY Times front-page stories highlights need for change**. Nevada: Poynter Institute, 16 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.poynter.org/reporting-editing/2013/lack-of-female-sources-in-new-york-times-stories-spotlights-need-for-change/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

LIMONGI, Fernando. **Impedindo Dilma**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, Edição Especial - Volume Dinâmicas da Crise, p. 5-13, jun. 2017.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 350 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 478 p.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; OGANDO, Ana Carolina. **Discursos sobre o feminino: Um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 28, nº 83, p. 195-243, out. 2013.

MICELI, Sérgio. **Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura**. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Vol. 15. N. 1, abril, 2003.

MIGUEL & BIROLI. **Gênero e política no jornalismo brasileiro**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 36, p. 24-39, ago. 2008.

MIGUEL & BIROLI. **Mídia e representação política feminina: Hipóteses de pesquisa**. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 15, nº 1, p. 55-81, jun. 2009.

MPF. **Caso Lava Jato: Entenda o caso**. Brasília: Ministério Público Federal, 2015. Disponível em: <www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 01 set. 2018.

MULHERES INSPIRADORAS. **Ranking de Presença Feminina no Parlamento 2017**. 2017. Disponível em: <<http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2018.

MULHERES INSPIRADORAS. **Ranking de Presença Feminina no Poder Executivo - PMI 2018**. Março 2018. Disponível em: <<http://urlmaster.com.br/ctratk/marlene-campos-machado/Ranking-de-Presen%C3%A7a-Feminina-no-Poder-Executivo-2018.pdf>>. Acesso em 01. ago. 2018.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. **Para uma Crítica da Razão Androcêntrica: Gênero, Homoerotismo e Exclusão da Ciência Jurídica**. Revista Seqüência, Florianópolis, n.º 48, p. 41-72, jul. 2004.

ONU MULHERES. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras:** caminhos de transformação econômica e social. Brasília: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2016.

FREIRE, Paulo. **A educação é um ato político.** Cadernos de Ciência, Brasília, n. 24, p.21-22, jul./ago./set. 1991.

PODER FOLHA. **Entenda a Operação Lava Jato.** São Paulo: Folha de S. Paulo, 2017. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

PODER FOLHA. **Especial O Julgamento do Mensalão 2012.** São Paulo: Folha de S. Paulo, 2012. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgamentodomensalao/>. Acesso em: 01 set. 2018.

PODER 360. **Jornais e revistas continuam avançando em 2017 com suas edições digitais.** Brasília, 05 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/jornais-e-revistas-continuam-avancando-em-2017-com-suas-edicoes-digitais/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política.** In: Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XXVI., 2002, Caxambu (MG), 25 p.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael. **A despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff.** Revista Comunicação e Sociedade, São Bernardo do Campo, v. 39, nº 3, p. 111-130, set. - dez. 2017.

RODRIGUES, Fernando. **Veja cronologia da vida de Dilma Rousseff.** Brasília: UOL Notícias, 21 fev. 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/02/21/veja-cronologia-da-vida-de-dilma-rousseff.htm>>. Acesso em: 01 set. 2018.

RODRIGUEZ, Lulu; DIMITROVA, Daniela V. **The levels of visual framing.** Journal of Visual Literacy, vol. 30, nº 1, p. 48-65. 2011.

SARMENTO, Rayza. **Estereótipos de mulheres políticas na mídia:** quadros de análise com base em entrevista de Dilma Rousseff a Patrícia Poeta. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, vol. 15, nº 23, p. 3-21, jan. - jun. 2013.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a Notícia:** Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 239 p.

SCHUDSON, Michael. **The Sociology of News.** 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2011. 280 p.

SCOTT, Joan. **Gênero:** Uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul. - dez. 1995.

SENADO NOTÍCIAS. **Dilma Rousseff: a primeira mulher a presidir o Brasil**. Brasília: 29 ago. 2016. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>. Acesso em: 01 set. 2018.

SHOEMAKER, Pamela J. e COHEN, Akiba. **News around the world: Practitioners, Content, and the Public**. New York: Routledge, 2006.

SIGAL, Leon V. **Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking**. 2 ed. Estados Unidos: D.C. Heath and Company, 1974. 221 p.

SILVA, Marcos Paulo da. **Campo jornalístico e seleção noticiosa: uma leitura da concepção de noticiabilidade a partir da sociologia dos campos de Pierre Bourdieu**. In: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2012, Fortaleza (CE), 14 p.

SILVA, Marcos Paulo da; JERONYMO, Raquel de Souza. **Apontamentos críticos sobre os valores notícia de construção: contribuições para a problematização do conceito a partir da frame analysis e da crítica retórica**. Estudos de Jornalismo e Mídia, v. 15, p. 52-61, 2018.

SILVA, Marcos Paulo da; JERONYMO, Raquel de Souza. **Estratégias de retórica e enquadramento na cobertura do segundo mandato de Dilma Rousseff pelas revistas semanais brasileiras**. Revista Compolitica, v. 1, p. 107-128, 2017.

SILVA, Marcos Paulo da; JERONYMO, Raquel de Souza. **Uma análise crítica dos 'valores-notícia de construção': contribuições da retórica e dos estudos de enquadramento para problematização do conceito**. In: Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba (PR), 14 p.

SILVEIRINHA, Maria João. **O Lançamento da Moeda Europeia e os seus Enquadramentos na Imprensa**. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/19406474930586936308765905671671926431.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SOLEY, Lawrence C. **The News Shapers: The Sources Who Explain the News**. New York, Westport, London: Praeger Publishers, 1992. 192 p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, Volume I: Porque as notícias são como são**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008. 213 p.

SUPERINTERESSANTE. **Onde estão as mulheres da SUPER?** São Paulo: Grupo Abril, 11 nov. 2010. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/onde-estao-as-mulheres-da-super/>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

TOSI, Marcela. **A Conquista do Direito ao Voto Feminino**. Politize!, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico**: Uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Veja, 1993. p. 74 a 90.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. New York: The Free Press, 1978. 244 p.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Veja como ficou a votação do julgamento do mensalão**. São Paulo: IG, 30 ago. 2012. Disponível em: <ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-08-30/veja-como-esta-a-votacao-do-julgamento-do-mensalao.html>. Acesso em: 01 set. 2018.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Deputada alvo de ofensas após usar decote responde**: "Inaceitável é a corrupção". São Paulo: IG, 05 fev. 2019. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-02-05/deputada-paulinha-ataques-decote.html>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

UNFPA. **Fecundidade e Dinâmica da População Brasileira**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/sumario_executivo_brasil.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

UOL EDUCAÇÃO. **Biografias: Dilma Rousseff**. 07 fev. 2013. Disponível em: <educacao.uol.com.br/biografias/dilma-rousseff.htm>. Acesso em: 01 set. 2018.

VEJA. **Mídia Kit Veja Nacional**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/midia_kits?brand=Veja>. Acesso em: 04 mar. 2019.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989. 173 p.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995. 272 p.

WOSNIAK, Antal; LÜCK, Julia; WESSLER, Hartmut. **Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change**. *Environmental Communication*, vol. 9, ed. 4, p. 469-490, dez. 2014.

ZAMIN, Angela. **Jornalismo de referência**: o conceito por trás da expressão. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, vol. 21, nº 3, p. 918-942, set. - dez. 2014.